

Raquel M. Rigotto
(Organizadora)

AS TRAMAS DA (IN)SUSTENTABILIDADE:

Trabalho, Meio Ambiente e Saúde no Ceará

Copyright - © 2001 by INESP
Coordenação Editorial: Raquel Maria Rigotto
Diagramação: José Mário Giffoni Barros
Ilustração da Capa: Danilo Maciel Cruz
Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP
Revisão: Tereza Porto

“Esta publicação é resultado do Convênio de Cooperação Técnico-Científica firmado em 22/03/2000 entre a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e a Universidade Federal do Ceará-UFC, e operacionalizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP”.

Catálogo na fonte por Norma Marques David de Souza

R 565t Rigotto, Raquel M. (org)
As Tramas da (In)Sustentabilidade: Trabalho Meio Ambiente e Saúde no Ceará./ Raquel M. Rigotto (organizadora). _ Fortaleza: inesp, 2001
ISBN: 85-87764-28-4

1- Trabalho e Saúde 2- Educação Ambiental – Ceará
3- Ceará Meio Ambiente 4- Litoral Cearense - Pecém

CDD 331.98131

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Pontes Vieira 2391, Dionisio Torres,
Fone/fax (0xx85)277-2914 CEP - 60.130-241
Fortaleza-Ce.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<i>Henrique Rattner</i> -	5
APRESENTAÇÃO	
<i>Raquel Rigotto</i>	9
1. "GLOBALIZAÇÃO" EM QUESTÃO: SUBSÍDIOS PARA ANÁLISE DO MUNDO QUE VIVEMOS	
<i>Alba Maria Pinho de Carvalho</i>	13
PARTE 1: TRABALHO E SAÚDE.....	31
2. TRABALHO INDUSTRIAL, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: DISCUTINDO ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NO CEARÁ	
<i>Raquel Maria Rigotto</i>	33
3. INDUSTRIALIZAÇÃO EM HORIZONTE "UM PROJETO QUE ENVOLVE TODO MUNDO?"	
<i>Islene Ferreira Rosa</i>	64
4. MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR EDITORIAL E GRÁFICO DE FORTALEZA	
<i>Maria Andrade Leite</i>	88
5. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LOCAIS DE TRABALHO O CASO DA CAGECE	
<i>Rosana Maria Costa Fernandes</i>	111
6. CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRESSE EM ENFERMEIROS DA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	
<i>Geusa Maria Dantas Lélis e Vera Lúcia de Almeida</i>	131
7. QUANDO O MALABARISTA NÃO É UM ARTISTA: O PERIGO, O ACIDENTE E O MEDO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	
<i>Izabel Cristina Ferreira Borsoi</i>	147
8. A PERCEPÇÃO DOS CAIXAS DE BANCOS ESTATAIS SOBRE AS MUDANÇAS NO SEU TRABALHO	
<i>Wilson de Souza Lima e Regina Heloisa Maciel</i>	162
PARTE II: O PÉCEM E O LITORAL.....	177
9. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE: ALTERNATIVAS PARA O LITORAL DO ESTADO DO CEARÁ.	
<i>Edson Vicente da Silva</i>	179
10. O PECÉM E SEUS NOVOS RETALHOS DO COTIDIANO	
<i>Zélia Franklin de Albuquerque e Alba Maria Pinho de Carvalho</i>	191

11. MEMÓRIA E RECONSTRUÇÃO DO PASSADO DA COMUNIDADE DO PECÉM-CE Josimeire de Araújo Gomes	215
--	-----

PARTE III: AS TRAMAS DA EDUCAÇÃO..... 238

12. CONTANDO A HISTÓRIA (FELIZ !?) DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Raquel Maria Rigotto	240
--	-----

13. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO LITORAL CEARENSE Gustava Bezerril	260
--	-----

14. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SOB O SIGNO DA QUALIDADE NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL Antonio George Lopes Paulino.....	285
--	-----

PARTE IV: AS TRAMAS DA POLÍTICA 303

15. REFORMA DO ESTADO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA – UM DEBATE NECESSÁRIO Vera Lucia de Almeida.....	305
---	-----

16. CIRO GOMES: HÁ ALGO DE NOVO NA MODERNIDADE? - RITOS INAUGURAIIS DO “MUDANCISMO” NO CEARÁ Glória Diógenes.....	320
--	-----

17. AGROECOLOGIA – RESGATE DA FORÇA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS E A EXPERIÊNCIA DA IGREJA José Cordeiro de Oliveira.....	343
---	-----

PREFÁCIO

Surgido nos últimos vinte anos, o conceito de sustentabilidade agitou durante um bom tempo os militantes ambientalistas, marcou presença nos temas dos pesquisadores na universidade e, sobretudo nos discursos dos políticos.

Contudo, os debates sobre a sustentabilidade tendem a se esgotar numa retórica cansativa quando não incorporam os grandes desafios enfrentados pela humanidade neste limiar do século e do milênio. À pergunta “que sociedade queremos?” não basta acenar com o discurso sobre o meio ambiente verde e despoluído. Precisamos encontrar respostas às questões do desemprego, à falta de democracia participativa, às violações recorrentes dos Direitos Humanos, enfim, à degradação da qualidade de vida da maioria da população e, sobretudo, dos mais carentes e excluídos.

Não podemos perder de vista esses objetivos estratégicos de longo prazo, enquanto militamos por conquistas imediatas para garantir condições de vida favoráveis, de saúde e educação, para todos os trabalhadores, mulheres e homens, inclusive aqueles que se encontram em situações de trabalho informal e precário.

A globalização da economia e o recuo de Estado de suas responsabilidades históricas de prover serviços básicos às populações de baixa renda e marginalizadas, além de dificultar o acesso ao mercado de trabalho, agravou as carências de serviços de saúde, educação, habitação e transportes coletivos para as camadas da população historicamente desfavorecidas.

Entretanto, a redução até a eliminação total das desigualdades sociais constitui condição primordial para alcançar a sustentabilidade em todas as suas dimensões – sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais e éticas – porque pobreza e degradação ambiental são fenômenos estreitamente interligados em nossa sociedade.

A crescente integração das economias em um mercado internacionalizado, efetivamente produz mais riquezas e maior volume de transações comerciais. Mas, paradoxalmente, gera também mais pobreza e exclusão, que aumentam em ritmo e intensidade mais do que a riqueza material. Afluência (para não dizer, desperdício) e desigualdade são cada vez mais polarizadas e concentradas, tornando-se maiores obstáculos de um processo de desenvolvimento sustentável -“durável”, dizem os franceses.

Urbanização desenfreada e industrialização não planejada, consideradas manifestações do progresso civilizatório, não resolvem os problemas quando geradas nos padrões do paradigma capitalista. Ao contrário, levam

a um desenvolvimento "perverso" que potencializa a polarização e a marginalização e agrava as contradições sociais provocando tensão e conflitos políticos.

Sem mecanismos regulatórios e de controle, situação típica de países e regiões periféricas, a industrialização produz efeitos enormemente prejudiciais ao meio ambiente e, conseqüentemente, à saúde da população.

À insuficiência de serviços básicos de saneamento, coleta e destinação do lixo e condições precárias de moradia, tradicionalmente relacionadas à pobreza e ao subdesenvolvimento, somam-se à poluição química e física do ar, da água e da terra, provocando uma vasta gama de doenças e deformações congênitas.

Indubitavelmente, vivemos um período de transição na história da humanidade, caracterizado por rupturas e desajustes que produzem insegurança e grandes angústias diante das incertezas sobre os rumos da evolução social, tecnológica e ética da sociedade.

O discurso neoliberal, pregando competição e produtividade em vez de cooperação e solidariedade, não é capaz de oferecer soluções aos nossos dilemas, por não levar em consideração valores éticos e humanos.

A perplexidade e incerteza que afligem a sociedade diante da complexidade dos problemas de nossa sociedade e a urgência dramática com que se exigem seu equacionamento e indicação de possíveis "soluções" colocam um desafio histórico e inadiável perante a universidade.

Contextualizar os problemas e educar para o desenvolvimento sustentável e democrático em nosso mundo dilacerado pela polarização entre ricos e pobres, e destroçado pela depredação ambiental significa relacionar o processo com a crise que atravessa o modelo cultural e científico atual.

Mas, é contraproducente abordar os problemas de um ponto de vista fragmentado, reducionista e unidimensional. O enfoque alternativo de uma abordagem sistêmica multi e interdisciplinar abre novas perspectivas para a compreensão dos processos complexos e seus fatores determinantes, com profundas repercussões na teoria e na prática da ação social transformadora, levando à construção de um modelo de sociedade incluyente e democrática, que respeite a liberdade e a diversidade de seus membros.

A nova abordagem epistemológica-metodológica permitirá reequacionar as relações entre sociedade e natureza sob o ângulo de diversidade, complexidade e sustentabilidade. Ademais, nos levará a questionar a concentração do poder (sob a aparência de democracia formal) que é responsável pela exclusão e a degradação social e ambiental. Finalmente,

concorrerá para o aprofundamento e a incorporação de elementos teóricos, pedagógicos, políticos e sociais que superem a fragmentação do conhecimento, da ciência e da cultura promovida pelo pensamento único do neoliberalismo.

Por isso, esta obra de autoria coletiva e coordenada por Raquel Rigotto, além de muito oportuna, veste-se de grande relevância para estudiosos, pesquisadores e políticos preocupados com a construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Estendendo-se desde um estudo da “globalização”, passando por análises de impactos regionais de um projeto de industrialização; de estudo sobre os impactos das transformações econômicas na cultura e estilo de vida da população; de um planejamento territorial e econômico integrado à educação ambiental como instrumento de assegurar sustentabilidade aos ecossistemas naturais; até a formação de capital social e humano para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, esta coletânea abre novas perspectivas para os movimentos sociais e a sociedade civil, em busca de novos horizontes, a partir de políticas públicas alternativas.

Henrique Rattner



O que você vai encontrar neste livro?

As pesquisas de gente que andou por litoral e sertão, passou por Horizonte, Pecém, Prainha do Canto Verde; penetrou em fábricas e prédios em construção; percorreu gráficas, hospitais e órgãos públicos; vasculhou dados; ouviu as pessoas, analisou, refletiu.

O eixo? O desenvolvimento do Ceará: econômico?, social?, sustentável?
O foco: as relações entre trabalho, meio ambiente e saúde, e as tramas que delas podemos fazer para construir uma sociedade sustentável.

O que nos reúne? Os autores somos professores e alunos do Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, na Universidade Federal do Ceará: uma experiência coletiva que mobilizou em nós laços e utopias mais vibrantes com o nosso Planeta e seus habitantes.

O nosso desejo? Que o conhecimento gerado possa chegar às mãos de todos aqueles que queiram fazer dele ferramenta para melhor compreender e transformar nosso Ceará – e dar muitos frutos!

Raquel Rigotto



AGRADECIMENTOS

Nossa gratidão é grande para com aqueles que possibilitaram que o Curso e este livro acontecessem. Mencionamos aqui alguns deles: o nosso Reitor, Prof. Roberto Cláudio, que desde a primeira hora compreendeu o pioneirismo da iniciativa; o nosso então Pró-Reitor de Extensão e hoje Vice-Reitor, Prof. René Barreira, que acolheu o projeto e lutou por ele, superando inclusive difíceis barreiras burocráticas; o José de Freitas, então coordenador do SINE-CE, que fez tudo que podia para disponibilizar os recursos do FAT que sustentaram o Curso; os Professores Vera Lúcia Almeida, Edson Silva e Neyara Araújo, que de perto e solidários participaram da viagem do Curso; a nossa querida Liduína que, mais que secretariar o Curso, integrou-se ao grupo e dedicou-se com amor ao trabalho; e o Alberto Teixeira que, como presidente do IPLANCE e depois do INESP, sempre cuidou de abrir portas e caminhos.

"GLOBALIZAÇÃO" EM QUESTÃO: SUBSÍDIOS PARA ANÁLISE DO MUNDO QUE VIVEMOS

*Alba Maria Pinho de Carvalho**

No limiar de um novo milênio, vivencia-se uma transformação cultural que parece apontar para uma nova civilização: efetivam-se deslocamentos de padrões, de valores, de referências. Em verdade, o mundo contemporâneo é marcado por transformações tão amplas quanto radicais, num ritmo vertiginoso e alucinante... Tudo parece acontecer rápido demais, não permitindo tempo para absorver e familiarizar-se com as novas formas. É um mundo de fluidez, de vertigem, em que os deslocamentos são freqüentes e banaliza-se o movimento, as distâncias!

Uma das transformações de maior radicalidade na cena contemporânea é a compressão do tempo - espaço, ou seja, o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo (SANTOS, 1997). Com as novas tecnologias da eletrônica e do espaço, com as cadeias telemáticas, gesta-se uma revolução nos conceitos de tempo e de espaço: o espaço e o tempo cessam de ser diretamente acessíveis às percepções e ao intelecto, passando a sofrer a mediação da máquina, das tecnologias microeletrônicas. Perde-se a noção das escalas, das perspectivas, das referências, das noções de "perto", de "longe", de "distante", de "próximo". Encurtam-se as distâncias, desterritorializam-se os homens. O espaço parece estar esticado, cheio de facilidades gratificantes. As redes da mídia abrem-se largamente sobre o campo infinito do imaginário. O tempo se contrai no imediato, impondo à vida cotidiana as formas diversas do instante. O "fast-food" é preparado tão rápido quanto consumido... os relógios "digitais" não são capazes de indicar o tempo como duração, mas somente o instante pontual, por isso efêmero... na Bolsa de Nova York, o dólar não é mais cotado todos os dias, mas a cada 30 segundos, segundo um índice ponderado pelas dez outras "moedas fortes"! De fato, a noção de intervalo espacial e intervalo temporal deu lugar à interface maquinal e imaterial; é o espaço e tempo virtuais que parecem invadir naturalmente a vida de cada dia. Inegavelmente, tem-se, hoje, uma outra relação com o espaço e com o tempo, uma relação de uma nova natureza (CHESNEAUX, 1996)

* Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará – UFC, mestra em Serviço Social pela PUC-RJ e doutora em Sociologia pela UFC, com a tese "O 'Brasil Real' em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais" – 1999.

Na raiz de todas essas transformações contemporâneas, enquanto matriz desta "nova civilização", está a revolução técnico-científica, a tão propalada revolução tecnológica. De fato, não precisa ser especialista para constatar que a revolução tecnológica está mudando, de forma decisiva, o modo de viver, de trabalhar, de conviver, de se comunicar e de se relacionar na sociedade em que se vive.

Nesse cenário de transições, de deslocamentos e fluidez impõe-se, no cotidiano dos que não sucumbem às facilidades do "pensamento único", um desafio: desvendar a complexa realidade nesse momento de finalizações e começos de tempos...

1. Demarcando um percurso analítico: elementos conceituais

Um mergulho analítico no emaranhado de fatos e versões constituintes da teia contemporânea delimita, de imediato, um fenômeno central, hoje um verdadeiro mito dos dias atuais: a chamada "Globalização". A rigor, "globalização" tornou-se um conceito em moda no mundo acadêmico e político, hoje referência obrigatória nas análises econômicas / sociais / políticas e culturais. A palavra "globalização" já está devidamente incorporada à mídia e mesmo, ao linguajar corriqueiro do dia-a-dia, e parece ter algo de mágico, que provoca encantamento ou pânico.

Tal amplitude e difusão da "globalização", como marco cultural do tempo, exige que, por ofício, busque-se conferir sentido ao presente um exercício reflexivo obrigatório, visando construir um entendimento desse polêmico fenômeno. E, de fato, a maneira como é vista e interpretada a "globalização" demarca uma posição política face ao desafiante mundo contemporâneo: faz-se coro com o chamado "pensamento único" entendendo-a como processo inexorável, impossível de ser revertido e/ou reconduzido, assume-se a posição de aceitação e conformismo com o quadro de desigualdades e exclusões hoje posto no cenário social; se, ao contrário, coloca-se dentre os que desmistificam a "globalização", concebendo-a como um processo econômico / político / cultural que tem uma direção política clara e enquanto tal, implica opções e decisões estratégicas, assume-se a posição de buscar alternativas, de construir politicamente saídas para o que está posto, acreditando ser possível pensar novas formas de sociabilidade, pautadas na igualdade de direitos e na justiça.

Com o desejo de exercitar a razão crítica, busca-se aqui, esboçar elementos-chave de um entendimento de "globalização", construído ao longo de um processo de investigação, objetivando desmistificá-la e

penetrar na tessitura das relações que a constituem, enquanto fenômeno peculiar do capitalismo contemporâneo¹.

Nesse exercício, toma-se como ponto de partida a discussão do próprio termo "globalização". A rigor, "Globalização", "Global" são termos de origem inglesa, cunhados nas grandes escolas americanas de administração, no início dos anos 80. Difundem-se e popularizam-se nos livros e artigos, palestras e conferências de famosos consultores japoneses e americanos. Nas décadas de 80 e 90, o termo "globalização" invadiu o discurso político e econômico, assumindo conotações eminentemente ideológicas. É um termo eivado de ideologia, apropriado pela ideologia neoliberal. Assim, longe de viver-se numa "época não-ideológica" - como proclamam os arautos do neoliberalismo - vive-se, como afirma Noam Chomski (1998), numa "era de ideologia completamente fanática". E neste universo ideológico, o termo "globalização" cumpre um papel chave no sentido de passar teses de "fim de história", de "processo irreversível e incontestável, sem outras alternativas", hoje tão na moda e que acabam confundindo a cabeça de muita gente de boa vontade. Indiscutivelmente, como afirma Paulo Nogueira Batista (1998), "globalização" virou uma espécie de biombo. Toda vez que os governos ou as oligarquias econômico-financeiras querem vender alguma idéia indecente, politicamente difícil ou contrária do interesse público, logo apelam para as supostas inexorabilidades da "globalização". Em verdade, o termo "globalização" camufla as desigualdades, polarizações, exclusões que marcam o capital mundializado nesta virada do milênio. É um termo vago, ambíguo que padece de uma falta de nitidez conceitual.

Coloca-se, então, um dilema conceitual. Como denominar, esse momento de mudanças de grande profundidade que se vive, hoje, no capitalismo contemporâneo?

O termo "mundialização do capital" - como defendem os franceses - é mais apropriado, tem mais nitidez conceitual, expressando, com mais precisão, o que se está vivenciando nesta virada do milênio. Em verdade, o economista francês François Chesnais - um dos primeiros a denunciar o caráter ideológico, apologético do termo "globalização" - cunhou a expressão "mundialização do capital" para designar o fenômeno concreto

¹ O percurso analítico de construção desse entendimento da "globalização" está configurado na minha tese de doutorado "O 'Brasil Real' em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em outubro de 1999. Neste resgate de percurso, destaco, particularmente, o capítulo 1 "O Capitalismo Contemporâneo: Mundialização do Capital nos Circuitos Ideológicos da Globalização" que consubstancia um trabalho investigativo desenvolvido no período de 1994-1999.

que hoje vivencia-se, de profundas mudanças na economia, na política, na cultura, enfim, na vida social contemporânea.

No universo conceitual de Chesnais, mundialização do capital é uma etapa avançada e específica do movimento de internacionalização do capital (1996:32). É a maturidade, a consolidação, o aprofundamento do velho movimento da internacionalização do capital. E, na sua análise, esta etapa específica revela uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (Id: 13). De fato, tem-se mudanças nas condições de funcionamento do capitalismo, com a mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industriais quanto financeiras.

Avançando no desvendamento dessa fase atual do capitalismo, delimita-se que o eixo definidor das mudanças, a "pedra de toque" em toda essa nova ordem do capital é a extraordinária mobilidade que o capital ganhou, respaldado na Revolução Técnico-Científica, no paradigma micro-eletrônico. Logo, o capital, com essa extraordinária mobilidade, recuperou a capacidade de escolher, em total liberdade, quais regiões, países e camadas sociais têm interesse para ele, impondo o domínio do chamado "Mercado Livre" que, em verdade, é o livre mercado do capital, a dominância do capital sem amarras, barreiras e entraves, numa lógica essencialmente seletiva e excludente.

A rigor, no decorrer da década de 80, instaura-se, na economia contemporânea, um novo regime de acumulação do capital: a **acumulação rentista**, definida pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros - fundos mútuos e fundos de pensão - cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos e, sua obsessão, a rentabilidade aliada à liquidez (CHESNAIS, 1996: 15). Assim, nos seus novos circuitos de acumulação, o capitalismo é marcado pela "**financeirização da riqueza**", ressaltando-se a fantástica possibilidade atual de criar riqueza, ampliar patrimônio, acumular capitais na esfera financeira. Indiscutivelmente, é a hegemonia da acumulação rentista e parasitária, sendo que o caráter rentista envolve também o capital produtivo. Todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais - têm, como elemento central do processo de acumulação global de riqueza, as suas aplicações financeiras de lucros retidos ou de caixa. Em verdade, na mundialização do capital, as finanças ditam o rumo da economia, verificando-se uma dominância financeira na dinâmica econômica. É a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza (id. *ibid*).

Uma das expressões dessa dominância financeira no capitalismo contemporâneo é o chamado dinheiro volátil, capital especulativo de curtíssimo prazo que gira pelos mercados financeiros, como o das Bolsas

de Valores, do câmbio ou dos juros, sustentando transações diárias entre 2 a 3 trilhões de dólares. Esse dinheiro volátil submete as economias nacionais a uma verdadeira "ditadura", sobretudo os países periféricos que, nos seus processos submissos de inserção à economia mundializada, estão subordinados a esse fluxo global de internacionalização do capital. É o caso do Brasil que, no ajuste à essa nova ordem do capital, reduziu a sua política econômica a atrair recursos externos sob a forma de capital especulativo, a qualquer preço, em qualquer prazo e de qualquer natureza. É, de fato, "a marcha da insensatez", no dizer de Maria da Conceição Tavares (1998).

Nesse novo estilo de acumulação predominantemente rentista, esse movimento de financeirização da riqueza ocorre junto e sustenta um outro movimento chave: a **mundialização dos processos produtivos** no âmbito da chamada reestruturação produtiva. Afirma-se um novo padrão produtivo, resultante da revolução técnico-científica, produzida pela crescente hegemonia do paradigma microeletrônico. De fato, o capitalismo, para enfrentar sua crise da década de 70, apropriou-se das transformações trazidas pela revolução técnico-científica, sobretudo no campo da teleinformática, efetivando mudanças no "**como se produz**", "**no que se produz**", nas "**formas de organizar e gerir a produção**", na "**organização dos meios que geram a produção e nos homens que a realizam**" (ARAÚJO, 1995) Em verdade, esse novo padrão produtivo, alicerçado na convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo e as tecnologias de informatização e microeletrônica, confere uma extraordinária mobilidade ao capital produtivo, viabilizando a sua deslocalização, a sua desterritorialização. É o capital sem raízes, sem pátria: as relações de produção são hoje desenvolvidas globalmente, com dispersão das atividades produtivas no sistema mundial, tornando-se, cada vez mais, imprevisível a distribuição espacial da capacidade produtiva instalada.

Enfim, mundialização do capital é a expressão das forças de mercado que, a partir das mudanças nas condições de funcionamento do capitalismo, vêm efetivando uma liberalização do que consideram entraves nefastos nesta nova etapa de internacionalização do capital. Em verdade, é um "projeto tentando realizar-se", pois, como analisa Chesnais, a grande tarefa de liberalização está longe de ser concluída (1996: 25).

2. A nova ordem do capital: seletividade e exclusão

Refletindo sobre as implicações dessa mundialização do capital no cenário contemporâneo e, mais especificamente, na vida social, é fundamental considerar um elemento definidor: a mundialização do capital é impulsionada por uma dinâmica essencialmente seletiva e excludente que

faz com que certos espaços do globo interessem mais que outros, que alguns espaços exerçam função de comando e que outros espaços, considerados não competitivos, fiquem isolados, excluídos, enquanto os espaços competitivos são ferrenhamente disputados pelos atores globais.

Nessa seletividade da nova ordem do capital, o Brasil é um desses espaços de disputa e tem sido alvo dócil e submisso para os grandes atores globais. Em verdade, nos anos 90, o Brasil, dentro dos ditames do Consenso de Washington, vem efetivando uma inserção subordinada, periférica e essencialmente fragmentada e excludente à nova ordem do capital, configurando o que se convencionou chamar de "ajuste estrutural brasileiro". A rigor, efetiva-se a inserção competitiva de pedaços do Brasil, de áreas específicas das regiões brasileiras, de segmentos dos setores produtivos, de frações da classe trabalhadora, de uma parte minoritária da população brasileira. É uma inserção seletiva que tem como contra-face da mesma moeda o abandono das áreas definidas pelo mercado global como não competitivas que, assim, constituem "áreas de exclusão". Assim, tal inserção tende a ser amplamente diferenciada, segundo os diversos subespaços econômicos desse amplo e heterogêneo país. De fato, é uma diferenciação seletiva, implicando na real exclusão das áreas consideradas não-competitivas. Logo, no percurso excludente dessa diferenciação poderá estar sendo traçado o que Tânia Bacelar de Araújo (1997) denomina de "**roteiro da fragmentação brasileira**", com a consolidação de uma realidade onde "ilhas de dinamismo" convivam com numerosas sub-regiões marcadas pela estagnação, pobreza, retrocesso e até isolamento.

Inegavelmente, a lógica da chamada "globalização" - na verdade, mundialização do capital - é uma lógica excludente, gerando segmentações, polarizações. E aí está a questão: a globalização é um jogo para poucos. Muitos estão fora! ... Essa é a lógica global que os gurus do neo-liberalismo tentam camuflar e que, cada vez mais, vai ficando clara em decorrência das polarizações e exclusões que marcam o cenário do capitalismo mundializado. É preciso analisar e avaliar, cuidadosamente, este caráter excludente da lógica que rege a mundialização do capital, pois é, a partir daí, que se pode bem desvendar a natureza perversa do fenômeno. Em verdade, a mundialização do capital -enquanto novo regime mundial de acumulação com profundas mudanças no capital produtivo - gera não apenas desigualdades, mas **exclusão**. A exclusão é, assim, um fenômeno típico do capitalismo mundializado. O processo de mundialização do Capital torna cada vez mais acentuadas e mais evidentes as polarizações, transformando marginalização em exclusão. No dizer de Miriam Limoeiro Cardoso (1997) está em pauta uma mudança de rota: da inclusão desenvolvimentista para a exclusão produzida pelo capital rentista, gerando uma exclusão

estrutural. Assim, a exclusão constitui regularidade ou norma no processo de acumulação rentista, efetivando-se, então, num duplo movimento de polarização entre países e de polarização interna a cada país.

O primeiro movimento é em termos de exclusão de países, de regiões, de áreas, num processo brutal de crescente desigualdade internacional, sendo cada vez mais acentuada e mais evidente a polarização internacional. Em verdade, a economia globalizada é, essencialmente, excludente, na medida em que é dirigida pelo movimento do capital e nada mais. O capital mundializado, com sua grande e crescente mobilidade, seleciona sua aplicação segundo critérios que excluem determinadas áreas, determinadas economias. A rigor, grande parte do chamado Terceiro Mundo está excluído da atual expansão do capital. Regiões inteiras são tratadas como supérfluas, irrelevantes, não-atraentes para o capital em expansão. É o caso de determinadas regiões da África, excluídas dos circuitos do "capital global". E mais: essa integração seletiva aumenta a fragilização dos países que pretendem fugir desta exclusão e, assim, submetem-se às imposições dos centros hegemônicos, como é o caso do Brasil.

O segundo movimento de exclusão é no interior de cada país, gerando polarização social, vinculada à concentração de renda, à desigualdade social e ao desemprego. E é justamente a nível das desigualdades e polarizações, que acompanham o desenvolvimento interno dos países mais dinâmicos do sistema produtivo capitalista, que ficam bem visíveis a organização e as transformações do capitalismo mundializado. Na década de 80, muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, enquanto não eram recolhidos pela polícia. E, neste âmbito, é preciso considerar as fortes repercussões da globalização no mundo do trabalho, em termos do desemprego estrutural e massivo e da precarização das condições de trabalho, gestando exclusão social estrutural. É a vulnerabilização do trabalho face às novas ofensivas do capital em sua dominância mundializada, fazendo emergir e consolidar-se a nova exclusão social. (Id. Ibid)

Em verdade, na rota seletiva e excludente da mundialização do capital, tem-se hoje, no dizer de Michel Chossudovsky, a "Globalização da Pobreza". De fato, as mudanças nas condições de funcionamento do capitalismo instauram uma nova ordem financeira – que se alimenta da pobreza humana e da destruição do meio ambiente, gera apartheid social, estimula o racismo e os conflitos étnicos e mina os direitos das mulheres. As principais instituições do dinheiro global, notadamente o FMI e o Banco Mundial, impuseram aos países periféricos – o chamado Terceiro Mundo e os países do Leste Europeu – modelos de ajuste viabilizadores das

reformas do capital. (CHOSSUDOVSKY, 1999). Contam para isso com a adesão submissa e irrestrita dos governos nacionais que, sem restrições, assumem essa agenda, agravando e ampliando as desigualdades, num crescente processo de exclusão social. Inegavelmente, como bem avalia Noam Chomsky, “tais reformas restauram os padrões coloniais, barram o planejamento nacional e a pretendida democracia, e solapam projetos que beneficiam a população, enquanto estabelecem a estrutura de um mundo de crescente desigualdade, com uma grande maioria relegada ao sofrimento e ao desespero no interesse de pequenos setores de privilégio e poder” (CHOMSKY in CHOSSUDOVSKY, 1999: contra-capas).

Nesse cenário de assimetrias, polarizações, desigualdades, exclusão, a mundialização do capital vem conferindo novos conteúdos à pobreza, fazendo da desigualdade social o grande problema global da contemporaneidade, com novas expressões e dimensões catastróficas. Os analistas instituem novos conceitos, numa tentativa de demarcar as especificidades da pobreza nessa nova ordem do capital: “nova pobreza”, “nova exclusão social”, “exclusão social estrutural”, “apartação social”. De fato, em meio a essa diversidade conceitual que, em suas malhas abarca múltiplas dimensões do fenômeno, afirma-se o fenômeno **exclusão**, adquirindo uma nova dramaticidade, traduzindo o clima de insegurança e instabilidade que marca a cultura nos “tempos de globalização” (CARVALHO, 1999: 156-157).

É inconteste que se tem em curso um processo mundializado de apartação social, com expressões peculiares nos cenários dos diferentes países e regiões. Tal processo, desumanizador e aviltante em sua natureza, consolida-se e difunde-se nos últimos anos dessa virada de milênio, gestando reações que, também, começam a se ampliar e a se estruturar como formas de resistência e luta, mobilizando uma massa de descontentes e assumindo, cada vez mais, dimensão pública: greves, manifestações de protesto como a de Seattle e, agora, já eventos de reflexão e debate coletivo como o de Porto Alegre. De fato, o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2001, com o expressivo lema “Um outro mundo é possível”, expressou o caráter mundializado da rejeição dessa nova ordem do capital, congregando mais de 10 mil pessoas, vindas de 122 países de todos os continentes, num dos maiores eventos da história da oposição à chamada “globalização”. Essa expressão de indignação dos povos, dos trabalhadores, dos militantes democráticos e progressistas contra essa nova ordem do capital publicizou a luta pela construção de uma nova alternativa de desenvolvimento, colocando na defensiva o próprio comando do capitalismo mundializado, reunido no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

O Fórum Social Mundial instituiu na cena pública mundial o confronto com o capital, marcando o renascer de uma oposição em busca de alternativas,

forçando a cúpula do capital a reconhecer e inscrever em sua pauta os males da mistificada globalização. É significativa a declaração de Claude Smadja, diretor gerente do Fórum Econômico Mundial de que “a globalização não está produzindo benefícios, pelo menos não de uma maneira eqüitativa”.

Indiscutivelmente, o encontro de Porto Alegre difundiu para o mundo uma avaliação crítica da Questão Social, revelando a sua mudança de natureza no cenário da chamada “globalização”. De fato, nos circuitos da mundialização do capital, os mecanismos sociais geradores de desigualdades, de exclusão de direitos redefinem-se, tornam-se mais complexos e heterogêneos, atingindo fortemente o trabalho. Na imbricação da “globalização” financeira e “globalização” produtiva em que as normas de rentabilidade e as prioridades do capital – valorizando-se, de forma imediata, como capital dinheiro – se sobrepõem a toda ética social, o trabalho é vulnerabilizado. Assim, gesta-se o que os analistas denominam “a Nova Questão Social”, tendo como eixo a exclusão social pela via da vulnerabilização do trabalho. A rigor, é uma nova exclusão social que se manifesta na transformação da problemática do emprego, em termos de dois fenômenos essencialmente imbricados: o desemprego estrutural massivo e a precarização das condições de trabalho no tocante ao trabalho aviltado, em condições duras e penosas sem proteções e garantias. É a denominada “flexibilização dos direitos trabalhistas”, configurando as conquistas sociais como obstáculos à extrema mobilidade do capital no seu afã de competitividade. As análises mostram que o cenário do trabalho no mundo, nesse limiar do século XXI, persiste assustador: segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho – OIT – um terço da população economicamente ativa mundial – 3 bilhões de pessoas – está desempregada ou não ganha o necessário para sustentar a família acima do nível de pobreza. E especificando o quadro na América Latina, o referido estudo ressalta que o fato das taxas médias de desemprego se manterem entre 9% e 10% na segunda metade da década de 90 e dos salários industriais se estagnarem ou caírem mostra que as condições econômicas continuam precárias, revelando uma generalização do trabalho informal. Com base nessas análises do trabalho em 2001, declara a OIT que nas economias emergentes surgiu um novo tipo de pobreza que afeta os trabalhadores de baixa renda, desempregados, pessoas sem remuneração, tendo, dentre seus motivos, um salário mínimo incapaz de garantir a subsistência da população e o crescimento das condições de precarização aumentando a vulnerabilidade do trabalhador (Jornal O Povo. 29 de abril de 2000. “Desemprego assusta o mundo”. Caderno Economia).

Nesta perspectiva, efetiva-se uma desestabilização da ordem do trabalho e uma desmontagem do sistema de proteção e garantias sociais vinculadas

ao emprego e ao próprio trabalho. Em verdade, o regime de emprego e a seguridade social vinculada ao trabalho são desestruturados de forma intensa e crescente, temendo-se, hoje, uma acentuação da precariedade das relações de trabalho, a ponto de se efetivar a ruptura entre trabalho e proteção social, caindo-se, assim, na remercantilização completa do trabalho (CASTEL, 1998).

Robert Castel analisa que essa Nova Questão Social pela via da vulnerabilização do trabalho apresenta três elementos de cristalização: a desestabilização dos estáveis; a instalação da precariedade; o déficit de lugares sociais aos quais estejam associados uma utilidade social e um reconhecimento público (Id. Ibid) Tem-se, assim, em curso, avançando em ritmo vertiginoso e com uma amplitude sempre maior, a “insegurança do trabalho e no trabalho” como marca da vida contemporânea. Isso vem gerando uma vulnerabilidade de massa que se amplia e se alastra pela sociedade, atingindo diferentes categorias de assalariados, de trabalhadores, desestabilizando áreas de emprego estabilizadas há muito. Emerge, então, como elemento correlato, um novo individualismo: o indivíduo se sente e se vê só, interiorizando a idéia de “degradação como destino”. É uma desqualificação no plano cívico e político abdicando do lugar de ator social. De fato, instituiu-se no mundo do trabalho uma postura de aceitação da situação de vulnerabilidade e precarização como algo inexorável que não pode ser mudado, que está irremediavelmente posto como decorrência de um novo tempo. É a naturalização da injustiça e da exploração, num fenômeno que Christophe Dejours denomina de “banalização do mal” (DEJOURS, 1999).

É esse um cenário peculiar do capitalismo mundializado que, antes de tudo, revela uma metamorfose da questão social na contemporaneidade: é a passagem da desigualdade à exclusão (SANTOS, 1995; CASTEL, 1995; OLIVEIRA, 1997). E, tal metamorfose faz essa nova questão social afirmar-se, fortemente, como uma ameaça à coesão da sociedade, colocando em xeque as tradicionais formas de regulação do capitalismo. O Estado se declara incapaz de enfrentar a complexidade dessa questão social de nova natureza que, para nosso espanto, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da suscitada na primeira metade do século XIX (Castel, 1998).

Especificamente no Brasil, ao longo dos anos 90, no percurso de sua inserção seletiva e excludente à nova ordem do capital, a Questão Social complexificou-se, intensificando e aprofundando as históricas fraturas e desigualdades da nossa sociedade: às velhas desigualdades somam-se novas desigualdades sociais. E, avaliando a cena brasileira contemporânea, constata-se que os mecanismos geradores dessas novas desigualdades estão essencialmente vinculados à vulnerabilização do trabalho, expressa nos dois fenômenos globais típicos da nova ordem do

capital: o aumento do desemprego estrutural em taxas crescentes e a precarização das condições de trabalho, também crescente, em termos do trabalho aviltado sem proteções e garantias. Em tempos “reais” – no pleno duplo sentido do termo – a vulnerabilidade do trabalho acentua a pobreza e a exclusão, a partir da precarização da renda, da destituição dos direitos trabalhistas e da ausência de assistência social. É esse um dos graves mecanismos de exclusão na tessitura da questão social brasileira contemporânea que bem se expressa no avanço crescente do setor informal vinculado a um perverso agravamento da pobreza. Os dados são reveladores da complexificação das desigualdades sociais: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a partir do censo de 2000, 50% da população ocupada do País – 12,4 milhões de trabalhadores – não tem carteira assinada. São pessoas sem direito à Previdência, ao Programa de Integração Social (PIS) e outros benefícios como férias, 13º salário e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Desses trabalhadores informais, apenas 5% contribuem com a Previdência Social.

Em verdade, o emprego sem carteira acabou se transformando na única saída para a sobrevivência dos trabalhadores, configurando uma tendência estrutural que se aprofunda no “Brasil do Ajuste”, gerando, de fato, um novo perfil da pobreza brasileira. Segundo Marcelo Néri – Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – 54% dos pobres do País estão em famílias chefiadas por trabalhadores informais, constituindo um segmento desprovido de assistência e programas sociais.² De fato, a informalidade precarizante e excludente é a expressão de um País extremamente desigual, que aprofunda e complexifica as desigualdades sociais, onde há ausência de um Estado ativo na formulação de políticas geradoras de emprego, na perspectiva e integração da população brasileira.

A rigor, no cenário do “Brasil Real” de mudanças no ambiente econômico, gestadas no processo de internacionalização do parque produtivo brasileiro a partir dos anos 90 – priorização à integração competitiva, ampla política de abertura comercial, implementação de um programa de estabilização, ampla e intensa reestruturação produtiva no setor privado, reformas profundas na ação do Estado – as relações de trabalho sofrem um revés (Pochmann, 2001a), nos circuitos perversos do desemprego, do subemprego, da informalização da economia, do rebaixamento salarial, dos programas de organização do trabalho via terceirização, reengenharia, gestão participativa e da exclusão dos sistemas de proteção social e trabalhista.

² Os dados e informações aqui apresentados estão configurados em matérias do Caderno Economia do Jornal “O Povo” de 28 de abril de 2001.

Um indicativo desse revés sofrido pelo trabalho é o aumento do sobretrabalho no Brasil nos últimos dez anos, não somente concentrado às menores faixas de renda, mas atingindo fortemente a classe média no processo de compressão ocupacional e salarial, fazendo-a recorrer à ampliação do trabalho, em termos de crescente jornada adicional como uma alternativa de complementação de renda. Segundo Marcio Pochmann (2001b) não há como negar o estímulo à ampliação do sobretrabalho resultante da condução neoliberal da política macroeconômica, incapaz de sustentar o crescimento econômico, impondo aos empresários a instabilidade na produção e aos trabalhadores a insegurança de renda, através do desemprego e do rebaixamento salarial.

Inegavelmente, no Brasil Contemporâneo, a insegurança no trabalho e do trabalho assume dimensões catastróficas no interior de uma sociedade historicamente fraturada, marcada por profundas e graves desigualdades sociais, expressas nas polarizações, cada vez mais extremas, entre ricos e pobres que parecem apontar para uma exacerbação da apartação social que põe em questão a coesão da vida brasileira, a exigir um inadiável repensar dos rumos do modelo de desenvolvimento organicamente atrelado aos circuitos da mundialização do capital.

De fato, no Brasil do Ajuste, em meio às assimetrias e polarizações decorrentes da ofensiva do capital e da vulnerabilidade do trabalho, efetiva-se uma metamorfose da Questão Social: da desigualdade à exclusão. A rigor, institucionaliza-se na vida brasileira a exclusão social pela via da vulnerabilização do trabalho. O tecido social esgarça-se e desgasta-se pela pressão de múltiplos processos de exclusão do mundo do trabalho, atingindo amplos segmentos da população que, gradativamente, vão sendo desvinculados dos circuitos de bens e serviços sociais e, mesmo, desfilados das próprias redes de sociabilidade e integração social. São novas formas de exclusão que associam exploração intensiva do trabalho e não-inserção no mercado de trabalho. É o movimento articulado do desemprego e da incorporação perversa no mercado de trabalho, fazendo emergir um contingente da população sem um lugar social, ou seja, sem uma posição à qual estejam associados uma utilidade social e um reconhecimento público. É a perversa situação de inutilidade social: indivíduos inúteis para o mundo, condição em que vivem parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar estável e reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas. São os desempregados de longa duração, jovens à procura de emprego, empregados de modo precário e intermitente. É gente que se tornou não-empregável e supérflua, na convergência entre o encolhimento dos empregos e as novas competências e qualificações exigidas no ciclo atual de reorganização do chamado “novo mundo do trabalho”. São indivíduos e grupos sociais em

processos de desfiliação (CASTELL, 1991) que acabam excluídos de todos os coletivos protetores, de todas as proteções e garantias sociais, enquanto trabalhadores (ZALUAR, 1997).

Em verdade, tem-se em curso uma profunda e aguda crise social, uma crise ética que não se resume ao fato escandaloso do país possuir uma das piores distribuições de renda do planeta. À gritante carência de bens materiais, vem somar-se uma falta de perspectiva de vida, uma carência de possibilidades, de esperanças, no âmbito de um verdadeiro processo de desfiliação social, de fragilidade de laços sociais. O esgarçamento do tecido social brasileiro aproxima-se de uma situação limite, expressando-se nos escandalosos índices de violência. A violência eclode na cena cotidiana da vida urbana, atravessando todos os espaços hierarquizados da cidade e atingindo todas as classes e grupos sociais. Na sociedade brasileira contemporânea, a violência afirma-se como forma de sociabilidade dos excluídos (NASCIMENTO, 1994), uma resposta de revolta à sociedade que não apresenta recursos de integração, mas, inversamente, aguça seus mecanismos de exclusão. Logo, a violência urbana é a outra face da exclusão social (CARVALHO, A, 1997).

Uma das dimensões mais graves desses processos de exclusão/desfiliação social a que estão submetidos amplos segmentos da população brasileira é o abandono dos excluídos pelo Estado Brasileiro: atrelado à lógica mercantil, o Estado não tem políticas para contrapor-se ao abandono das áreas e segmentos populacionais excluídos que, assim, têm seu destino selado pela seleção do mercado. De fato, é a ausência reguladora do Estado, pela inexistência e fragilização de políticas públicas para viabilizar processos de inclusão social.

De fato, Estado Ajustador Brasileiro privilegia a lógica do mercado em detrimento da lógica da cidadania. Assim, concretamente vem assumindo como opção prioritária – a rigor, a grande opção, definidora de toda a sua política – a integração dos espaços dinâmicos, competitivos do Brasil ao mercado global, efetivando, assim, uma integração à ordem do capital fortemente submissa aos interesses dos atores globais e seus aliados internos. Tal opção estratégica implica a secundarização da integração interna, com uma ausência de política para integração dos pedaços não competitivos do Brasil, pedaços esses que não exercem atrativo para os atores globais.

Inegavelmente, a integração de amplos setores da população brasileira é uma questão eminentemente secundária e não devidamente considerada no Brasil do Ajuste. O Estado ajustador da modernidade brasileira não tem priorizado a definição de uma política pública capaz de enfrentar a integração dos excluídos – mesmo a tradicional integração subordinada do ciclo desenvolvimentista. O Estado parece mesmo desistir de enfrentar a

miséria, a exclusão como opção estratégica na política de ação do Estado. O presidente FHC criou o neologismo “inimpregáveis” para nomear os que, na nova ordem do ajuste, não terão nenhuma vez de voltar ao mercado de trabalho. Na verdade, é a renúncia de combater o desemprego com uma política efetiva de criação de emprego. O mais tenebroso é que, por trás dessa renúncia do combate ao desemprego e à miséria, está uma posição das elites dominantes e do Estado na América Latina e, particularmente, no Brasil: a desistência de integrar os excluídos, seja à produção, seja à cidadania. (OLIVEIRA, 1997)

A rigor, no percurso de inserção do Brasil à nova ordem do capital, vem se constituindo um Estado de baixa responsabilidade social, um Estado de mínimas responsabilidades sociais e públicas que secundariza o social, subordinado às prioridades do ajuste de estabilização, de competitividade. Nos anos 90 foi sendo progressivamente gestado, ao longo dos governos de Collor de Melo, de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, um perverso desmonte do Estado no social. O programa de ajuste estrutural brasileiro priorizando, sempre, a busca de equilíbrios macroeconômicos às expensas dos sistemas de proteção social, efetivou o desmonte do já precário sistema de políticas sociais públicas e a destituição de conquistas institucionais acumuladas ao longo de décadas. Na verdade, o nosso embrionário e distorcido sistema de proteção social foi perigosamente debilitado pelas restrições fiscais no percurso da estabilização, exatamente quando esse sistema é chamado a responder aos elevados custos sociais do processo de ajustamento à nova ordem do capital.

Tal desmonte é a expressão do processo de desestatização que marca a chamada “globalização irrestrita” a que se submetem os Estados periféricos que aderem aos programas de ajuste pautados no Consenso de Washington. Em verdade, essa desestatização é uma erosão seletiva no social, comprometendo formas tradicionais de regulação social via políticas sociais. Assim, o Estado Ajustador abdica de uma efetiva atuação regulatória no campo do social. Em meio ao drama social brasileiro, parece sair de cena, negando-se a exercer o seu papel de ator principal. Em termos concretos, o Estado envereda por programas focalistas, marcados pela seletividade que enfatizam a carência e não o direito, despojando-se de uma efetiva política de atuação no social que sinalize para a integração dos excluídos. Na verdade, o Estado Ajustador parece eximir-se da responsabilidade pública com a grave Questão Social, “lavando as mãos” face a crise ético-social brasileira. E, legítima essa sua perversa desresponsabilização com a transferência do trabalho social para outros atores: a comunidade e o mercado.

O argumento recorrente é a exigência da mudança de padrão na atuação social, face aos novos tempos, em que a questão social não pode mais ser enfrentada somente pelo Estado. Assim, no percurso da “era FHC”, a

própria idéia legítima da parceria foi, através da ideologia do ajuste, transmutada em véu camuflador do eximir-se do Estado no enfrentamento da questão social brasileira, trazendo para o centro da cena o mercado e a sociedade civil.

Nesse cenário de secundarização da Questão Social pelo Estado Ajustador emergem novas formas de regulação social, através da viabilização de serviços sociais pelo mercado e comunidade. Tais formas vêm recebendo diferentes conceituações: regulação auto-regulada; princípio de subsidiaridade; governo privado; auto-governança. No contexto do desmonte do Estado no social, essas novas formas de regulação social revelam-se precárias e paliativas, sem condições de configurar efetiva resposta à gravidade da Questão Social Brasileira nos dias atuais.

Assim, a desresponsabilização do Estado Ajustador com o social é, inegavelmente, uma forte dimensão da exclusão no Brasil do Ajuste: os excluídos ficam ainda mais desprotegidos, privados de serviços sociais básicos, direitos elementares de cidadania. Assim, gesta-se o exército brasileiro dos “excluídos desassistidos” que vagam entre a precariedade de serviços públicos, o vazio dos programas sociais e a emergência de formas novas e precárias de atuação no social, fundadas na solidariedade, via filantropia empresarial ou proteção comunitária.

Esse cenário brasileiro em tempos de ajuste é a expressão específica e peculiar da chamada “globalização” entre nós. É preciso, antes de mais nada, desnaturalizar tal cenário, quebrando o domínio do “pensamento único” pela crítica capaz de revelar as mediações que se constroem na vida brasileira para viabilizar a nova ordem do capital em nosso País. Tal empreendimento analítico exige colocar em xeque o atual modelo de crescimento que vem se constituindo nos processos de mundialização do capital, legitimado pela ideologia do mercado. A tarefa principal é desmistificar a “globalização” em seu modelo e em suas perversas expressões, denunciando o mal-estar contemporâneo que se gesta nos circuitos globais”. “A globalização deve ser desmistificada e bem estudada, para que possa ser alvo de críticas e controle” (SEITENFUS, 2001). Isso exige que o debate público sobre a globalização avance e se aprofunde, como no Fórum Social Mundial (janeiro 2001) que revelou um processo inicial, de caráter coletivo e mundial, de produção de uma nova ordem global, sob a insígnia “um outro mundo é possível (GENRO, 2001). De fato, a pluralidade de experiências e de vozes – que aí se expressou – é a melhor garantia de que o pensamento único globalizante está sendo combatido em várias frentes (TAVARES, 2001).

É preciso insistentemente, de forma lúcida e criativa, colocar a “globalização em questão”. E, hoje, no limiar do século XXI, no cenário de

desmontes e de fragmentações do Brasil Real, afirma-se um momento singular de investida na crítica política a essa nova ordem do capital, pois os fatos apontam que estamos entrando num novo período da luta política, diferente daquele dos últimos dez anos (BENJAMIM, 1999). É o anunciar de um novo tempo que exige a intervenção de diferentes atores que, em espaços distintos, comungam a utopia da transformação desse Brasil excludente e desigual. É hora de voltar a pensar, a propor e a construir um outro mundo, regido por um ethos fundado na justiça, na verdade, no belo e na felicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. *A reestruturação produtiva, as reformas econômicas no Governo FHC e os impactos no Nordeste*. Recife: Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP/ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Out. 1995.
- _____. *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação*. Revista Estudos Avançados. USP. Nº 29, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. Trabalhadores do mundo no final do século. *Revista Praga*, nº 1, set/dez. 1996.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. A "globalização" em questão. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 9/abr. 1998.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *Brasil Real anos 90: o desafio da questão social*. Fortaleza, jun. 1997. Mimeogr.
- BENJAMIM, César. A Opção Brasileira. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro: FASE, set/nov. 1999.
- _____. *O "Brasil Real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais*. Tese doutorado. Outubro, 1999.
- _____. *A Questão Social e suas Implicações na Construção da Seguridade Social Pública*. Natal – RN. 19 de outubro de 2001. mimeo.
- CASTELS, Robert. Da indigência à exclusão, à desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: *Saúde loucura*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. Rumo a uma mudança total dos parâmetros mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, nº 1, p7- 31, maio 1998.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade - mundo*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHOMSKI, Noam. *Revista Carta Capital*, 25 dez. 1996.

- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia da globalização e (des) caminhos da Ciência Social*. 1997. Mimeogr.
- DEJOURS, Cristophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FEATHERSTONE, Mike (org) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GENRO, Tarso. A Internacional dos fragmentos. *Jornal Folha de São Paulo*. 27/01/2001. Caderno A. Seção Tendências / Debates.
- JORNAL O POVO 29 de abril de 2001 – Caderno Economia.
- MERCADANTE, Aloizio. Crescimento e sustentabilidade. *Jornal Folha de São Paulo*. 18/02/2001. Caderno 2. Dinheiro. Seção Lições Contemporâneas.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Revista CRH*, Salvador, nº 21, jul/dez 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neo-liberalismo na América Latina. *Revista Praga*. São Paulo. 1997.
- _____. Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? 1998. Seminário “Cidadania, Pobreza e Exclusão”. Petrópolis, 1998. Mimeogr.
- POCHMANN, Marcio. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. Setembro de 1999. Mimeogr.
- _____. Internacionalização da economia e o trabalho. *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno Economia, 15 de março de 2001.
- _____. O recente abuso do sobretrabalho no Brasil. *Jornal Valor Econômico*. 27 de março de 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1995.
- SEITENFUS, Ricardo. Terra à vista. *Jornal Folha de São Paulo*. 30/01/2001. Caderno A. Seção Tendências/ Debate.
- _____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Lua Nova - CEDEC*, São Paulo, nº 39, p. 105-124, 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição. Arrogância, incompetência e cinismo. *Jornal Folha de São Paulo*, 13/09/98. Caderno 2. Dinheiro, Seção Lições Contemporâneas.
- _____. Porto Alegre X Davos. *Jornal Folha de São Paulo*, 28/01/2001. Caderno 2. Dinheiro, Seção Lições Contemporâneas.
- ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, out. 1997.

PARTE I:

TRABALHO E SAÚDE

TRABALHO INDUSTRIAL, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: DISCUTINDO ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NO CEARÁ

*Raquel Maria Rigotto**

Introdução

O Nordeste tem 58% de seu território na área delimitada pelo Polígono das Secas e contém a totalidade do semi-árido do Brasil. Nestas regiões, a característica mais comum é a falta de precipitações suficientes (400 a 800 mm anuais), confortáveis e oportunas, com incidência periódica de secas, sendo por isso consideradas zonas de risco climático. A área compreende o conjunto das unidades geoambientais do Nordeste onde ocorre a vegetação dos diferentes tipos de caatinga ou de transição da caatinga para outros ecossistemas. Nela registra-se alta incidência de pobreza, subemprego, crises de fome aguda, emigração massiva, saúde precária e analfabetismo, insegurança.

Como pensar a ocupação do semi-árido? As visões variam. Alguns referem-se a ele como “problema”, na medida em que impõe limites à intervenção humana, como, por exemplo, nas atividades agrícolas, e propõem a sua ocupação com atividades menos vulneráveis a estes limites – como a industrialização. Outros compreendem que o aumento da população e da intensidade das atividades humanas conduz ao aumento da pressão sobre os escassos e frágeis recursos existentes - como água, solo e vida selvagem – e que são áreas altamente suscetíveis ao aquecimento global e outras mudanças ambientais decorrentes de atividades industriais e agrícolas equivocadas e práticas de desenvolvimento não-sustentáveis.

O incentivo à industrialização tem sido uma vertente importante dos Planos de Governo no Ceará, justificado pela necessidade de gerar emprego e renda para combater a pobreza, particularmente a partir do final dos anos 80. Este artigo pretende contribuir para compreender parte da concepção de sustentabilidade que subjaz a estes Planos, explorando especialmente

* Médica do trabalho, mestre em educação e doutoranda em sociologia. Professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC.

aspectos deste processo de industrialização no semi-árido do Ceará em sua relação com o trabalho, o meio ambiente e a saúde.

Porquê eleger este enfoque? As relações entre a produção, a saúde e o ambiente configuram uma faceta crítica do atual modelo de desenvolvimento, por suas características de violência manifestas (e ocultadas por estratégias específicas) nos conflitos ecológicos e de saúde. No mundo do trabalho, novas tecnologias e novas relações de trabalho trazem novos valores, novos hábitos e novos riscos tecnológicos. Estes, de natureza física, química¹, biológica, ergonômica e psíquica, mecânica, podem produzir desde fenômenos mais visíveis e imediatos, como os acidentes de trabalho; doenças profissionais – como as intoxicações, a perda da audição, dermatoses, lesões por esforços repetitivos; até sofrimento psíquico, desgaste, doenças crônico-degenerativas, e alterações genéticas que podem se manifestar em câncer ou alterações da reprodução.

Mas os conflitos ecológicos relacionados aos processos de trabalho industriais vão além dos muros da fábrica. Podem comprometer os ecossistemas e a população vizinha, através do consumo de recursos naturais, da destruição da fauna e da flora; da poluição do ar, da água ou do solo e da contaminação de alimentos. Podem causar acidentes ampliados, como incêndios, explosões e contaminação de grandes áreas. E podem também estender seus efeitos a uma escala regional ou global, seja atuando de forma cumulativa com outras fontes, seja intervindo em processos complexos da biosfera, que podem resultar, por exemplo, em perda da biodiversidade, degradação do solo, aquecimento global ou depleção do ozônio atmosférico. Todos estes fenômenos têm repercussões também sobre a saúde humana, às vezes de forma direta, como nas intoxicações químicas ou no câncer de pele por excesso de radiações solares; às vezes de forma indireta, como no caso dos eventos climáticos extremos ou da redução da capacidade de produzir alimentos (PORTO, 2000; CONFALONIERI, 2000).

1 Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em 1987, havia cerca de 4 milhões de substâncias químicas diferentes sendo utilizadas nos processos produtivos, sendo que pelo menos 70.000 delas em grandes volumes. Destas, apenas 1.164 haviam sido estudadas do ponto de vista de sua nocividade e tinham um Limite de Tolerância estabelecido, enquanto as demais vêm sendo utilizadas sem que se conheçam suas interações com o meio ambiente e a saúde humana, podendo ser teratogênicas, mutagênicas, cancerígenas, tóxicas sistêmicas... A cada ano, cerca de 250.000 novas substâncias são inventadas e pelo menos 1.000 delas passam a ser aplicadas em grandes volumes.

Situando a industrialização no contexto da região Nordeste, neste artigo é feita uma breve descrição da trajetória histórica que vai da tradição artesanal do Nordeste no século XVIII até as iniciativas estatais pela industrialização, já na segunda metade do século XX. Em seguida, são apresentados os planos de governo no Ceará, entre 1987 e 2002, particularmente no que toca à indústria, ao trabalho, ao meio ambiente e à saúde, bem como alguns resultados concretos obtidos neste período. A terceira parte é dedicada à discussão da sustentabilidade destas políticas de industrialização, tendo como referencial teórico uma concepção que integra também a dimensão ambiental e social aos processos de desenvolvimento; analisando o perfil industrial atual do estado quanto aos riscos ocupacionais e ambientais dos ramos de atividade prevalentes; e reunindo elementos de outros estudos recentes, pertinentes ao tema.

1. Industrialização no Nordeste: aspectos históricos

Século XVIII: a tradição artesanal

A integração do sertão nordestino na colonização portuguesa, no início do século XVIII, foi motivada pela necessidade de terra onde se criasse gado para servir como animais de trabalho para os engenhos e para alimentar as populações de Salvador e Olinda, então centros urbanos em desenvolvimento em torno do cultivo da cana e dos engenhos de açúcar, precursores das primeiras indústrias da região.

Associadas a este ciclo produtivo, surgem duas atividades de transformação: a do couro, utilizado na fabricação de portas, camas, cordas, alforjes, malas, peias, roupas para montar no mato, bainhas para as facas, surrões, e muitos outros utensílios. A outra é a da carne, preparada em carne seca, salgada ou charque nas “oficinas”, contornando as sérias dificuldades e perdas de transportar o gado destinado ao abate por longos trajetos até os centros consumidores.

Cana, algodão e café

Paralelamente à agricultura destinada a alimentar a “população dos currais”, surgem, ainda no século XVIII, pequenos engenhos de mel, açúcar e aguardente – como o do Cariri, de 1731 - que processavam a cana cultivada nas serras frescas do sertão. Utilizavam tecnologia atrasada em relação às então adotadas pela civilização canavieira da Zona da Mata,

empregavam em média 15 escravos e também contavam com trabalhadores livres, que trabalhavam como meeiros.

Na passagem do século XVIII para o XIX, o surto algodoeiro encontra rápido desenvolvimento no sertão. Parte do produto era tecido manualmente e consumido na própria região, e outra era enviada ao porto do Recife para abastecer os teares ingleses². Industrializando o algodão no Ceará, em torno de 1870, surgiram as fábricas Pompeu e Irmãos, Ceará Indústria, Ernesto Deocleciano e Santa Tereza da Popular Aracatiense (ANDRADE, 1973).

Merece menção ainda a exploração da cera de carnaúba, presente em todas as terras de várzea dos rios que se dirigem ao litoral setentrional.

Em 1840, já as plantações de café se espalham pelas serras da Ibiapaba, Meruoca, Baturité e pela região do Cariri, produzindo para o abastecimento da região e para exportação. Matas e canaviais foram transformados em cafezais, com grande produção, constituindo a “pequena nobreza dos cafezais”, com atividade importante até a segunda década deste século.

Nas duas últimas décadas do século XIX inicia-se a primeira das duas fases de desenvolvimento das atividades industriais no Nordeste, segundo ANDRADE (1987). Ocorreu de forma espontânea e sem planejamento, por iniciativa de grupos econômicos locais, que utilizavam o capital de que dispunham ou conseguiam mobilizar. Estava ligada, principalmente, à produção agrícola regional e resultava muitas vezes da expansão de atividades artesanais originadas na época colonial, como a tecelagem artesanal de redes; a cestaria utilizando palha de carnaúba, babaçu, buriti, tucum, ouricuri, agave, piaçava, etc; os bordados e rendas; a cerâmica; as selas, arreios, sapatos, bolsas e chapéus de couro; a cutelaria, a flandelaria e a funilaria; as casas de farinha, a produção de doces e carne de sol, do fumo.

A esta primeira fase de desenvolvimento estão vinculadas as indústrias tradicionais na região, como a produtora de açúcar e álcool, a têxtil e a de óleo vegetal, além da de couros e peles. A indústria têxtil aqui se desenvolveu desde 1882, quando o lançamento do algodão egípcio no mercado inglês tomou ao algodão brasileiro o maior mercado então

2 Nesse momento, o trabalho escravo deixa de ser interessante para os proprietários, porque o curto ciclo vegetativo do algodão fazia com que eles passassem boa parte do ano “sem produzir o suficiente para pagar sua manutenção e, nos períodos de seca, eram vendidos a preços ínfimos para outras regiões ou morriam de inanição.”. Por isto, o ciclo do algodão proporcionou um grande desenvolvimento do trabalho assalariado no sertão e, certamente, facilitou a “libertação” dos escravos. Assim, em 1872, no Ceará, havia 721.688 habitantes, sendo 31.915 escravos – o que corresponde a 4,4% da população, percentagem bem inferior à da Zona da Mata, por exemplo. (ANDRADE, 1973: 194).

existente. As fábricas se localizavam nos pontos onde a produção era embarcada: São Luís, Natal, Mamanguape, João Pessoa, Recife, Pilar, Penedo, Estância, Valença, Caxias, etc.

A indústria de beneficiamento de óleos vegetais utilizava-se da semente de algodão, mamona, babaçu, oiticica, e dela participaram companhias estrangeiras como a Sanbra, Anderson Clayton, a Brasil Oiticica, ao lado de grupos nacionais como os Fernandes, Moraes, etc. Estes estabelecimentos se distribuíam nas capitais ou nas cidades mais importantes – Fortaleza, Salvador e Campina Grande, recebendo a matéria-prima das áreas produtoras interioranas.

A indústria de couros e peles, tradicional no Nordeste, localiza-se nas cidades que exerciam ou exercem função polarizadora com relação à atividade pecuária, como Parnaíba, Campina Grande, Caruaru, Alagoinhas. Tanto a indústria têxtil como a de couros são base para o grande desenvolvimento atual da indústria de confecções e da de calçados, respectivamente.

As guerras e a industrialização

A Primeira Guerra Mundial trouxe grandes mudanças sociais, econômicas e políticas para o país. A dificuldade de importar trouxe a necessidade de produzir o que até então era obtido no exterior, e fez crescer o setor fabril brasileiro, junto com suas cidades, sobretudo no sul. O Ceará buscou explorar seus recursos naturais e realizar sua “vocação produtiva”, dando ensejo ao surgimento da indústria de fiação e tecelagem, à manufatura de cigarros e a oficinas tipográficas. (NOBRE, 1999: 7). Nos anos 30, o Ceará contava ainda com duas usinas de açúcar no Cariri e usinas de beneficiamento do algodão em Crato, Aurora, Cedro, Acopiara e Mombaça, ligadas à Exportadora Cearense Ltda. (Revista Inside Brasil, 2000: 13-18)

Já em 1945, o Ceará vivia os efeitos da seca de 42 e da Segunda Guerra, que levou à migração de trabalhadores para a Amazônia – no esforço de fabricação de borracha - ou à sua integração à Força Expedicionária Brasileira, na Itália. A energia elétrica ainda não tinha chegado à Fortaleza. A indústria de calçados, a da construção civil e a de Alfaiataria e Confecções já se faziam presentes.

A segunda fase do desenvolvimento industrial do Nordeste, ainda segundo ANDRADE (1973), inicia-se a partir de 1959. Ela será resultado da política proposta pelo GTDN, como veremos a seguir.

O GTDN

Nos anos 50, no bojo do processo de desenvolvimento promovido por JK, o Nordeste representava um *problema* no quadro nacional, devido às

disparidades de níveis de renda entre a região e o Centro-Sul e à diferença no ritmo de crescimento entre as duas economias. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, criado em 1956 pelo Presidente Juscelino Kubsticheck e coordenado pelo economista Celso Furtado (TEIXEIRA, 1997), identifica, entre as causas deste quadro, fatores relacionados às características das unidades geoambientais do Nordeste, como a escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, mas também a intervenção governamental, que havia privilegiado os investimentos industriais no Centro-Sul e diluído suas transferências para o Nordeste em obras assistenciais. O Grupo avalia então que “o desenvolvimento só é factível mediante a diversificação da própria produção interna, ou seja, pela industrialização.” (GTDN, 1967: 296) Os objetivos desta política de industrialização seriam “dar emprego a essa massa populacional flutuante”, criar uma classe dirigente imbuída do espírito de desenvolvimento e fixar na região os capitais aqui formados. Seu plano de ação incluía:

- Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semi-árida
- Reorganização da economia da região semi-árida e abertura de frentes de colonização
- Intensificação dos investimentos industriais
- Solução para o problema da oferta de energia elétrica
- Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes
- Aumento da oferta de alimentos nos centros industriais

No tocante aos investimentos industriais, o documento propunha a instalação de indústria manufatureira, para absorver grandes contingentes de mão-de-obra, em setores que apresentassem maior viabilidade econômica na região, tendo em vista o mercado local e a possibilidade de concorrência com as indústrias do Sul, como a indústria siderúrgica – que permitiria a expansão de indústrias de transformação do ferro e do aço e mecânicas, implementos agrícolas, móveis metálicos, etc. O GTDN sugeriu também investimentos em empresas que se apóiam em matérias-primas locais, como o cimento, adubos fosfatados, sisal, pesca. Recomendou ainda o apoio às indústrias tradicionais, como a têxtil-algodoeira.

A partir do final dos anos 50, o Estado desenvolvimentista atuou no Nordeste, investindo em infra-estrutura viária e energética, em formação de quadros, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e em pesquisas de recursos naturais. As atividades urbanas e

industriais ganham crescentemente espaço no ambiente econômico da região e passam a comandar o crescimento da produção, impulsionadas pela SUDENE, pelo Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, pela instalação da Petrobrás na Bahia e da Vale do Rio Doce no Maranhão. De 1967 a 1989, enquanto a agropecuária reduziu sua contribuição ao Produto Interno Bruto – PIB da região, a indústria ampliou sua participação de 22,6% para 29,3%. No global, também aumentou, entre 1960 e 1990, a participação do Nordeste na formação do PIB nacional, de 13,2% para 17,1% (ARAÚJO, 1997). A população ocupada no setor secundário no Nordeste subiu de 220.000 em 1962 para 276.262 em 1970, saltando para 644.535 em 1979 (ANDRADE, 1987).

Após 1960, o Nordeste vem assumindo um novo papel no contexto da divisão interregional do trabalho no país – patrocinado pelo Estado, passando de tradicional região produtora de bens de consumo não-duráveis - têxtil e alimentar, principalmente – para bens intermediários. Os grandes centros urbanos, planejando seu desenvolvimento, criaram distritos industriais, onde passaram a oferecer condições vantajosas às indústrias que neles quisessem se localizar, e a região foi construindo uma infra-estrutura que favorece o desenvolvimento industrial. Daí o aparecimento de uma série de indústrias novas, como a destilação de petróleo (pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e a ASFOR no Ceará) e a fabricação de borracha sintética (Pernambuco). A siderurgia desenvolve-se em Recife, através da Açonorte, e na Usina Siderúrgica da Bahia, além da produção de alumínio no Maranhão. Há ainda o pólo de fertilizantes de Sergipe, o complexo da Salgema em Alagoas e o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza.

A ICID e o Projeto Áridas

Poucos meses antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, acontece em Fortaleza a Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas – ICID, convocada pelo governo do Estado do Ceará e pela Fundação Grupo Esquel do Brasil. Reuniu cerca de 800 cientistas e acadêmicos de diversas áreas de conhecimento, técnicos de governo e de organizações não-governamentais, procedentes de 45 países, preocupados com as condições atuais e futuras dos povos e meio ambiente das regiões semi-áridas dos países em desenvolvimento, para discutir uma estratégia nova e moderna de desenvolvimento para as regiões semi-áridas, que levasse em conta a sustentabilidade ambiental, econômica, social e política.

Entre as recomendações e diretrizes consignadas na Declaração de Fortaleza – que resultou da Conferência, estão o compromisso político com reformas estruturais que revertam o quadro de pobreza e degradação ambiental, a participação da sociedade civil, compreendendo o desenvolvimento sustentável como “distribuição equitativa da riqueza e do acesso aos recursos naturais, respeito à diversidade local e capacidade adaptativa da escala das atividades humanas para torná-las compatíveis com o regime ecológico, levando-se em consideração as necessidades das gerações presentes e futuras e o crescimento da produtividade a longo prazo.” (apud GOMES et alli, 1995).

Como decorrência da ICID, em 1994, a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo Federal decidiu pela elaboração do Projeto Áridas, trazendo uma nova proposta de atuação do poder público, orientada para estimular o desenvolvimento sustentável no Nordeste brasileiro (GOMES, 1995). Deste participaram instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT; nacionais, como o IPEA; e regionais, como a SUDENE e o Banco do Nordeste, além dos governos de todos os estados, à exceção de Alagoas (MAGALHÃES e LIMA, 1995). Os elementos principais da estratégia do Projeto Áridas, segundo VERAS (1995), são a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento – economicamente sadio, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade; a visão de longo prazo; a descentralização e a participação da sociedade – em que o Estado deve ser o grande alavancador das iniciativas tanto do setor privado como das comunidades.

O documento reconhece o desempenho positivo do Nordeste a partir dos anos 70, como fruto da política de desenvolvimento regional posta em prática pela União desde os fins da década de 50. Considera, entretanto, que o Nordeste padece ainda de sérias vulnerabilidades, seja de natureza econômico-social, geoambiental, científico-tecnológica, e político-institucional. Refere-se às dificuldades da região em financiar seu próprio crescimento, à pobreza e ao desemprego, às vulnerabilidades climáticas do semi-árido, à degradação dos solos e à poluição; à má ordenação do espaço regional, entre outros. Propõe-se a pensar o Nordeste em perspectiva de longo prazo – 2020, a partir da concepção de um futuro desejado.

Na estratégia de desenvolvimento sustentável proposta pelo Projeto Áridas, pode-se verificar que, entre os programas prioritários da área

“transformação produtiva e crescimento acelerado”, a reestruturação e expansão industrial aparecem com destaque, já que, no cenário desejado para 2020, pretende-se que o crescimento da economia do Nordeste seja superior ao brasileiro em todo o período, e isto liderado pela indústria de transformação. A agroindústria e a indústria extrativa mineral complementam estas iniciativas, todas sob a diretriz geral da competitividade, buscando o crescimento da produção.

Para tanto, a diretriz é internalizar os novos paradigmas tecnológico e organizacional da Terceira Revolução Industrial, generalizando a aplicação, para toda a indústria, da microeletro-eletrônica, informática, automação flexível, modernas técnicas de gestão da produção e de marketing, além das novas formas de relacionamento entre capital e trabalho. Reconhece-se, a partir do exame da experiência de outros países, que a adoção destes *“novos paradigmas não inspira confiança sobre a capacidade de geração direta de empregos... Não há, porém, alternativa a ele, quando o objetivo é a competitividade dinâmica...”* (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 1995: p. 149) O documento ressalta ainda que este processo de modernização deverá ser, ainda por um tempo, desigual, espacial e setorialmente, além de pouco intenso em atividades que não enfrentam a concorrência no mercado internacional. Nesta perspectiva, recomenda:

- A modernização e integração das cadeias produtivas dos complexos industriais integrados do Nordeste – Pólos Petroquímico da Bahia e Cloroquímico de Alagoas e o Complexo Minerometalúrgico do Maranhão
- Concentrar o esforço de transformação, integração e expansão produtivas nos pólos urbano-industriais de Recife, Fortaleza e Salvador, tanto nos gêneros industriais de implantação mais recente – química, metalurgia, metal-mecânica, etc – quanto na tradicional indústria de bens não duráveis de consumo – têxteis, confecções, calçados, bebidas e produtos alimentares.

Faz-se menção ainda ao controle da poluição, à adoção de tecnologias mais limpas, à minimização de outras agressões ambientais, não só como condição de sustentabilidade mas também como *“facilitadora do acesso aos mercados internacionais, cada vez mais ecologicamente conscientes.”* (p. 153)

Tânia Bacelar ARAÚJO (1997) analisa o quadro atual, fruto deste processo de desenvolvimento, e identifica nele, como já antecipava o documento do Projeto Áridas, subespaços dotados de modernas estruturas econômicas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo da região. São as frentes de expansão, ou pólos dinâmicos como os referidos no parágrafo anterior. Ressalta, entretanto, que a opção pela prioridade à integração competitiva das áreas mais dinâmicas do país à economia mundial globalizada *“deixa secundarizados os esforços de políticas compensatórias ou não revela com igual clareza as prioridades para as áreas e para os segmentos produtivos em reestruturação, em crise ou em estagnação”*, como as zonas canavieiras e o semi-árido, reproduzindo e consolidando desigualdades sociais (p. 462).

A autora chama a atenção também para o caráter espacialmente seletivo dos investimentos industriais, que privilegiam espaços específicos nas regiões, tornando-as extremamente heterogêneas: a “indústria pesada” - metal-mecânica, automobilística, e química – continua a se concentrar no Sudeste e deixa grupos como o de minerais não-metálicos, têxtil, calçados, produtos alimentares e bebidas, papel e celulose, para as demais regiões. Considera ainda que empresas de gêneros industriais mais mão-de-obra intensivos têm buscado se localizar no interior do Nordeste para competir com os concorrentes externos (principalmente os de países asiáticos), atraídas pela super-oferta de mão-de-obra e baixos salários, e pela possibilidade de flexibilizar as relações de trabalho, através, por exemplo, da subcontratação.

Possivelmente refletindo a influência do GTDN e seus desdobramentos, os Planos de Governo do Estado do Ceará, a partir de 1963 (PLAMEG), definem-se pela criação de distritos industriais, da infra-estrutura necessária à industrialização (rodovias, portos, eletricidade), de empresas públicas de fomento e planejamento do desenvolvimento industrial. O PLACEG, de 1971, estabelece diretrizes com vistas à atração de investimentos da iniciativa local e externa, e pretende aumentar a oferta de empregos urbanos e elevar a renda *per capita*. No PLANDECE (1975-1979), a industrialização é apresentada, em consonância com o II PND, como estratégia de redução das disparidades inter-regionais e setoriais no Nordeste. O II PLAMEG (1979-1983) registra o primeiro sinal de desconcentração espacial, ao apontar para a implantação de distritos industriais no interior. No período seguinte, a expansão da infra-estrutura industrial no aglomerado de Fortaleza e o estímulo à implantação

diversificada de complexos econômicos verticalmente integrados são colocados como macro-objetivos (OLIVEIRA JR., 1996)

A Tabela 1 mostra os resultados destas políticas até o ano de 1973, quando 1.247 indústrias já funcionavam no estado, e onde a concentração em Fortaleza e no seu entorno já se faz evidente.

Tabela 1
Distribuição Espacial das Indústrias no Estado do Ceará em 1973

Municípios	Nº de Indústrias	% do Estado
Fortaleza	700	56,13
Pacatuba, Maranguape, Aquiraz e Caucaia	90	7,22
Juazeiro do Norte	79	6,34
Sobral	57	4,57
Crato	37	2,97
Iguatu	25	2,00
Outros	259	20,77
Total	1247	100,00

Fonte: Diagnóstico da Indústria Cearense, Instituto Euvaldo Lodi/FIEC-CE, 1973

2. O processo recente de industrialização no Ceará

Neste item pretende-se percorrer os Planos de Governo tornados públicos no Ceará nos três governos Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-1998 e 1999-2002), e descrever o que têm a dizer sobre a industrialização, o trabalho, o meio ambiente e a saúde. Não se trata aqui de avaliar resultados ou políticas, para o que seria adequada outra metodologia. O que se busca é reunir elementos para compreender a concepção de sustentabilidade neles implícita, os quais serão discutidos e analisados no item 3.

A partir de 1987, assume o governo do estado o grupo político liderado por Tasso Jereissati³, que se candidata a partir de um convite de Gonzaga Mota, num momento de disputa entre os coronéis. Este grupo, denominado “jovens empresários”, tinha se constituído no Centro das Indústrias do Ceará - CIC, também num momento em que se percebeu que havia, “nas lideranças empresariais tradicionais, uma vazios e uma necessidade de renovação...” (JEREISSATI, 1999). Nos subitens que se seguem, será apresentado o conteúdo dos planos de governo deste grupo, no tocante ao tema aqui em análise.

3 Compondo este grupo, entre 1978 e 1986, se sucederam na presidência do CIC nomes hoje importantes no cenário político do Ceará: Beni Veras, do setor têxtil-confecções; Amarílio Macedo, do setor de produtos alimentares; Tasso Jereissati, dos setores imobiliário, comércio e produtos alimentares; Sérgio Machado, também do setor têxtil-confecções; e Assis Machado, da Construção Civil (AMARAL FILHO, 1997).

O Plano das Mudanças

No período 1987-1991, o governo é norteado pelo Plano das Mudanças (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1987), que tem como objetivos:

- Acelerar a taxa de crescimento econômico, buscando atingir melhor distribuição de renda, favorecendo as camadas mais necessitadas e as áreas menos desenvolvidas;
- Assegurar a criação de empregos produtivos de acordo com uma política de investimento que contemple a melhoria da produtividade da economia de modo geral;
- Melhorar as condições de saúde e educação da população, com prioridade para o segmento em estado de pobreza absoluta.

Declarando como prioridade a redução das desigualdades econômico-sociais e a eliminação da pobreza, coloca como base para as ações governamentais a reforma agrária, a implantação da agricultura irrigada e da piscicultura, o desenvolvimento da agroindústria, a melhoria das condições de vida, entre outros. No tocante ao setor secundário, propõe o desenvolvimento de grandes projetos industriais, na perspectiva de promover a integração de um pólo industrial mais pesado (sic), como a Refinaria de Petróleo, a Usina Siderúrgica, o Complexo de Itataia de Beneficiamento de Urânio e Produção de Fertilizantes Fosfatados e a Zona de Processamento de Exportação (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1987: 27-28).

Reconhecendo a excessiva concentração espacial e econômica em torno de Fortaleza – que então abrigava 54% das empresas industriais do estado, o Plano define, como objetivo da política industrial, mudar o perfil industrial do Estado, elevando o número de empregos diretos e indiretos e contribuindo para a melhoria dos níveis de renda da população. Para isto, decide apoiar as micro e pequenas empresas, consolidar o III Pólo Industrial do Nordeste, implantar grandes empreendimentos de efeito multiplicador, melhorar o nível de qualificação da mão-de-obra e o nível tecnológico do setor (p.119). Entre as diretrizes, estão a concentração de esforços para garantir a implantação de empreendimentos de grande impacto econômico e a interiorização da indústria.

A Política Ambiental, por seu turno, tem como objetivo melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida da população, através da compatibilização do desenvolvimento econômico com a utilização dos recursos naturais existentes, assegurando o seu uso racional, a manutenção dos padrões de qualidade ambiental adequados, notadamente nos aglomerados urbanos, difundindo uma consciência ecológica na sociedade (p. 172).

Quanto ao trabalho, o Plano reconhece que a carência de oportunidades de trabalho constitui-se no maior problema do Ceará, que reflete-se no estado de pobreza da população; menciona a proliferação do emprego informal e enfatiza dados da PNAD para 1985, segundo os quais 79,8% da população em idade ativa recebia até 1 salário mínimo ou não tinha qualquer rendimento. Propõe ações que levem à expansão das oportunidades de ocupação e renda, como o desenvolvimento dos setores tradicionais da economia, o incentivo às atividades produtivas implementadas por grupos sociais e o apoio ao setor informal. Complementa estas ações com um conjunto de medidas que visam melhorar as condições de reprodução da força de trabalho, na educação, moradia, e saúde (p.59-60).

No tocante à saúde, o diagnóstico apresentado no Plano assume que as condições sanitárias são precárias e que os níveis de morbi-mortalidade são elevados, se comparados aos da população brasileira. Aponta como problemas a mortalidade infantil, a morbidade por doenças imunopreveníveis e infecto-contagiosas, além de alguns aspectos da situação institucional. Assim, a política de saúde do estado deve voltar-se ao enfrentamento destes problemas, além da garantia da qualidade dos serviços de saúde prestados à população, e da redução da incidência da cárie dentária (p. 70-72).

No decorrer deste mandato, vale destacar ainda a criação, em 1991, do Pacto de Cooperação, como um movimento de parceria que se inicia entre empresários e governo do estado, buscando a cooperação na viabilização técnico-financeira de projetos, aumento da produção setorial através da flexibilização tributária, atração de investimentos (AMARAL FILHO, 1997: 69). O Pacto de Cooperação tem promovido o relacionamento entre diversos níveis dos poderes públicos, centros de pesquisa, movimentos comunitários, trabalhadores e organismos nacionais e internacionais, com o objetivo de propor ao governo saídas para a crise, congregando a totalidade dos agentes sociais (REBOUÇAS et alli, 1994: 2).

Como resultado destas iniciativas, em 1993, havia 14 novos projetos industriais no Estado, de origem nacional ou estrangeira, sendo treze em implantação e um em funcionamento, gerando entre 500 e 12.000 empregos por projeto: Yamacon Nordeste S/A (Taiwan), Vicunha do Nordeste (São Paulo), Tong Yang Nordeste S/A e a Lih Chig Nordeste S/A (ambas também de Taiwan), Elizabeth Nordeste S/A (São Paulo), entre outras, instaladas em distritos industriais como de Acarape, Pacajus, Horizonte, Sobral, Maracanaú, etc (AMARAL FILHO, 1997: 73).

O Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-98

Já o Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998 (CEARÁ, 1995) assume se assentar sobre o Projeto Áridas, referido no item 1 deste texto, adotando também uma visão prospectiva para 2020. Reconhece as mudanças ocorridas no estado nos 8 anos que o precedem e o resultado amplamente favorável da economia, embora considere que ainda não foi possível resolver os problemas seculares de pobreza, desemprego e as deficiências infra-estruturais. Assim, define que o crescimento econômico não será perseguido como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para alcançar o objetivo primordial de desenvolver o Ceará no prazo de uma geração, com a melhoria da qualidade de vida de todos os cearenses a curto prazo (pp. iii, 1). Os objetivos gerais foram assim definidos:

- Proteção do meio ambiente – conservar e recuperar os recursos naturais, proteger o meio ambiente e combater a poluição urbana e rural
- Reordenamento do espaço – interiorizar o desenvolvimento do Estado
- Capacitação da população – melhoria dos níveis educacionais, nutricionais e de saúde, com melhoria das condições gerais de vida, potencializando as oportunidades de trabalho e participação
- Crescimento da economia, geração de empregos e redução de desigualdades – crescimento do Produto Interno Bruto de 5 a 7% ao ano, aumento da renda *per capita*, interiorização do desenvolvimento industrial, aumento do emprego, aumento da produtividade agrícola, redução das desigualdades e da pobreza
- Desenvolvimento da cultura, ciência, tecnologia e inovação – promoção das mudanças culturais necessárias ao desenvolvimento sustentável
- Melhoria da gestão pública – criação de canais de participação efetiva da sociedade, de aperfeiçoamento dos métodos de planejamento e avaliação das ações públicas, melhoria da qualidade dos serviços prestados e capacitação dos servidores (CEARÁ, 1995: p. 39-40)

A Promoção e Incentivo à Atividade Industrial é um dos programas estruturantes na área de geração de emprego e desenvolvimento sustentável da economia, justificado por ser o setor secundário o que melhor se ajusta às condições climáticas do Nordeste, por ser dinâmico e sustentável, constituindo-se no setor estratégico para a melhoria dos indicadores e redução das disparidades interregionais no Estado (CEARÁ,

1995: p. 74). O programa destaca o papel do Estado como agente indutor para que a iniciativa privada não só obtenha retorno econômico satisfatório como contribua para o equilíbrio sócio-econômico e ambiental do estado, através da divulgação, por meio de feiras, exposições e um escritório nos EUA, de oportunidades de investimentos industriais, incentivos fiscais e financeiros, apoio tecnológico, de mercado e de infra-estrutura. Quanto ao perfil industrial, propõe a seleção de gêneros e subgêneros em função do aspecto espacial da atividade industrial, do uso intensivo de mão-de-obra e de alternativas de investimentos em projetos sustentáveis em face da vulnerabilidade climática (CEARÁ, 1995: p. 74-76).

Já os programas estruturantes na área de proteção do meio ambiente incluem o florestamento, reflorestamento e a proteção da biodiversidade; desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos; e combate à poluição. Entre as ações previstas neste último estão o intercâmbio entre os órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelas ações de controle da poluição; o controle preventivo e/ou corretivo das atividades suscetíveis de degradar o meio ambiente; a obtenção e difusão de tecnologias alternativas simplificadas para o controle da poluição; o desenvolvimento de parcerias com indústrias potencialmente poluidoras, visando a sua participação no processo de proteção do meio ambiente; a fiscalização e o monitoramento da poluição; a educação ambiental (CEARÁ, 1995: p.50).

Na definição dos princípios e práticas do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade é compreendida como “a possibilidade de obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento, preservando a capacidade produtiva dos recursos naturais, maximizando seus efeitos sobre a criação de renda e de emprego e assegurando o apoio político necessário para garantir a continuidade das políticas.” (CEARÁ, 1995: p. 35).

A questão do trabalho é contemplada neste documento dentre os programas estruturantes na área de capacitação da população, no item “Desenvolvimento Social, Redução das Desigualdades e Promoção do Trabalho”. Reconhecendo que “os indicadores sociais não evoluíram na mesma proporção que os indicadores econômicos, propõe ações intersetoriais, parcerias e descentralização para nortear as políticas de trabalho e ação social, entre as quais está a “geração de ocupação e renda como instrumentos de cidadania”: qualificação profissional, educação para o trabalho, crédito a pequenos empreendedores, ampliação da intermediação de mão-de-obra com as empresas, incremento do artesanato (CEARÁ, 1995:69-70).

No tocante à saúde, o documento constata avanços no controle de doenças imunopreveníveis, a expansão e melhoria dos serviços, e enfatiza a colaboração dos 7.800 agentes de saúde. Mas reconhece a permanência

dos problemas de morbi-mortalidade materna e infantil, de doenças epidêmicas de veiculação hídrica. Menciona que o câncer, as doenças cardiovasculares e as mortes por causas externas já constituem as primeiras causas de morte em Fortaleza, e considera que este quadro, que associa doenças chamadas do “progresso” com as do “atraso” é reflexo de condições sócio-econômicas adversas, que demandam, em seu enfrentamento, parcerias com outros setores da administração pública e da comunidade organizada. Em seguida, adota como princípios norteadores aqueles que são consignados ao Sistema Único de Saúde na Constituição Federal: equidade, descentralização, intersetorialidade e participação social (CEARÁ, 1995: 59-62).

Como resultado, no ano de 1996 o governo anuncia a atração de 70 novas empresas para o estado (protocolos de intenção, das quais 8 estavam em funcionamento), com a geração de 10.662 empregos diretos e 39.808 indiretos, além de investimentos na ordem de US\$614,44 milhões, beneficiando 22 municípios. Na Mensagem à Assembléia Legislativa (CEARÁ, 1997), o governador refere-se ainda a negociações com empresários do Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, dos Estados Unidos, Itália, Alemanha, França e Finlândia, totalizando 50 novos empreendimentos (CEARÁ, 1997:vi). Foram ainda consolidados distritos industriais em Acarape, Horizonte, Pacajus, Fortaleza (I e II), e implantados pólos industriais: Metal-Mecânico em São Gonçalo do Amarante, Calçadista na Zona Norte, Confeccionista do Vale do Jaguaribe, Calçadista de Canindé e Calçadista de Maranguape, além do projeto do então Complexo Portuário do Pecém (p.81-84).

Já em 1997, o Governo estadual informa à Assembléia Legislativa que 159 novos protocolos de intenção foram assinados, trazendo recursos da casa dos R\$930 milhões e gerando cerca de 161.000 empregos diretos e indiretos. O Complexo Industrial e Portuário do Pecém é anunciado como salto de qualidade no processo de desenvolvimento do estado, que abrigará, como âncora, a Companhia Siderúrgica do Ceará, com investimentos de 800 milhões de dólares, constituindo um pólo metal-mecânico, petroquímico, além de outras indústrias de base. Os pólos industriais expandem-se para municípios como Aracati, Itapajé, Caridade, Pentecoste, Quixeramobim, Uruburetama, Barbalha, Santa Quitéria, Iguatu, entre outros (CEARÁ, 1998: p. 85-86).

Em 1998, a meta de atrair 50 novas empresas é superada em 268%: 135 novos investimentos – dos quais 23 estão em funcionamento - beneficiam 37 municípios com a geração de 27.238 empregos diretos e 108.952 indiretos, através de investimentos da ordem de R\$2,49 bilhões. O destaque é para a RENOR, refinaria de petróleo a ser implantada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém pelo grupo alemão Tyssen Rheinstahl, que ensejará o advento do tão desejado pólo petroquímico. O

número de pessoas treinadas para o trabalho na indústria chega a 9.126 (CEARÁ, 1999: 90-96).

Consolidando o Novo Ceará: O Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002

Situando-se como continuidade e atualização do Plano 1995-1998, e mantendo os mesmos princípios e diretrizes, o Plano 1999-2002 define como objetivo-síntese “avançar no crescimento econômico com desenvolvimento social”. As ações são orientadas em quatro grandes opções estratégicas:

- Capacitação da população para o desenvolvimento, envolvendo uma ampla ação de educação integrada à qualificação para o trabalho
- Avanço no crescimento, a partir da dinamização da agricultura e da consolidação das indústrias de base
- Melhoria na qualidade de vida, compreendendo a preservação do meio ambiente, a saúde, moradia, assistência social, segurança, etc
- A oferta permanente de água e o convívio com o semi-árido (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2000)

A análise contida no documento considera que a indústria de transformação, juntamente com o turismo e a agricultura de alto valor agregado, são setores em que o estado tem vantagens comparativas. A imagem externa de estado moderno, bem governado e aberto à indústria é tida como um ativo (*pro-business*) que atrai empresas que buscam um local para seus investimentos no Nordeste. Estabelece que o Programa de Atração de Investimentos se apoiará na consolidação da indústria de base, para viabilização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Refinaria do Nordeste – RENOR e Companhia Siderúrgica do Ceará - CSC), ao que se soma a infra-estrutura básica que vem sendo dotada pelo governo: acessos rodoviários e ferroviários, suprimento de energia e água e esgotamento sanitário. Será estimulada também a atração de indústrias complementares das cadeias produtivas de ramos industriais de maior importância para o estado. (p. 71, 76)

Já a política ambiental é contemplada dentro da opção estratégica de melhorar a qualidade de vida da população, compreendida como relacionada ao equilíbrio das ações humanas com a preservação ambiental, além de outras políticas sociais. Esta opção está contemplada através do macroobjetivo 10 – Proteger e preservar a biodiversidade, através da implantação de unidades de conservação ambiental,

gerenciamento costeiro, zoneamento econômico-ecológico, monitoramento e combate à poluição dos recursos naturais, licenciamento e controle de atividades industriais e do uso de agrotóxicos, preservação da mata ciliar e recomposição da vegetação nativa (p. 88-90).

Também a saúde está abrigada na opção estratégica de melhoria da qualidade de vida. Novamente se registra o aumento das doenças identificadas com a urbanização, melhoria de renda e incremento da esperança de vida – chamadas de “modernas” no Plano anterior: as doenças cardiovasculares, as causadas por violências, intoxicações, cânceres e transtornos mentais. Como metas para o período 1999-2002 são definidas outra vez a redução da morbi-mortalidade materno-infantil, e o controle de doenças transmissíveis e, como novidade, acrescenta-se a redução das mortes pelas doenças “modernas”. Os Programas para atingir estas metas são vários: Saúde da Família, Assistência a Grupos Especiais (adolescente e idoso), Assistência Farmacêutica, Prevenção e Controle de Doenças Crônico-Degenerativas, Vigilância à Saúde, entre outros voltados à saúde materno-infantil (CEARÁ, 1995:90-93).

Já a questão do trabalho aparece inserida na opção estratégica de capacitação da população para o desenvolvimento, centrada basicamente na elevação do perfil educacional da população e na melhoria da qualificação profissional, garantindo a inserção no mundo do trabalho, a melhoria da empregabilidade e a redução dos desníveis de renda. Ao analisar a conjuntura atual, considera que o mercado de trabalho demanda hoje não mais um trabalhador capacitado para atividades específicas, mas a capacitação para a resolução de problemas, a polivalência, a criatividade, e uma “educação profissional entendida como direito do cidadão produtivo, com foco na demanda do mercado de trabalho, capaz de atender à diversidade social, econômica e regional da PEA” (p. 65). Como ações, são mencionados os Centros Vocacionais Tecnológicos e os Centros de Ensino Tecnológico, o Plano de Educação Profissional do Ceará, e o Programa Estadual de Qualificação do Ceará, que tem como objetivo qualificar e requalificar preferencialmente os mais vulneráveis econômica e socialmente, em diversos setores da economia.

Os 60 novos empreendimentos atraídos em 1999 - 28 em início de atividade - beneficiam 25 municípios, gerando 10.700 empregos diretos e 24.870 indiretos, com investimentos da ordem de R\$358,7 milhões. A Usina Termelétrica é anunciada como consolidação da indústria de base. Continua a construção de mini-distritos industriais no interior, em 19 municípios.

Assim, no período de 1995 a 1998, foram atraídas 432 empresas para o Ceará, cuja distribuição por gênero industrial encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2**Classificação dos gêneros industriais das 432 empresas atraídas para o Ceará entre 1995 e 1998**

Gênero Industrial	% do total
Produtos alimentares e bebidas	14
Vestuário, artefatos, tecidos e artigos de viagem	13
Calçados, componentes e afins	12
Metal-mecânica	10
Química, Farmacêutica e Veterinária	9
Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação	7
Têxtil	6
Outros	23
TOTAL	100

Fonte: CEARÁ. Governador, 1999-2002 (Tasso Jereissati). Mensagem à Assembléia Legislativa 1999. Fortaleza: SEPLAN, 1999.

Estes dados mostram que está em curso um intenso processo de industrialização no Ceará, composto por indústrias pesadas, de bens intermediários e de bens não-duráveis. O setor industrial teve uma taxa média de crescimento de 4,48% ao ano, no período de 1985-1999, e foi o que apresentou maior expansão – 84,71% - ampliando seu peso na composição do Produto Interno Bruto do Estado. A economia cearense como um todo cresceu 62,5% entre 1985 e 1999, período em que a economia brasileira cresceu 37,5%. Também a participação cearense no produto nacional elevou-se de 1,72%, em 1985, para 2,02%, em 1997 (CEARÁ, 2000: 45-48).

Este processo de crescimento econômico e de industrialização atingiu cerca de um terço dos municípios do Estado (62 municípios). Suas repercussões sobre o desenvolvimento certamente são complexas e abrangentes, podendo ser avaliadas sob diversos aspectos. Alguns pontos que nos parecem críticos são abordados no item seguinte, no intuito de contribuir na construção da sustentabilidade.

3. Discutindo aspectos da sustentabilidade da política de industrialização do Ceará

A seguir pontuamos algumas questões em torno de aspectos da sustentabilidade da política de industrialização adotada no Ceará a partir da segunda metade dos anos 80, tendo como referência o conceito de desenvolvimento sustentável proposto por RATTNER (1999b): o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo, a eficiência econômica, a preservação e conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, a democracia política, partindo de uma nova ética de responsabilidade, compaixão e solidariedade entre os seres humanos, com as gerações futuras e na relação sociedade-natureza.

Concentrando riscos ocupacionais e ambientais: uma face perversa da globalização é acatada

A industrialização aparece, tanto no documento do GTDN, como no Projeto Áridas, ou no Plano de Mudanças e no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo Tasso, como alternativa de desenvolvimento compatível com o meio ambiente, na medida em que é menos vulnerável às variações do semi-árido. Mas, se por um lado o semi-árido se presta a abrigar a indústria, a relação desta com o meio ambiente no semi-árido não é suficientemente analisada do ponto de vista de suas especificidades.

No Ceará, a opção de promover o desenvolvimento industrial, particularmente do setor “pesado” – química, petroquímica, siderurgia, metal-mecânica – e de setores mão-de-obra intensivos, adequa-se à nova divisão internacional do trabalho facilitada pela Globalização e submete-se às regras impostas aos países em desenvolvimento. Os investimentos produtivos movem-se hoje no Planeta em busca da atratividade dos países e sociedades periféricas com regulamentações menos restritivas em termos de direitos trabalhistas e ambientais, favorecendo a transferência de tecnologias e de riscos a partir dos países centrais (FRANCO, 1997; RATTNER, 1997, ARAÚJO, 1997; RIGOTTO, 1998). Não é por outra razão que estas são algumas das questões que estão no centro do Acordo Multilateral de Investimentos e têm provocado a reação anti-globalização em torno da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE e da Organização Mundial do Comércio – OMC (RATTNER, 1999a, BENNETT, 1999).

Os critérios mencionados no Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998 para a definição do perfil das indústrias a serem atraídas são “o aspecto espacial da atividade industrial, do uso intensivo de mão-de-obra e de alternativas de investimentos em projetos sustentáveis em face da vulnerabilidade climática” (CEARÁ, 1995:74-76), não havendo nenhuma menção a questões de conservação ou preservação ambiental – os projetos é que devem ser sustentáveis - nem trabalhistas.

No intuito de avaliar os reflexos desta visão norteadora na definição da política de industrialização e ajustada às tendências transnacionais, sobre o perfil das indústrias que vieram se instalar no estado, procedeu-se à análise das 432 empresas atraídas para o Ceará no período de 1995 a 1998 (Tabela 2) no tocante às suas relações com o ambiente intra e extra-fábrica. As empresas foram agrupadas em gêneros industriais, e estes foram classificados quanto aos riscos ocupacionais e quanto ao potencial degradador do meio ambiente.

Para a avaliação do ambiente intra-fábrica, adotou-se a classificação estabelecida pelo Ministério do Trabalho na Norma Regulamentadora no. 4

da Portaria 3214/78, nova redação dada pela Portaria no. 1 de 12.5.1995. Tendo como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, as empresas são classificadas em graus de risco ocupacional crescentes, de 1 a 4, de acordo com a ocorrência de agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos – causadores de doenças profissionais, ou de riscos causadores de acidentes de trabalho.

Para a avaliação da relação da empresa com o ambiente extra-fabril, adotou-se, de forma adaptada, a classificação estabelecida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM de Minas Gerais na Deliberação Normativa COPAM 01/90, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 04.04.90. Esta classificação foi escolhida por também basear-se na Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Nela, os gêneros industriais são classificados em três classes crescentes de potencial poluidor ou degradador do meio ambiente – I, II e III. Para isto, ela estabelece o potencial poluidor das diversas atividades sobre as variáveis ambientais ar, água e solo, que deve ser combinado com o porte do estabelecimento (área utilizada e número de empregados). Para efeito de simplificação, inclui-se no potencial poluidor sobre o ar os efeitos de poluição sonora e sobre o solo os efeitos no meio biótico e sócio-econômico. Na análise aqui proposta, como serão utilizados dados agrupados sobre os gêneros industriais, não será possível considerar o porte de cada estabelecimento. Assim, adaptou-se a classificação, considerando todos os estabelecimentos como de médio porte. A Tabela 3 mostra os resultados encontrados.

Tabela 3
Classificação dos gêneros industriais das 432 empresas atraídas para o Ceará entre 1995 e 1998 quanto aos seus riscos ocupacionais e ao potencial degradador do meio ambiente

Gênero Industrial	% do total	Risco ocupacional – ambiente intra-fabril (1-4)	Potencial degradador do meio ambiente (I-III)
Produtos alimentares e bebidas	14	3	I-II (1)
Vestuário, artefatos, tecidos e artigos de viagem	13	2-3 (1)	II
Calçados, componentes e afins	12	3	II
Metal-mecânica	10	3-4	II-III
Química, Farmacêutica e Veterinária	9	3	II
Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação	7	3-4	II-III
Têxtil	6	3	II
Outros	23	--	--

(1) Como o agrupamento das empresas em gêneros industriais abriga no mesmo item empresas com atividades que podem ser classificadas diferentemente, apresentam-se, neste caso, todas as alternativas de classificação possíveis.

Verifica-se que todos os gêneros industriais apontados são de médio ou alto impacto ambiental e/ou ocupacional. A título de exemplo, apresenta-se no Quadro 1 os principais riscos ocupacionais e fatores de degradação do meio ambiente na indústria têxtil.

Quadro 1
Principais riscos ocupacionais e potencial degradador do meio ambiente na indústria têxtil

Potencial Degradador do Meio Ambiente (1)	Riscos Ocupacionais (2)
Poluição da água ou do solo, provocada por geração de efluentes hídricos contendo substâncias orgânicas e inorgânicas, alteração de ph, corantes e metais pesados, hidrocarbonetos e detergentes tensoativos	Risco de incêndio nos locais de armazenamento e manipulação do algodão e substâncias químicas inflamáveis
Poluição atmosférica por componentes minerais de óleos evaporados, emitidos nas operações de secagem e termofixação de artigos de fibras sintéticas	Risco de acidentes (cortes, contusões, amputações) causados por partes móveis de máquinas e equipamentos
Poluição atmosférica por halogenados aromáticos aplicados como aceleradores de tintura nas operações de tingimento de fibras sintéticas	Risco de trabalho em turnos e noturno, jornadas de trabalho prolongadas.
Poluição atmosférica por componentes da benzina pesada, derivados de espessantes de emulsão de tingimento com pigmentos, emitidos na secagem após as operações de estamparia	Risco de permanecer longos períodos em pé, levantar e carregar peso. Monotonia, repetitividade.
Poluição atmosférica por vapores e substâncias odoríferas emitidos na secagem após aplicação de hidrorrepelentes	Risco de temperatura e umidade relativa do ar elevadas, com alto índice de desconforto térmico
Poluição atmosférica por solventes emitidos na secagem após operação de revestimento	Risco de inalação de poeira de algodão ou de fibras sintéticas, corantes, solventes e cromatos causadores de intoxicações sistêmicas e câncer de bexiga
Poluição atmosférica por emissão de material particulado, óxido de enxofre e nitrogênio, em caso de utilização de caldeira à lenha ou óleo combustível	Risco de contato por via dérmica ou respiratória com substâncias químicas diversas utilizadas
Poluição sonora gerada nas plantas de fiação e tecelagem	Ruído gerado nas sessões de fiação, tecelagem, tingimento, acabamento

(1) Extraído de BANCO DO NORDESTE, 1999: P. 85

(2) Elaborado pela autora a partir da Encyclopaedia of Occupational Health and Safety, publicada pela INTERNATIONAL LABOUR OFFICE Genebra: ILO, 1983, 2v (p.2167-2170)

Evidentemente, existem hoje diversas estratégias de gestão e de tecnologia para enfrentar estes riscos potenciais e neutralizar seus

possíveis efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. Em muitos casos, a tendência nos países desenvolvidos tem sido hoje priorizar os investimentos em outras atividades econômicas, principalmente no setor de serviços, no campo da informação, da geração de tecnologia etc, onde o perfil de riscos é diferenciado. Para aquelas sociedades onde ainda predominam processos produtivos poluidores, perigosos ou insalubres, há toda uma proposta técnico-científica e legal de gestão para a produção limpa, que engloba desde a antecipação e eliminação dos riscos ainda na fase do projeto da indústria; a substituição de equipamentos ou substâncias perigosos; a instalação de medidas de atenuação e controle, como sistemas de ventilação ou de tratamento de emissões e resíduos; mecanismos de monitoramento e avaliação permanente; procedimentos administrativos de redução do tempo de exposição, treinamento de trabalhadores e da comunidade vizinha na prevenção de acidentes; acompanhamento médico; além, é claro, da abertura à participação dos trabalhadores e da sociedade (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2001).

Entretanto, a definição e adoção de políticas de gestão dos riscos ocupacionais e ambientais gerados pela empresa, na perspectiva da melhoria contínua - tornar os processos produtivos cada vez mais compatíveis com a saúde e o meio ambiente, raramente são uma iniciativa espontânea do investidor. Estudos realizados pelo Clean Technology Centre em indústrias situadas em países desenvolvidos, por exemplo, mostram que os empregadores, na maioria dos casos, são levados a uma atitude responsável neste campo por medidas de caráter mercadológico, legal ou negocial.

Isto supõe, obviamente, que o estado seja capaz de elaborar e implementar políticas voltadas a normatizar, monitorar, avaliar, fiscalizar, mediar; e que a sociedade civil esteja em condições de participar, acompanhar e controlar. MOL (2000), um dos formuladores da teoria da modernização ecológica, analisando a melhora do desempenho ambiental das empresas em alguns países industrializados, identifica várias características institucionais nestas sociedades que são essenciais para o desenvolvimento sustentável: sistema político aberto e democrático, ampla consciência ecológica, ONGs ambientalistas bem organizadas, com recursos para pressionar por uma reforma ecológica radical; sistema detalhado de monitoramento, gerando dados ambientais públicos, suficientes e confiáveis; um Estado legítimo e intervencionista, com uma infra-estrutura socioambiental avançada e diversificada; organizações de negócios e mediação que sejam capazes de representar produtores setoriais nas negociações; alguma experiência e tradição nos procedimentos de negociação política.

Reconhecendo os limites de países como o Brasil neste campo, PORTO e FREITAS (1996) criaram a noção de *amplificação sócio-política dos riscos*, resultante da falta de infraestrutura política, econômica, técnico-científica e institucional relacionada à prevenção e controle dos riscos tecnológicos industriais e à fragilidade dos movimentos sociais em sua capacidade de organização e influência, inclusive sobre instituições reguladoras, freqüentemente instáveis e fechadas à participação. Esta noção permite-nos compreender como, por exemplo, a mesma substância química pode ser mais ou menos nociva, dependendo do contexto social em que está inserida.

Trazendo estas reflexões para o Ceará, parece ser necessário reconhecer que o contexto atual, tanto do Estado como da sociedade civil, é compatível com a amplificação sócio-política dos riscos tecnológicos e ambientais, levantando sérias preocupações quanto ao que vamos legar às gerações futuras – uma dimensão fundamental da sustentabilidade - se persistimos neste caminho

Ainda sobre o Trabalho: geração insuficiente de emprego e empregos de baixa qualidade

Sobre a questão da geração de emprego, convém registrar o alerta constante do Projeto Áridas, ao fazer a opção pela modernização tecnológica e organizacional da indústria do semi-árido – opção esta mantida nos planos de governo do Ceará estudados - de que, de acordo com a análise da experiência de outros países, a adoção destes “*novos paradigmas não inspira confiança sobre a capacidade de geração direta de empregos... Não há, porém, alternativa a ele, quando o objetivo é a competitividade dinâmica...*” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 1995:p. 149). Apesar disto, a geração de empregos aparece como objetivo e até mesmo justificativa dos programas de industrialização.

Entretanto, um estudo realizado no estado por equipe do Banco Mundial confirma a previsão inicial e constata que “*o papel da indústria como gerador de emprego continua limitado*”, entre outras causas, porque “*tem havido algumas distorções e tendenciosidades contra o crescimento intensivo em mão-de-obra nas políticas adotadas pelo Estado.*” O Relatório reconhece ainda que “*a pobreza no Ceará continua grave e profunda.*” (BANCO MUNDIAL, 1999: 1-2). Parece, assim, que a política industrial adotada não alcançou eficácia naquilo que constituía a sua mais relevante justificativa – que, por isto mesmo, desvela-se como formal e discursiva.

Do ponto de vista da qualidade dos empregos gerados, muitos estudos (ROSA, 1999; LEITE, 1999; ARRUDA, 1995; MENELEU NETO, 2000;

PINHEIRO, 2000; ROMÃO, 1998; MOREIRA, 1996; BRANDÃO, 2000) têm mostrado a ocorrência aqui desta faceta perversa que tem acompanhado a reestruturação produtiva em algumas sociedades - a precarização do trabalho: salários baixos, longas jornadas, deterioração das condições de trabalho, descumprimento de direitos trabalhistas básicos, flexibilização das relações de trabalho, mudanças nos processos de trabalho, terceirização predatória etc. A respeito desta última, vale a pena mencionar trecho da mensagem do Governador Tasso Jereissati à Assembléia Legislativa em 1999, em que a distorção do cooperativismo em informalização de relações de emprego é claramente assumida: “*desta forma, são beneficiadas tanto as indústrias que trabalham em regime celetista como aquelas que terceirizam mão-de-obra através de cooperativas de trabalho...*” (CEARÁ, 1999). Estes dados levantam dúvidas quanto à positividade do impacto desta política de industrialização e de geração de emprego e renda sobre a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores que a eles tiveram acesso, como desejado pelos Planos – horizonte que se agrava se a estes aspectos trabalhistas se somam os de saúde e segurança arrolados no subitem anterior.

Ainda sobre a saúde: as estratégias de negação e ocultamento dos conflitos ecológicos e de saúde

O diagnóstico do quadro atual de saúde no estado registrado nos Planos de Governo analisados sublinha como problema e como meta a morbimortalidade infantil e materna e as doenças infecto-parasitárias. São problemas realmente relevantes no Ceará, pela elevada frequência, principalmente se comparada com outras regiões do país, e que, do ponto de vista epidemiológico, indicam condições de vida e sanitárias muito precárias, típicas do “atraso”, como pontua o próprio documento governamental (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2000).

Entretanto, o diagnóstico e análise oficial do quadro de saúde detém-se neste grupo de patologias, e não consegue analisar adequadamente os impactos de um modo de vida crescentemente urbano-industrial sobre o perfil epidemiológico da população, já gritantes nos grupos de patologias que são responsáveis pelas três primeiras causas de morte no estado, como de resto em todo o país: as doenças cardiovasculares, os cânceres e as mortes por causa externa.

Evidentemente, se a leitura do quadro de saúde é incompleta ou superficial, o planejamento das ações de saúde deixará de contemplar problemas cruciais. É o caso, por exemplo, da atenção à saúde dos trabalhadores – mais que necessária num contexto de industrialização massiva e de ramos de atividade insalubres e perigosos; obrigação constitucional, legal e normativa do Sistema Único de Saúde – SUS há

mais de 10 anos, e que está completamente ausente dos Planos de Governo e das práticas do SUS.

Esta postura pode ser caracterizada como uma *estratégia de negação*, estabelecida para resultar em ocultamento dos conflitos ecológicos e de saúde, na medida em que, se a rede de serviços não está apta a identificar os danos do trabalho e do ambiente sobre a saúde da população – acidentes de trabalho, doenças relacionadas ao trabalho, intoxicações de origem ambiental, etc – o diagnóstico delas não será feito (nem o tratamento adequado, para prejuízo do cidadão), a notificação também não, a informação não será gerada, o problema não aparecerá na estatística, nem nas prioridades do setor saúde, nem na mídia, nem na pauta negocial trabalhadores-empregadores, nem nas pesquisas...: ou seja, ele não terá visibilidade, embora perpassse o cotidiano das pessoas.

Se tomarmos como exemplo as doenças relacionadas ao trabalho, veremos que este processo ocorreu no Brasil até o início dos anos 80, quando registrava-se uma média anual de 5000 casos destes agravos ao ano – o que significava pouco mais de 1 caso para cada grupo de 10.000 trabalhadores ao ano, enquanto os Estados Unidos registravam 33 casos no mesmo grupo e período. Iniciativas de sindicatos de trabalhadores, técnicos de serviços públicos e universidades, em vários estados da União, levaram à organização dos Programas de Saúde dos Trabalhadores e, já nos anos 90, chegou-se ao registro de mais de 35.000 casos destas patologias por ano – o que já permite, na maioria dos estados, vislumbrar a ponta deste *iceberg* e avançar em políticas preventivas. No Ceará, entretanto, estas iniciativas não conseguiram apoio do poder público e até hoje não puderam se viabilizar.

O compromisso com um processo de desenvolvimento sustentável deveria significar, no contexto da industrialização do Ceará, um intenso e profundo investimento no controle dos riscos ocupacionais e ambientais gerados pelas indústrias, iniciado na seleção dos ramos de atividade menos nocivos, no acompanhamento do projeto das instalações, no monitoramento da qualidade ambiental, na normatização e fiscalização, na preparação do setor saúde, trabalho e meio ambiente, entre outros, para inserirem-se neste processo, entre outras medidas já concebidas, implementadas e testadas em outras regiões do país e do mundo. Além é claro, da abertura de canais de democratização e de participação da sociedade civil.

Melhoria da qualidade de vida? Os problemas urbanos trazidos pela industrialização

A instalação de indústrias em cidades do interior do estado deve induzir um complexo e profundo processo de transformação da sociedade local,

conformando novos espaços urbano-industriais, com impactos no modo de vida e no processo saúde-doença que nem sempre apontam para a melhoria da qualidade de vida. Pode haver, por um lado, uma elevação da renda per capita, o aquecimento do comércio local e o aumento do acesso ao consumo. Mas, por outro lado, estudo como o de ROSA (1999), sobre a industrialização no município de Horizonte/CE, aponta os fenômenos da migração das cidades vizinhas em busca do emprego, da favelização, da falta de infra-estrutura de saúde, educação e transporte, do surgimento de formas até então ausentes de violência urbana, de poluição, do aumento das doenças sexualmente transmissíveis e do uso de drogas, entre outros.

SOUSA (1999⁴), estudando aspectos culturais no mesmo município, identifica o conflito entre os moradores antigos e “os de fora”, a perda da identidade da cidade, a mudança nas práticas culturais tradicionais, a modificação nos papéis sociais e familiares de homens e mulheres, jovens e idosos, pais e filhos, de acordo com a inserção no novo sistema produtivo, etc.

O que estaria acontecendo com a qualidade de vida nos outros 61 municípios cearenses que receberam empreendimentos industriais? Será que também neles estes problemas detectados em Horizonte não foram antecipados e equacionados, através de políticas de governo que, além de suprir as necessidades de infra-estrutura e mão-de-obra das empresas, criassem soluções para os problemas de moradia da massa de trabalhadores que migra em função do emprego gerado, da escola e da saúde de sua família, de transporte, de lazer, de preservação ambiental, de saúde no trabalho? Sem isto, como promover a melhoria da qualidade de vida?

Aos órgãos públicos estaduais e municipais apresentam-se novas demandas para lidarem com os problemas causados pelo processo de industrialização e as modificações demográficas, urbanas, sanitárias, entre outras, dele decorrentes. Para o seu atendimento, seriam necessários processos de capacitação, de difusão permanente de informações, de equipagem, e de construção de uma cultura de segurança industrial e de proteção ambiental, visando a construção da sustentabilidade deste processo de desenvolvimento. Se compreende-se a sustentabilidade em suas dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas e éticas, questões como estas devem ser consideradas para que se possa adjetivar o desenvolvimento de sustentável.

4 Estes estudos de ROSA e SOUSA integram esta coletânea, sob os títulos “De distrito agrícola a pólo industrial: o Caso de Horizonte” e “Industrialização em Horizonte: um projeto que envolve todo mundo?”

Considerações finais

Se o semi-árido cearense tem abrigado a indústria com generosidade, há indícios de que não se possa dizer o mesmo sobre a generosidade das indústrias com o semi-árido, e nem sobre a propalada positividade dos impactos delas sobre a qualidade de vida da população. Ressalte-se ainda que os problemas emergentes aqui, na maioria de seus aspectos, não são inéditos, novos, ou peculiares à região: poderiam ser antecipados na análise da experiência de outros locais, e na verdade foram, pelo menos no alerta quanto à escassa geração de emprego, à persistência das disparidades espaciais e aos impactos sobre o meio ambiente. O que nos leva a levantar a hipótese de que o eixo do processo continua sendo o crescimento econômico, pontualmente maquiado com preocupações verdes e sociais, de caráter mais discursivo que substantivo. A imagem do Ceará em outros estados brasileiros e mesmo em outros países é de progresso, desenvolvimento, mudança, eficiência - fruto de intensa produção simbólica e midiática sobre o processo de reestruturação do capital e sua investida em nosso território. Por baixo desta cortina, prossegue a fecunda aliança entre os empresários-governantes locais e os grandes grupos nacionais e internacionais, “fazendo o dever de casa” que cabe a este pedaço de Nordeste brasileiro. Rumo à sustentabilidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Jair. Ajustes no Estado e Crescimento Recente no Ceará: o Papel dos “Jovens Empresários”. *Econ Empresa, São Paulo, v. 4, n.1, jan./mar. 1997*. Pp. 63-80
- ANDRADE, Manoel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 251p.
- ANDRADE, Manoel Correia. *Geografia Econômica do Nordeste – o espaço e a economia nordestina*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1987. 174 p.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista Econômica do Nordeste, v.28, n. 4, out./dez. 1997*. Pp. 451- 467
- ARRUDA, G. O sol nascente na terra do sol: impactos sociais da japonização do processo de trabalho cearense. Dissertação (Mestre em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1995.
- BANCO DO NORDESTE. *Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 297 p.
- BANCO MUNDIAL. Redução da pobreza, crescimento econômico e equilíbrio fiscal no estado do Ceará. Fortaleza, 1999. Mimeo.

- BENNETT, D. Health, Safety and Environment: a global challenge. Trabalho apresentado no XV Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo, 11 a 16 de abril de 1999. Paper.
- BRANDÃO, I. Em busca da Terra Prometida. Dissertação (Mestre em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2000.
- CEARÁ. Governador, 1995-1998 (Tasso Jereissati). Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995. 140 p.
- CEARÁ. Governador, 1995-1999 (Tasso Jereissati). Mensagem à Assembléia Legislativa 1996. Fortaleza: SEPLAN, 1996. 126 p.
- CEARÁ. Governador, 1995-1999 (Tasso Jereissati). Mensagem à Assembléia Legislativa 1998. Fortaleza: SEPLAN, 1998. 145 p.
- CEARÁ. Governador, 1999-2002 (Tasso Jereissati). Mensagem à Assembléia Legislativa 1999. Fortaleza: SEPLAN, 1999. 153 p.
- CEARÁ. Governador, 1999-2002 (Tasso Jereissati). Mensagem à Assembléia Legislativa 2000. Fortaleza: SEPLAN, 2000. 172 p.
- CLEAN TECHNOLOGY CENTRE. <http://www.cit.ie/rd/cleant/clean>
- COORDENAÇÃO DA CAMPANHA DE GOVERNO TASSO JEREISSATI 98. Tasso – Programa de Governo. Fortaleza, 1998. 44 p.
- CONFALONIERI, Ulisses E. C. Qualidade de Vida e Controle de Riscos para a Saúde: o caso das mudanças ambientais globais. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo S.; FREITAS, Carlos Machado (org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. pp.323-334
- CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL. Deliberação Normativa no. 01/90 – Estabelece os critérios e valores para indenização dos custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental, e dá outras providências.
- FRANCO, T. (org.). *Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?* Salvador: EDUFBA/CRH/FFCH/UFBA, 1997
- GASQUES, José Garcia et alli. Nordeste do Brasil: Cenários e Projeções para os anos 2000 e 2020. In: GOMES, Gustavo Maia; SOUZA, Hermino Ramos; MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Desenvolvimento Sustentável no Nordeste*. Brasília: IPEA, 1995. Pp. 61- 118
- GOMES, Gustava Maia; SOUZA, Hermino Ramos; MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Desenvolvimento Sustentável no Nordeste*. Brasília: IPEA, 1995.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Plano de Mudanças 1987-1991. S.I, sd.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Consolidando o Novo Ceará – Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002. Fortaleza, 2000
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: VERSIANI, F.;

- BARROS, J.R. (org). *Formação Econômica do Brasil – a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1967. Pp. 293-338
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Encyclopaedia of Occupational Health and Safety*. Genebra: ILO, 1983, 2v.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems*. Genebra: ILO, 2001
- JEREISSATI, Tasso. Tasso Ribeiro Jereissati – Entrevista. In: MATOS, F.L.; ALCÂNTARA, S. ; DUMMAR, W. (Coord. Edit.). *Cenários de uma Política Contemporânea*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999. P. 155-170.
- LEITE, Maria Andrade. Alguns impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho no setor editorial e gráfico de Fortaleza. Monografia [Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável]. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1999.
- MAGALHÃES, Antônio Rocha; LIMA, Ricardo R. Apresentação. In: Ministério do Planejamento e Orçamento. *Nordeste – Uma estratégia de desenvolvimento sustentável: Projeto Áridas*. Brasília: IPEA, 1995. Pp. 5-6
- MENELEU NETO, J. A reestruturação capitalista e os trabalhadores: o caso dos novos sapateiros no Ceará. Tese (Doutor em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2000.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. *Nordeste – Uma estratégia de desenvolvimento sustentável: Projeto Áridas*. Brasília: IPEA, 1995.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. Portaria 3214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V do Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à segurança e Medicina do Trabalho.
- MOL, Arthur P.J. A Globalização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo S.; FREITAS, Carlos Machado (org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. pp. 267-280.
- MOREIRA, S. O mundo invisível das micro-unidades produtivas no setor de confecções – as facções. Dissertação (Mestre em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1996.
- NOBRE, Geraldo. História do Centro Industrial do Ceará. In: MATOS, F.L.; ALCÂNTARA, S. ; DUMMAR, W. (Coord. Edit.). *Cenários de uma Política Contemporânea*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999. P. 7-8.
- OLIVEIRA JR., João Alencar. *Planejamento, política de transportes e desenvolvimento regional*. Fortaleza: IPLANCE, 1996. 188p. PINHEIRO, D. O jogo das cadeiras: notas introdutórias às mudanças nos processos de trabalho e desemprego organizacional. Dissertação (Mestre em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2000.

- PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Considerações sobre a dinâmica de regulação dos riscos industriais e a vulnerabilidade da sociedade brasileira. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo S.; FREITAS, Carlos Machado (org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. Pp. 147-170
- PORTO, M.; FREITAS, C. Socio-political amplification of chemical accidents in industrialising countries. *Risk analysis*, v. 16, no. 1, p. 19-29, 1996
- RATTNER, H. A crise do Estado e o Acordo Multilateral de Investimentos. Paper. Lisboa, 1999a.
- RATTNER, H. Globalização: em direção a um mundo só? In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: 1997. Pp. 127-148
- RATTNER, Henrique. *Liderança para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Nobel, 1999b. 271 p.
- REBOUÇAS, Osmundo; LIMA, Cláudio Ferreira; PAIVA, Flávio; MONTEIRO, João de Paula. *Gestão Compartilhada – O Pacto do Ceará*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994. 184 p.
- RIGOTTO, R.M. Saúde, Trabalho e Meio Ambiente em Tempos de Globalização e Reestruturação Produtiva. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional nº 93/94, vol 25, 1998*. pp.9-20
- ROMÃO, E. – Globalização e reestruturação produtiva: o caso da indústria de calçados de Horizonte. Dissertação (Mestre em Sociologia). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1998.
- ROSA, Islene Ferreira. Industrialização em Horizonte: “um projeto que envolve todo mundo?” – Estudo das mudanças no município e suas repercussões sobre a qualidade de vida da população. Monografia [Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável]. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1999.
- SOUZA, M. Madalena P. Horizonte de Olho D’água – de distrito agrícola a pólo industrial. Monografia [Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável]. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1999.
- TEIXEIRA, Alberto. Planejamento Público: de Getúlio a JK (1930-1960). Fortaleza: IPLANCE, 1997. 217 p.
- VERAS, Beni. Introdução. In: Ministério do Planejamento e Orçamento. *Nordeste – Uma estratégia de desenvolvimento sustentável: Projeto Áridas*. Brasília: IPEA, 1995. Pp. 9-13

INDUSTRIALIZAÇÃO EM HORIZONTE "UM PROJETO QUE ENVOLVE TODO MUNDO?"

*Islene Ferreira Rosa**

Introdução

As considerações que apresento sobre o movimento da globalização e sua articulação com a reestruturação produtiva, que provocam mudanças históricas com perdas sociais e ambientais para o conjunto da humanidade, são produto de reflexões teóricas e empíricas.

O processo de globalização, reestruturação produtiva e as mudanças nas relações sociais e de produção conformam um mundo diferente e uma sociedade que enfrenta mudanças importantes por estar exposta a novos riscos e demandas: o desemprego, a pobreza, a violência, novas doenças, novos tipos de exclusão. Para o enfrentamento dos novos riscos sociais advindos dos processos de transformações econômicas e para dar um salto à frente na formulação de suas políticas públicas, o município (espaço local) deve ter como alvo a construção de novos desenhos e formas de implementação e gestão de suas políticas sociais, onde as ações sociais pressupõem um perfeito equilíbrio entre os diferentes tipos de necessidades, de forma a melhorar a qualidade de vida da sua população.

Este trabalho tem a pretensão de apresentar um estudo do processo de industrialização em curso no município de Horizonte - Ce e suas repercussões sobre a vida da população.

Por compreender as contradições sociais do desenvolvimento industrial e da política neoliberal que regem o sistema econômico brasileiro, por compreender que os municípios não se apresentam como territórios livres de interesse do capital, considero a hipótese de que é nesse espaço que acontece a consolidação da globalização econômico-produtiva, e portanto, é nesse espaço que realizo uma análise das múltiplas dimensões da realidade concreta construída pelas representações dos atores sociais pesquisados, através de depoimentos pessoais (lideranças, trabalhadores, empresários e representantes do governo local) e das informações, dados e indicadores coletados.

* Enfermeira especialista em Saúde Pública. Especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável. Enfermeira da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

A rigor, globalização é a reconstituição do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam o seu desempenho e a sua regulação, facilitada pela revolução tecno-científica que transforma ciência e técnica nos principais agentes da acumulação do capital, assumindo novos padrões de produtividade e redefinindo padrões de competitividade, fazendo emergir fenômenos contemporâneos que atravessam a economia, a política e a cultura de nosso tempo (PINHO, 1997).

No plano social e político, o mundo nunca ficou tão parecido e ao mesmo tempo tão desigual. É a era da globalização do desemprego, globalização da pobreza, globalização da precarização das condições de vida e trabalho, globalização da exclusão social. Resultantes de um processo de concentração de propriedade, de renda e de poder intensos, que tem gerado, no plano local das sociedades nacionais (mesmo as desenvolvidas), desigualdades internas não desejadas neste final de século.

Por outro lado, a despeito dos fatores negativos da globalização, existem alguns fatores positivos no desenvolvimento da humanidade.

Para o Professor RATTNER (1995) a globalização surge como a condição objetiva fundamental das transformações estruturais em direção a um mundo de cooperação de todos os povos para superar os antagonismos e conflitos decorrentes da competição entre economias nacionais; a formação de uma consciência social e de um poder político global capazes de controlar a degradação ambiental causada pelas empresas. Um retrocesso nesse processo de globalização acarretaria danos econômicos e ecológicos que levariam à regressão, a regimes políticos burocráticos e autoritários, ao isolamento fundamentalista e à perda das vantagens proporcionadas pela tecnologia e pelas formas de organização mais flexíveis, motivadoras e participativas, como é o caso da internacionalização dos movimentos sociais não governamentais, a expansão das redes de comunicação propiciando trocas de experiências, a aproximação e cooperação entre os povos.

Outro movimento de caráter estrutural que se desenvolve em nível mundial e cria condições favoráveis para a radicalização do processo de globalização é a reestruturação produtiva. A reestruturação produtiva é um conjunto de transformações no âmbito da produção e do trabalho que redesenha o padrão produtivo.

Como bem define Tânia BACELAR (1997), são:

- mudanças nos setores dinâmicos da economia mundial (informática, telecomunicações, robótica, produção de novos materiais, biotecnologia, química fina);
- mudanças no “como se produz” e que resultam da revolução tecnocientífica produzida pelo crescente paradigma micro-eletrônico, que cria as condições para a “produção flexível”;
- mudanças nas formas de “organizar o mercado, com tendências a formação de grandes blocos”.

Como exemplo dessas transformações temos a reorganização e a reconversão de ramos industriais no plano mundial, que se manifesta ao delinear uma “geografia de distribuição de riscos”, com a implantação de indústrias altamente poluentes em países sem tradição de cidadania, como é o caso do Brasil. Essas indústrias são grandes consumidoras dos recursos naturais como energia elétrica, água e minérios, além de possuírem condições de trabalho inadequadas que, a despeito das leis trabalhistas existentes, seu cumprimento não é necessariamente obrigatório.

O instrumento fundamental para a consolidação e a sustentação da globalização e sua articulação com a reestruturação produtiva é o neoliberalismo. Projeto político, hegemônico neste final de século e que se revela apropriado para definir as relações de dominação no plano internacional, no sentido de adequar os países periféricos à reordenação mundial via Consenso de Washington que através dos planos de estabilização aplicados em mais de 60 países, inclusive o Brasil, via plano Real, tem fortalecido a subordinação desses países às instituições financeiras internacionais (FRANCO, 1997).

De acordo com VIOLA (1997), o cenário atual é resultante das condições objetivas determinadas pela política neoliberal da globalização econômico-produtiva, ocasionando as mudanças urbanas, as transformações organizacionais do trabalho, os riscos industriais-ambientais e agravando a saúde psico-física do trabalhador.

O mundo compacta-se progressivamente e a distância torna-se cada vez menor, ainda que entre realidades profundamente heterogêneas, pois a globalização não é homogeneização. Sua lógica é excludente, na medida que os movimentos de globalização têm um caráter eminentemente seletivo, fazendo com que certos espaços do globo interessem mais que outros, que alguns espaços exerçam a função de comando (os incluídos – espaços competitivos) e que outros espaços fiquem relativamente isolados (os excluídos – espaços não competitivos).

Portanto, seguindo o pensamento de L. DOWBOR (1990), é nesse espaço local que é possível iniciar o movimento de recuperação e enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da globalização, articulando estratégias por áreas ou setores através de mecanismos diferenciados, alternativos e articulados de diversas formas, integrando crescimento econômico com sustentabilidade e maior equidade, que atenda as demandas e restrinja os efeitos negativos da globalização.

Como diz MILTON SANTOS (1993), “o que globaliza separa; é o local que permite a união”. A união dos homens pela cooperação na diferença, o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança. É pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora. Nunca o espaço do homem foi tão importante para o destino da História.

A globalização, com todos os fenômenos que a caracterizam, gesta uma nova ordem internacional que modifica o cenário das forças políticas e impõe aos diferentes países a exigência de ajuste de integração. Nestas experiências de ajuste, o estado nacional é profundamente atingido, efetivando-se mudanças no seu papel.

O ajuste brasileiro na economia mundial globalizada foi tardio, intenso e submisso. Sua inserção competitiva ocorre de forma passiva, subordinada, seguindo o modelo imposto aos países devedores da América Latina (Consenso de Washington). Por conta disso, o ambiente econômico brasileiro sofreu grandes mudanças nos anos noventa. Dentre as principais destacam-se:

- a adoção de um programa de estabilização (plano Real) que durou quatro anos e provocou impactos imediatos de curto prazo;
- a política de abertura comercial intensiva e rápida;
- a reforma do Estado que gera impactos de mais longo prazo.

Paralelamente, o setor privado vem promovendo uma reestruturação produtiva, também intensa e muito rápida.

E, assim, alicerçado na estabilização monetária trazida pelo plano Real, o governo de Fernando Henrique Cardoso vem duramente consolidando a adesão do Brasil à agenda do Consenso de Washington. Numa empreitada rápida e brutal, a qualquer preço a agenda vem se materializando através de: abertura da economia; liberalização comercial; desregulamentação; desestatização; liberalização do setor financeiro; privatizações; atração de investimentos estrangeiros; reformas do estado.

O governo paga, de fato, qualquer preço: juros exorbitantes; aumento da dívida externa e interna; integração no mercado via importações; déficit na balança comercial; fragilização da indústria nacional; dizimação da indústria de bens de capital; corte das necessidades de financiamento do setor público no social; direitos sociais flexibilizados; arrocho salarial;...

Afinal, para Alba PINHO (1997), é o Estado investindo contra os interesses nacionais, desconsiderando as necessidades das grandes maiorias, cortando e anulando direitos e conquistas dos trabalhadores, priorizando o mercado e secundarizando o social. Enfim, é o Estado devorando a sociedade civil.

A ação do governo é marcada por uma evidente debilidade no social, evidenciada pelo quadro de miséria brasileira. O governo assume uma política de corte neoliberal, de minimizar o Estado no social, isto é, constituir um Estado com baixa responsabilidade no social. Enfatizando políticas sociais marcadas pela privatização e pela focalização, enfatizando a carência e não o direito, privilegiando o combate focalista da extrema pobreza no lugar do desenvolvimento social.

Neste quadro, pleno de diferenças e contradições, muitas incertezas surgem e consolidam a fragmentação da sociedade. As mudanças ocorridas de forma não negociada, mas impostas, estabelecem níveis de vida desiguais para a sociedade, condenando parte considerável da população à condição de excluídos do mercado de trabalho e do consumo (NEVES, 1997).

1.1 - Globalização, reestruturação produtiva e saúde

Nesse contexto, o processo de Globalização e Reestruturação Produtiva tem implicações diretas, ao longo do tempo, com a forma de adoecer e morrer da população. Pois, à medida que redefine o modo de vida das pessoas nessa nova realidade, também desenha e modela os padrões de saúde-doença das populações através das mudanças urbanas, transformações no mundo do trabalho e da difusão ampliada dos riscos industriais-ambientais (RIGOTTO, 1997).

A incorporação de milhares de novas substâncias químicas, o aumento das plantas industriais, dos volumes produzidos e transportados e da aplicação de diversas formas de energia trouxeram, indubitavelmente, a ampliação da grandeza e do alcance dos impactos sócio-ambientais das atividades humanas, nas sociedades contemporâneas. Assim, os padrões de produção e consumo passaram a definir, cada vez mais profundamente, tanto o estado das

águas, do ar, dos solos, da fauna e flora, quanto as próprias condições da existência humana: seus espaços de moradia e de trabalho, seus fluxos migratórios, as situações de saúde e de morte. (FRANCO E DRUCK, 1997).

Do ponto de vista dessas autoras, o ambiente físico-geográfico, sócio-econômico, psicossocial e cultural, nessa inter-relação ecológica entre o ser vivo e o ambiente total, explicam o mecanismo do fenômeno saúde-doença.

Para NAVARRO (1976), a “crise da saúde só vai passar quando terminar a doença do subdesenvolvimento social”. Com razão, vale entender que o processo saúde-doença é de natureza político-social.

E as mesmas forças políticas, econômicas e sociais que determinam a estrutura da sociedade são as que determinam as desigualdades sociais, os comportamentos sociais, os fenômenos de saúde-doença e serviços do setor saúde, assim como o de todos os setores públicos.

A realidade que vivemos atualmente é totalmente contraditória. Esta é uma época curiosa: no momento em que mais se fala de paz, há guerras; no momento em que os discursos são dirigidos para a cooperação internacional, há mais desunião; no momento em que projetamos a saúde para todos, há uma verdadeira crise mundial da saúde; no momento em que se fala em Globalização da Economia ou Nova Ordem Econômica Mundial, há uma concentração do capital, com os 358 grandes conglomerados controlando 40% da riqueza mundial e 90% das tecnologias; no momento em que se fala em Terceira Revolução Industrial através da Reestruturação Produtiva, com seu avanço técnico-científico, há mudanças nas relações de trabalho com flexibilização de contratos e precarização das condições de trabalho; no momento em que se fala em direitos humanos e justiça social, há desemprego, fome, sem terra, sem teto, mendicância, violência, prostituição e miséria.

É nessa realidade perversa que é possível identificar os vários rebatimentos desse processo sobre a saúde, que são comuns ao conjunto da classe trabalhadora (RIGOTTO, 1997).

Essas tendências são observadas quando se considera:

- o retrocesso das políticas públicas, principalmente no que se refere ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- os incentivos oferecidos pelos governos para a instalação de plantas industriais sem considerar os riscos ambientais e as condições de trabalho oferecidas aos seus trabalhadores;

- o deslocamento das indústrias para pequenas cidades sem tradição industrial, ampliando os territórios expostos aos tenses ambientais e a riscos ocupacionais;
- a privatização do controle ambiental, relegado às leis de mercado e à iniciativa privada, sem participação do Estado ou da sociedade civil;
- a flexibilização das relações de trabalho, com perdas de direitos conquistados e reconhecidos pela legislação trabalhista, como as formas de contratação e a jornada de trabalho, com possibilidade de intensificação do desgaste dos trabalhadores;
- a terciarização, onde os trabalhadores estão expostos a riscos ocupacionais;
- a introdução de novas matérias-primas ainda não estudadas para avaliação de seus efeitos nocivos à saúde, à segurança e ao ambiente;
- a maior exigência de qualificação permanente do trabalhador;
- as relações no trabalho e sociais mais competitivas. Incentivo ao individualismo em contraposição à ação coletiva e sindical, dificultando as iniciativas em defesa da saúde no trabalho e do meio ambiente;
- o crescimento da violência, pelo agravamento da questão social, com seus reflexos sobre o perfil de morbi-mortalidade da população: assaltos, homicídios, dependência de drogas, gangs urbanas, delinquência juvenil, acidentes de trânsito.

A estas tendências, comuns ao conjunto da classe trabalhadora, somam-se outras, inclusive a dos excluídos do mercado de trabalho, do mundo produtivo, os proscritos da sociedade que, em função da deterioração progressiva das condições de vida, mantêm-se na marginalidade.

Essa parcela significativa de excluídos está exposta a condições precárias de moradias em áreas de riscos no centro ou periferias das grandes cidades, onde mulheres e crianças são os mais atingidos (prostituição, drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, doenças infecto-contagiosas, desnutrição, mortalidade infantil elevada, etc.). Como consequência destas desigualdades, os que se encontram marginalizados sofrem uma degradação intensa da dignidade humana, com repercussões sobre a identidade dos indivíduos, a coesão das famílias, o futuro dos jovens (RIGOTTO, 1997).

É nesse contexto histórico que a saúde-doença deve ser olhada. Faz-se necessário conhecer os processos que a produzem e explicam sua distribuição nas populações de distinta inserção social.

É com esse olhar epidemiológico que a saúde do trabalhador pode ser definida como o processo saúde-doença dos grupos humanos em sua relação com o trabalho (MENDES & DIAS, 1991).

A articulação entre meio ambiente, trabalho, saúde e doença acompanha o processo social, as mudanças nos processos de trabalho, o modo de viver dos grupos humanos, refletidos nas formas de adoecer e morrer e o movimento e organização dos trabalhadores. Essa abordagem está baseada no significado cultural, político e econômico que a sociedade atribui aos seus corpos. Os fenômenos biológicos são observados na sua dimensão social e o corpo não é visto apenas como um agregado de células, formando órgãos e sistemas, mas considerado em suas relações com a Natureza, na sua capacidade de criar e recriar-se, através do trabalho.

Assim, a saúde do trabalhador apresenta expressões diferenciadas segundo a época, no país e dentro do próprio país, mantendo porém o mesmo princípio – trabalhadores buscam ser reconhecidos em seu saber, questionam as alterações nos processos de trabalho, particularmente a adoção de novas tecnologias e novas formas de organizar o trabalho, exercitam o direito à informação e a recusa ao trabalho perigoso ou arriscado à saúde (BERLINGUER, 1978; PARMEGGIANI, 1985; ODDONE & Cols, 1986; RIGOTTO, 1992).

As medidas de ajuste impostas ao Brasil se traduzem em cortes significativos no setor das políticas públicas.

O setor saúde vem sendo penalizado com redução de investimentos em saneamento, na manutenção e conservação de equipamentos, na capacitação de profissionais. Ênfase maior dos investimentos está nos programas focalizados, de ação orientada para problemas prioritários e de impacto mais imediato (imunização, programa materno-infantil, programa do leite para desnutridos e outros).

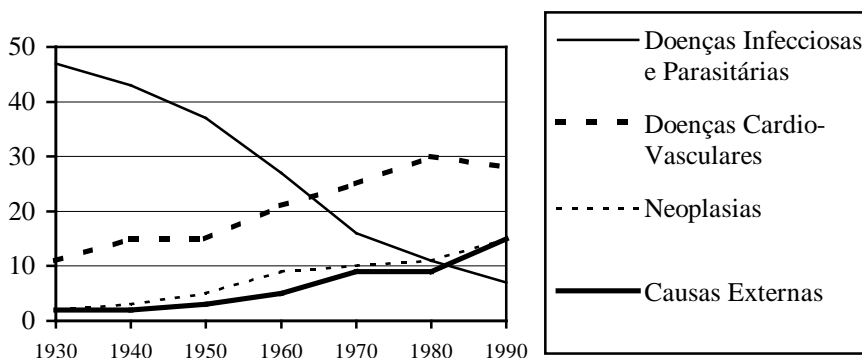
No setor produtivo brasileiro, coexistem todas as formas de relação de trabalho. Desde o trabalho primitivo, como o trabalho escravo (por vezes denunciado pela imprensa); parcerias que remontam ao período feudal, na área rural; contratos de trabalho tradicionais, ao lado de métodos modernos de gestão, que incorporam a participação dos

trabalhadores. Todas essas modalidades do processo produtivo – da manufatura à automação, coexistem sem uma preocupação substancial com o trabalhador ou com o meio ambiente (MENDES & DIAS, 1991).

Ao se estudar o processo saúde-doença, ou o perfil de mortalidade da população brasileira, é interessante observar que acompanhando o processo de industrialização, há uma substituição gradativa das doenças infecto-contagiosas pelas doenças cardiovasculares, pelos tumores, pelas “causas externas” ou mortes violentas, representadas pelos acidentes de trânsito, os homicídios e acidentes de trabalho. Isso demonstra que o modelo de desenvolvimento adotado pelo país apenas acrescenta novos riscos e novas formas de adoecer e morrer.

GRÁFICO 01.

Mortalidade Proporcional pelos Principais Grupos de Causas. Principais Cidades, *Brasil* (1930 – 1990)



Fonte: FIOCRUZ/RADIS.DADOS, N° 7, 1994

O impacto do trabalho ou dos processos de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores pode ser classificado em dois grupos de ocorrência:

- danos que se manifestam de forma aguda: acidentes de trabalho e as intoxicações agudas;
- danos que se manifestam de modo insidioso: as doenças profissionais típicas e as doenças do trabalho ou relacionadas ao trabalho.

Estudos epidemiológicos têm demonstrado verdadeiras epidemias de intoxicações por chumbo, por mercúrio, de silicose e outras pneumopatias, de lesões por esforços repetitivos (LER), sugerindo que os entraves para o reconhecimento da doença profissional, a burocracia da Previdência

Social, o desconhecimento e despreparo dos profissionais de saúde para fazer o diagnóstico da doença e o nexa com o trabalho (atividade laboral), a falta de exames complementares especializados, a falta de informação dos trabalhadores sobre os riscos a que se expõem e das conseqüências para a saúde, somados à pouca ou nenhuma importância que os empregadores dão ao assunto, caracterizam a complexidade do problema em nossa sociedade.

A problemática saúde-doença que atinge a população dos trabalhadores extrapola e muito a capacidade do setor ou sistema de saúde.

Diante da realidade dramática da saúde do trabalhador, o que se observa é que as ações mais eficazes para a garantia da saúde do trabalhador encontram-se no âmbito da economia, da ciência e tecnologia, na organização da produção, mais do que no setor saúde (MENDES & DIAS, 1991).

A complexidade do objeto da saúde do trabalhador requer uma abordagem transdisciplinar. As várias áreas do conhecimento – as ciências médicas, a sociologia, a antropologia, as ciências políticas, a engenharia, a informática, a administração e a economia – contribuem e instrumentalizam a compreensão e a intervenção sobre os problemas.

É necessário deixar claro que as ações de atenção à saúde do trabalhador são:

- a investigação da relação saúde-doença;
- atenção médica aos trabalhadores, em particular às vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais;
- acesso ao sistema de seguridade social para as ações de reparação;
- vigilância à saúde dos trabalhadores, incluindo as condições e os ambientes de trabalho (vigilância sanitária) e os agravos à saúde (vigilância epidemiológica);
- capacitação de recursos humanos para executar as ações;
- produção e difusão das informações e conhecimento;
- informação e educação em saúde para os trabalhadores.

Considerando a dinamicidade do processo sócio-econômico-ambiental e as mudanças no mundo do trabalho, busca-se a (re)conceituação da

saúde e da doença e alternativas de intervenção. Privilegiar a atenção integral à saúde do trabalhador, dentro de uma visão holística que contemple saúde, trabalho e meio ambiente numa abordagem multidisciplinar de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde com prática humanizada é fundamental para reverter o quadro da saúde do trabalhador no Brasil pois:

“As condições de trabalho no Brasil são insalubres, perigosas e sem nenhum respeito pela legislação de saúde e segurança, onde o trabalhador não tem as mínimas possibilidades de opor-se a elas”. (ÁLVARO MERLO, 1998).

1.2 - O caso do Ceará - em busca da competitividade no mundo globalizado

No contexto atual de globalização da economia e da divisão internacional do trabalho é possível que o perfil das indústrias que buscam implantar-se na região do nordeste brasileiro sejam as que possuem um processo produtivo mais poluente, consumidor de recursos naturais e com condições de trabalho mais precárias (BACELAR, 1997).

Tais empresas são atraídas pelas facilidades de infra-estrutura e por isenções de impostos oferecidas pelo governo.

A trajetória do Ceará, nos últimos anos, apresenta um acelerado processo de crescimento econômico (4,5% em 1997). O grande filão desse crescimento é o setor industrial. Foram 370 novas indústrias, distribuídas em 52 municípios, instaladas de Janeiro/95 a Março/98, totalizando um investimento de 3,4 bilhões de Reais. Do ano de 1991 a 1998, foram instaladas 574 novas indústrias dos mais diversos setores de atividade. A política de atração de indústrias levou o estado a sofrer profundas mudanças econômicas, demográficas e culturais (RIGOTTO & ALMEIDA, 1997).

As doenças profissionais são subnotificadas, há ausência, no estado, de um serviço de proteção à saúde do trabalhador para o apoio diagnóstico, detecção das patologias ocupacionais, assim como o controle dos riscos presentes nos locais de trabalho, é fator determinante para a inexistência de uma postura mais investigativa nesta área e com outros órgãos relacionados com o trabalho.

Horizonte era um município com história agrícola, reconhecido em nível estadual por concentrar várias granjas no seu território, e que, a partir de

1991, vem se industrializando rapidamente, sendo hoje considerado um dos pólos industriais do Estado.

Através da minha prática profissional no Sistema Local de Saúde (SILOS), de Horizonte, venho percebendo uma série de impactos desse processo de industrialização sobre a saúde da comunidade e, portanto, escolhi como objeto de estudo conhecer melhor essa nova realidade. O perfil de adoecimento da população atravessa mudanças. Fica clara a importância de conhecer a situação de vida, saúde e trabalho da população trabalhadora nas indústrias do município, com a finalidade de analisar as novas questões de saúde que são colocadas para o sistema.

Considerando o contexto aqui apresentado e partindo da hipótese de que o processo de industrialização trouxe mudanças, entre elas novos problemas e novas demandas ao município, o objetivo deste trabalho é conhecer o processo de industrialização em curso no município e seus impactos sobre a população.

Esse estudo nasceu da necessidade de colocar para o sistema e a população a problemática do trabalhador no contexto atual e, com isso, provocar o questionamento, identificar as novas demandas, obter informações que facilitem o planejamento das ações de saúde da população e trabalhadores, como também reunir subsídios para novas políticas.

Para desenvolver o objeto de estudo e conhecer o processo de industrialização em curso e seus impactos sobre a população horizontina, as escolhas metodológicas foram:

1. Reunir dados secundários e indicadores sociais do município e colher informações sobre o seu processo de industrialização.
2. Compreender a representação dos atores sociais locais sobre o processo de desenvolvimento, através de depoimentos pessoais e entrevistas.

A interpretação das informações foi realizada através da análise de conteúdo das entrevistas, como também da avaliação dos indicadores e dados do município coletados durante a pesquisa.

2 - Da granja à fábrica

O município de Horizonte, onde o estudo foi realizado, situa-se na Região Metropolitana de Fortaleza, a capital do Ceará. Até 1991, sua economia esteve voltada basicamente para o setor agrícola — cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, manga, maracujá, acerola e exploração de aves, — sendo inclusive conhecido por abrigar em seu território um considerável

número de granjas, com participação importante na formação do PIB municipal.

Desde 1991, o planejamento do governo estadual incluiu o município na política de interiorização do desenvolvimento industrial do Ceará, estimulando a instalação de novas indústrias através da oferta de recursos de fundos públicos federais e estaduais. Além destas fontes de financiamento, a Prefeitura de Horizonte ofereceu uma série de vantagens e de incentivos às indústrias que se interessaram em instalar-se lá, destacando-se a isenção, por 10 anos, do pagamento do IPTU, do ICMS e redução do ISS. Ofereceu também infra-estrutura – água, eletrificação, telefonia, acesso rodoviário, e doou terrenos para construção da planta industrial.

Como resultado desta política, 72 empresas se cadastraram para instalação no município, no período de 1991 a 1997. A fala deste empresário local representa a forma como o projeto de industrialização foi apresentado à sociedade:

"...a industrialização é a oportunidade para o município se desenvolver e crescer. Ela está diretamente relacionada com o desenvolvimento... e sustentável." (Empresário Local)

Em 1999, das 72 empresas cadastradas, 24 estavam ativas, sendo que as demais ou encontravam-se ainda em fase de projeto, ou já haviam se mudado para outro local, ou assinaram a carta de intenção e receberam o financiamento mas não instalaram efetivamente a fábrica. A Tabela 1 mostra os ramos de atividade das empresas atualmente em funcionamento.

TABELA 1

Distribuição das indústrias ATIVAS DE HORIZONTE por Ramo de Atividade e Número de empregados. Horizonte, 1999.

Ramos de Atividade	Número de Empregados
Produtos Alimentícios	309
Tinta	34
Têxtil	595
Artigos de Borracha e Plástico	68
Pré-Moldados	20
Metalúrgica e Mecânica	155
Papel e Papelão	178
Confecções	4.255
Total	5.614

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio de Horizonte
Além destes 5.614 empregos diretos nas indústrias, foram gerados ainda 22.456 empregos indiretos no mesmo período. A renda per capita apresentou elevação significativa: de R\$1.117,00 em 1991 para R\$7.959,39 em 1996. Paralelo a isto,

... "a receita da Prefeitura aumentou - esse é o lado positivo - temos a 3ª maior renda per capita e a 7ª maior arrecadação do Estado do Ceará." (Secretário da Indústria e Comércio)

Para as empresas, também tem havido retornos positivos do investimento:

"As empresas que se instalaram aqui descobriram no Horizontino uma grande capacidade de assimilação e aprendizado de tarefas manuais de uma maneira geral - passou a ser um atrativo essa propaganda entre empresários. A VULCABRÁS tem uma produtividade semelhante à de Franca: com apenas dois anos em Horizonte, eles produziram aqui o que conseguiram produzir lá em vinte anos! Isso demonstra a nossa capacidade. (Ela) Tinha previsão de 500 empregos e agora passou para 2.100 o número de empregados. Ninguém quadruplicaria seu quadro de funcionários se não tivesse um retorno grande. Isso mostra uma vantagem competitiva muito grande para Horizonte." (Secretário da Indústria e Comércio)

A oferta de empregos atraiu trabalhadores de outras localidades que, em alguns casos, passaram a residir no município, elevando a população, sem que se conseguisse resolver problemas básicos, como o desemprego, a falta de saneamento e o analfabetismo, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2

Alguns indicadores demográficos sociais e econômicos. Horizonte, 1991-1996

Indicadores Sociais	1991	1996
População (hab.)	18.283	25.380
Taxa de Urbanização (%)	58,99	59,37
Crescimento Populacional (%)	5,44	6,78
População em Idade Ativa (PIA)	13.206	16.988
Densidade Demográfica (hab./Km ²)	95,22	132,26
Taxa de Desemprego (%)	n.d.	13,8
Taxa de Analfabetismo (%)	43,58	23,58
Renda Per Capita (R\$)	1.117	7.959,39
Domicílio com Coleta de Lixo (%)	30,56	70,00
Abastecimento de Água Adequado	0,00	0,00

Domicílios com instalações sanitárias adequadas	23,61	n.d.
---	-------	------

Fontes: IPLANCE – 1996; IBGE - Censo demográfico - 1991

n.d.: não disponível

Assim, à medida em que as indústrias vão se instalando, a população vai crescendo, a atividade econômica vai se expandindo, emergem novos problemas, como a ocupação urbana intensa e desordenada, com a formação de favelas; o surgimento de violência urbana – drogas, prostituição, roubos e assaltos, acidentes de trânsito, etc:

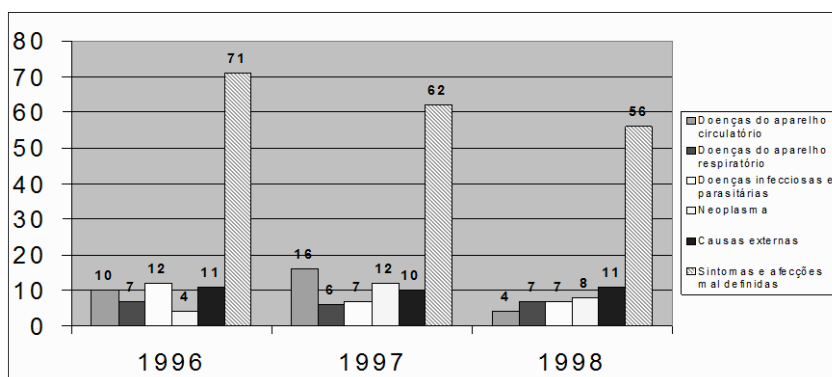
Horizonte inchou, não estava estruturada para receber todo esse pessoal. Se formaram os guetos, as favelas, é marginal, é assalto... E nós estamos aqui numa cidade pequena com os problemas de uma cidade grande. Cada fábrica dessa tem de 5 a 10 ônibus para levar e trazer o pessoal de Fortaleza. (Liderança comunitária)

Apareceu muita gente de fora. Aqui está ficando violentíssimo, aconteceu assassinatos... Tem gente que chega com doença... A cidade não está crescendo: ela está inchando... casa amontoada... a droga aumentou já tem tráfico de droga aqui... tem muita miséria... a mortalidade aumentou, veio a dengue, a cólera... trouxe problema social para o município. (Ex-operária)

As repercussões destas transformações das condições de vida sobre o processo saúde-doença ainda não são claramente identificáveis nos dados de morbi-mortalidade disponíveis no município, possivelmente pela qualidade dos serviços de atenção à saúde oferecidos à população, comprometendo inclusive a fidedignidade das informações produzidas. No Gráfico 1, por exemplo, chama a atenção o fato de que a grande maioria dos óbitos são atribuídos a sintomas e afecções mal definidos, e que não há um comportamento epidemiologicamente coerente dos grupos de causas de morte.

GRÁFICO 1

Número de Óbitos Pelos Principais Grupos e Causas. Horizonte - CE, 1996 - 1998.



Fonte: Secretaria de Saúde de Horizonte

Conformam-se, desta forma, novas demandas no tocante às políticas públicas, desde o abastecimento de água até o acesso à escola, ao sistema de saúde, transporte, etc:

Faltam políticas públicas... falta energia, estrada, posto de saúde, água, carro pipa... escola, moradia... tem muita coisa feita mas faltam prioridades... ele (prefeito) precisa consultar as bases da comunidade... ainda tem criança fora da aula... tem muita gente querendo aprender a fazer o nome e a trabalhar... são poucas as escolas de educação de adulto... (Liderança)

Falta lazer, saúde, educação... limpeza pública... as empresas não se preocupam com a poluição... não tratam seus produtos perigosos e joga no solo para contaminar... (Trabalhador)

A chegada de trabalhadores “de fora”, além de estar trazendo mudanças culturais que podem levar à emergência de conflitos sociais¹, é vista como um problema pelos moradores do município também no tocante ao acesso ao emprego:

O processo de industrialização foi bom, ninguém pode negar, mas quem tirou proveito foram as pessoas de fora e as que tinham condição... Os moradores de Horizonte, os filhos de Horizonte não tinham estrutura para trabalhar nas empresas. Hoje eles continuam a passar a mesma dificuldade que passavam quando a gente não tinha empresas. A pessoa da idade de 40 anos não teve direito a um emprego. Eu não conheço nenhum filho de Horizonte que tenha crescido. Não é que a gente não estava preparado: como a gente vai se preparar sem poder? A indústria trouxe benefícios para quem já tinha alguma coisa. Quem não tinha, continuou sem ter... (Liderança Comunitária na Sede do Município)

¹ Souza, M.P.G.A. Horizonte do Olho D'água – de distrito agrícola a polo industrial. Monografia (Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1999.

Este e muitos outros depoimentos mostram que a qualificação profissional dos moradores de Horizonte constituiu-se num problema para o acesso ao emprego:

Os trabalhadores de Horizonte vêm da agricultura, são ligados à área rural, muitos são analfabetos e, na realidade, não são preparados para a indústria, são agricultores. A oferta de emprego, vamos dizer, para "peão" eles conseguem absorver, principalmente os homens. Já as mulheres, aquelas que sabem costurar são absorvidas... (Secretário de Saúde)

Os dados da Tabela 3 confirmam que a maioria dos postos de trabalho de técnicos e administrativos foram ocupados por trabalhadores de outros municípios e até mesmo de outros estados, deixando para os moradores de Horizonte as funções diretamente vinculadas à produção.

TABELA 3

Origem da Mão-de-obra ocupada na indústria. Horizonte, julho de 1998

Discriminação	Frequência Relativa (%)			
	Horizonte	Fortaleza	Outros Municípios	Outros Estados
Dirigentes	-	85,11	-	14,89
Administrativo	16,90	80,28	1,97	0,84
Vinculado à produção	71,66	22,17	6,17	-
Técnico Nível Médio	4,34	88,72	6,08	0,86
Técnico Nível Superior	-	100,00	-	-
Média Geral	56,46	37,82	5,34	0,38

Fonte: Pesquisa direta SEBRAE - CE

Há problemas ainda em relação à qualidade do emprego gerado, no que diz respeito aos níveis de remuneração, ao cumprimento da legislação trabalhista, concessão de benefícios. Quanto às condições de trabalho, em muitos relatos aparece a exposição a riscos ocupacionais, acidentes e doenças do trabalho.

Entrei na V., passei 1 ano e meio no controle das peças das máquinas. Tem muitos riscos sim: usa produtos perigosos, sulfato de cobre, ácido, metanol, acetona, solvente... Vi acidentes com cola, algumas mulheres desmaiavam, iam para a enfermaria. Dava gastrite, problema respiratório... teve pessoas com problemas de pele. Muitas pessoas já saíram doentes, problema de coluna, acho que foi por causa do assento, a posição do trabalho, outros por problema de

*audição, tem vários problemas de vista, alergia..
(Trabalhador da indústria)*

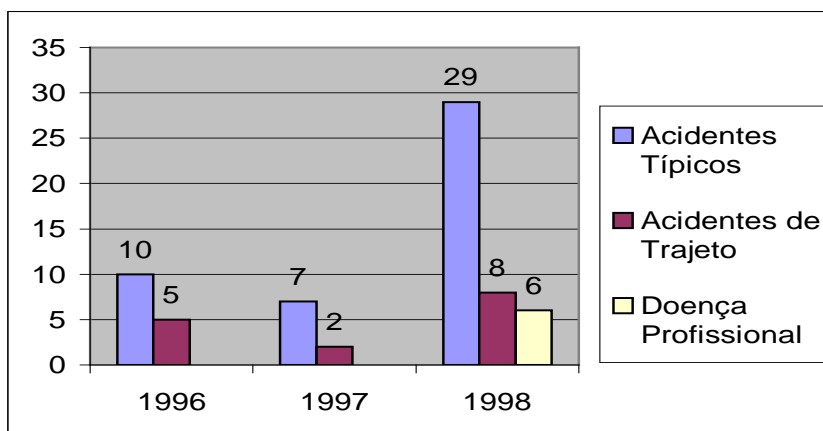
Alguns depoimentos são bastante contundentes:

Foi a pior coisa que aconteceu para nossa família... a M. ficou doente, esmorecida, não conseguia respirar direito. Vivia sem fôlego, agoniada, cansada. Trabalhava há três anos na fábrica de confecção. Sempre ia ao médico, ele dava remédio e atestado. A firma só liberava 1 ou 2 dias, aí ela voltava para a máquina de costura. Costurava jeans. Soltava muito pó, ela tossia, tossia. Até que se internou no hospital em Fortaleza. O pulmão estava todo colado, disse o médico, ela não escapava... A empresa nunca quis tomar conhecimento. Mas não deu tempo... (choro). Ela tinha 25 anos, estava grávida... Tiveram que tirar a criança para ver se pelo menos a mãe escapava. A criança viveu 03 dias e morreu. Alguns dias depois, ela morreu... (lágrimas). O médico fez exame, disse que era culpa da empresa. Tenho toda a papelada do Hospital: ela pegou a doença na fábrica... (Pai de ex-operária)

As estatísticas oficiais de agravos à saúde dos trabalhadores no município, entretanto, revelam 15, 9 e 43 casos respectivamente nos anos de 1996, 97 e 98 (Gráfico 2). Cabe interrogar até que ponto estes números refletem a realidade, na medida em que o sistema de saúde municipal ainda não está preparado para identificar, diagnosticar, registrar estes agravos.

GRÁFICO 2

Número de acidentes de trabalho por tipo Horizonte, 1996 a 1998



Fonte: Delegacia Regional do Trabalho - CE, 1999

Na perspectiva dos empresários entrevistados, os riscos ocupacionais são considerados pouco freqüentes e graves, podendo ser controlados com o uso de equipamentos de proteção individual (EPI).

Temos um grau de risco 2, não temos acidentes de trabalho. O que pode acontecer é uma costureira furar o dedo com uma agulha. Nosso processo produtivo é favorável, não tem risco. Não somos empresa que contenha atividade insalubre, o nosso ruído não é danoso. A gente oferece EPI auricular, luvas, bota: onde precisa a gente oferece EPI. (Empresário)

Assim, muitas vezes cabe aos trabalhadores identificar riscos no trabalho, buscar informações sobre a sua nocividade, criar estratégias coletivas de defesa, buscando controlar os riscos à sua saúde:

Trabalhei na fábrica de tinta, ela hoje nem existe. Sabia que era perigoso. Nunca foi passada nenhuma orientação. Mexia com produto químico, fazia a preparação da tinta. Ficava todo exposto, nunca usei proteção: ninguém tinha. Só botaram o aviso que não podia fumar. Quando eu abria os tambores de químico eu sentia aquele cheiro forte, inalava tudo... Aquilo é prejudicial à saúde, medo eu tinha... A gente procurava evitar, sabia que podia dar câncer... Nós combinávamos revezar entre a gente mesmo, cada dia quatro fazia uma coisa, senão viciava... Se eu ficasse só no solvente, acostumava com aquilo e não queria mais sair dali. Quando eu trabalhava lá, sentia que a minha vida estava diminuindo, por causa dos químicos. Às vezes eu chegava em casa e ia ler sobre eles, as conseqüências que aquilo poderia me trazer. Conversava com meus colegas, chegava em casa e lavava a minha própria roupa para não misturar com as da minha família. (Trabalhador da Indústria)

Aspectos relacionados à organização do trabalho, com repercussões sobre a saúde mental também foram mencionados pelos trabalhadores:

Me sentia insegura, eles só queriam a produção. O mais chato é que eles queriam fazer com a gente o que faziam com as máquinas: o ser humano só precisava produzir, produzir... A gente tinha que fazer a cota. Às vezes eles voltavam a gente da portaria de saída, pegavam pelo braço para voltar para o setor. No início a gente não tinha noção do que era...Tinha uma moça que adoeceu lá, depois soube que ela morreu. Ela trabalhava na máquina de costura, estava grávida... Quando ela morreu, eu já não trabalhava lá. Saí. Saí porque me sentia pressionada por eles. Vivía o tempo todo gripada. Depois é que eu percebi que o risco era

o pó... Eu chegava em casa e começava a chorar, descarregar, a coisa foi ficando crítica... Falei com meus pais, me sentia coagida... Pedi férias. No meu retorno, quando olhei a máquina, não agüentei: levantei e fui embora... nunca mais voltei lá! (Ex-trabalhadora da indústria)

3 - Conclusões

O estudo verificou que o projeto de industrialização implantado em Horizonte, a partir de 1991, transformou-o de município agrícola em polo industrial, alterando vários fatores que participam na determinação do processo saúde-doença: absorveu milhares de trabalhadores na indústria, elevou a renda per capita e a arrecadação do município, atraiu a migração de trabalhadores de outras localidades - fazendo com que a população crescesse e a cidade inchasse, emergindo problemas de saneamento básico e ambientais, moradia, educação, saúde, violência urbana e transporte. Por outro lado, os empregos gerados muitas vezes apresentam características de precarização, em relação aos níveis de remuneração, ao respeito aos direitos trabalhistas, às condições de trabalho, expondo os trabalhadores a riscos ocupacionais de natureza química, física, mecânica e ergonômica que podem implicar na ocorrência de doenças profissionais, acidentes do trabalho, sofrimento psíquico.

Evidencia-se, assim, que novos fatores de risco foram introduzidos na vida da comunidade – principalmente os relacionados ao trabalho industrial e aos aglomerados urbanos, sem que problemas básicos tivessem sido equacionados e sem que fossem desenvolvidas e implantadas políticas públicas que atendessem às novas demandas e dessem respostas aos novos problemas gerados.

Embora a qualidade dos dados disponíveis sobre o perfil de morbimortalidade da população de Horizonte não permita avaliar adequadamente os impactos deste processo sobre a saúde e a doença dos moradores – o que é mais um indicador do despreparo do poder público para trazer sustentabilidade ao projeto de desenvolvimento em curso, é possível afirmar que há fatores que podem ter um impacto positivo sobre a saúde, como a elevação da renda per capita, e há também fatores que complexificam o processo saúde-doença, podendo ter um impacto negativo caso não sejam controlados. Entretanto, vários dos problemas emergentes são de antecipação possível, permitindo o planejamento de medidas de promoção, proteção, e recuperação da saúde que potencializem os benefícios destes processos para a população.

A análise deste quadro alerta para o fato de que, embora a questão do desemprego esteja no centro da agenda social contemporânea, não parece haver uma relação direta e imediata entre industrialização, geração de emprego e melhoria da qualidade de vida ou da saúde. Para que isto aconteça, torna-se necessária a participação da sociedade em seu conjunto na definição do projeto de desenvolvimento e a atuação eficaz do Estado, mediando a relação entre os atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. *"O Nordeste Brasileiro face à Globalização: Impactos Iniciais, Vantagens e Desvantagens Competitivas"*. (Mimeo).
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos*. In: *Em Defesa do Interesse Nacional*. Artigo do Jornal dos Economistas nº 64. São Paulo. Agosto, 1994.
- CARDOSO, Ruth. *Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral*. In: Ruth Cardoso (Org.). *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1986.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *"A Globalização e o Desafio da Questão Social"*. Conferência proferida no XIV Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Fortaleza. 1997. Mimeo.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *"O Processo de Globalização e o Desafio da Questão Social"*. Conferência proferida no I Congresso de Assistência Social da Amazônia. Belém. 08/05/1997. Pp. 54. Mimeo
- DEJOURS, C. *As Estratégias Defensivas*. In: *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo. Cortez/Oboré. 1992. Pp. 27-47.
- DIAS, Elizabeth Costa. *Os SILOS como Estratégia para o Desenvolvimento da Atenção à Saúde do Trabalhador no Sistema de Saúde*. Trabalho apresentado no I Seminário da Região Sul-Sudeste - Rede IDA. Niterói. 1992.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é o Poder Local*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense. 1995.
- DRAIBE, Sônia Míriam. *"Proteção Social e Desenvolvimento Humano na América Latina: as políticas sociais da nova geração"*. UNDP. Brasil, Project BRA / 95 / OLC. Mimeo.
- FIEC. *Guia Industrial do Ceará*. Fortaleza. 1998.
- FRANCO, Tânia (Org.). *Trabalho, Riscos Industriais e Meio Ambiente: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável?* Salvador. Editora EDUFBA. 1997.
- HEIMANN, Luíza S. CARVALHEIRO, José R. DONATO, Ausônia F. IBANHES, Lauro C. LOBO, Elza F. PESSOTO, Umberto C. *O Município e a Saúde*. São Paulo. Editora HUCITEC. 1992.
- IPLANCE — Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. *Características Geográficas, Demográficas, Sociais e Políticas*. Anuário Estatístico do Ceará, 1997. Tomo I. Fortaleza. 1998.

- IPLANCE — Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. *Economia e Finanças*. Anuário Estatístico do Ceará, 1997. Tomo II. Fortaleza. 1998.
- IPLANCE — Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. *Ranking dos Municípios*. 1996 / 1997. Fortaleza. 1997.
- MACHADO, J. M. H. & GOMEZ, C. Minayo. *Acidentes de Trabalho: Uma algoritmo da Violência Social*. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro. Volume 10. Suplemento 1. 1994. Pp. 74-87.
- MENDES, Eugênio Vilaça. *Distrito Sanitário — O Processo Social de Mudanças das Práticas Sanitárias do Sistema Único de Saúde*. São Paulo. HUCITEC. ABRASCO. 1995.
- MENDES, R. & DIAS, E. C. "Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador". Revista de Saúde Pública. Nº 25 1991. Pp. 341-9. (Mimeo).
- MINAYO, M. C. S. *A Violência Social Sob a Perspectiva da Saúde Pública*. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro. Volume 10. Suplemento 1. 1994. Pp. 07-18.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE — SUS. *Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho*. In: Coordenação de Saúde do Trabalhador — DGPES/SPS. Brasília. 1998.
- NEVES, Magda de Almeida. *Reestruturação Produtiva e Estratégias no Mundo do Trabalho: as Conseqüências para o Trabalhador*. (Mimeo).
- PIZA, Fábio de Toledo. *Informações Básicas Sobre Saúde e Segurança no Trabalho*. São Paulo. Câmara Brasileira do Livro. 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível*. In: VON SIMON, Olga de Moraes (Org.). *Experimentos Com História de Vida (Itália - Brasil)*. São Paulo. Vértice. 1988. Pp. 14-43.
- RATTNER, Henrique. *"Cultura Cívica Para Uma Sociedade Sustentável"*. Boletim LEAD Brasil. Nº 7. 1997. (Mimeo)
- RATTNER, Henrique. *"Globalização — Em Direção a 'um mundo só'?"*. Boletim LEAD Brasil. Nº 7. 1997. (Mimeo)
- RIGOTTO, Raquel Maria. *Não Somos Máquinas: Um Estudo das Ações Sindicais em Defesa da Saúde dos Trabalhadores na Grande B. H.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte. 1992.
- RIGOTTO, Raquel Maria. *Relatos Oraís: Na Encruzilhada Entre o Indivíduo e a Sociedade em um Estudo das Representações Sociais Sobre a Saúde*. In: GONDIM, Linda Pontes (Org.). *Pesquisa em Ciências Sociais — O Projeto da Dissertação de Mestrado*. Fortaleza. Edições UFC. 1999.
- RIGOTTO, Raquel Maria. *Saúde dos Trabalhadores e Meio Ambiente em Tempos de Globalização e Reestruturação Produtiva*. São Paulo. Revista de Saúde Ocupacional nº 93/94. Vol. 25. FUNDACENTRO. 1999. Pp.09 a 20.
- ROCHA, Lys Esther. RIGOTTO, Raquel Maria. BUSCHINELLI, José Tarcísio. (Org.). *Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil*. São Paulo. Ed. Vozes. 1993. Pp. 672.
- SANTOS, Milton. *A Aceleração Contemporânea: Tempo Mundo e Espaço Mundo*. In: SANTOS, Milton. SOUSA, Maria Adélia A. de. SCARLATO,

Mônica Arroyo. *O Novo Mapa do Mundo — Fim do Século e Globalização*. São Paulo. Editora HUCITEC. 1993. Pp. 15-22.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. *Perfil de Adoecer e Morrer do Povo Cearense em 1995*. In: Boletim Epidemiológico Anual. 1996.

VIANA, Ana Luíza D'Ávila. *Novos Riscos, a Cidade e a Intersetorialidade das Políticas Públicas*. In: Revista de Administração Pública. Vol. 32. nº 2. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1998. Pp. 23-33.

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR EDITORIAL E GRÁFICO DE FORTALEZA.

*Maria Andrade Leite**

INTRODUÇÃO

Esse estudo aborda alguns impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho nas indústrias editoriais e gráficas de Fortaleza. Ocupa-se da análise dos rebatimentos do processo de reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho, na perspectiva histórica da evolução do processo de trabalho, desde o surgimento da cooperação simples que viabilizou o gerenciamento da força de trabalho, até hoje, quando se consolida a terceira revolução tecnológica e o toyotismo em detrimento do sistema taylorista – fordista.

O momento requer para as empresas novas necessidades de integração, flexibilidade e controle do processo produtivo. A microeletrônica elevou a capacidade de controlar o processo produtivo ensejando a redução de custos, melhoria na qualidade e diminuição dos prazos de entrega dos produtos.

Procurou-se conhecer as mudanças no trabalho quanto à organização do processo produtivo e ao nível de absorção de novas tecnologias e seus efeitos sobre a vida dos trabalhadores.

Optou-se metodologicamente pelo seguinte processo:

- levantamento de dados e informações, junto à Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC e pesquisa junto aos principais jornais;
- escolheu-se para estudo, aleatoriamente, três indústrias que apresentassem as características: (empresa A) utilização de tecnologia moderna - (empresa B) utilização de tecnologia não moderna - (empresa C) utilização de tecnologia mista em indústrias

* Graduação em Serviço Social pela UFC – Universidade Federal do Ceará. Pós-graduação em Planejamento e Recursos Humanos. Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o desenvolvimento Sustentável. Conselheira Efetiva do Conselho Estadual de saúde – CESAU. Vice Presidenta da Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Coordenadora do Escritório Regional do DIEESE / CE.

de médio porte (30 a 50 empregados) e de grande porte (acima de 60 empregados);

- entrevista semi-estruturada com 10 (dez) trabalhadores das empresas, com funções diferenciadas;
- entrevista com o gerente de produção de uma das empresas.
- entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Estado do Ceará – SINTIGRACE.

Para melhor contextualização, buscamos, primeiro, abordar o sistema produtivo na fase pré-capitalista, bem como no capitalismo propriamente dito, advindo com a primeira revolução industrial (1870), e posteriormente com taylorismo/fordismo (início do século XX). Em segundo lugar, procuramos explicitar o processo de reestruturação produtiva, tomando como base o modelo japonês e o avanço da tecnologia no campo da microeletrônica.

Em seguida, abordamos a industrialização no Brasil no contexto da reestruturação produtiva, bem como a indústria editorial e gráfica, onde procuramos situar as principais invenções tecnológicas integrantes do processo produtivo nas empresas e pontuar algumas informações sobre o desenvolvimento do parque editorial e gráfico no Brasil.

A indústria editorial e gráfica no Ceará é tratada no terceiro item, reunindo, sistematizando e analisando o material coletado na pesquisa. No decorrer deste trabalho, tentamos identificar o posicionamento dos trabalhadores em relação à evolução do processo produtivo, explicitando as suas diversas manifestações, notadamente quanto à luta pelo controle do processo produtivo, e contrapondo à perspectiva dos proprietários dos meios de produção.

Finalmente, apresentamos a conclusão, onde esperamos indicar as mudanças nas relações de trabalho no setor editorial e gráfico de Fortaleza captado neste estudo.

1. Histórico da Evolução do Processo de Trabalho.

O surgimento da cooperação simples possibilitou o gerenciamento da força-de-trabalho. A introdução da Cooperação Complexa, ou seja, a divisão parcelada do trabalho, entre os que detinham o conhecimento do ofício da produção e os considerados menos aptos, combinado com as máquinas e ferramentas, permitiu a chamada Revolução Industrial. Com isso, o grande salto tecnológico se torna a mola mestra de todo o desenvolvimento industrial moderno. O trabalhador passa a servir à

máquina (acompanhando o seu movimento) e reage com “o movimento de quebra de máquinas”, dentre outras formas de resistência, culminando com o reconhecimento dos sindicatos. Com o fortalecimento da classe trabalhadora, o capital busca novas formas de destruir a autonomia dos trabalhadores, bem como o aumento do lucro. Neste contexto surgem o Taylorismo e o Fordismo. A desapropriação do saber do trabalhador e a redução do tempo de produção de uma mercadoria, com eliminação dos tempos mortos, com a intensificação do trabalho e o aumento da produção diária, possibilitam um aumento da mais-valia, uma expressiva queda nos custos de produção e um novo tipo de controle do capital sobre os trabalhadores.

A chamada organização taylorista/fordista do processo de trabalho começa a dar sinais de esgotamento, principalmente pela estagnação da acumulação do capital. Por outro lado, devido à resistência da classe trabalhadora, tornava-se inviável continuar com o autoritarismo nos locais de trabalho. Assim, o capital procura alternativas à rigidez até então hegemônica na grande indústria, ou seja, formas flexíveis do processo de produção, surgindo a reestruturação produtiva.

2. O Processo de Reestruturação Produtiva

O processo de reestruturação produtiva desenvolve-se no período de crise (anos 70), onde o capitalismo mundial procura novas formas de acumulação, face à ascensão das taxas de juros e, em particular, aos limites econômicos provocados, dentre outros, pelo esgotamento da chamada organização taylorista/fordista. Simultaneamente, a globalização da economia toma forma com o ordenamento no padrão de relacionamento internacional: o sistema produtivo tem sua base nas empresas transnacionais e transcontinentais.

Neste contexto, as organizações de grande porte substituem o gerenciamento tradicional pelo gerenciamento participativo, a exemplo do modelo japonês. A assimilação do conhecimento técnico aplicado à produção impulsionou os ganhos de produtividade e, conseqüentemente a acumulação do capital. A crescente difusão das inovações tecnológicas, organizacionais e financeiras modificou, além do padrão de industrialização até então vigente, o papel do Estado e suas políticas macroeconômicas, o espaço internacional, o contexto ideológico e a relação cooperação-competitividade. Às empresas são colocadas novas necessidades de integração e de flexibilidade, conforme quadro a seguir:

Quadro 1

A Bifurcação Industrial

	PRODUÇÃO EM MASSA	ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL
Tamanho da firma	<ul style="list-style-type: none"> • grande (a corporação) 	<ul style="list-style-type: none"> • possibilidade de pequena e grande
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • máquinas dedicadas especiais 	<ul style="list-style-type: none"> • máquinas de uso geral
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • treinamento limitado a operações específicas • separação da execução e concepção 	<ul style="list-style-type: none"> • treinamento amplo • integração da execução e concepção
Gerência	<ul style="list-style-type: none"> • hierárquica e formal 	<ul style="list-style-type: none"> • hierarquia horizontal, informal
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • alto volume • gama limitada de produtos padronizados 	<ul style="list-style-type: none"> • lotes pequenos e grandes • unidades isoladas • variados produtos sob encomenda
Comportamento Gerencial	<ul style="list-style-type: none"> • estratégia para controlar o mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • rápida adaptação à mudança, inovação
Arcabouço Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • centralizado • keynesianismo nacional e multinacional 	<ul style="list-style-type: none"> • descentralizado • instituições locais que unem concorrência e cooperação

Fonte: Schimitz, 1989, p. 8, apud Leite, 1994, p. 108.

A microeletrônica, de modo geral, aprofundou a capacidade de controlar o processo produtivo, bem como a redução de custos, melhoria na qualidade e diminuição dos prazos de entrega. Por outro lado, esse novo sistema tem como consequência: o desemprego, a terceirização, a instabilidade e a exclusão social.

3. A Industrialização no Brasil no Contexto da Reestruturação Produtiva.

No caso do Brasil, a industrialização toma forma mais efetiva na primeira metade dos anos quarenta, quando o Estado intervém mais neste setor. Somente a partir dos anos 50, o capital industrial é claramente dominante, quando a esfera da produção já está firmemente inserida no mundo capitalista de produção. Surgem grandes empresas estatais e a entrada das empresas multinacionais. Com a intervenção crescente do Estado, além da entrada das multinacionais, a economia brasileira dá um salto

qualitativo em relação ao processo de industrialização. A grande expansão industrial no país ocorreu na década de setenta, com o aumento da produção e do emprego industrial.

A partir dos anos 80 configurou-se, no Brasil, a crise econômica com: estagnação da esfera produtiva, queda nos ciclos de crescimento, a interrupção do processo de assalariamento, a formalização da pobreza e a precarização do poder de barganha dos trabalhadores. Por outro lado, as empresas buscam as inovações tecnológicas de forma a se tornarem competitivas no mercado internacional, numa visão global do sistema capitalista mundial. As primeiras investidas do processo de reestruturação produtiva, segundo Hirata, aconteceram em 1983, com a difusão de equipamentos, propiciada pela política governamental, isto é, a isenção de impostos para aquisição de equipamentos importados. Vários autores colocam que, apesar da tecnologia avançada, existia um fraco empenho das empresas à adoção de estratégias mais sistêmicas de modernização.

A resistência da classe trabalhadora de forma constante e persistente sempre se fez presente, desde o seu surgimento enquanto classe operária até hoje. Inicialmente, o movimento dos trabalhadores era organizado espontaneamente, com a luta direcionada aos empregadores; com a intervenção do Estado a partir dos anos 30, são redefinidas as funções e as relações das associações sindicais com o próprio Estado e o patronato (os trabalhadores continuam na luta pelos seus direitos, não aceitando a legislação).

A partir dos anos 80, com a abertura política, surgiram várias greves, ocasionadas pela política salarial adotada, o processo inflacionário, os níveis de desemprego e os sucessivos planos de estabilização. Com isso, os trabalhadores desvinculados do sindicato oficial – sindicato assistencialista, burocrático – buscaram novas formas organizativas no seio das fábricas, utilizando-se das chamadas “operações tartaruga” ou “operação zero”.

4. A Indústria Editorial e Gráfica

A evolução do setor editorial e gráfico inicia-se na manufatura (produção de ferramentas) e na transformação de trapos em papel. No período do artesanato veio a manufatura de tipos de imprensa, sendo a tipografia a primeira forma de mecanização manual. Em 1445, Gutemberg inventa os “tipos móveis”, aperfeiçoando os sistemas de impressão. Em 1814 foi construída a primeira máquina a vapor, fruto da inclusão de peças metálicas ao invento de Gutemberg. O processo de aperfeiçoamento das prensas foi contínuo e em 1890 é inventada a máquina de compor Linotipo. Com esse novo invento, há modificação na organização profissional, sendo nomeado com diferentes títulos ocupacionais, de acordo com a

especificidade da máquina que operava: linotipista, monotipista, entre outros.

Em 1904, verificou-se uma revolução na indústria editorial e gráfica, com a invenção da impressão offset (composição a frio), eliminando tanto o compositor manual quanto o linotipista.

Na segunda metade do século XX, iniciou o sistema de fotocomposição. Com esse novo sistema fez-se necessário a substituição de equipamentos, adequação de novas matérias-primas e demanda por outro tipo de mão-de-obra.

Ao lado das transformações no processo de produção e a conseqüente redução dos postos de trabalho gráfico, a luta da categoria é desenvolvida, com base no seu domínio da leitura e da escrita, com a utilização de periódicos da imprensa, em particular de jornais, nos quais foram registradas as suas críticas e contestações ao novo modelo de organização da produção e seus efeitos danosos aos trabalhadores.

As mais recentes inovações tecnológicas, com a introdução de sistemas de fotocomposição de geração eletrônica-digital, possibilita uma grande capacidade de produção e flexibilidade no aperfeiçoamento constante do produto. Para o trabalhador do setor gráfico estão colocadas as seguintes características: domínio da datilografia e de famílias de tipo, conhecimento geral de processamento de dados e conhecimento pleno de operação com teclado, vídeo, impressora, dentre outros; agilidade de raciocínio, criatividade e capacidade de rápido aprendizado. Os atuais processos de composição eletrônica de texto, mundialmente, têm ocasionado o desaparecimento de postos de trabalho.

A nível da indústria mundial, os primeiros sistemas de composição foram introduzidos na década de cinqüenta, os sistemas de fotocomposição de primeira geração, na década de sessenta e os equipamentos de fotocomposição de geração eletrônico-digital, em meados da década de setenta. Estes mesmos estágios só tiveram registradas suas ocorrências no Brasil, a partir do final da década de sessenta, na metade da década de setenta e no início dos anos oitenta, respectivamente. É importante ressaltar que no país, existem empresas que ainda usam tecnologias mecânicas, outras com tecnologia de ponta e as que se utilizam de processos mistos.

No contexto da industrialização nacional, o setor editorial e gráfico se desenvolveu de forma menos acelerada do que as demais e com uma especificidade - a convivência no mercado de indústrias privadas e públicas. Tendo a seguinte composição: 91% empresas privadas, 6% empresas públicas, e 3% empresas com participação do capital estrangeiro (dados de 1983). O parque editorial e gráfico estatal, até os

anos 60, era considerado o mais moderno. Com relação a esse fato, os empresários desse setor desenvolveram intensas campanhas junto aos Governos Federal e Estaduais para que as empresas estatais fossem desativadas. Em 1982 é promulgado o Decreto da Presidência da República proibindo a instalação de novas unidades gráficas no serviço público federal. A partir de então, o empresariado procurou viabilizar a aprovação do projeto de lei que desativasse as gráficas estatais.

Contra o posicionamento dos empresários estava a classe trabalhadora, afirmando que o problema residia no comportamento dos empresários que não aceitavam a diminuição da margem de lucros, bastando apenas utilizar a planilha de custos adotada no parque estatal. Ademais, os direitos conquistados pelos trabalhadores das empresas públicas serviam de parâmetro nas reivindicações dos trabalhadores das empresas privadas. Outro ponto citado dizia respeito ao desemprego, caso as empresas públicas fossem fechadas.

A classe trabalhadora se encontrava em constante mobilização e desenvolvia maneiras variadas de pressão: junto ao executivo/legislativo; esclarecia a população sobre o posicionamento dos empresários e nos momentos mais críticos realizavam passeatas e greves. Essas ações permitiram manter a integridade das gráficas estatais até a década de 90, quando se deu a implementação da política de privatização das empresas.

Para caracterizar o desenvolvimento progressivo do setor editorial e gráfico, os dados evidenciam:

- quanto à representatividade econômica do emprego em relação do mercado industrial no Brasil, o setor ocupava a décima primeira posição com 186.785 de empregos representando 2,89% da mão-de-obra empregada (posição em 31-12-1996);
- a maior concentração das indústrias editoriais e gráficas em 1983 estava em São Paulo, com 61 das 111 empresas arroladas como mais importantes.

A partir de 1990, os empresários investem na atualização tecnológica, atingindo em 1998 o índice de 56% das indústrias editoriais e gráficas brasileiras. O investimento em 1990 foi equivalente a 374,4 milhões de dólares, e com manutenção do processo de crescimento nos anos subsequentes, atingiu o montante de 1.004,6 milhões de reais, em 1997, conforme tabela abaixo. Em consequência da expansão substancial dos investimentos realizados entre 1990 e 1997, o faturamento global do setor alcançou US\$ 6,5 bilhões.

Tabela 01
Investimento do Setor Gráfico
90/98
(Em US\$ milhões)

PERÍODO	VALOR	%	ACUM.%	TX. MÉDIA DE INVEST
1990	374,7	44,1	44,10	-
1991	322,7	13,9	24,07	11,39
1992	365,8	13,4	40,70	12,05
1993	370,0	1,1	42,24	9,21
1994	701,0	89,5	169,55	21,93
1995	816,4	16,5	214,03	21,01
1996	696,1	14,7	167,86	15,11
1997*	1.004,6	44,3	286,53	18,41
1998**	465,9	53,6	79,35	6,70

Fontes: DPPC/SECEX – ABIMEG – DECES/ABIGRAF.

* Preliminar

** Valores (jan-jun) anualizados.

Em relação ao nível de emprego no setor, nos anos de 1994 e 1995 houve um acréscimo de 2,2% e 12,5%, respectivamente, estando em dezembro de 1997 com 196.127 empregados. Embora tenham sido extintos mais de 16 mil postos de trabalho, verifica-se, contudo, uma certa estabilidade quanto ao número de empregos, apresentando uma variação positiva de 1,5% em relação ao ano anterior. O Nordeste apresenta-se com 1.598 empresas e 17.455 empregos (estimativa de 1997), ocupando o terceiro lugar na Distribuição Regional de Estabelecimentos/Empregados.

Nos meios empresarial e governamental estão sendo disseminadas as teses favoráveis à flexibilização dos direitos sociais e das relações de trabalho. Neste sentido, os empresários, na 27ª Assembléia Geral da ABIGRAF, aprovaram propostas, visando a redução de benefícios. Em contrapartida, a luta sindical desdobra-se na defesa do emprego, do salário e das condições de trabalho, buscando novas formas de organização da categoria para a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas.

5. As Múltiplas Faces da Reestruturação Produtiva no Setor Editorial e Gráfico de Fortaleza

A primeira empresa editorial e gráfica no Ceará surgiu em 1892, denominada Tipografia Minerva, caracterizada como empresa familiar e que permanece no mercado até hoje. No Ceará, em janeiro de 1951, existiam 13 indústrias editoriais e gráficas da área privada e 2 empresas da área pública. (Jornal O POVO, 1992).

Em conseqüência, os trabalhadores do setor também já mantêm uma tradição de organização e luta, desde a primeira metade deste século.

No Guia Industrial do Ceará, ano 1998, estão contidos os dados mais recentes sobre a indústria editorial e gráfica, no entanto, relaciona apenas as indústrias que são filiadas à FIEC. Existem 50 indústrias editoriais e gráficas no Ceará, das quais 44 estão localizadas em Fortaleza. Ressalte-se que, nas fontes pesquisadas, não há indicação do número de empregos relativos às empresas.

O relatório preliminar do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI sobre Identificação de Necessidades de Formação Profissional na Indústria Editorial e Gráfica em Fortaleza, 1997, cita a pesquisa direta realizada em 31 indústrias que são assistidas por essa instituição.

Na pesquisa, foram identificadas 28 empresas que implantaram inovações tecnológicas nos últimos dois anos e apenas 3 que ainda não haviam implantado, mas manifestaram a intenção de absorverem uma tecnologia mais avançada.

Evidentemente, algumas empresas já tinham introduzido inovações tecnológicas nos seus parques gráficos, como a Indústria Gráfica Minerva, que em 1991 utilizava as máquinas alemãs Heidelberg e apenas duas máquinas nacionais de pequeno porte (Jornal O POVO, abril/1991). A indústria Soluções Gráficas (SOLGRAF) em 1991, anunciou, como novidade em Fortaleza, a editoração gráfica computadorizada. Os equipamentos adquiridos foram microcomputadores, impressoras a laser e scanner (Jornal O POVO, junho/1991).

No cômputo geral observa-se maior investimento nas áreas de impressão (offset) e de pré-impressão. No entanto, não se constata a presença de máquinas de alta tecnologia, como exemplo, a Cerutti VI. Essa máquina permite a impressão de 809 páginas por segundo (52 mil cadernos de 56 páginas por hora), com o papel atingindo a velocidade de 43,68 quilômetros por hora, com um consumo por mês de 75 mil litros de tinta, 116 mil litros de solventes e 1,5 tonelada de papel (Grupo Abril). (Revista ABIGRAF, ano 21, nº 162, 1996, p.122-128)

Esse fato pode ser atribuído à limitação do mercado consumidor local, bem como à visão do empresariado cearense que, em vez de investir no setor, prefere reduzir o número de postos de trabalho na busca da redução dos custos e maior lucratividade, como foi o caso da indústria GRAFISA, que tinha no início deste ano 67 funcionários e demitiu 32, sem, no entanto, investir em nova tecnologia (Jornal O POVO, janeiro/1999).

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas realizadas, quanto ao perfil dos entrevistados (Quadro II), observa-se que os trabalhadores que

lidam na linha de produção nas empresas gráficas são todos do sexo masculino.

Em relação à faixa etária dos entrevistados, observa-se que 7 estão entre 30 e 40 anos e os outros 3, entre 20 e 30 anos. Reportando-nos a Hirata (1995), a dispensa do trabalhador acima de 50 anos é um indicativo presente nas empresas, embora exista trabalhador acima dessa faixa etária, que aposentado continua trabalhando, sem nenhum contrato trabalhista formal. Esse fato é explicitado através de um trabalhador:

se aposentaram mas não mudaram de setor...(Impressor Tipográfico – empresa C).

Quanto ao nível de escolaridade, apenas 2 lograram concluir o 2º grau, enquanto 3 têm o 1º grau completo e 5 não conseguiram concluir o 1º grau.

No que diz respeito à remuneração, evidencia-se maior incidência nas faixas de 2 a 4 salários mínimos, bem como de 4 a 6 salários mínimos, com 30% cada uma. Nota-se que os operários na função de impressor tipográfico recebem até 2 salários mínimos, enquanto que os trabalhadores dos setores de corte/vinco, almoxarifado e impressão de offset mecanizada, percebem de 2 a 4 salários mínimos. Na faixa de 4 a 6 salários mínimos estão o programador visual (computação) e impressor de offset mecanizada, sendo que o impressor de offset automático (máquina Heidelberg) percebe acima de 8 salários mínimos, por demandas de tarefas que incorporam maior grau de tecnologia.

O fator remuneração nas empresas estudadas não se baseia no cargo ocupado, mas nas habilidades e na capacidade do trabalhador de enfrentar os imprevistos durante a execução de suas tarefas, de acordo com um dos princípios do modelo japonês.

Do ponto de vista da reestruturação produtiva, constata-se um movimento heterogêneo de inovação tecnológica, até mesmo com utilização de tecnologia de ponta. No tocante à inovação tecnológica, percebe-se que a indústria (C), adquiriu equipamentos novos para pré-impressão e impressão, no entanto manteve equipamentos antigos ligados à impressão e ao acabamento; a empresa (B) não atualizou os equipamentos; enquanto a empresa (A) está utilizando tecnologia de ponta.

No entanto, a organização do trabalho não sofreu grandes modificações, porque ainda permanecem princípios Taylorista/Fordista, quanto à intensificação e extensão do trabalho, paralelo às formas associadas ao modelo japonês, quanto à otimização das máquinas. Assim expressa o Gerente de Produção –empresa A:

ela está ainda... tem ainda um descompasso grande. Teve modificações de forma, de conteúdo não. Assim, você se abre mais, de sentir mais, mais facilidade porque você trabalha com coisas novas, as dúvidas são maiores, a dinâmica... esses tipos de coisas.

No tocante ao perfil dos entrevistados, que lidam na linha de produção nas empresas gráficas, observa-se que todos são do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 40 anos.

Quadro 02
Distribuição dos Trabalhadores Gráficos Entrevistados Segundo Idade/Sexo/Profissão/Empresa/Escolaridade/Remuneração/Dependentes – Fortaleza/99

IDADE	SEXO	PROFISSÃO	EMPRESA	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO (S.M.)	DEPENDENTES
28	M	Impressor Tipográfico (M)	"C"	2º grau completo	1 a 2	01
28	M	Impressor Tipográfico (M)	"C"	8ª série completa	1 a 2	02
31	M	Corte/Vinco	"B"	5ª série completa	4 a 6	03
38	M	Almoxarife	"B"	7ª série completa	2 a 4	03
36	M	Impressor de offset (M)	"B"	4ª série completa	4 a 6	02
39	M	Impressor de offset (M)	"B"	6ª série completa	2 a 4	02
33	M	Desenhista	"A"	2º grau incompleto	4 a 6	03
37	M	Fotolitográfico	"A"	2º grau completo	6 a 8	01
36	M	Impressor offset (A)	"A"	2º grau incompleto	8 a 9	03
24	M	Confeccionista	"A"	6ª série completa	2 a 4	04

Fonte: Pesquisa Direta

Em relação às variações no número de trabalhadores inseridos no setor, o estudo não permite afirmações conclusivas, devido à ausência de pesquisa neste setor no Ceará. Podemos afirmar, contudo que, nas empresas dos trabalhadores entrevistados, houve demissões daqueles considerados

incapazes de se adaptar às inovações tecnológicas e contratação de trabalhadores aptos a lidar com as novas tecnologias.

No tocante ao fechamento de postos de trabalho em decorrência da inovação tecnológica, observa-se que simultaneamente são abertos outros, embora em número inferior, porém requerendo um trabalhador que tenha o domínio de datilografia e de famílias de tipo, conhecimento geral de processamento de dados (setor editorial eletrônico), agilidade de raciocínio, criatividade e capacidade de rápido aprendizado.

com o pessoal que a gente teve aqui foi melhor do que trazer gente de fora pra mexer na máquina ... porque aqui pelo menos você já conhece as limitações, as debilidades e as qualidades também que a pessoa tem ... porque a gente quebrou a cabeça muito tempo vendo que a gente tava contratando gente que mexia em computador pra ensinar a ele a arte gráfica. Até a gente descobrir que era muito mais fácil pegar uma pessoa que já tivesse mexendo com a arte finalista no computador, foi assim que a gente fez. (Gerente de Produção – empresa A)

O desemprego tecnológico não foi tão acentuado não porque a gente enxugou um setor e aumentou outro. Por exemplo, a gente enxugou a parte de confecção, chegaram a dobradeira e tal e tal, mas já no computador, onde tinha quatro pessoas, hoje tem nove... a dobradeira, máquina moderna que provoca também o desemprego tecnológico, o folder por exemplo seria dobrado na mão, a máquina dobra 10.000 por hora... uma pessoa operando a máquina trabalha por cinco, seis, sete pessoas efetivamente. (Gerente de produção – empresa A)

Do ponto de vista do empregador, a reestruturação produtiva tem significado aumento da produtividade. O aumento salarial observado no grupo de trabalhadores entrevistados aconteceu apenas para um, em pequeno valor, sugerindo que o fato - as funções incorporam novas tecnologias e exigem um trabalhador mais qualificado - não está refletindo em melhorias salariais. Redução de jornada de trabalho também não foi observada. Embora a produção seja mais rápida e a produtividade seja maior, persistem as horas-extras.

... melhorou mesmo só os equipamentos da empresa, no trabalho as condições continuam do mesmo jeito que sempre foi, isso também em relação a salários, o processo de evolução foi só na empresa mesmo. (Impressor Tipográfico – empresa C)

*a gente trabalha o dia de sábado, faz hora extra dia de sábado... quando ele precisar de mim ele me chama pela manhã, eu venho... mas só quando tá com muito serviço....
(Encarregado de produção – empresa A)*

A questão do trabalhador multifuncional ou polivalente constata-se como uma prática em todos setores das empresas estudadas. Ressalta-se que esse processo ocorre em termos de tarefas de cunho bastante rotineiro e simples.

Quadro 03

Situação Profissional X Função Que Exerce X Função Complementar X Tempo de Trabalho na Empresa dos Trabalhadores Entrevistados Fortaleza/1999

PROFISSÃO	FUNÇÃO	OUTRA FUNÇÃO	TEMPO NA FUNÇÃO	TEMPO TRABALHO EMPRESA (ANOS)
Impressor tipográfico	Impressor tipográfico	Não	9 anos	9
Impressor tipográfico	Impressor tipográfico	Não	12 anos	12
Corte/vinco	Chefe setor* e corte/vinco	Máquina corte/vinco	9 anos	12
Almoxarife	Almoxarife	Setor de acabamento	18 anos	18
Impressor de offset	Impressor offset (mecânico)	Não	11 anos	11
Impressor de offset	Impressor offset (mecânico)	Não	16 anos	16
Desenhista	Programador visual	Acompanha a produção	2 anos	7
Fotolitográfico	Encarregado de produção	Gravação de chapa/carteira fotográfica	2 anos	19
Impressor de offset	Impressor offset (automático)	Gravação de chapa	16 anos	16
Confeccionista	Corte/vinco	Confeccionista	4 meses	6

Fonte: Pesquisa Direta

* O trabalhador tem 9 anos na função de corte/vinco, porém há 5 anos passou a acumular a chefia do setor corte/vinco.

O sentimento de insegurança do trabalhador quanto ao futuro faz-se presente no seu cotidiano. Percebe a competitividade e sente a necessidade de qualificação para novas tecnologias, mas, como não consegue, faz uso de suas habilidades, inteligência, solidariedade, como falou um trabalhador:

veio o técnico para montar a máquina e deu algumas explicações prá gente. Não é tão difícil de pegar não. A gente já tá dentro da área, a gente já sabe como é a impressão... é meio complicado você aprender a manusear a máquina... foi o técnico que ensinou a gente e a gente passa para outros impressores que chegam. (Impressor offset automática – empresa A)

Por outro lado, a possibilidade da perda dos direitos sociais e trabalhistas conseguidos ao longo da história também contribui ou alimenta esse sentimento de insegurança: a tentativa de burla por parte de alguns empresários da Legislação Trabalhista, o medo da perda do trabalho aliado à necessidade de “ir à luta” para manutenção dos direitos adquiridos, como expressa o trabalhador:

se você sair da empresa, você recebe seus direitos e hoje nós estamos praticamente perdendo... os que saíram estão passando dificuldades, né? Isso aí que mais tarde vai acontecer com a gente quando sair, vai passar pelas mesmas dificuldades de não receber os direitos.” (Impressor offset mecânica – empresa B)

o pagamento não saía, a gente perguntava e não sabia quando ia sair... fizemos a greve, de repente deram a data de pagamento. (Impressor offset mecânica – empresa B)

hoje no país a gente tá achando que nós estamos perdendo esse direito... o direito trabalhista tá ficando... a gente não tem mais aquela confiança, né? De ter os direitos trabalhistas. (Impressor offset mecânica – empresa B)

No que diz respeito à proteção à saúde do trabalhador, verificou-se um desconhecimento das leis e a resistência ao uso do Equipamento de Proteção Individual- EPI por parte dos trabalhadores. Nas empresas estudadas existem as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs, porém os trabalhadores não sabem precisar quais são as funções destas comissões. Verificou-se que somente uma empresa (A) tem a preocupação em tornar o ambiente de trabalho saudável com a contratação de um estudo para determinar as medidas de proteção. Nas

outras duas, a visão patronal em relação aos riscos de trabalho ou ter um ambiente de trabalho saudável significa o uso de EPI, não havendo a preocupação de controle ou eliminação dos riscos através de medidas preventivas de proteção coletiva. Para o empresário, o uso de EPI, conforme legislação, significa também o não pagamento de insalubridade.

No tocante à abordagem sobre o conhecimento das leis de proteção à saúde do trabalhador no ambiente de trabalho (Tabela 02), 40% afirmaram que conhecem, porém no momento não conseguiram lembrar, e 60% disseram que não conhecem nenhuma lei. Em relação aos efeitos dos produtos químicos nocivos à saúde do trabalhador gráfico, 30% afirmaram que sabiam, enquanto 70% desconheciam, mas demonstraram preocupação.

os produtos que a gente trabalha... é muito ofensivo... é prejudicial... a gente trabalha com produtos químicos e é prá ter direito o leite..." (Impressor offset mecânica – empresa B)

os produtos químicos que vai incorporando na pessoa... e você tem que se cuidar... tem o material que a gente trabalha: papel, a foto... você tem que tá se alimentando direito, tomando um copo de leite, né... (Encarregado produção – empresa A)

quando eu comecei aqui não sabia nem o que era uma gráfica, não sabia que mexia com produtos... aí tinha restauralito... aquela chapa, coisa de máquina, dava tonteira, mas com o passar do tempo...(Corte/vinco – empresa A)

veio uma vez aí um negócio da CIPA... deu um cursozinho básico, né, como deveria se proteger... (Chefe do setor corte/vinco – empresa B)

Tabela 02
Distribuição dos Trabalhadores Gráficos Entrevistados segundo conhecimento das Leis de Proteção à Saúde e do Efeito dos Produtos Químicos sobre à Saúde Fortaleza/1999

ESPECIFICAÇÃO	LEIS DE PROTEÇÃO À SAÚDE		EFEITOS DOS PRODUTOS QUÍMICOS	
	Nº	%	Nº	%
Conhece	04	40	03	30
Não Conhece	06	60	07	70
Total	10	100	10	100

Fonte: Pesquisa Direta

Indagados sobre os tipos de efeitos do ruído das máquinas sobre a saúde do trabalhador, 7 citaram a surdez como o problema mais sério, enquanto 3 demonstraram desconhecimento. Os trabalhadores, com exceção de um que comprou o seu, não usam o EPI, alegando que o tipo fornecido pelas empresas não protege e causa inflamação no ouvido, havendo, portanto uma reação negativa ao uso de EPI. Afirmaram, ainda, que na consulta médica realizada uma vez por ano, há somente a recomendação do uso do EPI, sem contudo proceder a um exame mais apurado, conforme prescreve a legislação.

prejudica a audição, né, se você não usar o protetor e se o barulho for muito forte... aqui até que o barulho é suportável, porque o barulho é só das máquinas... o pessoal não está usando ainda o protetor... (Encarregado produção – empresa A)

a gente não é acostumado a usar e a gente acha até ruim os equipamentos de proteção... (Impressor offset automática – empresa A)

eu acho que a maioria dos trabalhadores em gráfica hoje devem ter problema de surdez... as empresas não tem a preocupação de investir em saúde e segurança... os companheiros usam de forma equivocada, de forma errada o EPI. (Impressor Tipográfico – empresa C)

às vezes se chega em casa, você fica com aquele barulho no ouvido, né, bem fininho, porque tem muita máquina também barulhenta demais. Inclusive teve um rapaz que trabalhou comigo, ele saiu e botou até na Justiça sobre isso. Aí veio uns caras aí, uns técnicos aí prá assuntar aí, mas também ninguém soube do resultado. (Chefe setor corte/vinco – empresa B)

Os depoimentos demonstram que não existe nenhuma atividade que informe, oriente e/ou discuta as questões relativas à saúde do trabalhador. Por outro lado, o trabalhador pressente (ou sente?) que tanto os produtos químicos como o ruído das máquinas são prejudiciais à saúde, porém sem a informação correta, terminam por desprezar a prevenção. A realidade é que,

O conhecimento técnico na área de segurança e medicina do trabalho e da situação de saúde dos trabalhadores em outros países evidencia que existe tecnologia já desenvolvida para eliminar ou controlar os riscos à vida e à saúde do trabalhador. Entretanto, nossa cultura parece validar a incorporação dos avanços tecnológicos pelas empresas em benefício dos processos produtivos, mas não

necessariamente na proteção dos homens e mulheres que ali trabalham. (RIGOTTO, 1992, p.07)

A terceirização faz-se presente nas indústrias estudadas através dos serviços executados pelo trabalho familiar. O setor de acabamento foi bastante reduzido e os trabalhadores demitidos passam a executar as tarefas desse setor nas próprias residências, como prestadores de serviços, ganhando por produção, sem nenhum direito trabalhista. Esse comportamento empresarial contribui na informalização crescente no mercado de trabalho, ao mesmo tempo, usa dessa estratégia para baratear os custos de produção face à acumulação do capital.

eles pegam, como se diz na gíria, no mercado hoje, pegam um gato, esse gato contrata os trabalhadores que vão lá somente para tirarem o serviço que tem dentro da empresa... os trabalhadores estão na sua própria casa ou até em galpão improvisado... (Impressor Tipográfico – empresa C)

As expectativas expressas pelos trabalhadores indicam que a atuação do sindicato vem melhorando a cada dia, porém ressentem-se da falta de alguns serviços, como assistência à saúde, escola de informática, reciclagem, dentre outros, que consideram importantes para o fortalecimento da categoria e/ou como forma de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores. Deixam claro que as atividades políticas devem estar aliadas aos serviços propostos, evitando assim o vazio do discurso político. A credibilidade do sindicato é outro ponto forte que aparece nas falas dos trabalhadores.

tentar uma campanha assim... sei que é difícil, mas de tentar unir os trabalhadores, não só no setor gráfico, vários setores... mas também não é impossível. (Programador Visual – empresa A)

é bem atuante, mas é um sindicato que vem melhorando a cada ano que passa... deveria colocar, assim um médico à disposição do empregado... é um médico conveniado, que você chega lá no consultório e você tem a sua vez. Outra coisa é a nossa sede própria, já tem feito a maquete, já tem bastante tempo. (Impressor offset automática – empresa A).

cooperativa alimentícia onde os trabalhadores comprariam alimento a preço de custo... escola de informática onde os trabalhadores pudessem se requalificar para voltarem ao mercado... investir mais na questão sócio-recreativa, realizar mais festas, mais atividades culturais, esportivas,

seria uma forma de unir a categoria. (Impressor Tipográfico – empresa C).

ele tá fazendo tudo em prol da categoria, o que pode ser feito. (Impressor Tipográfico – empresa C).

na campanha salarial, eu acho um ótimo trabalho e o apoio às pessoas que necessita do departamento de advocacia. (Chefe do setor corte/vinco – empresa B).

campeonato dos gráficos... chamar mais a turma prá se unir com o outro... crescer mais para dar força a gente. (Almoxarife – empresa B).

o sindicato é prá ajudar a gente quando estiver numa dificuldade maior, quem nem tivemos na greve... ele tá fazendo demais aqui, ajudando a gente nas horas difícil. (Impressor offset mecânica – empresa B).

é o apoio que ele nos dá na hora que a gente precisa... criar um meio, assim com que o pessoal sindicalize... ter mais gente sindicalizada... pouca gente enfraquece o sindicato... a gente acredita nele, tem confiança nele na hora que a gente precisar ele nos ajuda. (Impressor offset mecânica – empresa B).

As dificuldades maiores apontadas pelos trabalhadores dizem respeito à reposição salarial, ao desemprego e à terceirização. São problemas que direta ou indiretamente afligem a todos. A compreensão da crise é remetida não ao sistema capitalista, mas às pessoas que governam, embora tenham clareza que os prejudicados são os trabalhadores. Por outro lado, vêm que somente um sindicato forte poderá melhorar a situação atual.

não sai o reajuste que a gente quer porque também o empregador alega aquele negócio da crise... agora, porque ultimamente com essa crise aí ninguém tem reajuste salarial, as empresas também alegam que não pode pagar mais... saiu de 4%, né? (Encarregado da produção – empresa A).

os trabalhadores são jogados no desemprego... que a terceirização que eles utilizam é uma terceirização ilegal, quer dizer, eles não contratam uma empresa para terceirizar o serviço... mas pessoas. (Impressor tipográfico – empresa C).

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Estado do Ceará – SINTIGRACE cita as maiores dificuldades que a

diretoria discute no momento atual. O problema do desemprego leva os trabalhadores sindicalizados a buscarem apoio e/ou pressionam o sindicato para tentar reverter esta situação. Outras questões colocadas referem-se às mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, à ação empresarial que tenta desarticular o sindicato e à necessidade da formação política da diretoria e trabalhador de base.

além de ter havido demissões, porque sempre foi a prática, foi a demissão... é um monte de desemprego... raramente chegava aqui um impressor de offset procurando emprego, hoje todo o dia aqui no sindicato porção de pessoas procurando emprego, em todas as áreas, principalmente impressor de offset.

a prática pior hoje dentro das empresas gráficas é que os patrões estão terceirizando de uma forma tal que o trabalhador não tem nenhum direito. Ele contrata o cidadão na periferia que ele arregimenta uma série de trabalhadores, botam dentro de suas empresas sem nenhum direito trabalhista.

Face às dificuldades citadas, o SINTIGRACE planeja ações visando obter dados em relação ao número de trabalhadores que estão no campo editorial e gráfico, bem como o número de trabalhadores que perderam o emprego a partir de janeiro/98. No momento, os esforços estão mais direcionados ao fortalecimento do fórum operário e no chamado trabalho de conscientização, que também inclui o cumprimento das três convenções coletivas firmadas com: Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Ceará, Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Ceará e Sindicato da Indústria Editorial, de Formulários Contínuos e de Embalagens no Estado do Ceará.

Conclusão

Este estudo buscou conhecer as mudanças nas relações de trabalho no setor editorial e gráfico de Fortaleza e adotou como metodologia a coleta de dados secundários e entrevistas com trabalhadores, dirigente sindical e gerente de produção.

O trabalho evoluiu, historicamente, da cooperação simples ao taylorismo/fordismo num processo de tentativa de dominação do trabalho pelo capital em oposição à resistência do trabalhador.

Hoje estamos vivendo o processo de reestruturação produtiva, que tem impactos sobre o mundo do trabalho, na medida em que a evolução tecnológica, aliada aos novos modos de organização do trabalho,

modificam as relações produtivas, aumentam a produtividade, com a apropriação da mais-valia pelo empresário, na constante acumulação de riqueza em detrimento dos trabalhadores.

A indústria editorial e gráfica cearense pode ser considerada como tradicional, no contexto industrial do Estado, sendo uma das primeiras organizações empresariais, com ocorrência ainda no final do século XIX, com a instalação, em 1892, da Tipografia Minerva.

Em conseqüência, os trabalhadores mantêm uma tradição de organização bastante sólida.

Este setor industrial, mesmo com períodos estacionários, vem adequando-se aos avanços tecnológicos buscando ao mesmo tempo a retirada do direito dos trabalhadores.

No momento, as inovações tecnológicas ocorrem heterogeneamente, com empresas utilizando tecnologia de ponta e outras com sistemas de produção mista ou utilizando equipamento tradicional.

No entanto, a organização do trabalho não sofreu grandes modificações, porque ainda permanecem princípios Taylorista/Fordista, quanto à intensificação e extensão do trabalho, paralelo às formas associadas ao modelo japonês, no tocante à otimização das máquinas.

Em relação às variações no número de trabalhadores inseridos no setor, o estudo não permite afirmações conclusivas, devido à ausência de pesquisa neste setor no Ceará. Podemos afirmar, no entanto, que nas empresas cujos trabalhadores foram entrevistados houve demissões de trabalhadores considerados incapazes de se adaptar às inovações tecnológicas que foram introduzidas. E houve, por outro lado, contratação de trabalhadores aptos a lidar com as novas tecnologias. Isso implica dificuldades para alguns trabalhadores retomarem ao mercado de trabalho em virtude da não reciclagem em novas tecnologias, o que tem expandido o desejo de qualificação por parte dos trabalhadores, inclusive como estratégia, para vencer a insegurança e a instabilidade no emprego.

No tocante ao fechamento de postos de trabalho em decorrência da inovação tecnológica, observa-se que simultaneamente são abertos outros, embora em número inferior, porém requerendo um trabalhador que tenha o domínio de famílias de tipo, conhecimento geral de processamento de dados (setor editorial eletrônico) e agilidade de raciocínio, criatividade e capacidade de rápido aprendizado. Isso implica que o trabalhador de uma gráfica não basta ter o curso de informática, mas entender do processo de produção.

Do ponto de vista do empregador, a reestruturação produtiva tem significado aumento da produtividade. O aumento salarial observado no

grupo de trabalhadores entrevistados aconteceu apenas para um trabalhador, em pequeno valor, sugerindo que o fato das funções incorporarem novas tecnologias e exigirem um trabalhador mais qualificado não está refletindo em melhorias salariais. Redução de jornada de trabalho também não foi observada. Embora a produção seja mais rápida e a produtividade seja maior, persistem as horas-extras.

Em princípio, não se tem verificado grande desemprego, porém os trabalhadores têm que ser multifuncionais, enquanto os serviços de acabamento são terceirizados.

A terceirização faz-se presente nas indústrias estudadas através dos serviços executados pelo trabalho familiar. Como o setor de acabamento foi reduzido, os trabalhadores demitidos passaram a executar as tarefas desse setor nas próprias residências, como prestadores de serviços, ganhando por produção, sem nenhum direito trabalhista. Esse comportamento empresarial contribui na informalização crescente no mercado de trabalho, ao mesmo tempo, usa dessa estratégia para baratear os custos de produção face à acumulação do capital.

Quanto à proteção à saúde do trabalhador, verificou-se o desconhecimento das leis e da função da CIPA, bem como uma reação negativa ao uso do EPI por parte do trabalhador. Todos os trabalhadores entrevistados afirmaram que os tipos de EPI fornecidos pelas empresas incomodam e provocam mal-estar. Apenas uma empresa contratou estudo para definir medidas de proteção coletiva.

No que se refere à organização dos trabalhadores, a credibilidade depositada no SINTIGRACE é grande, pelas formas de encaminhamento dadas às campanhas salariais, pela vigilância constante às empresas que procuram burlar a legislação vigente.

No entanto, os trabalhadores ressentem-se de atividades que possibilitem a união, a solidariedade na categoria, sendo a grande expectativa o fortalecimento do sindicato, o suficiente para ter condições de impor melhorias no trabalho e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores gráficos.

Esperamos que este estudo possa contribuir na reflexão dos atores da indústria editorial e gráfica sobre a forma como está acontecendo a reestruturação produtiva cearense, no sentido de que a incorporação de novas tecnologias venha reduzir o sofrimento humano no trabalho e possa ser realizada, não para aprofundar as desigualdades e gerar exclusões, mas para humanizar o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 41-78.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A globalização e o desafio da questão social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 14, Fortaleza. ANAIS... Fortaleza, 1997. p. 11.
- CASTRO diz gráfica tem serviço computadorizado. O POVO, Fortaleza, 07 de junho de 1991. Caderno Econômico.
- CNI/SENAI. Dados básicos do mercado de trabalho industrial, Região Nordeste: 1991 – 1996. Rio de Janeiro, 1997.
- DEMISSÃO nas indústrias gráficas cearenses. O POVO, Fortaleza, 08 de janeiro de 1999. Caderno Econômico.
- ESTEVES diz o motivo do pouco investimento no setor gráfico. O POVO, Fortaleza, 02 de julho de 1970. Caderno Econômico.
- FIEC, Guia Industrial do Ceará. Fortaleza, 1998.
- FIEC/SENAI. Identificação de necessidades de formação profissional na indústria editorial e gráfica: Relatório Preliminar. Fortaleza: Unidade de Desenvolvimento Institucional. CPF Waldir Diogo Siqueira, 1997.
- HIRATA, Helena Sumiko. Produção de massa flexível, organização do trabalho e da empresa: o caso japonês numa perspectiva comparativa. São Paulo, agosto 1995.
- LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: COMIN, Álvaro Augusto, et al. O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 563-587.
- LIMA, Márcia Helena de e CARNEIRO, Heloísa Maria Bonani. Novas tecnologias na indústria editorial e gráfica e impactos sobre a mão-de-obra. São Paulo: SENAI/Departamento Regional de São Paulo, agosto de 1986.
- LOPES, Luis Carlos. Um ano de múltiplas faces. ABIGRAF, São Paulo, ano 21, nº 162. Jan./fev. 1996. p. 122-128.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 571.
- MILLS, W. O trabalho: A nova classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 233-246.
- NEVES, Magda de Almeida. Modernização industrial no Brasil: o surgimento de novos paradigmas na organização do trabalho. Revista Educação e Sociedade, nº 45, ago. 1993, p. 268-277.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. Mais-Valia, produtividade e desenvolvimento do capital. (Reestruturação produtiva e o processo de qualificação – desqualificante da força-de-trabalho). Versão Preliminar. Fortaleza: UFC/FEAAC, 1997.

- RAIS/95 e CAGED. Dados sobre a indústria editorial e gráfica no Brasil quanto investimento. [Http:www.tem.gov.br](http://www.tem.gov.br).
- RIGOTTO, Raquel Maria. Não somos máquinas: um estudo das ações sindicais em defesa da saúde do trabalhador na grande Belo Horizonte – B.H. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte/Faculdade de Educação – UFMG, 1992. p. 212.
- SALERMO, M. S. *Reestruturação industrial e novos padrões de produção*. São Paulo: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Reestruturação Produtiva*. São Paulo: 1994, p. 256.
- TAYLOR, Frederiks W. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1996, p. 40-52.
- VOZ DO GRÁFICO, Ligeiros traços sobre o movimento operário do Ceará. SINTIGRACE. Fortaleza, 09 de fevereiro de 1937.
- WOOD, Stephen. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. RCBS, nº 17, ano 06, out./1991. (mimeo).

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LOCAIS DE TRABALHO: O CASO DA CAGECE

Rosana Maria Costa Fernandes¹

*Ter saúde é ter desejos, ter esperança de alcançá-los e ser capaz de se colocar em movimento na busca deles
(Dejours)*

Apresentação

Este artigo tem como objetivo discutir como se deu o processo de organização dos trabalhadores na Cagece, tomando como ponto de partida as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs. Meu interesse em pesquisar esse tema nasceu da minha relação cotidiana com os trabalhadores em diversas empresas de Fortaleza e outras cidades do Brasil, num período de 16 anos de exercício profissional, como técnica de segurança do trabalho. Durante todo esse período, desenvolvi minhas atividades voltadas para a capacitação em saúde e segurança do trabalho, a formação e, principalmente, a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho através das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs, convivendo com as dificuldades, as lutas e as resistências desses trabalhadores, em diversos momentos nas empresas.

Em 1991, ingressei na Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, dando continuidade às atividades de assessoria às CIPAs, capacitação e formação de trabalhadores nos locais de trabalho da Companhia, havendo, nesse momento, 15 CIPAs. Esse período foi muito rico ao meu processo de discussão, de compreensão e de aprendizagem, sobre a importância das CIPAs na organização dos trabalhadores na Cagece, ao mesmo tempo em que participava ativamente na organização de seminários, eventos, e na realização de cursos voltados para a saúde e segurança dos trabalhadores, especialmente, cursos de formação para cipeiros. Embora faltasse à empresa uma política clara voltada para a saúde e segurança do trabalho, tinha a consciência de que havia um espaço a ser ocupado.

¹ Especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente pela UFC e Técnica de Segurança do Trabalho da CAGECE

Durante o estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais autores que vêm discutindo essa temática, e em seguida, pesquisei os documentos e arquivos das CIPAs na Cagece, como livros de atas de reuniões, relatórios, diagnósticos e arquivos da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da Cagece. Diante dos insuficientes arquivos e registros existentes na empresa sobre essa temática, recorri a outras fontes indispensáveis para essa pesquisa, tais como: os arquivos da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Ceará (DRT-CE), do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (SINDIÁGUA), arquivos pessoais e documentos de ex-líderes da Oposição Sindical na Cagece. Em seguida, desenvolvi uma pesquisa de campo onde foram realizadas várias entrevistas, com os diferentes atores: cipeiros, ex – cipeiros, membros da direção do Sindiágua, ex – líderes do movimento de oposição sindical na Cagece e representantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da Cagece. Esse foi o momento mais rico da pesquisa, pois tive a oportunidade de construir e resgatar coletivamente os principais momentos da história das CIPAs e da organização dos trabalhadores da Cagece.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira aborda a organização do processo de trabalho e a saúde dos trabalhadores, dentro do processo de produção capitalista atual, no qual assiste-se ao fenômeno da globalização da economia e da nova ordem que determina profundas mudanças na sociedade e no “mundo do trabalho”. Nesse momento, destaco como esses atores constroem suas lutas, as formas de resistência à organização do capital, descrevendo as experiências das CIPAs e OLTs no Brasil. Na segunda e última parte deste artigo, resgato a trajetória da CIPA na organização dos trabalhadores da Cagece no período entre 1978 a 1998, enfatizando os principais momentos que foram marcados por grandes embates no plano político, econômico e social nos locais de trabalho, com avanços e retrocessos. Essa parte está dividida em três subperíodos: O primeiro, que vai de 1978 a 1983, tem como marco o surgimento da CIPA SEDE e a fundação da Associação dos Trabalhadores da Cagece. No segundo subperíodo, de 1983 a 1988, assistimos a politização da categoria e o fortalecimento da Associação, bem como a criação do SINDIÁGUA e a interiorização das CIPAs no Estado do Ceará. O último subperíodo, entre 1988 a 1998, resgata o momento em que as CIPAs, embora com alguns avanços, passam a sofrer uma desmobilização, quando observa-se no plano macrossocial, uma conjuntura política favorável ao processo de terceirização e privatização, ocasionando retrocessos nas lutas da categoria. Finalmente, concluo este trabalho fazendo algumas considerações sobre os grandes desafios que se colocam para os trabalhadores nesse novo milênio.

1. Como o capital e os trabalhadores organizam as suas lutas no local de trabalho

A teoria marxista concebe o trabalho como a relação social básica através da qual os homens transformam a natureza para a sua sobrevivência e dessa maneira transformam a si mesmos, considerando o trabalho como uma condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é mais que o próprio trabalho considerado no momento de sua atividade humana criadora. O trabalho é uma atividade que transforma o estado natural dos materiais ou produtos para melhorar sua utilidade. Assim, a espécie humana partilha com as demais espécies a atividade de atuar sobre a natureza, no entanto, o faz de modo intencional, para transformá-la e melhor satisfazer as necessidades oriundas da condição humana.

No momento atual, o homem vive no local de trabalho pelo menos um terço da sua vida, cujo ambiente se transforma rapidamente pelo incremento de novas tecnologias. A organização do trabalho apresenta, cada vez mais, uma intensa transformação do ambiente de trabalho, visando uma maior produtividade, na qual são exigidos do trabalhador múltiplas atividades e um intenso esforço de adaptação às novas situações. O trabalhador é sempre mais exigido em seu trabalho, em seus movimentos, no uso do tempo; é condenado a ser um recurso e um apêndice da tecnologia, condições que impedem a satisfação de suas necessidades de saúde, segurança, reconhecimento e auto-realização.

O modo de produção capitalista tem demonstrado, ao longo da história, ser uma forma organizada que restringe e quase anula qualquer liberdade de iniciativa dos trabalhadores para determinar a condição concreta de execução do seu trabalho. Nesta organização do processo de trabalho são pré-determinadas as formas de execução das operações, as habilidades requeridas do trabalhador, assim como a velocidade e, conseqüentemente, a cadência de sua repetição. Esta organização do trabalho impõe, sempre com maior exigência, posições, movimentos e concentração, ao mesmo tempo que restringe a intervenção do trabalhador, como sujeito coletivo, na definição do processo, da organização e do ambiente de trabalho. Assim, a organização capitalista do processo de trabalho é apresentada aos trabalhadores como fato consumado, um dado objetivo e natural.

Verifica-se, portanto, que o trabalhador é despossuído de sua autonomia, onde o seu corpo deve funcionar (necessidades fisiológicas, movimentos, pensamentos e anseios) segundo enquadramento determinado pela gerência. Mais grave ainda que estas estratégias de controle externo, é a incorporação destas regras pelo próprio trabalhador (autocontrole), que passa a reprimir aquelas manifestações e expressões que o corpo, na sua individualidade, anseia por exteriorizar. O conflito entre a necessidade do

corpo e a proibição da satisfação das mesmas pode levar a uma série de manifestações patológicas localizadas e circunscritas nas diversas regiões do corpo ou em distúrbios psíquicos (DEJOURS, 1988).

O regime de horário de trabalho, a duração da jornada e a inexistência de pausas suficientes e de qualidade satisfatória para a recuperação do desgaste físico e mental durante o tempo de trabalho, são componentes sabidamente relacionados ao processo de adoecimento do trabalhador. As modernas condições de produção caracterizadas pelo uso progressivo de novos processos tecnológicos e pela intensificação do trabalho, determinam, dentro da lógica capitalista, uma contínua exigência de superação da capacidade de adaptação física e psíquica do trabalhador. Com a introdução da automatização, verifica-se a presença de novas formas de fadiga e desgaste. Isto é evidente nos casos em que o trabalhador tem sua função “enriquecida”, onde é multiplicado o número de tarefas e de atribuições, tendo sob seu controle uma série complexa de comandos, para regular um complicado processo produtivo. A fadiga e o desgaste estão também presentes em outros casos, nos quais a procura de uma máxima simplificação dos controles e dos comandos separa e aliena de tal maneira o trabalhador do processo produtivo a ponto de acarretar significativos danos psicológicos.

A moderna organização capitalista do processo de trabalho iniciou a era das doenças provocadas pela grande exigência de adaptação do homem ao trabalho, um reflexo do esforço que o trabalhador emprega para adaptar-se a esta situação. No âmbito do ambiente produtivo criado por esta organização, um grande número de fatores de risco pode provocar danos físicos e psicológicos que podem ser definidos como doenças do trabalho. Nesse sentido, os diversos estudos apontam efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores, como doenças mentais e psicossomáticas, estresse físico e psíquico, isolamento, acidentes de trabalho e sofrimento (DEJOURS, 1988).

Com o desenvolvimento do capitalismo, assiste-se a um grande domínio de poderosos grupos econômicos (multinacionais, transnacionais), na sociedade moderna. As grandes organizações não possuem mais um único dono (o burguês) e, na maioria das vezes, são controladas por um pequeno grupo. Seu capital surge dos inúmeros acionistas que cedem o controle de sua empresa à responsabilidade dos técnicos especializados.

Essas corporações colocam-se como hegemônicas na sociedade pós-industrial, e o mundo dos negócios confunde-se com a economia estatal. A globalização da economia, através da integração de mercados e liberação do comércio internacional é uma realidade. As condições dessa nova ordem determinam profundas mudanças na vida das populações e principalmente no “mundo do trabalho”, com reflexos na organização do

trabalho, nos níveis de emprego, no meio ambiente, nos níveis de saúde das populações e dos trabalhadores em particular (CARVALHO, 1997).

O fenômeno da globalização nada mais é que uma nova configuração do capitalismo que, para enfrentar suas crises de décadas passadas, apropriou-se de conhecimentos da Revolução Tecnológica e aperfeiçoou seu próprio processo de acumulação do capital. Com todas as suas estratégias e inovações, a globalização ou a mundialização como também é chamada, é comandada pelos novos centros de poder em que o capital financeiro predomina, impondo aos países a exigência do ajuste e integração em escala mundial, envolvendo as economias capitalistas desenvolvidas, subdesenvolvidas e países socialistas. Esse fenômeno vem ocasionando ajustes nas democracias industrializadas da Europa, dos países do terceiro mundo e das chamadas sociedades pós-comunistas, produzindo profundas transformações nesse final de século.

Esse processo global é simultâneo à reestruturação produtiva, também chamada de Terceira Revolução Industrial, que é entendida como um processo que prioriza o aumento da produtividade, competitividade e da qualidade no trabalho, mudando a base técnica e organizacional das empresas, com conseqüências danosas sobre o emprego, a saúde, a segurança e a qualificação dos trabalhadores, sobre suas organizações de classe e sobre a sociedade e o meio ambiente (CARVALHO, 1997).

Nessa nova ordem e exigência de ajuste estrutural, o Estado Nacional é profundamente atingido, ocorrendo mudanças no seu papel e na sua configuração enquanto Estado Capitalista. Os efeitos da globalização atingem o Estado diretamente, impondo uma nova geo-política como exigência das forças dominantes, em face de um novo quadro político no âmbito da economia mundial, e ao mesmo tempo, remete-nos a questões de identidade local e regional, fazendo fluir certos antagonismos de natureza questionável. É o caso dos fundamentalismos religiosos, as guerras santas, e o ressurgimento das paixões étnicas (RATTNER, 1995).

No que se refere à saúde dos trabalhadores, é importante considerar, especificamente nos países do “Terceiro Mundo”, a persistência de antigas formas de produção, e processos artesanais ou mecanizados convivendo com anacrônicas relações de trabalho: trabalho escravo, trabalho infantil, diversas formas de parceria, trabalho informal etc.. Estas antigas formas convivem também com novas tecnologias e empresas globalizadas cujas normas e padrões são deliberadamente inferiores aos das matrizes. A coexistência deste duplo padrão de produção se reflete no chamado duplo perfil de morbi-mortalidade. Antigas doenças profissionais – intoxicação por chumbo, mercúrio, silicose e outras doenças pulmonares, bem como altos índices de acidentes de trabalho, convivem com uma expressiva

incidência de Lesões Por Esforços Repetitivos (LER), câncer e sofrimento mental, entre outras (DIAS, 1994).

Esse duplo padrão de produção reflete-se, ainda, na dificuldade de organização dos trabalhadores, onde os novos modelos gerenciais buscam cada vez mais, através da participação, a integração dos trabalhadores às empresas, criando e recriando processos informais e não institucionalizados de regulação dos conflitos. O objetivo principal desse processo é ocultar as contradições inerentes às relações capitalistas de trabalho nas organizações, prevendo e controlando as manifestações dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Assim, o processo de produção capitalista traz no seu bojo uma relação social cujos sujeitos históricos estão em permanente luta a partir da forma como se organiza a produção. Por outro lado, o trabalho organiza sua luta a partir dos movimentos de resistência, sob formas autônomas de organização da produção, com objetivos distintos do capital. Dessa forma, o processo capitalista, enquanto um processo de exploração, supõe indispensavelmente a luta e a resistência dos que são explorados. No interior dos locais de trabalho, os trabalhadores negam o estabelecido, denunciam e contestam as normas, colocam algo novo no lugar. As lutas não são apenas contra a organização capitalista do trabalho, elas procuram criar novas formas de organizar a produção (OLIVEIRA, 1992).

As lutas de resistência manifestam-se de várias formas. Dentre as inúmeras formas organizativas, interessa neste estudo, as que são assumidas no interior da empresa, pelos trabalhadores. São as **Organizações por Local de Trabalho - OLTs**, que significam qualquer tipo de organização, instituída ou não, criando relações contraditórias à organização capitalista da produção. Essas formas de OLTs nascidas a partir da necessidade de resistência, de garantia de um espaço dos trabalhadores no local de trabalho, trazem em si a marca da autonomia, do trabalho coletivo e da organização horizontal.

Não existe um modelo acabado de OLT, seja de caráter negociador, seja como instrumento de poder ou como reguladora das relações de trabalho. A implantação da OLT exige uma análise criteriosa para definir suas ações de acordo com as necessidades emergentes nos locais de trabalho. Para Dalila A. Oliveira, é importante que as OLTs tenham pressupostos de democracia, dando uma dinâmica à sua ação e fazendo-se representar com legitimidade os trabalhadores.

Sabemos que as empresas não foram criadas para conter, no seu interior, formas de OLT reconhecidas. Com exceção das **CIPAs**, as demais são reconhecidas através de acordos coletivos. As empresas tentam impedir o aparecimento dessas organizações através de formas cada vez mais renovadas de administração e gestão, seja através da coerção, seja pela

tentativa de obter um consenso, que nada mais é que fazer valer o seu interesse. Dentre as formas de OLTs, as mais conhecidas são: as Comissões de Trabalhadores, as Associações de Empregados, as Comissões Sindicais, as Representações Sindicais e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs (OLIVEIRA, 1992).

As Comissões de Trabalhadores (ou Comissões de Fábrica/Empresa), são as formas mais conhecidas de OLT, conquistadas na luta, reconhecidas em acordos coletivos e que garantem a estabilidade no emprego a todos os seus membros. Essas comissões se organizam autonomamente nas empresas e nos sindicatos. Existe uma grande quantidade de estudos sobre as organizações dos trabalhadores que apontam as Comissões de Fábricas ou Conselhos de Operários, como um instrumento revolucionário, embrião de uma nova sociedade. Elas são vistas como um contra-poder dentro da empresa, desenvolvendo estratégias de lutas coletivas. Já as Comissões Sindicais, por serem normalmente uma conquista dos sindicatos, esse acaba por lhe determinar um papel de defesa da ação sindical no interior da empresa. Os Representantes Sindicais, embora reconhecidos pela Constituição Federal nas empresas acima de 200 trabalhadores, ainda não contam com uma regulamentação a contento.

As Associações de Empregados criadas muitas vezes pela própria empresa com o intuito de promover ações assistencialistas e uma integração controlada dos empregados, à medida que se tornam um espaço primordial de convivência coletiva dos trabalhadores, ao organizarem o seu lazer, a sua cultura e outras atividades, podem se constituir em espaços de autonomia.

O fortalecimento das OLTs é uma forma de intervir no processo de reestruturação produtiva, na democratização das relações e melhoria das condições de trabalho, articulando com as experiências dos atores e segmentos sociais, impulsionando e auxiliando o conjunto do movimento sindical e outros atores a construir alternativas e lutas em torno das temáticas das transformações no mundo do trabalho e, na perspectiva de novas formas de organização da produção. Por isso as OLTs são a expressão da luta cotidiana que ocorre na intimidade do processo de trabalho, rompendo com a disciplina capitalista e se afirmando em novas formas de organização onde a solidariedade, o trabalho coletivo, a organização horizontal são seus valores principais.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs, consideradas também como um tipo de OLT, foram criadas com o objetivo de prevenir doenças e acidentes no trabalho. Sua existência é garantida por lei, desde que atenda a critérios formais. A CIPA está prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas nos seus artigos 163 a 165, e é regulamentada pela Norma Regulamentadora n.º 5, NR-5, através da

Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho. A CIPA é um dos poucos espaços legalmente instituídos em que os trabalhadores podem participar e discutir com a empresa as questões voltadas para a melhoria das condições de trabalho. A CIPA é uma comissão paritária, que deverá possuir o mesmo número de representantes indicados pelo empregador e eleitos pelos trabalhadores. O dimensionamento da comissão é proporcional ao ramo da atividade econômica e ao número de empregados no setor, previsto no Quadro I da NR-5, a menos que haja alterações disciplinadas em atos normativos por setores econômicos específicos submetidas à Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP.

Entre as suas atribuições principais, que deverão ser realizadas pelos trabalhadores paralelamente às funções de cada membro na empresa, estão: identificar os riscos do “processo de trabalho” através de mapas de riscos ambientais nos locais de trabalho da empresa; participar da implementação e do controle de medidas de prevenção e avaliar as prioridades de ação na empresa; realizar inspeções para identificação de riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores nos locais de trabalho; requerer ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT da empresa, ou ao empregador, a paralisação de máquina ou setor onde considere haver risco “grave” aos trabalhadores; requisitar ao empregador e analisar informações sobre questões que interfiram na saúde ou segurança dos trabalhadores e promover seminários, campanhas educativas (Nr-5, item 5.16).

Passados mais de 50 anos de existência, a CIPA foi marcada por grandes embates no plano político, econômico e social envolvendo vários atores - trabalhadores, técnicos, governo e empresários - que participam das questões de saúde e segurança do trabalho no País. Essa nova legislação traz para o conjunto dos trabalhadores e da sociedade alguns avanços e retrocessos.

Dentre os avanços, pode-se citar: a maior participação dos trabalhadores nas questões ligadas ao processo de trabalho na empresa; o maior poder e autonomia dos cipeiros; a redução das obrigações burocráticas e cartoriais das empresas junto aos órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; o maior poder de negociação entre as lideranças na CIPA e o papel mais amplo e ativo dos membros da CIPA nas questões de saúde e segurança dos trabalhadores. No entanto, muitas limitações são ainda apontadas: apenas os representantes dos trabalhadores são eleitos e possuem estabilidade no emprego; quase sempre as chefias estão presentes na representação do empregador, inibindo as ações dos trabalhadores; as condições para os cipeiros desenvolverem seus trabalhos são extremamente limitadas quando os cipeiros não são liberados durante a sua jornada de trabalho (exceto para as suas reuniões

mensais que são obrigatórias); falta maior autonomia, apoio técnico e financeiro e as CIPAs não têm poder real de intervenção sobre as condições de trabalho nas empresas.

Algumas CIPAs têm norteado seus trabalhos por uma política de saúde dos trabalhadores, que atua ao nível da organização do trabalho, discutindo e amadurecendo a relação trabalho e saúde, não se detendo às exigências “formais” colocadas por essa legislação. Isto demonstra que a forma de organizar imposta pelo capital é constantemente subvertida, e que nem todas as lutas formais de resistência são lutas sindicais. Essas e tantas outras experiências representam um amadurecimento dos trabalhadores, criando alternativas de organização que não estão submetidas a modelos determinados. Assim nascem as OLTs, a partir das pequenas experiências de base; como poderemos ver no próximo item sobre a trajetória da CIPA na organização dos trabalhadores da CAGECE.

2. A trajetória da CIPA na Organização dos Trabalhadores na CAGECE - 1978 a 1998

2.1. Os Primeiros Passos: 1978 – 1983

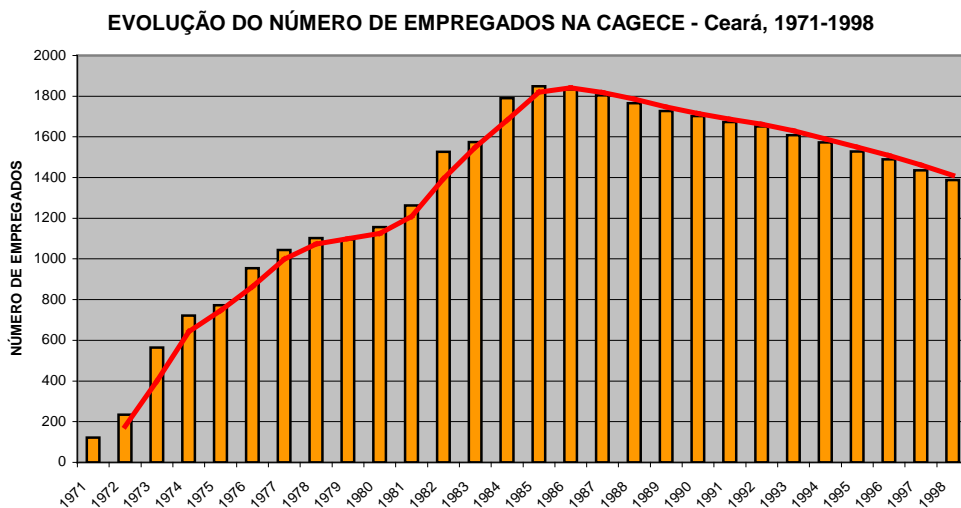
Nos anos 70, período em que surge a Cagece², o País vivia uma fase de repressão política que dificultava os trabalhadores desenvolver qualquer trabalho mais amplo de organização nos locais de trabalho. Por isso, muitos mudaram de estratégia e passaram a desenvolver uma organização política nos bairros e comunidades, onde as condições eram menos repressivas. (BARGAS e RAINHO, 1983: 26).

Nesse contexto, era muito difícil para os trabalhadores da Cagece ter algum tipo de organização que pudesse unificar, discutir e encaminhar suas demandas e reivindicações junto à direção da empresa. As decisões se davam de forma isolada e autoritária, submetidas à vontade dos coronéis que dirigiam a empresa beneficiando, sobretudo, parentes, amigos e, principalmente, aqueles indicados por políticos locais. Segundo dados do setor de pessoal da Cagece, a empresa possuía no seu quadro de pessoal, no ano de 1971, apenas 122 empregados, sendo 65 reintegrados de outros órgãos ligados ao Estado e 57 empregados vindos da antiga SAAGEC.

² Em 1971, o Governador César Cals de Oliveira Filho, criou, de acordo com recomendações do Governo Federal, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, empresa de economia mista e regida pela CLT, através da Lei 9.499, de 20 de julho de 1971, promovendo a dissolução do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Ceará – SAAGEC e da Companhia Cearense de Saneamento – COCESA, esta anteriormente responsável por projetos de abastecimento de água e esgoto nas cidades do interior do Estado.

Esse número salta para 1.102 no ano de 1978, 1.574 em 1983, 1.766 em 1988 e 1.388 em 1998. Ressalte-se que, no Governo de Gonzaga Mota (Totó), no ano de 1985, o número de empregados da empresa bateu recorde, saltando para 1.849. (gráfico I).

GRÁFICO I



Fonte: Departamento de Pessoal da Cagece, Julho/99.

Além do número elevado de funcionários, a Cagece não oferecia benefícios sociais, previdenciários e de saúde para os empregados, tais como transporte, alimentação, plano de saúde ou seguro de vida. Os salários eram baixos e não havia plano de carreira profissional. Praticamente não havia ações em Saúde ou Segurança do Trabalho na Empresa. Assim, dada a política institucional adversa, o processo de organização dos trabalhadores da Cagece deu-se de forma lenta e conflituosa. Antes de 1978, existiam na Cagece apenas algumas práticas de resistência difusas, através de grupos informais que contestavam essas práticas autoritárias da direção da Empresa e chefias, os baixos salários e as condições de trabalho. Esse grupo de empregados limitava-se a tímidas denúncias das condições de trabalho, à divulgação de notícias sobre a conjuntura política do País através de conversas isoladas entre os empregados da empresa “mais conscientes”. Era um trabalho de “boca-a-boca”, intensificando-se, em 1978, quando surge a primeira Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, da Cagece Sede, situada em Fortaleza, no bairro do Aeroporto (velho).

As demandas trabalhistas, demandas de condição de trabalho eram feitas muito no nível hierárquico, e dentro das limitações que isso acarreta, portanto, nós encontramos na história muitas soluções, tanto do ponto de vista do salário, promoções e as próprias condições de trabalho, que dependiam da amizade, do compadrio da chefia ou das direções, e nunca do fruto das necessidades reais dos trabalhadores, nunca se tratava coletivamente questões tão importantes como essa de segurança e outras questões... (dirigente sindical 1 e ex-cipeiro 1).

É interessante destacar que, mesmo diante dessa composição formal da CIPA, alguns poucos trabalhadores considerados “mais combativos” na empresa, conseguiram participar desta Comissão. É o caso de técnicos vindos do Movimento Estudantil – ME e operários que já participavam de movimentos de bairros em Fortaleza. Dessa forma, a experiência desses trabalhadores e as pequenas lutas informais citadas anteriormente, representaram um aprendizado coletivo importante nos anos 70 na Cagece, influenciando os rumos da CIPA SEDE e das demais CIPAs, bem como outras organizações que viriam a surgir nos anos 80 e 90 na Empresa.

Esse processo de organização também atingiu outras categorias profissionais em nosso Estado, particularmente, em Fortaleza. Os motoristas e trocadores de ônibus, em 1979, paralisaram a cidade com uma greve vitoriosa, na qual obtiveram um expressivo aumento salarial. Essa greve simbolizou a retomada da luta sindical no Ceará, praticamente adormecida desde 1964, onde os sindicatos restringiam-se à prestação de serviços médico-odontológicos e promoções sócio-esportivas. Ainda em 1979, outras categorias no Ceará fazem greves, entre outras, ressaltam-se as categorias médica, dos motoristas de táxi e dos metalúrgicos, estes últimos duramente reprimidos pela polícia militar (FARIAS, 1997). É importante citar que na Cagece, nesse mesmo ano (1979), os empregados, motivados por essa onda de paralisações, ensaiaram uma “1ª greve” com uma paralisação de algumas dezenas de empregados durante uma manhã, na Praça dos Vaqueiros, também conhecida como Praça da Luta, em frente à Sede da Empresa, onde reivindicavam melhores condições de trabalho e melhores salários. Esse movimento foi liderado por um grupo de empregados que mais tarde, iriam destacar-se nos grandes movimentos da categoria. Infelizmente, os grevistas não tiveram atendidas as suas reivindicações, nem o movimento obteve grandes repercussões junto à direção da empresa e a maioria dos empregados.

Enquanto isso, na Cagece, continuavam as admissões sem concurso, muitas vezes indicadas por políticos locais, bem como imperavam as más condições de trabalho e os salários precários. A CIPA SEDE dava os primeiros passos mas ainda era ineficiente; os trabalhadores permaneciam

desorganizados. É nesse contexto que um grupo de empregados da Cagece, vindos de diferentes partidos e movimentos como o Movimento Estudantil, as Oposições Sindicais, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, Lideranças Comunitárias, assim como ex-dirigentes sindicais no período pré-64, ex-estudantes da Escola Técnica Federal do Ceará - ETFCE e, curiosamente, empregados militantes de partidos de direita (PDS) e simples operários da extinta SAAGEC procuram fundar na Cagece alguma forma de organização. Sob a orientação e acompanhamento de diretores da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas- FNTIU, que se deslocaram para o Ceará com esse mesmo objetivo, tentou-se, junto a esse grupo, primeiramente, a incorporação dos trabalhadores da Cagece ao Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários - Sindeleetro, sindicato com uma boa estrutura que representava os interesses dos trabalhadores da Companhia Energética do Ceará (Coelce) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). A idéia era que esse sindicato passasse a se chamar de Sindicato dos Urbanitários, como ocorria em outros estados. Foi então criada uma comissão de empregados da Cagece para negociar com a direção do Sindeleetro e discutir a viabilidade da proposta. Reuniões e debates ocorreram entre janeiro e junho de 1983, porém, o Sindeleetro mostrou-se desinteressado e irredutível frente às propostas apresentadas pela comissão da Cagece, alegando, segundo informações de ativistas da época, que sua estrutura já estava organizada e avançada, enquanto que os trabalhadores da Cagece ainda não possuíam nenhuma organização ou estrutura, recaindo sobre as "costas" ou ficando a reboque dos eletricitários (VIANA FILHO, 1997: 40).

Os trabalhadores da Cagece, percebendo o fracasso das negociações com o Sindeleetro, decidem criar, com o apoio da FNTIU, uma Associação de caráter pré-sindical, e, em 21 de setembro de 1983 é realizada a eleição da primeira diretoria da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e nos Serviços de Esgotos do Estado do Ceará, composta por um grupo de trabalhadores novos oriundos de vários movimentos e partidos anteriormente citados, e de antigos funcionários vindos da extinta SAAGEC. Nesse período, surge a CUT – Central Única dos Trabalhadores, em 28 de agosto de 1983 a nível nacional, e a seção cearense da CUT em Fortaleza.

2.2. Um Novo Momento – Sindicalização e Politização da Categoria: 1983 – 1988

Os anos 80, com o processo de abertura política do país, são marcados por movimentos de organização dos trabalhadores em todas as direções. É nesse momento que, na Cagece, os trabalhadores criam as mais diversas organizações: Associação Pré-Sindical; CIPAs; Associação Kláus Nóbrega (AKN); Caixa de Assistência dos Servidores da Cagece (CASC)

formada pelos próprios empregados; Associação dos Técnicos de Nível Superior (ASTECE); Movimento de Mulheres; criação de um grupo de oposição ao sindicato, participação na Campanha das “Diretas Já” etc.. Tudo isso demonstra um novo momento de politização da categoria.

Historicamente, a organização dos trabalhadores na Cagece, como na maioria das empresas, precedeu ao nascimento do Sindicato da categoria (SINDIÁGUA). Em 05 de março de 1985, ocorre um fato inédito na Cagece, toda a diretoria executiva da Associação dos empregados é eleita para compor a CIPA SEDE e em 09 de abril do mesmo ano são todos empossados na Comissão. Dos 16 componentes eleitos para a Comissão paritária, que era formada por um total de 32 membros, nada menos que 8 (50%) empregados faziam parte da diretoria executiva da Associação, e os outros 8 membros eleitos eram também ligados ao grupo dos ativistas da Associação. Esses militantes perceberam na época a importância de sua inserção na CIPA como um instrumento legal, que garantia a estabilidade dos trabalhadores, precavendo-se contra os possíveis conflitos com a direção da empresa, prática considerada comum entre os sindicalistas no período em todo o País. Pode-se considerar que esse acontecimento foi o ponto de partida para a politização da CIPA, que apesar de suas limitações, teve redirecionadas suas ações, permitindo resgatar o que a CIPA deveria realmente ser: um fórum de discussão democrático das questões de interesse e de segurança e saúde dos trabalhadores com a efetiva participação dos seus atores. Nesse período, que se estendeu de abril de 85 a junho de 86, foi incentivada a prática da negociação entre os cipeiros e a direção da empresa, potencializando as lutas antigas das CIPAs com relação às demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho na Cagece, trazendo para o debate questões como lutar pelos direitos e o exercício da cidadania, que antes eram discutidas apenas no âmbito da Associação dos empregados, dentro do processo de construção política e de resistência dos trabalhadores da Cagece.

É importante ressaltar a efetiva transformação da Associação Pré-Sindical em Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará -SINDIÁGUA, que se deu apenas em 12 de março de 1985, quando os trabalhadores recebem finalmente a tão desejada Carta Sindical. Nesse período, a diretoria eleita para o primeiro mandato (1985 a 1988) foi o resultado de uma “composição” entre as várias posições e tendências políticas, pois estavam presentes membros filiados ao PC do B (CGT), PT (CUT), da Oposição Sindical e até os mais conservadores, que defendiam uma postura mais assistencialista e de colaboração de classes. Mas a discussão central entre os diferentes grupos tinha como referencial o caráter da nova entidade que surgira como um instrumento de defesa da classe e com uma proposta reivindicatória.

A Campanha Salarial de 1986 resultou na “primeira greve” da categoria, que teve suas atividades paralisadas na Cagece entre os dias 13 a 15 do mês de maio/86. Os trabalhadores já mobilizados nesse período pelo SINDIÁGUA, conseguiram a elevação de 300% da produtividade; a transformação do quinquênio para triênio; aumento do piso salarial em 30% e a implantação do Plano do Quadro de Carreiras, segundo informações do Sindicato. No ano de 1988, a Cagece já possuía legalmente 7 (sete) CIPAs em pleno funcionamento, que envolviam diretamente 72 trabalhadores entre representantes dos empregados e do empregador: Cipa na Sede (criada em 1978), em Juazeiro (em 1984), em Quixadá (em 1986), em Crateús (em 1986), Comercial (em 1987), na ETA Gavião (em 1987) e Pici (em 1987).

Nesse contexto político, o SINDIÁGUA procurou envolver os trabalhadores em lutas mais gerais do país, através de discussões, divulgação, questionamentos e aprofundamento de temas políticos, econômicos e sociais, como: reforma da previdência, eleições diretas já, formação da Assembléia Nacional Constituinte, elaboração da Constituição de 88, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, luta dos negros e das mulheres, filiação às centrais sindicais e etc. Muitas outras questões foram também levadas pelo Sindicato para o conjunto da sociedade para discussão e esclarecimentos, como: deficiências no abastecimento de água na capital e interior, a privatização das empresas estatais, a universalização dos serviços de saneamento básico e o fortalecimento das empresas de saneamento no país, através de rádio, jornal, televisão, boletins, reuniões com associações de bairros, escolas, igrejas e universidades (VIANA FILHO, 1997).

Como se vê, a trajetória do movimento dos trabalhadores da CAGECE, nesse período (1983 a 1988), é fortemente marcada pela organização das lutas dos trabalhadores na empresa, com a criação da Associação dos Trabalhadores da Cagece, que culminou com a fundação do Sindiágua em 85. Paralelo a esse movimento, as CIPAs espalharam-se pelo interior do Estado do Ceará, mobilizando os trabalhadores e denunciando as precárias condições de trabalho e saúde na empresa. Assim, em 1985, a CIPA SEDE estimula a politização e a organização dos trabalhadores cipeiros, com a entrada dos sindicalistas vitoriosos nas eleições da CIPA. Essa mudança está em consonância com o momento de abertura política do País, que irá culminar com a Constituinte de 1988.

2.3. Novos Desafios: 1988 – 1998

Durante o período de 1988 a 1998, as comissões, no total de 15 CIPAs, realizaram um trabalho na empresa no sentido de fazer com que os trabalhadores participassem mais ativamente de suas lutas cotidianas na

defesa por melhores condições de trabalho, incentivando o exercício da democracia no interior da Cagece. Nesses anos as CIPAs foram atuantes, realizando grandes discussões e seminários, embora, em alguns momentos, fossem marcadas por uma certa desmobilização e desmotivação entre os cipeiros da Cagece. Entretanto, a prática cotidiana dessas lutas, nos vários locais de trabalho da empresa, através das CIPAs, levou os trabalhadores a uma maior conscientização sobre seus direitos, criando um desejo coletivo de obter um maior controle sobre suas condições de saúde e trabalho. Isto simbolizou uma forte resistência dos empregados da Cagece. No final dos anos 80 e início dos anos 90, mais especificamente, nos anos de 1989 a 1994, assistimos na empresa um período efervescente de grandes lutas e mobilização das CIPAs, principalmente a CIPA SEDE, que passou a ter novamente nos seus quadros os principais líderes da oposição ao Sindiágua, que mais uma vez trouxeram para o interior das comissões o espírito combativo e o debate político entre os trabalhadores cipeiros.

Nesse período, foi realizada a VII SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes, com boa participação dos trabalhadores. Houve inúmeras inspeções realizadas pelos cipeiros não só nos locais de trabalho da SEDE mas em vários outros estabelecimentos da Cagece, estimulando, pela primeira vez na história dessas comissões, a participação efetiva das CIPAs Cocorote, Picí e outras, nas reuniões da CIPA SEDE. Observa-se, nesse momento, o encaminhamento coletivo das questões de interesse dos trabalhadores pertencentes às diversas CIPAs da Cagece. Essas inspeções da CIPA resultaram num “Relatório Diagnóstico”, datado de outubro/89, que continha inúmeras irregularidades apontadas pela CIPA, na SEDE, nos escritórios da Cagece, nas oficinas, nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), nas Estações de Tratamento de Água (ETA), no Cocorote, nas turmas de campo, nas cantinas, etc..

Além dessas questões, várias outras reivindicações foram cobradas da direção da empresa pelas CIPAs nos anos 89 e 90: um percentual de 2% da folha de pagamento para a segurança do trabalho, liberação dos cipeiros de parte de sua jornada de trabalho, ônibus para transporte dos empregados em determinadas rotas, melhor atendimento médico e ambulância para os empregados, cantina para o setor Picí, sistema de hidrantes. Além disso, denunciam manobras dos gerentes para impedir a participação dos cipeiros nas reuniões da CIPA COMERCIAL, levantam a necessidade de contratação de mais um médico e de um profissional formado em psicologia, exigem concurso público para admissão de trabalhadores, etc.. Algumas reivindicações foram atendidas pela direção da Cagece, embora muitas ainda façam parte da luta dos trabalhadores para serem conquistadas. O Sindiágua também sofreu duras críticas das comissões durante esse período, pois sua Diretoria de Saúde e Segurança

do Trabalhador, segundo alguns cipeiros, não atuava de forma efetiva, e, seus dirigentes, embora falassem em dar total apoio às comissões, dificilmente compareciam às reuniões das CIPAs.

De 1994 a 1998, com a intensificação do processo de terceirização na Cagece, a precarização das condições de trabalho dos empregados contratados e a freqüente ameaça de privatização da empresa, o Sindiágua, mesmo desenvolvendo campanhas permanentes contra a privatização, mobilizando os trabalhadores da empresa, políticos, entidades e a sociedade civil organizada, na tentativa de evitar a venda da Cagece para grupos privados nacionais e internacionais, não impediu a fragmentação e o retrocesso das lutas dos trabalhadores da Cagece. Por outro lado, no final dos anos 90, novos desafios se apresentam para os trabalhadores da Cagece, quando assiste-se a uma grande desmobilização das CIPAs, motivada pela fraca atuação da maioria de seus membros e contratação de firma particular para desenvolver ações próprias das CIPAs e dos técnicos da empresa, como: elaboração dos mapas de riscos ambientais, realização dos cursos de CIPAs, elaboração de programas obrigatórios e planejamento das ações dos trabalhadores e técnicos da CAGECE, agravados pela falta de apoio e investimentos da direção da empresa nas questões de saúde e segurança do trabalho. Somado a isso, no plano macrossocial projeta-se para esse novo milênio, uma conjuntura política favorável ao processo de terceirização e privatização da Cagece, o que contribui mais ainda para a desmobilização e enfraquecimento das lutas da categoria.

Conclusão

Este estudo tratou de resgatar alguns dos principais momentos da história da organização dos trabalhadores da Cagece, tendo como ponto de partida a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Sede da empresa, CIPA – SEDE, entre o período de 1978 a 1998.

Os movimentos de organização dos trabalhadores da Cagece foram marcados por grandes embates no plano político, econômico e social, com alguns avanços e retrocessos. Para melhor compreender o movimento de organização dos trabalhadores da Cagece, subdividi o período da pesquisa em três subperíodos. O primeiro que vai de 1978 a 1983, tem como marco o surgimento da CIPA SEDE em 1978 e finaliza com a fundação da Associação dos Trabalhadores da Cagece em 1983. Identifiquei, nesse subperíodo, o trabalho da Associação dos Trabalhadores da Cagece (Associação Pré-Sindical) de perfil combativo, e que foi o embrião da fundação do SINDIÁGUA.

No segundo subperíodo, que vai de 1983 a 1988, assistimos a politização da categoria e o fortalecimento da Associação, bem como a criação do

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente – SINDIÁGUA, em 1985. A Cagece iniciou esse novo momento, tendo como marco principal a atuação do SINDIÁGUA e a interiorização das CIPAs no Estado do Ceará.

No último subperíodo abordado, (entre 1988 a 1998), pude observar que as CIPAs na Cagece foram marcadas por uma etapa que vai de 1989 a 1994, de grande resistência dos trabalhadores cipeiros às precárias condições de trabalho no interior da empresa, quando assistiu-se a grandes lutas que tiveram, em sua composição, líderes da oposição sindical que resgataram o espírito combativo e o debate político entre os membros da CIPA. Por outro lado, no final dos anos 90, novos desafios se apresentaram para os trabalhadores da Cagece, quando ocorreu uma grande desmobilização das CIPAs, motivada pela fraca atuação da maioria de seus membros, e pela falta de apoio e investimentos da direção da empresa nas questões de saúde e segurança do trabalho. Somado a isso, no plano macrosocial observou-se uma conjuntura política favorável ao processo de terceirização e privatização de empresas públicas e estatais, atingindo, no plano local, várias empresas públicas. No caso da CAGECE, a ameaça constante de venda a grupos privados nacionais e internacionais contribuiu para a desmobilização e o enfraquecimento das lutas da categoria.

Dentre os avanços da organização dos trabalhadores da Cagece, posso citar, de uma forma geral, a fundação do Sindiágua, uma maior politização e organização da categoria, o atendimento das demandas trabalhistas, a elevação do nível salarial, e a organização das CIPAs nos locais de trabalho, que garantiram melhores condições de saúde e trabalho para os trabalhadores da empresa. O movimento de organização dos trabalhadores na Cagece também possuiu, nesse momento, uma importante dimensão educativa, base do aprendizado cotidiano dos trabalhadores nas lutas por seus direitos. As CIPAs, nesse período, funcionaram como importantes catalisadores coletivos e democráticos do conjunto das demandas existentes no cotidiano dos trabalhadores na Cagece, fator de identidade dos trabalhadores e forma de resistência frente ao processo de trabalho capitalista.

Dentre os retrocessos, já no final dos anos 90, assistimos a uma grande desmobilização das CIPAs, motivada pela fraca atuação da maioria de seus membros, e pela falta de apoio e investimentos da direção nas questões de saúde e segurança do trabalho. No plano político-social, com a implantação de medidas neoliberais em nosso Estado, observou-se a intensificação do processo de terceirização e privatização da Cagece, contribuindo para a desmobilização e enfraquecimento das lutas da categoria. No plano político sindical, constatei que o Sindiágua, somado à não-renovação do quadro de empregados da Cagece, não soube

promover novas lideranças, tendo na sua direção a permanência dos mesmos líderes que criaram o Sindicato e, que atualmente, sofrem duras críticas dos trabalhadores com o seu distanciamento da base.

Nesse trabalho, compreendi que questões referentes à Saúde e Segurança do Trabalhador são a expressão concreta da relação entre capital e trabalho e estão além de seus aspectos técnicos, científicos e legais, intimamente ligadas às modificações do processo de trabalho, à produtividade, à qualidade total, às políticas de organização e defesa de interesses do governo, trabalhadores e empresários, enfim, ao sistema de relações sociais de produção do País. Nesse sentido, o homem é um ser que se autoconstrói, por intermédio de sua própria atividade. Mas esta autoconstrução, autotransformação humana pelo trabalho não é um processo retilíneo e sem contradições, pelo contrário, tem combinado sempre elementos que favorecem e negam a vida. A predominância ou não de aspectos danosos à vida depende da organização concreta da produção e da sociedade.

Assim, como a maioria dos empresários não assume o seu papel, é importante que os trabalhadores tomem a iniciativa da prevenção e garantam a saúde no trabalho; através da discussão sobre as próprias condições de trabalho e com a socialização das experiências, descobrindo a dimensão social dos seus problemas. É por este processo – discussão e socialização – que a dimensão puramente individual da condição de trabalho transforma-se em uma questão coletiva, que compromete todo o grupo na busca de soluções. Produz-se, de fato, a recomposição política dos trabalhadores em unidades mais complexas e ricas, anulando assim a fragmentação promovida através da divisão do trabalho. Dessa forma, pode-se analisar como, na lógica capitalista, o trabalho compromete a saúde e a integridade física e psíquica, tornando a luta e a resistência dos trabalhadores elementos determinantes na evolução do sistema capitalista de produção. Finalmente, pode-se dizer que a luta dos trabalhadores por saúde e segurança no trabalho, historicamente, representa muito mais que assegurar condições humanas e dignas de trabalho, implica necessariamente, em implantar a democracia, a transparência e o respeito aos direitos individuais e coletivos sob novas formas de relação entre capital e trabalho.

A situação da Cagece não foge ao contexto mais geral do conflito capital e trabalho, embora, nesse contexto, haja espaços para a organização e luta por saúde e segurança dos trabalhadores, dependendo muito mais de sua organização e motivação de suas lideranças do que propriamente da estrutura organizacional da empresa. No início desse novo milênio, o grande desafio que se coloca para o Sindiágua e para o movimento geral de organização dos trabalhadores da Cagece é o fortalecimento da

atividade sindical, e a possibilidade de manutenção de uma ampla base de apoio organizada nos locais de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. L. C.. *A Rebeldia do Trabalho: O Confronto Operário no ABC Paulista*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1988.

_____. *O Que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BARGAS, Osvaldo Martines; RAINHO, Luís Flávio. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977 – 1979)*. São Paulo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. p. 247.

BOITO, Jr. (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARVALHO, Alba M. Pinho. *O Processo de Globalização e seus Rebatimentos no Estado*. Conferência proferida no I Congresso de Assistência Social da Amazônia, Belém do Pará, 08.05.97. 54p. Mimeo.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho – Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. 3. ed. São Paulo: Oboré, 1988.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DE SAÚDE E DOS AMBIENTES DE TRABALHO. *As formas sutis de adoecimento pelo trabalho*. São Paulo: DIESAT, 1986. Mimeo.

DIAS, E.C. *A atenção à Saúde dos Trabalhadores no Setor Saúde (SUS), no Brasil: Realidade, Fantasia, Utopia?* Campinas, 1994. (Tese de Doutorado, FCM/UNICAMP).

DOWBOR, Ladislau. *Da Globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços*. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *A Reinvenção do Futuro*. São Paulo: Cortez, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política Social do Estado Capitalista – As Funções da Previdência e da Assistência Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *O Trabalho da Política: Saúde e Segurança dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará: dos índios Tapebas à geração cambeba*. Fortaleza: Tropical, 1997. p. 296.

FILHO, João A. Viana. *A Política de Formação do Sindiágua e a Conscientização dos seus Associados*. Fortaleza, 1997. (Trabalho Final de Conclusão do Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Ceará –UECE). Mimeo.

MARX, Karl. *O Capital*. 1. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. liv.1, vol.1. p. 202.

_____. *Capítulo VI inédito de O CAPITAL: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1969c.

OLIVEIRA, D. A. *As Organizações por Local de Trabalho – Entre a Ruptura e o Consentimento: A Dimensão Educativa das Lutas Autônomas*. Belo Horizonte, 1992. (Dissertação de Mestrado, Fac. De Educação da UFMG).

RATTNER, Henrique. *Globalização : Em Direção a um Mundo Só?* São Paulo, 1995. Mimeó.

RIGOTTO, Raquel M. *Não Somos Máquinas : Um estudo das ações sindicais em defesa da saúde do trabalhador na grande-BH*. Belo Horizonte, 1992. (Dissertação de Mestrado, Fac. de Educação da UFMG).

ROCHA, Lys Esther; NUNES, Everardo Duarte. Os Primórdios da Industrialização e a reação dos Trabalhadores. In: BUSCHINELI, J.T.; ROCHA, L.E.; RIGOTTO, R.M. *Isto é Trabalho de Gente? Vidas, Doença e Trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1993a.

SOUZA, José de Campos P. *A Organização por Local de Trabalho e a luta pela saúde*. Texto publicado pelo SEEB – BH, 1986.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRESSE EM ENFERMEIROS DA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA

Geusa Maria Dantas Lélis¹

Vera Lúcia de Almeida²

Introdução

Sabe-se que o trabalho socialmente útil constitui um elemento eficaz para a interação social do ser humano, a afirmação de si mesmo frente as outras pessoas, como também se trata de uma experiência gratificante e saudável para quem a desempenha.

O trabalho da Enfermagem, mesmo sendo considerado um trabalho socialmente útil, é um dos que mais provocam estresse, principalmente naqueles profissionais que trabalham no âmbito hospitalar. Isso, devido ao rápido desenvolvimento tecnológico, ao leque de especialidades ofertadas e, principalmente, por se fazerem presentes, nos hospitais, duas formas de autoridade: a administrativa e a profissional, as quais freqüentemente entram em conflito. O profissional de enfermagem vê mais a parte da humanização da assistência à clientela, enquanto quem administra ocupa-se mais com a contenção de despesas, agilidade e alta produtiva (LAUTERT, 1997).

Esse constante conflito gera ansiedade e estresse, o que é reforçado pela convivência do profissional com a doença, desdobrada esta com o sofrimento, dor e morte, sem esquecer a expectativa que se cria, pelo paciente e familiares, quanto à tolerância, sensibilidade e competência técnica do enfermeiro.

MARZIALI (1990), em estudo sobre trabalho em turnos alternados e fadiga em enfermeiro, aponta, como principais dificuldades: o tipo de tarefa, ambiente físico, meio social, carga física e mental na assistência aos doentes, inversão de ritmo biológico devido à alternância de turnos, conflitos em relação à hierarquia e à confrontação com o sofrimento, dor e

¹ Enfermeira do Hospital Geral de Fortaleza

² Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará

morte. Tudo isso leva o pessoal de enfermagem a experimentar determinados mal-estares que podem ser caracterizados como estresse, burnout, fadiga, sofrimento psíquico ou depressão.

Outros fatores de intensidade do estresse nesses profissionais são: a dupla jornada de trabalho, baixos salários, número insuficiente de profissionais em relação ao número de pacientes e procedimentos a realizar. Além do mais, o enfermeiro ainda desempenha atividades atribuídas a outros profissionais, como secretaria, telefonia, assistência social.

Porquê do Estudo no Hospital Geral de Fortaleza

Na Idade Média, as pessoas de melhores condições financeiras, ao adoecer, eram tratadas em suas residências. Os hospitais, nessa época, em sua maioria, não tinham a função precípua de cura, e sim, a incumbência de “seqüestrar” pobres, moribundos, doentes e vadios do meio social, escondendo assim o incômodo, disciplinando os corpos, e guardando-os para esperar a morte. Até o século XVIII, o personagem principal do hospital não era o doente que precisava ser curado, mas, o pobre que estava morrendo, sendo o hospital então um morredouro. E as pessoas que ali trabalhavam eram caritativos - religiosos ou leigos - que não estavam fundamentalmente destinados a promover a cura, mas a fazer uma obra de caridade que lhes assegurasse a salvação eterna (FOUCAULT, 1981).

De 1775 a 1780, o filantropo inglês Howard e o médico francês Teron desenvolveram um trabalho de conhecimento e denúncias das condições de trabalho em nível hospitalar, cujas conclusões documentais constituíram as primeiras sistematizações, na trilha de olhar-se o hospital com intenções terapêuticas. Somente no final do século XVIII, o hospital passou a ter um cenário privilegiado da tecnologia médica, cumprindo finalidades terapêuticas (PITTA, 1990).

Para FOUCAULT, nenhuma teoria médica por si mesma é suficiente para definir um programa hospitalar. Além disso, nenhum plano arquitetônico abstrato pode dar a fórmula do bom hospital. Este é um objeto complexo de que se conhece mal os efeitos e as conseqüências, que age sobre as doenças e é capaz de agravá-las, multiplicá-las ou atenuá-las. Somente um inquérito empírico sobre esse objeto interrogado e isolado de maneira nova - o hospital - será capaz de dar idéia de um novo programa de construção de hospital" (FOUCAULT, 1981:100).

Para MONTEIRO (...) os hospitais, apesar de serem empresas que se caracterizam por produzirem serviços de assistência à saúde, pouco se têm preocupado com a proteção, promoção e manutenção da saúde de

seus empregados, embora os riscos ocupacionais sejam uma constante (MONTEIRO,1987:88).

O modelo médico assistencial implementado no Brasil, a partir da década de 50, colocou a instituição hospitalar como elemento importante na assistência da saúde da população previdenciária.

Com a Reforma Sanitária¹ iniciada na década de 80, passa a ser instituído o Sistema Único de Saúde, o qual se propõe implementar um novo modelo de assistência de saúde, em que se tornaram hegemônicas as ações preventivas, diminuindo a centralização das ações de assistência no espaço hospitalar. Com a implantação dessa nova política, cujo objetivo inicial esteve mais centrado na racionalização de recursos, o hospital deixa de ser a instituição de maior importância para a capitalização de recursos públicos, devendo preocupar-se principalmente com as ações básicas de saúde. Somente nos anos 90 é que a gestão hospitalar e a importância do hospital no Sistema Único de Saúde ganham espaço de reflexão e de práticas inovadoras (BARBOSA ,1998).

O Hospital Geral de Fortaleza, construído no final dos anos 60 e tendo como clientela os trabalhadores assegurados pela previdência e seus dependentes, integrava, à época, a rede hospitalar do sistema previdenciário brasileiro.

Com a implantação do Sistema Único de Saúde, o Hospital Geral de Fortaleza passou a atender aos princípios da universalização, que preconizam o direito de todo cidadão receber assistência de saúde e o da descentralização, por meio de vinculação à esfera administrativa e financeira da Secretaria Estadual de Saúde, integrando-se então à rede hospitalar estadual como um hospital de referência, com a finalidade de garantir assistência médico-hospitalar a toda a população e servir de campo de aperfeiçoamento para as demais categorias de profissionais da saúde. O hospital tem uma estrutura arquitetônica verticalizada, com 258 leitos, sendo ali atendidas todas as especialidades.

No início dos anos 90, devido às péssimas condições de infra-estrutura e ao aumento da demanda do setor de emergência, foi construído, naquele hospital, com três andares, um anexo ao antigo prédio, a ser utilizado apenas como unidade de emergência.

¹ Reforma Sanitária: Conjunto de teses e práticas progressistas e transformadoras em saúde, que teve como eixo: a instituição da saúde como direito de cidadania e dever do Estado; a compreensão da determinação social do processo saúde enfermidade, através do conceito ampliado de saúde; e a reorganização do sistema de atenção com a criação do Nacional de Saúde. GIOVANELLA (1996).

O Hospital Geral de Fortaleza vem implementando a política apontada no modelo neoliberal e adotada pelo Estado brasileiro, ao terceirizar serviços, tais como: serviço de limpeza, alguns exames do setor radiológico (tomografia computadorizada, arteriografia e ressonância magnética). O modelo racionalizador de recursos atinge também diretamente as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem, tal como sobrecarga de trabalho, associada às péssimas condições ambientais.

Até a década de 60, a maioria dos estudos feitos nos hospitais davam enfoque à segurança do cliente, ao controle dos riscos para a pessoa hospitalizada, deixando à margem a segurança e saúde do trabalhador da enfermagem.

SCHMIDT (1984) relata que o pessoal de enfermagem no ambiente de trabalho — o hospital, vive diariamente submetido a condições insalubres, determinadas pelo contato com agentes nocivos à saúde que podem ser físicos, químicos ou biológicos. Além disso, há o estresse relacionado ao rodízio das escalas de plantões, como também a sobrecarga diante da falta de trabalhadores em relação ao número de pacientes e a procedimentos a realizar.

Para BULHÕES (1998) milhares de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem têm a saúde e a segurança à mercê das condições reais de trabalho, onde poderão estar expostos a riscos ocupacionais diversos que ameaçam a própria sobrevivência da profissão. O autor observa, entretanto, ter-se assistido, nos últimos anos, ao despertar da consciência da enfermagem como categoria trabalhadora, mais participante da luta pela conquista dos seus direitos, entre eles, melhores condições de vida e trabalho, direito à saúde e à segurança.

Investigar as condições de trabalho que facilitam o surgimento do estresse nos enfermeiros lotadas no Setor da Emergência do Hospital Geral de Fortaleza, torna-se um objeto de estudo de relevância, por possibilitar a visibilidade da problemática que os profissionais de saúde vivenciam, especialmente o profissional de enfermagem, por conta do processo de sucateamento ao qual vêm sendo submetidos os hospitais do Sistema Único de Saúde.

Este estudo foi realizado na Unidade de Emergência do Hospital Geral de Fortaleza, onde são atendidos os casos clínicos, cirúrgicos, traumatológicos e oftalmológicos da capital, da região metropolitana de Fortaleza, além daqueles advindos de vários municípios do Estado do Ceará. Utilizou-se o método exploratório descritivo, porque, segundo TRIVIÑOS "(...) descreve com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade" (TRIVIÑOS, 1987: 34). O universo estudado compõe-se de duzentos e onze enfermeiros do Hospital Geral de Fortaleza, enquanto a amostra abrange as 21 enfermeiras lotadas no setor

de Emergência. Fez-se opção pela técnica de observação no local de trabalho, com a intenção de conhecer o processo de trabalho real, usando um método de análise do trabalho acompanhando o curso de ação de quatro enfermeiras: duas no período diurno e duas no período noturno, num total de 48 horas. Em momento posterior foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e abertas, junto às 21 enfermeiras lotadas no setor de emergência. Os dados estão apresentados em forma de quadros, enquanto a representação dos enfermeiros no que trata da percepção da relação com o trabalho foi expressada através da fala. Para análise dos questionários, escolhi o método de análise de conteúdo, o qual, segundo MINAYO, pode ser definida como: (...) Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, (indicativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção destas mensagens (MINAYO, 1994: 45)

A emergência hospitalar e o estresse do profissional de enfermagem

Estresse, palavra de origem latina conhecida como "a diversidade" ou "aflição" e depois alterada para expressão de "pressão" ou "esforço" exercido por pessoa corpo e / ou mente.

A literatura relacionada a estresse e a condições de trabalho é muito ampla e envolve várias questões.

A enfermagem é uma das profissões que mais apresenta fatores desencadeadores de estresse, muitas vezes devido a problemas financeiros, a relações interpessoais, dupla jornada, fatores anti-ergonômicos, falta de reconhecimento da importância da profissão e às péssimas condições de trabalho, entre outros.

A Emergência é um dos setores do Hospital que mais demanda situações que provocam estresse, e muitas vezes devido ao tipo de cliente atendido (vítimas de agressão por arma branca, por arma de fogo, politraumatizado, PCR, IAM etc.). Tais situações emergentes exigem rapidez, agilidade, técnicas específicas e um considerável nível de equilíbrio emocional.

MENDES alerta quanto à importância do conhecimento por parte dos profissionais de enfermagem dos riscos aos quais estão expostos em setores como o da Emergência (...) é importante que o pessoal de enfermagem tenha consciência de suas reações emocionais às situações de emergência, para que não se tornem muito estressados e incapazes de auto-controle. Quando isso acontece apresentam um fenômeno conhecido como desgaste, que resulta em estresse pessoal e indiferença para com o sofrimento dos outros (MENDES,1988 :102).

CARVALHO (1977), afirma que em quase todos os países do mundo as condições de trabalho da equipe de enfermagem são insatisfatórias. A carência de profissionais, considerada crítica em alguns deles, decorre de diversos fatores, entre eles: remuneração inadequada, horário de trabalho muito longo sem períodos de descanso, plantões em domingos e feriados sem justa compensação, períodos incômodos ou fatigantes de trabalho como dupla jornada sem a devida remuneração e quase impossibilidade de ascensão na carreira profissional.

PITTA (1990), no seu estudo sobre os trabalhadores de enfermagem, identifica fatores geradores de tensão como ansiedade, angústia e depressão, devido ao contato direto e constante com a doença e o sofrimento. Some-se a isso a realização repetitiva de tarefas, ritmo acelerado de atividades e a insatisfação pelas condições de trabalho e haverá uma maior prevalência de sintomas de sofrimento psíquico decorrente de divisão inadequada de tarefas, ocasionando alterações na saúde mental dos trabalhadores de enfermagem.

Precárias condições físicas ambientais - fatores de estresse para o enfermeiro que trabalha nas UTU's do H.G.F

A Unidade de Emergência do Hospital Geral de Fortaleza se caracteriza como de hospitais de grande porte com capacidade de 151 a 500 leitos, onde os clientes permanecem até 48 horas. Entretanto, as condições de espaço físico não atendem ao que é preconizado pelas normas do Ministério da Saúde, pois não existe sala de triagem médica e/ou enfermagem. Não há sequer uma sala específica para inalação, sendo esse tipo de procedimento realizado na sala de aplicação de injeções, enquanto o exame de eletrocardiograma é feito na Sala de Urgência. Embora não sendo aceitável, existem expurgos nas dependências da Emergência do Hospital.

O Posto de Enfermagem e as UTU's ficam um pouco distante da farmácia satélite e do mini-almojarifado, o que implica em alguns momentos de desgaste do enfermeiro que necessita deslocar-se, ter acesso ao material de execução de suas atividades. O Posto é também o local para guardar prontuários dos pacientes, atendimento do telefone, prestação de informações a familiares e a outros profissionais da saúde, local onde os médicos fazem as prescrições dos pacientes. Sendo um ambiente pequeno para a realização de tantas atividades, o que pode funcionar como fator estressante para os enfermeiros que se encontram de plantão.

Para BACCARO (1996), um ambiente assim propicia muitas interrupções e cansaço, considerando-se a intensa procura de pessoal para esclarecimento de dúvidas, troca de idéias, acesso a informações, resoluções de problemas administrativos, tomadas de providências. No

final do plantão, sente-se que o tempo não foi suficiente para a realização das próprias tarefas.

O fato mais grave quanto às condições de trabalho vem sendo, com o passar do tempo, a transformação do corredor numa enfermaria improvisada devido a vários fatores: poucos leitos no próprio hospital para atender à demanda, redução de leitos nos hospitais particulares conveniados com o SUS como resultado da diminuição da verba do governo federal para o setor saúde². Considere-se também que esses hospitais particulares selecionam o tipo de paciente que querem receber; primeiro, não atendem a todas as patologias; segundo, não aceitam pacientes graves que necessitam de antibióticos de última geração; terceiro, a cada patologia corresponde a quantidade de dias que o paciente deverá permanecer internado, o que quase sempre não coincide com o tempo de internação de que o doente realmente necessita para o seu tratamento. Daí esses pacientes acabam ficando, em média, setenta e duas horas deitados em uma maca sem conforto, sem privacidade, com risco de acidente, pois algumas macas não têm sequer grades. Dependendo da demanda, alguns ficam em macas de ambulâncias, bancos e cadeiras de rodas, provocando cenas de agressões aos profissionais de saúde e desabafos revoltados por parte de pacientes e seus familiares. A situação não oferece muitas opções aos profissionais. Caso não prestem a assistência necessária, poderão ser processados, embora corram o mesmo risco quando prestam socorro em condições precárias.³ Por dia permanecem, em média nas macas, dez pacientes graves que necessitam ser entubados, monitorizados, etc.

Neste setor há uma movimentação muito grande de transeuntes, pois esse corredor dá acesso aos consultórios de traumatologia, sala de colocação de gesso e redução de fraturas, oftalmologia, UTU's, e setor de Raio X. Esse fluxo intenso de pessoas por entre as macas dificulta o deslocamento dos trabalhadores, comprometendo o seu desempenho principalmente em situações de emergência. Some-se tudo isso ao barulho provocado pela movimentação e fala das pessoas, passagem de macas, cadeiras de rodas, e se deduza o quanto é prejudicada a concentração dos profissionais na execução das tarefas, como também prejudicada a

² Segundo a Associação dos Hospitais do Estado do Ceará, nos últimos dois anos a oferta de leitos para o SUS na rede privada diminuiu em 60%, isso devido a defasagem na tabela de valores dos procedimentos pagos pelo SUS. Para piorar esta situação dramática, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou corte de 1 bilhão do orçamento para saúde em 1999.

³ O Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará entrou por duas vezes com ação cautelar no Ministério Público para responsabilizar os gestores do sistema público por não prestarem atendimento condizente com as necessidades dos pacientes.

recuperação dos pacientes. Trata-se de um ambiente de risco para o desempenho criterioso da prática de enfermagem.

Sem dúvida, esse Setor é um local propiciador de vários fatores estressantes, consideradas as péssimas condições de prestação de uma boa assistência à clientela. Quase todos os pacientes têm acompanhantes que passam dia e noite sentados em cadeiras de plástico.

Existem três locais de preparo de medicação: para os pacientes externos, na sala de injeções, para os pacientes do corredor, em uma sala que anteriormente era um consultório e que também é usada pelo pessoal do laboratório para coleta de sangue, exames laboratoriais; o outro localiza-se nas UTU's.

As condições de iluminação não são adequadas, pois existem várias lâmpadas fluorescentes queimadas, o que dificulta o trabalho da Equipe de Enfermagem. Só se dispõe de iluminação natural nas UTU's e no Setor de Pequena Cirurgia, mas de pouca intensidade.

TOLEDO (1987) relata, que entre as várias causas de acidentes com trabalhadores estão as más condições do ambiente quanto a iluminação necessária para cada tipo de trabalho. Segundo o autor, uma má iluminação não só prejudica a visão, como predispõe o trabalhador a acidentar-se, tanto pela dificuldade em enxergar quanto pela fadiga conseqüente de maior atenção exigida ao bom desenvolvimento de suas atividades.

A ventilação da Emergência do H.G.F. é insuficiente, pois a central de ar condicionado encontra-se com defeito há quase um mês, dificultando o trabalho da enfermagem, como também prejudicando os pacientes que estão nas UTU's e corredores, devido ao contingente elevado e o fluxo de pessoal no local.

SINDROME (1992) demonstrou terem, as pessoas que trabalham em ambiente sem ventilação, o dobro de possibilidade de adoecer, em relação àquelas que trabalham em ambientes com ventilação adequada.

A sala de injeções, a sala de ressuscitação cardio-respiratória, como a sala de Pequena Cirurgia têm as mesma características de infra-estrutura que os demais setores da Emergência, são locais muito pequeno para atender a demanda, com condições de iluminação e ventilação precárias.

O trabalho tarefairo e o estresse na enfermagem

A essência do trabalho da enfermagem é o ato de cuidar, seja voltado para a prevenção, seja na assistência voltada para o processo de recuperação da saúde. A sistematização do ato de cuidar vem sendo motivo para discussões, análises, conteúdos curriculares. Essa sistematização

justifica-se, tanto pela necessidade de identificação da profissão quanto por se tratar de uma área de conhecimento específico, e ainda pela exigência do próprio processo de trabalho da ação terapêutica de saúde, que a cada dia vem sendo desenvolvida multidisciplinarmente.

As técnicas de enfermagem foram sendo implementadas a partir da normatização de procedimentos, fundamentadas em noções tayloristas, caracterizando-se como especializados, fragmentados, não qualificados, intensos, rotineiros e hierarquizados. Esse ainda é o modelo que se observa na prática dos profissionais de enfermagem, na Emergência do Hospital Geral de Fortaleza, conforme quadro seguinte:

QUADRO 01:

Quantificação das atividades realizadas por um enfermeiro nas UTU's e no corredor. nos período diurno e noturno

Atividades Realizadas	Período				Total
	Diurno		Noturno		
	UTU	Corredor	UTU	Corredor	
Receber e passar o plantão	02	02	02	02	08
Ler livro de ocorrência	01	01	01	01	04
Fazer check-list da sala parada e/ou UTU	-	01	-	01	02
Fazer check-list das UTU's	01	-	01	-	02
Solicitar reposição de material	01	01	02	-	04
Aprazar horário das medicações e encaminhar 2º via para a farmácia	09	10	-	05	24
Fazer glicemias	03	02	03	05	13
Fazer ECG	03	-	02	03	08
Fazer curativos	03	-	-	-	03
Realizar cateterismo vesical	02	01	01	01	05
Realizar sondagem nasogástrica	02	-	02	01	05
Fazer evolução e prescrição da enfermagem	06	-	03	-	09
Fazer exame físico e histórico	02	-	01	-	03
Monitorizar paciente da enfermagem	02	-	02	01	05
Dar informações por telefone a familiares	04	05	02	06	17
Solicitar o técnico do laboratório	02	03	02	04	11
Encaminhar exames para marcar (TC, US, arteriografia)	03	02	-	-	05

Solicitar empréstimo de material, medicação e equipamentos	03	-	02	01	06
Providenciar um clínico para reavaliação de pacientes	-	03	01	02	06
Providenciar cirurgião p/ dissecação venosa ou punção-subclávia	01	--	01	-	02
Instalar bomba de infusão	02		02	-	04
Instalar e verificar PUC	01	-	01	01	03
Encaminhar pacientes para exames	02	03	-	04	09
Fazer relatórios	01	01	01	01	04
Pegar material no mini-almojarifado	06	05	03	02	16
Puncionar acesso venoso com abocath	03	03	01	01	08
Aspirar secreção oro-traqueal	02	01	04	-	07
Preparar paciente para cirurgia	-	01	-	02	03
Instalar oxigenoterapia	01	-	-	02	03
Atender paciente em PCR	01	-	02	01	04
Preparar e administrar medicação subcutânea	03	02	01	02	08
Preparar e administrar medicação endovenosa e soro	02	03	03	10	08
Controlar gotejamento do soro	03	05	01	07	16
Fazer anotações de enfermagem	01	09	04	05	19
Levar material para o expurgo	02	03	02	02	09
Providenciar maca	-	02	-	05	07
Instalar respirador	01	-	01	-	02
Atender e fazer ligações telefônicas	05	07	04	08	24
Instalar irrigação contínua em sonda Foley	-	01	-	-	01
Lavagem vesical manual	-	02	-	02	04
Encaminhar corpo ao necrotério	01	-	02	-	03
Total	87	79	50	88	314

Conforme o quadro anterior, foi de 87 o total de atividade/procedimentos realizados pelo enfermeiro no período diurno na UTU's, enquanto o total do enfermeiro do corredor foi de 79. Observamos que o quantitativo da UTU foi maior que o do corredor, o que se pode atribuir aos seguintes fatores isto se deve: nas UTU's, ter pacientes mais grave; não há condições de

alguns procedimentos serem realizados no corredor (como instalação de respirador, monitorização cardíaca, instalação de bomba de infusão).

No período noturno, quantitativo de atividades/procedimentos realizados pelo enfermeiro do corredor foi bem maior que o da UTU. Respectivamente 88 e 60. Vale salientar que, nesse dia no corredor estavam 19 pacientes, alguns em estado geral comprometido.

O total de atividades realizadas pelos enfermeiros, nos quatro dias de observação, foi de 314. Muitas dessas atividades não são atribuições da enfermagem como: atender telefone, fazer check-list, solicitar reposição de material, pegar material no mini-almojarifado, solicitar material e equipamentos a outros setores. O processo de trabalho é intensíssimo, desarticulado de um plano de assistência de enfermagem e/ou multiprofissional, resultando numa sobrecarga de tarefas estressantes para o profissional.

Percepção do enfermeiro quanto ao trabalho realizado na unidade emergência

A percepção do trabalho desenvolvido pelos enfermeiros na unidade de emergência é de uma atividade estressante, porém, de fundamental importância, pela complexidade das ações que desenvolvem, como também pela diversidade das mesmas, é o que pode ser percebido pelos relatos que seguem:

É um trabalho extremamente importante, haja vista os procedimentos de maior complexidade serem sempre requisitados em situações de extrema urgência (E6).

De fundamental importância, pois exige iniciativa, decisão, bom senso e capacidade técnica muito específica, muitas vezes decisivos para salvar vidas (E9).

Percebo que se trata de uma atividade bastante importante, pois somos capazes de tomar decisões, prestar cuidados aos pacientes, orientar e supervisionar auxiliares, somos essenciais na emergência (E15).

De grande importância e indispensável é a ação do enfermeiro. Seus conhecimentos científicos, habilidade, percepção, agilidade, fazem a sua presença imprescindível nas tomadas de decisão para se estabelecer às funções vitais do paciente. É a pessoa chave para a harmonia e o equilíbrio da equipe de saúde (E7).

Após leitura das falas, verificamos que as enfermeiras lotadas na Emergência do Hospital Geral de Fortaleza estão cientes da importância do seu papel na equipe multiprofissional e da importância do conhecimento científico, assim como da habilidade no desenvolvimento das atividades

técnicas especializadas que, muitas vezes, tornam-se decisivas no atendimento de urgência para salvar vidas.

Atividades provocadoras de estresse

Quando entrevistados, os enfermeiros identificaram vários fatores de estresse no cotidiano do seu trabalho na emergência:

Fico muito estressado devido à falta de material e equipamentos para o atendimento de urgência como também por conta da superlotação do corredor, muitas vezes inviabilizando a assistência de enfermagem (E2).

Admissão do paciente sem ter onde colocá-lo ou fazer procedimentos em macas de ambulâncias e bancos (E8).

Ficar a busca de material e medicação que falta para o plantão (E18).

Oferecer assistência aos pacientes numa área emergencial inadequada. A superlotação impossibilita uma assistência qualificada. Indiferença de alguns profissionais de saúde (E - 19).

Quando a equipe médica solicita várias atividades ao mesmo tempo e cobra resultados quase que instantaneamente, mesmo que saibam da nossa carência de pessoal (E -13).

Utilização de equipamentos de outros setores porque os do setor de Emergência não funcionam (E -16).

As falas dos entrevistados apontam, como atividades que provocam estresse nos enfermeiros que trabalham na emergência: deficiência de material e equipamentos, sobrecarga de serviço, local inadequado, realização do serviço de outro profissional e carência de pessoal.

O equipamento e o material são dois fatores que geram estresse. Como foi observado por STEPPEN (1996), quando está funcionando corretamente o equipamento em si não provoca ansiedade, no entanto é uma fonte importante de estresse, quando está funcionando mal.

Em consequência do descaso pelo Governo Federal para com a saúde, a cada ano diminuem as verbas da União para o financiamento do SUS. Isso provoca o sucateamento dos hospitais públicos e o agravamento das condições de trabalho, parecendo haver intenção de implantar as Organizações Sociais nos Serviços Públicos de Saúde. Também os baixos salários interferem na prática profissional, sobrecarregando o tempo dos profissionais de enfermagem pela necessidade de manter empregos paralelos, por tal razão, sobra pouco tempo de lazer para o convívio com familiares e amigos.

Outro fator estressante apontado é a posição hegemônica exercida pela equipe médica sobre os profissionais de enfermagem durante o processo de trabalho na Unidade de Emergência, o que chega a descaracterizar um trabalho em equipe.

Mecanismos utilizados pelos enfermeiros para minimizar o estresse

Nos depoimentos fornecidos anteriormente pelos enfermeiros do Setor de Emergência do Hospital Geral de Fortaleza, identificam-se as condições de trabalho como fatores estressores para os profissionais de enfermagem, e a consciência que têm da presença desses fatores de estresse no exercício da profissão, enquanto buscam formas de superação e/ou de acomodação aos mesmos. As falas seguintes demonstram os principais mecanismos utilizados pelos enfermeiros como forma de diminuir os fatores estressores.

Recolho-me na sala de enfermagem e tomo café (E17)

Procuro trabalhar minhas emoções, aprimorar as técnicas e não entrar em atrito com outros profissionais (E20).

Tomo consciência de que faço o que posso. Quando posso, procuro falar de assuntos leves com as colegas, brincar um pouco, tomar cafezinho e não entrar em conflito desnecessário com outros profissionais. Quando saio do hospital, me desligo totalmente dos problemas (E5).

Entro na sala de enfermagem, sento um pouquinho, converso e depois retorno. Às vezes, tomo banho. Gosto de musicoterapia (E16).

Dou prioridade à assistência ao paciente do mais grave, para assistir depois o menos grave. Respeito meus limites (E19).

A forma de lidar com o estresse, apresentada pelos enfermeiros, situa-se no plano individual, não chegando a caracterizar-se como uma resistência às condições de trabalho, desde que, em nenhuma fala, fica explicitada a organização do trabalho, as condições físicas do ambiente, as dificuldades frente às condições dos equipamentos. A percepção mais clara de um fator determinante de estresse é a relação com outros profissionais. Provavelmente esse seja um fator mais perceptível como estressante, por parte dos enfermeiros. As questões mais estruturais se são percebidas no cotidiano, não se tornaram evidentes nas falas.

Verificamos, nas falas dos enfermeiros, que a maioria utiliza mecanismos de fuga, não apenas no momento em que está sendo submetida à situação que provoca o estresse, como também ao utilizar mecanismos fora do espaço do trabalho como: ir à praia, dormir, ir a barzinho tomar um chopp, ouvir música, caminhar, dançar, namorar, orar, observar a natureza, etc.

De acordo com FEIX (1998), no caso de pessoa acometida de estresse ocupacional, deve-se proceder da seguinte forma: afastar a pessoa da fonte de risco proporcionar-lhe tratamento psicológico e físico adequado e providenciar ambiente de trabalho agradável em seu retorno. Na verdade devemos procurar maneiras de amenizar essas situações e prevenir o estresse. Entre essas citam-se: a reclassificação profissional; a readaptação nas condições de trabalho; a revisão das tarefas e a valorização do indivíduo.

O psiquiatra MASCI (1990) sugere medidas profiláticas. Quando possível, devemos parar para pensar; para nos dar a liberdade de termos um tempo para refletir sobre cada um de nós e nossos esquemas pessoais, familiares, sociais, de trabalho e econômicos. Devemos reformular a vida, procurando reduzir as áreas geradoras de estresse.

As medidas sugeridas pelos autores ficam no plano de ação individual e muito mais como uma fase de recuperação sem abranger uma discussão das mudanças estruturais das condições de trabalho como forma preventiva da qualidade de saúde dos profissionais de saúde e mais especificamente dos enfermeiros lotados nas Unidades de Emergências dos Hospitais Públicos do País.

Alguns aspectos conclusivos

O estudo identificou que o Setor de Emergência do Hospital Geral de Fortaleza apresenta condições de trabalho propiciadoras de estresse para os profissionais de enfermagem lotados nesse Setor. Isso, devido a

- deficiências em sua estrutura física, com vários setores improvisados, tais como: sala de preparo de medicações dos pacientes no corredor, repouso dos profissionais de enfermagem em antigos consultórios, corredor de circulação transformado em enfermaria sem ventilação onde o fluxo de pessoal é intenso, tornando o ambiente tumultuado e barulhento, o que dificulta a execução das atividades e também interfere no repouso e na recuperação dos pacientes;
- falta de materiais e equipamentos, deficiência de pessoal e conseqüentemente sobrecarga de trabalho;
- trabalho da Enfermagem, não obstante caracterizar-se como especializado, ainda se desenvolve de modo fragmentado, caracteriza-se como um trabalho especializado, mas fragmentado, desarticulado de um plano de assistência de enfermagem e/ou multiprofissional, tornando-se intenso, rotineiro e hierarquizado. Além de tudo, a maioria das atividades realizadas não é própria da enfermagem, observe-se: atender telefone, fazer check-list, solicitar reposição de material, pegar material no mini-almojarifado, solicitar

material e equipamentos a outros setores. Esse processo de trabalho traz sobrecarga estressante para os profissionais de enfermagem.

- os enfermeiros do Setor de Emergência do Hospital Geral de Fortaleza verbalizam como um fator estressante, de importância relevante, o tipo de relação autoritária que se estabelece dentro da equipe de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURÉLIO. M. S. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo, 1997.
- BULHÕES, I. *Riscos do trabalho de enfermagem*. 2 ed. Rio de Janeiro, 1998.
- BACCARO, A. *Vencendo o stress: como detectá-lo e superá-lo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERNIK.,V.*Estresse:o assassino silencioso* . <http://www.epub.org.br/com/n03/doença/stress.htm>.
- BUSS, P. M. ; LABRA, M. E. *Sistema de saúde continuidade e mudanças*. São Paulo. HUCITEC, 1995.
- BAUK, D. A. *Stress*. In: Rev. Bras. Saúde Ocupacional. São Paulo 13 (50): 20-35, abr/mai 1995.
- CARVALHO, A. C. *Condições de trabalho do pessoal de enfermagem, 6º conferência da organização internacional do trabalho (OIT)*. In: Revista Brasileira de Enfermagem, V. 30, n.2, p.15 - 161, 1997.
- CHIAVENATO, I. Recursos humanos. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. *Resolução 189 – COFEN Parâmetros para dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas instituições de saúde*. Rio de Janeiro, 1996.
- COSTA, A. E. *A Enfermagem frente ao sistema atual de atendimento em emergência*. Rev. do HPS, R. S. n° 35, v. 1, jul/dez, 1975.
- DEW. J. R. *Profissionais que são vítimas do estresse*. Tradução: Jaqueline A. Brandão. Fevereiro 1996. p. 8-11.
- EIBENSCHUTZ, C. *Política de saúde: o público e o privado*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.
- FEIX, M. A. F. *Reflexões acerca do estresse ocupacional*. In: Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v.19, n1p. 11-14, Jan. 1998.
- FLOREZ - LOSANO, J. A. *Influência do "stress" na segurança*. In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo. 28 (7) out/nov, dez, 1979.
- FRAGA, M. N O. *A prática de enfermagem psiquiátrica: subordinação e resistência*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, GRAAL. 1981.

- LAUTERT, L. *O desgaste profissional: uma revisão da literatura e implicações para a enfermeira*. In: Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre, v.18,n.2,p83-93, Jul. 1997.
- MASSARONI, L. *Aumenta diagnóstico de estresse em complexos hospitalares*. In: Revista Nursing. n 12. Ano 2. Maio, 1999.
- MARZIALI, M. H. P. *Estudo da fadiga mental de enfermeiras atuantes em instituição hospitalar com esquema de trabalho em turnos alternantes*. Ribeirão Preto/ SP- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UPS (Dissertação de Mestrado), 1990.
- MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social, (qualitativa) em saúde*. 3° ed. São Paulo.1994.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Normas para projetos físicos de estabelecimentos de assistenciais de saúde*. Brasília, 1994.
- MAURO, M.Y.C. et al. *Fadiga e aspectos ergonômicos do trabalho de enfermagem*. In: Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, 29 : 7 - 18, 1976.
- MELO, M. S. Livro da CIPA: *Manual de segurança e saúde no trabalho*. São Paulo, FUNDACENTRO, 1993.
- MENDES, R. *O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores*. In: Revista de Saúde Pública. São Paulo, 22 (4) 311 - 26, 1988
- MONTEIRO, M. S. et al. *Acidentes de trabalho entre o pessoal de enfermagem de um hospital universitário*. In: Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília. v. 40, n° 213, p. 89 - 92, 1987.
- NASCIMENTO, R.M. *Condições de Trabalho em Enfermagem: Estudo em uma clínica especializada de um Hospital Escola*. Monografia. Fortaleza, 1997.
- PITTA, A. *Hospital: dor e morte como ofício*. 3° ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- PIRES, D. *Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil*. São Paulo. Anna blume, 1998.
- SCHMIDT, M. J. *Natureza das condições de trabalho de enfermagem*. In: Revista Paulista de Enfermagem. São Paulo, v.4, n. 3, p 89-94, julho/set. 1984.
- SEYLE, H. *Stress. A tensão da vida*. IBRASA, São Paulo, 1965
- TOLEDO, F. *Administração de pessoal: desenvolvimento de recursos humanos*. 7° ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa quantitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ZAGO, A. T. *Descrição de "stress" e qualidade de vida*. Alcance. Itajai. n.2, p. 79-84. Nov. 1996.

QUANDO O MALABARISTA¹ NÃO É UM ARTISTA: O PERIGO, O ACIDENTE E O MEDO NA CONSTRUÇÃO CIVIL²

Izabel Cristina Ferreira Borsoi³

1. Quem pode falar de perigo e medo?

DEJOURS (1992:71), ao discutir o medo do acidente na construção civil, afirma que “Os trabalhadores não gostam de ser lembrados do que tão penosamente procuram esconjurar”. Para eles, falar dos riscos de acidentes e até mesmo da necessidade de segurança no trabalho significa trazer à baila o que conhecem e enfrentam cotidianamente de modo concreto.

Se trabalhadores que desenvolvem suas atividades em situação de perigo evitam falar de acidentes e de tudo que possa lembrá-los, o que diriam trabalhadores que estão afastados definitivamente da produção em consequência de acidente de trabalho? É este o tema a ser discutido neste texto: o medo, o acidente na construção civil e suas consequências a partir de quem já não precisa mais temer o perigo, enfrentar o risco. São seis (ex)trabalhadores que, abordados em situação de entrevista, relatam a experiência do acidente e a condição de acidentados incapazes de trabalho. Pedro, José, Raimundo, Severino, Antônio e João são nomes fictícios para personagens de carne e osso que falam de um drama real. Todos sofreram acidentes graves, com seqüelas visíveis, estavam afastados do trabalho na construção havia, pelo menos, três anos por ocasião da pesquisa. Dentre eles, três se encontravam aposentados e três recebiam benefício do INSS e aguardavam desfecho dos processos de aposentadoria. Deste grupo, três encontravam-se entre 23 e 35 anos e os outros entre 40 e 62, demonstrando que acidente de trabalho não toma a idade como pré-requisito.

¹ A expressão "malabarista" é utilizada em sentido figurativo por Silva et alii (1993) para referir o perigo que corre o trabalhador da construção civil.

² Agradeço a Luiz Lacerda Souza Cruz e Jefferson William Cândido do Nascimento, ambos participaram desta pesquisa na condição de bolsistas PIBIC/CNPq. Um agradecimento especial ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza pela colaboração durante a realização do trabalho de campo.

³ Professora Assistente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, mestre em Psicologia Social pela PUC/SP e doutoranda em Sociologia pela UFC.

O percurso para chegar a esses (ex)trabalhadores já indica a dificuldade de abordar o tema do acidente entre aqueles que seguem trabalhando. Uma vez que o INSS transforma os indivíduos em números que não podem ser acessados por desconhecidos, argumentando proteção dos próprios segurados⁴; diante da ausência de controle sistemático dos acidentes de trabalho por parte do sindicato da categoria, restava tentar encontrá-los através dos trabalhadores em atividade. Uma constatação, entretanto, fez lembrar um verso de uma antiga canção: “ninguém sabe, ninguém viu”. Dos sete canteiros de obras visitados no município de Fortaleza, nenhum trabalhador abordado conhecia qualquer companheiro afastado do trabalho por acidente; e, se porventura houvesse uma vaga lembrança, não havia qualquer informação sobre o desfecho do caso. Garimpar os registros de CAT⁵ realizados pelo sindicato⁶ foi a forma encontrada para chegar a esses casos. Processos suspeitos devido à gravidade do acidente e por indicativo de aposentadoria permitiram encontrar o “fio da meada”, daí restava seguir a linha para encontrar esses personagens que falam do perigo, do medo e do acidente na construção civil.

2. O perigo visível, o medo escamoteado

O trabalho na construção civil é reconhecidamente perigoso. Os acidentes ocorrem com frequência e, não raro, mutilam e incapacitam, quando não levam à morte. As razões que favorecem tal quadro são várias, mas duas merecem destaque: a transitoriedade da produção na construção civil, que acaba sendo utilizada como justificativa para as improvisações nos canteiros de obras e para a precariedade das condições de trabalho, e o perfil dos trabalhadores, estes, em geral, migrantes da zona rural, com baixa escolaridade e qualificação, configurando uma categoria que não se fixa em empresa específica; neste caso, a elevada rotatividade serve de desculpa às construtoras para não oferecerem treinamento adequado (SILVA et alii, 1993; BORSOI, 1999).

⁴ Diante de solicitação formalizada junto ao INSS para levantamento de nomes de trabalhadores aposentados por invalidez para compor o grupo a ser pesquisado, a assessoria jurídica do órgão argumentou que a identidade dos segurados está protegida pelo mesmo sigilo que garante a inviolabilidade de correspondências dos correios.

⁵ Comunicação de Acidente de Trabalho.

⁶ Procedimento realizado pelo sindicato quando toma conhecimento do acidente e da ausência de comunicação do mesmo pela construtora.

Todos os acidentes de trabalho relatados aqui, com exceção de um que foi de trajeto, apresentam fortes indícios de que, ao menos em parte, ocorreram por condições inadequadas de segurança no trabalho. O acidente de Raimundo aconteceu no início da noite e consistiu em queda no poço do elevador, cuja área estava escura e sem sinalização e/ou proteção. Pedro sofreu queda de um andaime onde trabalhava sem cinto de segurança e cuja madeira se rompeu, segundo ele, por ser frágil e porque o mestre de obras queria o trabalho rápido e, sendo assim, não havia tempo para avaliar onde pisava. José sofreu queda de uma rampa que se encontrava sem guarda-corpo⁷. Severino caiu da escada da construção quando já era noite e não havia iluminação suficiente. Antônio ergueu sozinho um saco de cimento e sofreu lesão na coluna que o deixou paraplégico.

Na busca de responsáveis pelos acidentes, as opiniões se dividem. Para dois deles, as construtoras são as primeiras responsáveis por não oferecerem condições seguras de trabalho; para um outro, é o próprio trabalhador que precisa ser mais atento ao que faz, pois “segurança - afirma Raimundo - é a gente trabalhar com cuidado e evitar o acidente”; para os demais, ninguém em específico é responsável por nada, nem a construtora e nem o trabalhador, pois quando algo tem que acontecer, simplesmente acontece, seja pelo bem ou pelo mal. Mas, mesmo quem responsabiliza a construtora pela ausência de segurança ou o trabalhador por descuido acha que o acidente ocorreu por força do acaso e, assim, todos, sem exceção, redimem as construtoras e a si próprios em nome da fatalidade ou do destino.

Se não há uma consciência clara da responsabilidade pelo acidente, há, no entanto, uma consciência do perigo e do medo. E diante disso, a primeira reação do trabalhador é, como atesta Pedro, “escapular”, “inventar outro serviço para escapar”, fugir, esgueirar-se. Mas, diante da impossibilidade de escapular, há a necessidade de enfrentar o perigo, mas “trabalhava assombradinho”, porque “trabalho sem segurança é trabalho assombrado,” é “trabalho assustado”, oposto ao trabalho seguro que é “trabalho com coragem”. Sem grande esforço pode-se traduzir assombrar por fantasma da morte presente na possibilidade concreta da queda.

O “trabalho assombrado” é, em grande parte das vezes, resultado da precariedade das condições de trabalho que pode ser traduzida por ausência de mecanismos adequados de segurança como iluminação

⁷ Proteção na forma de corrimão que cerca escadas e plataforma para evitar queda do trabalhador.

apropriada, "guarda-corpo", "bandeja"⁸, eletrificação protegida e EPI⁹. Mesmo quando os EPI existem, nem sempre são suficientes e confortáveis bastante para não prejudicar a produtividade¹⁰ e, por esta razão, muitas vezes são recusados pelos trabalhadores. Diante disso, o acidente, do ponto de vista das construtoras, é resultado do ato inseguro e até mesmo da irresponsabilidade do trabalhador.

O perigo que vislumbram e o medo que sentem, entretanto, não são necessariamente em relação ao trabalho propriamente dito, realizado a grandes alturas, suspensos por cabos etc. Muitos dos trabalhadores da construção e, no caso do grupo aqui abordado, todos, aprenderam muito cedo a não temer trabalho, seja pesado, perigoso ou não. Severino sintetiza este destemor do seguinte modo:

Eu não temia ofício nenhum. Não tinha serviço que eu tinha medo. Não tinha medo de nada. Fui um homem que teve pra o mundo. A senhora podia botar o que quisesse: era trabalho, o que viesse na minha frente eu enfrentava, enfrentava. Eu era... não tinha medo de nada, né!?
(Severino)

Para estes indivíduos, trabalho é parte de suas vidas desde crianças, quando não podiam ser poupados pelos pais, na medida em que a subsistência do grupo familiar dependia, necessariamente, do esforço de todos, inclusive das pequenas mãos da infância. Então, o que temem, muitas vezes, é o andaime frágil e sem proteção adequada contra queda, a construção sem bandeja, o balancim¹¹ sem cinto de segurança, os equipamentos elétricos desprotegidos, as exigências por produtividade na ausência de condições para tal.

Ao serem questionados sobre como qualificariam as construtoras nas quais trabalhavam, respondem que podem ser classificadas como boas e ruins. As boas são aquelas nas quais os mestres-de-obras não pressionam, não descontam atrasos e permitem reposição de horas perdidas; mas também são as que oferecem segurança coletiva e individual e condições apropriadas para refeição e descanso. As ruins são aquelas que, em geral, procedem de modo inverso às primeiras: não

⁸ Plataforma especial de proteção que tem por finalidade aparar materiais que possam cair de andares mais altos, bem como amortecer a queda de trabalhadores caso ocorra acidente.

⁹ Equipamento Individual de Proteção.

¹⁰ Sobre este aspecto, consultar SILVA, Carlos et alii, 1993.

¹¹ Andaime suspenso por cabos de aço no qual o trabalhador permanece sentado enquanto trabalha em algum tipo de cobertura de parede como reboco e pintura.

oferecem segurança e, portanto, é onde o trabalho é “assustado”, “assombrado”.

Se o perigo é concreto e o medo também, há que buscar modos de enfrentá-los, driblá-los ou escamoteá-los. Na retrospectiva que fazem ao tempo de trabalho, os relatos sobre o perigo e o medo vão no sentido da negação e/ou a inversão das sensações como formas de lidar com a possibilidade real do acidente.

Não sentia [medo] não! Tem não, porque já é a profissão da gente, a gente... a gente ia trabalhando só com o pensamento de fazer o serviço (...)Tinha perigo não. Perigo mesmo foi só dessa vez que eu desci e tinha que acontecer. (Raimundo)

Antes do acidente eu gostava [do trabalho] demais. Eu trabalhava em prédio da altura de 23 lajes, aí eu achava era bonito, achava era bom ficar trepado lá em cima. O vento faltava carregar a gente em cima do prédio. (...) A gente levava tudo na palestra, não dá nem fé do dia. (Pedro)

Era muito perigoso, ficava lá em cima, era de quinze lajes o prédio lá. O cara olhava e via as pessoas bem miudinho. Quando eu olhava me dava uma tremedeira, aí eu falava com o mestre “eu vou descer, eu tô com medo, tô vendo a hora de eu cair daqui de cima”. Aí ele falava “rapaz fica aí”, porque só quem tinha coragem era eu, os outros não subia. O balancim ficava balançando e nessa hora é que o cara ficava com medo mesmo, ele vai e volta. Eu ficava por lá, perdi o medo. Ficava lá em cima soltando piadinha, jogava barro de massa nos amigos meus, só brincando, só brincadeira mesmo. (João)

[Ao ser-lhe perguntado sobre como é ser armador de concreto] Primeiro de tudo é ter coragem. Porque não é todo mundo que pega uma torre daquela de ferro, e sozinho, pra armar, uma torre de quinze, vinte, de vinte e cinco lajes, depende da altura que for trabalhar. E todo mundo confiava em mim: “armar as torres”, “manda aí o baixinho.” Me chamavam de baixinho, “chama o baixinho aí, o baixinho aí é mais corajoso”. Pra armar, pra desarmar, tudo é uma coisa só, é rapidinho. (José)

“Não sentia [medo] não”, “Tinha perigo não”, “(...) eu achava era bonito, achava era bom ficar trepado lá em cima”, “(...) só quem tinha coragem era eu, os outros não subia”, “o baixinho aí é mais corajoso”; estas são expressões que revelam, de algum modo, os modos encontrados pelos

trabalhadores para driblarem o medo e enfrentarem o perigo. O raciocínio é bem simples: perigoso ou não, o trabalho precisa ser executado; não sendo executado, perde-se o emprego e, por decorrência, o salário e a possibilidade de sobrevivência; o medo efetivo da queda, do acidente, existe, mas não pode ser percebido, porque se sentido paralisaria o trabalhador. Ora, resta negar tudo afirmando a inexistência de ambos ou, então, assumindo-os e, ao mesmo tempo, ocultando-os por trás da coragem de homem e da disposição de "macho"¹². O risco precisa ser negado e o perigo desafiado e isto atua como modo coletivo de proteção contra o medo do acidente, processo que DEJOURS (1992) vai denominar de "ideologia defensiva. Para ele, trata-se de um sistema que chega a ser tradição da profissão, posto que é necessário e compartilhado. Negar e desprezar o perigo é inverter a afirmação do risco, mas ainda não é proteção suficiente contra o medo. É aí que o desafio ao perigo comparece para completar o sistema. Conclui o autor que "Criar uma situação ou agravá-la é, de certo modo, dominá-la. Este estratagema tem um valor simbólico que afirma a iniciativa e o domínio dos trabalhadores sobre o perigo, não o inverso" (DEJOURS, 1992:70).

Entretanto, não basta negar e/ou desafiar o perigo para dominar o medo lá onde o acidente pode ocorrer. Parece haver também a necessidade do esquecimento dos companheiros acidentados. Quase todos relatam detalhes sobre acidentes graves que presenciaram, referem ter socorrido colegas, falam do tratamento dispensado pelas construtoras nesse tipo de situação etc., mas revelam também o desconhecimento sobre o desfecho dos casos e o paradeiro dos companheiros. Eles simplesmente desaparecem, "ninguém sabe, ninguém viu". O depoimento de Pedro é, nesse sentido, paradigmático:

Não, acidente de trabalho assim como eu, eu não conheço nenhum não. Teve uns que sofreu esse tipo de acidente no tempo que eu trabalhava com eles, mas eles desapareceram, não sei o que é deles, se tão aposentados, como é que tão. Não sei nem onde é que eles tá, às vezes não é nem daqui, é gente de longe, trabalhava junto, aí acontecia acidente, aí se separava tudo, aí pronto, não pegava mais comunicação nenhuma. Ninguém sabe mais nada deles, onde estão, se estão vivos, não sabe nada deles. (Pedro)

¹² Expressão frequente no Ceará e que era adotada por alguns dos entrevistados para se qualificarem como fortes, corajosos e dispostos diante do trabalho pesado e/ou perigoso.

“Desapareceu”, “não sei”, “ninguém sabe”, “não conheço” são referências comuns quando se tratava de perguntas sobre outros em situação similar. Às vezes, uma lembrança vaga de nomes de ex-companheiros assomava o pensamento depois de algum esforço de tentar lembrar, mas onde e como encontrar eram guardados junto ao estoque de tudo que precisa ser esquecido. Entre os trabalhadores em atividade, abordados durante visita aos canteiros de obras, o “não” era ainda mais categórico quando indagados sobre se conheciam companheiros afastados do trabalho por acidente.

Seria suficiente contentarmo-nos com uma explicação bastante singela de que os vínculos afetivos são frágeis porque a rotatividade nesse ramo de trabalho é elevada, as moradias, por vezes, são distantes, muitos trabalhadores vêm de outras cidades ou estados e têm o alojamento da construção como sua própria casa durante semanas ou meses. Este argumento, é bem verdade, está presente no discurso de alguns dos entrevistados e, obviamente, pode explicar, em parte, o distanciamento entre os trabalhadores após um acidente. A sociabilidade, nesse caso, se constituiria apenas nos canteiros de obras, lá onde o “bate-papo” e a “palestra” integram o processo de trabalho, tornando o ato de construir, de erguer colunas e paredes um trabalho “divertido”, um “esforço alegre”, sentidos emprestados ao trabalho na construção, apesar de ser este também considerado pesado e perigoso¹³. Entretanto, chama a atenção os depoimentos sobre a solidariedade dos companheiros, quando alguém se acidenta, expressa nas visitas ao trabalhador durante a hospitalização ou em sua própria casa, na “vaquinha” para a compra de gêneros alimentícios e medicamentos. Ou seja, em determinadas situações, o companheiro acidentado tem nome e endereço, pelo menos, por algum tempo. Apesar disso, quando permanece fora da produção de modo definitivo, ele desaparece para quem continua produtivo. Pedro, Antônio, José, Raimundo, João e Severino constataam a ausência de visitas dos companheiros depois de se afastarem do trabalho. Sentem-se esquecidos e, em alguns casos, expressam certo tom de queixa e de lamento pelo distanciamento dos amigos, com quem julgavam ter vínculos mais estreitos. Pedro sintetiza a lembrança dos vínculos do passado e o esquecimento do presente:

Quando a gente está trabalhando, de vez enquanto, a gente encontra eles. Quando a gente vai numa obra... a gente se encontra noutra obra, aí é uma satisfação pra gente. Quando a gente encontra com uma pessoa

¹³ Para uma melhor discussão sobre o trabalho como divertimento e “esforço alegre” na construção, consultar Borsoi, I. C. F. – Os Sentidos do Trabalho na Construção Civil: O “esforço alegre” sem a alegria do esforço. In: Codo, W. (org.) *Leituras em Saúde Mental e Trabalho*. Petrópolis: Vozes, n.p.

conhecida numa obra desconhecida, no meio de uma turma que a gente não conhece ninguém, quando chega um conhecido aí é uma beleza pra gente. É assim, depois do acidente não apareceu ninguém lá [em sua casa] ainda. (Pedro)

Presenciar um acidente ou conviver com quem se acidentou é tomar consciência da concretude do perigo, é abrir espaço para o medo. José fala do seu retorno ao trabalho, após ter presenciado um acidente grave envolvendo vários colegas no dia anterior, e Pedro relata o sentimento diante de uma morte por choque elétrico:

(...) eu voltei a trabalhar. Aí todo mundo ficava com medo, porque aí... mas ela, a firma, acho que não sentiu nada não, porque no outro dia estava todo mundo trabalhando normalmente. (José)

Ah! a gente não se sente muito bem não. Quando a gente está trabalhando pode acontecer com qualquer um. Pode acontecer com a gente também, a gente fica assim pensativo, esse negócio que pode acontecer também. O sujeito que trabalha em construção enfrenta todo serviço. Trabalhando em construção eu passava dias trabalhando com ele, esse motor, ribando [espalhando] concreto em cima de uma laje. Aí isso acontece com qualquer um, a gente fica com medo, a gente fica com medo de trabalhar com aqueles aparelhos, mas a gente é obrigado a trabalhar. (Pedro)

Para o trabalhador que continua produtivo, não tomar conhecimento sobre quem se afastou do trabalho por acidente grave parece ser um modo de proteção contra o medo do acidente, uma tática de negação da possibilidade de que algo semelhante possa ocorrer consigo. Deve-se evitar falar de tudo o que possa levar a uma obrigatoriedade de tomada de consciência do perigo, do risco efetivo de acidente. Não mencionar sobre os companheiros acidentados parece ocupar lugar similar a não discutir campanhas de segurança do trabalho¹⁴, ambas põem em evidência o que precisa ser encoberto, medida necessária para proteção contra o medo.

Então, dentro dos canteiros de obra, o perigo, por ser concreto e visível, precisa ser, muitas vezes, desafiado, se não puder ser evitado, e o medo

¹⁴ Dejours (1992) afirma que as campanhas de segurança encontram resistência exatamente porque os trabalhadores têm certeza de que nem todos os acidentes podem ser evitados. Além disso, veem-se obrigados a refletir sobre a concretude do perigo.

precisa ser enfrentado conscientemente ou negado, escamoteado, travestido em coragem. Fora dos canteiros, as conseqüências do perigo, os resultados do acidente precisam ser velados sob o véu do esquecimento, quando muito, permanecer apenas na lembrança vaga de alguns; e quem sabe sobre nomes e endereços, no caso, o INSS, transforma-os em números perdidos na máquina da burocracia. Obviamente, que somente os próprios trabalhadores acidentados têm a real dimensão do que é viver com a marca física e psíquica do acidente, com a distância do trabalho produtivo, com a consciência aguda de que não mais poderão ser malabaristas da construção, com uma nova dimensão do perigo e outra forma de medo.

3. Na ausência do medo do acidente, o medo de tudo

O acidente grave parece romper a linearidade do tempo na vida do trabalhador. A noção de passado, presente e futuro parece se reduzir a uma temporalidade traduzida apenas em um “antes” e um “depois”. Antes, o perigo visível e o medo constante, ambos, na impossibilidade de serem evitados, precisavam ser enfrentados. Desafio e/ou negação, emergindo como expressão de coragem – “o baixinho aí é mais corajoso” ou “só quem tinha coragem era eu” –, podem até sugerir que quem não se arrisca ou enfrenta o perigo é um “medroso”, ou seja aquele que se acovarda. O depois do acidente se traduz em reações nas quais o medo e o perigo são assumidos, sem a necessidade de afirmarem a coragem para enfrentá-los. É como constata Pedro:

Depois do acidente eu tenho até medo de olhar (riso). Vejo os pobre lá em cima, eu só imagino em mim e o que aconteceu comigo. Esse povo velho lá em cima pendurado nas cabeça do pilar, cortando boca de pilar, colocando viga em cima. Eu olho e fico imaginando o tempo em que eu trabalhava lá. (Pedro)

O quadro muda de figura. Pedro até assumia o medo do trabalho perigoso, mas também orgulhava-se de sua capacidade de enfrentá-lo e conta como era prazeroso desafiar as alturas: “eu achava era bonito, achava era bom ficar trepado lá em cima”. Agora, depois do acidente, “tenho até medo de olhar”. É uma nova realidade que se apresenta onde nem ele e nem os outros precisam afirmar a coragem ou negar o medo, pois o perigo não está aí para ser enfrentado, desafiado. Ao contrário, agora, há muito mais a necessidade de afirmar o perigo e o risco, até mesmo para justificar o acidente e o afastamento do trabalho decorrente dele. Foi o trabalho perigoso, arriscado, que os incapacitou e os deixou à margem da produção. José atesta esta incapacidade quando afirma a insegurança dos passos que não permitem mais trabalhar:

Ave Maria! é ruim, primeiro eu não posso mudar a passada, porque a torre é mais de 40(cm) de um degrau pro outro. Aí só subo mesmo, só boto mesmo o pé direito no primeiro ferro, no segundo não dá prá dar passada. (...) eu estou mais nervoso eu, de tudo, de tudo eu tenho medo. (José)

Para José, não sentir medo ou ocultá-lo, desafiando o perigo, era o que predominava. Depois, o orgulho de ser "o baixinho mais corajoso" para subir os andaimes cai por terra. Sobra agora, não um medo qualquer, mas um medo de tudo. Sobra o nervosismo, o choro. Há uma reviravolta nos sentimentos. Na ausência do medo do perigo, do acidente, de morrer no trabalho, assume o medo de não dar conta da sobrevivência de si e da família na ausência de saúde e de trabalho.

Não só perigo e medo são assumidos de modo distinto. O acidente estabelece na vida desses (ex)trabalhadores um corte abrupto que se expressa na percepção de um "tudo" antes e um "nada" depois. Para Raimundo, a "vida ficou em baixo"; para Severino, "tudo acabou"; Antônio e Pedro afirmam a vida reduzida a "nada"; José sente-se inútil:

Sempre, desde pequeno, eu gostei de trabalhar para não estar pedindo cigarro a ninguém, comprar uma roupa ou comprar um chinelo, um tênis. Sempre eu gostei de trabalhar prá mim, ter minhas coisas, graças a Deus! E hoje eu não posso, eu não estou trabalhando porque eu não posso mesmo. (...) A minha vida mudou demais, eu nunca dormi de dia, nunca ... quando eu vier dormir de dia ou eu estou doente ou eu estou sentindo qualquer coisa, não sei dormir de dia. Sempre eu gostei de trabalhar, viver minha vida, viver às minhas custas, não depender de ninguém. E é isso aí. Mas agora eu me acho uma pessoa inutilizada, sem condições pra nada. (José)

O trabalhador saudável, orgulhoso de sua capacidade de provedor, portador de sentimento de utilidade, desapareceu. Em seu lugar surge um indivíduo que é quase o oposto: doente, dependente, inútil. Acostumado a viver do próprio trabalho, passa a sentir seu orgulho de provedor arranhado, pois passa a depender da providência alheia.

Em todos os trabalhadores, o sentimento de dependência e inutilidade é de algum modo referido. O "não posso mais", o "não tenho mais condições pra nada" aparece como justificativa para o não trabalho, para a perda da "vida útil". É preciso afirmar que não é o trabalhador que não quer trabalhar, é o corpo, máquina de músculos, que não permite, não obedece ao desejo de não sentir dor, ao desejo de empregar a força e produzir. O corpo, antes moldado pelo trabalho, "maneiro", na definição de Pedro,

torna-se um corpo “pesado”, “parado”, pois apenas se alimenta, dorme e engorda; torna-se um corpo que não trabalha e dá trabalho.

Saúde como condição para o trabalho e trabalho como expressão da condição de saúde perpassam o discurso de todos e estão referidos sempre no passado: "quando eu tinha saúde", "Ah! Se fosse no tempo em que eu era bom!", "quando eu podia trabalhar". Não havendo saúde, não há trabalho, não havendo trabalho não há disposição, vontade, alegria, vínculos importantes com colegas, não há como usufruir dos ganhos diretos (hora-extra, trabalho extra) e indiretos (cesta de natal, presentes). Para eles, não há dicotomia entre trabalho e saúde, ambos, atividade produtiva para sobrevivência e condição física para tal, estão intrinsecamente ligados. A vida não tem sentido sem saúde e também não tem sentido sem trabalho. Se saudáveis, buscariam trabalho para dar sentido à vida. Na ausência de saúde, resta lamentar o presente e lembrar saudosamente do passado, sofrido, mas ainda assim melhor. Na ausência de saúde e trabalho, não há mais grandes expectativas de saídas do quadro de sofrimento. O presente é apenas a esperança de viver, mesmo precariamente, um dia por vez, amenizando a dor e/ou driblando a morte.

Era o trabalho que determinava o ritmo da vida, configurando tempo para acordar, dormir, comer, produzir, descansar, amar e se divertir. Neste sentido, o depoimento de Pedro é paradigmático:

Acordava cedo no outro dia, cinco horas da manhã já tinha que está no ponto pra pegar ônibus. Mas eu achava bom, mesmo o horário de trabalho eu achava bom, achava bom demais. Era divertido sair pra o trabalho. Trabalho é divertido, andar de ônibus também era divertido. Dentro do ônibus tem muita gente, andava sempre com uma roda de conhecido do bairro. Era uma satisfação pra gente andar naquilo. A gente levava o tempo, não dava nem fé. Achava era bom. Diferente de agora. Agora a gente fica preso, amarrado, sem poder sair de casa, não tem divertimento nenhum. Divertimento agora é só dentro de casa, só. Outro não tem não. Quando a gente trabalhava tinha divertimento melhor. Depois do trabalho, a gente tomava umas pingazinha por aí com os amigo. Aí era muito bom. A gente ia pra os bar, pegava (deixava) o serviço seis hora, sete hora da noite, a gente ia pra os bar tomar uma cervejinha mais os amigo. A gente divertia até umas oito hora, nove horas, ia até dez hora. Quando chegava em casa, a mulher “o que que tu estava fazendo?”, “Ah, eu estava tomando uma cervejinha com os amigo”. Ela não ficava acreditando não, achava que eu tava andando com mulher (riso). “Voce estava era no bar com as garotas, né?”, “Não, as mulher que tem lá é as empregada, não diverte nós não.” Só os colega mesmo. (Pedro)

Pedro, quando perde o trabalho, perde o brinquedo, o lado lúdico da vida, o prazer do descanso - que só pode ser concebido para quem se cansou fazendo algo -, perde, inclusive, o ciúme da mulher, na medida em que o trabalho produzia a distância que produzia a ausência de controle e a suspeita de traição.

O que revelam, então, é que a vida de antes do acidente está totalmente apartada da que levam no presente. Mesmo que o modo de vida anterior fosse precário, o que experimentam agora é tanto pior que torna o antes uma espécie de paraíso. O "antes" e o "depois" aparecem como pares de opostos praticamente sem relação de continuidade. Antes, havia trabalho, "palestra", "amigos", "divertimento", saúde, "sexo bom", "tempo que passava sem ser percebido", "corpo leve", "disposição", "tranquilidade", riso, "autonomia", "segurança", "coragem", "sonhos"; enfim, uma "vida boa", embora "difícil" e "de pobreza". O passado evoca sempre a saudade de um tempo em que tudo podia ser realizado porque o corpo permitia. Depois do acidente restou o "ficar parado", a "falta de alegria", a "doença", o "sofrimento", o "corpo pesado", o "meninozinho" assexuado ou o "sexo com dor", o "tempo que não quer passar", a "solidão", a "indisposição", o "nervosismo", o choro, a "dependência", a "insegurança", o medo, o "pesadelo".

Para todos eles, o não trabalho produz um "nada" e cria a necessidade do enfrentamento de questões antes não imaginadas. A condição de não trabalhar passa a ser preocupação, lugar de sobra para "imaginar coisas" e fazer valer o velho ditado: "Cabeça vazia, panela do diabo". A expressão "tempo" passa a ser recorrente no discurso de todos. O "tempo de trabalho", antes do acidente, era divertido, agora tem que "agüentar o tempo". Pedro e João comparam o tempo antes e depois do acidente:

O tempo que eu trabalhava era divertido, divertia a vida da gente. Parado a gente fica pensativo, imaginando coisa, vai vendo a vida, enfrentar a vida sem poder trabalhar, sem ganhar nada, micharia, as dificuldade a gente imagina. Imagina dez ou vinte ano que a gente vai viver pra frente sem puder trabalhar, vivendo só daquela coisinha, uma migalhinha que a gente recebe. A pessoa tem que se consolar, não tem outro meio, tem que agüentar o tempo. (Pedro)

(...) divertido, tem muito amigo, muita gente igual a voce trabalhando. Tem muita amizade. No trabalho a gente pega muita amizade. Aí vai conversando com os amigo, às vez o cara nem conhece, mas já pega amizade. E assim vai, vai levando, a gente vai conversando com os amigo, aí a hora no instante se passa. E estando em casa, aí demora muito. (João)

Como se vê, a relação com o tempo se modifica radicalmente. O tempo cronológico continua a ser medido como sempre, mas percebido de modo distinto, porque o tempo psicológico se estica e cria a impressão de que o relógio não sai do lugar. Não há atividade programada para ocupar tempo e aí resta, como "Carolina na janela", "ver o tempo passar". É como atesta Severino "eu trabalhei muito pra dar vida aos outros e hoje eu vivo dentro duma rede sem olhar pra ninguém". O trabalho e a rede aparecem não mais numa relação de complementaridade que une tempo de trabalho a tempo de descanso, mas como oposição. O trabalho, enquanto atividade produtiva e prazerosa, está ausente. A rede está presente ocupando, integralmente, o seu lugar, e, por isso, perde o sentido de deleite, "ócio abençoado", e de descanso após o término de um dia de trabalho. A rede ganha o sentido de desocupação e ócio forçados, de inutilidade, de desprazer, de tristeza, de espera pelo nada acontecer. Sem trabalho e sem saúde, o futuro torna-se uma espera sem esperança. Pedro expressa de modo lapidar o futuro que o aguarda (ou que ele aguarda):

Imagina dez ou vinte ano que a gente vai viver pra frente sem poder trabalhar, vivendo só daquela coisinha, uma migalhinha que a gente recebe. A pessoa tem que se consolar, não tem outro meio, tem que agüentar o tempo. (...)Tem que se conformar com a vida porque a gente não pode conseguir mais nada. Na idade que eu estou não posso trabalhar, aí tenho que me conformar com o que tenho, com o que vier, com o que acontecer. Esperar do jeito que vier a vida pra gente. (Pedro).

Não há muito o que planejar. Há que viver um dia por vez e viver da "migalhinha", "michariazinha" que é o que recebem da previdência social, na condição de segurados. Há que se resignar diante da falta do que consideram fundamental na vida: o binômio saúde-trabalho. Há que suportar a carga do nada poder fazer, há que "agüentar o tempo" porque, como diz José, "o dia custa a se passar, fica desimpaciente". Para ele, trabalho é vida. A ausência de trabalho impossibilita sonhar, planejar. Sente-se jovem demais para experimentar a improdutividade forçada.

(...) eu estou com esta idade de quarenta ano, me acho novo (...) queria viver a minha vida por minha conta, já que eu não estou podendo mais trabalhar ... viver. Eu tenho quarenta ano já, trabalhei muito e não fiz nada na vida, trabalhei muito e não fiz nada. (...) Eu sou uma pessoa vivera, eu não sou de esperar só dum canto não. (...) me sinto mal tá em casa, eu não sei tá em casa, por mim eu estava trabalhando, fazendo qualquer coisa, ganhando o meu. Ave Maria! Não sei como se acostumar a passar o tempo todo em casa, não trabalhar, não fazer nada, eu me sinto mal (...) porque eu pensei de trabalhar mais, sabe?!

não parar agora. De ter uma casa, pelo menos uma casa para morar. Eu não tinha, agora tenho; aquele barraco velho ali é meu. E vou ter que parar mesmo; parei, num posso mais trabalhar, vou ter que viver do jeito que Deus quiser... não sei como é que vai ser daqui pra frente não... (chora - José)

Para José, as energias gastas no trabalho, o corpo marcado pelo acidente, o sentimento de ter sido descartado da vida útil, tudo parece ser resumido no sentimento de ter trabalhado muito e não ter feito nada, sentimento compartilhado por quase todos. São como Sísifo que sobe o morro, se cansa, desfalece e vê seu fardo descer sempre que alcança o cume. O "não posso" impera como marca.

Assim como o acidente, em última instância, foi uma fatalidade, foi determinação do destino, também o futuro passa ser experimentado como algo que pertence ao demiurgo. Há que aceitar, de modo resignado, os infortúnios da vida, o modo de viver sofrido, desesperançoso, o "ter que viver do jeito que Deus quiser", como se tudo fosse absolutamente imposto; ou então, diante da constatação fatalista de que "acabou-se tudo", como afirma Severino, "o futuro é esperar que Deus me tire, é esperar só por Deus mesmo, que Deus dá uma salvação".

Diante do desamparo do presente, do medo do futuro sem esperança, todos, de algum modo, aguardam uma espécie de resgate mágico que permita minimizar a dor, reduzir a insegurança e driblar a desesperança. Deus surge como um fim último, única salvação realmente certa, que daria alento na vida terrena e a recompensa para além dela. Para alguns, como Antônio e Severino, por exemplo, a morte é até desejada como modo efetivo de resolver o sofrimento e o desamparo. Mas, mesmo a morte é Deus quem deverá definir. Até lá, resta aceitar totalmente resignados, ou não, o resultado da tragédia provocada pelas mazelas do trabalho dos homens. Então, finda a esperança de reconstruírem uma vida confortável e digna com os próprios recursos, acenam para a espera do "pouquinho que Deus dá" na terra e da salvação no paraíso. Todos, como "Pedro Pedreiro", seguem esperando e "no desespero de esperar demais, quer(em) ser pedreiro(s), pobre(s), nada mais, sem ficar esperando, esperando, esperando..."¹⁵ E na impossibilidade de voltarem a ser pedreiros, serventes, ferreiros, enfim, malabaristas da construção, evocam um passado quando, apesar do perigo e do medo, a vida, mesmo difícil,

¹⁵ Versos extraídos da canção "Pedro Pedreiro" de Chico Buarque de Holanda.

mesmo “vida de pobre”, ainda ganhava sentido; este garantido pelo corpo que trabalhava e não dava trabalho. O medo do presente, tão diferente do medo do passado, se constrói agora diante de outro perigo: não suportar viver na ausência de saúde e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORSOI, I.C.F. - O Impacto Psicológico do Acidente de Trabalho em Trabalhadores Aposentados por Invalidez. In: SAMPAIO, J. J. C. ; RUIZ, E. M.; BORSOI, I. C. F. (Orgs.) - *Trabalho, Saúde e Subjetividade*. Fortaleza: Ed. INESP/EDUECE, 1999, pp. 124-130.
- BORSOI, I.C.F. – Os Sentidos do Trabalho na Construção Civil: O “esforço alegre” sem a alegria do esforço. In: CODO, W. (Org.). *Leituras em Saúde Mental e Trabalho*. Petrópolis: Vozes, n.p.
- DEJOURS, C. – *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
- SILVA, C. A. D. et alii - Construindo o Progresso In: ROCHA, L.E. et alii - *Isto é Trabalho de Gente?: Vida, Doença e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993, pp. 294-320.

A PERCEPÇÃO DOS CAIXAS DE BANCOS ESTATAIS SOBRE AS MUDANÇAS NO SEU TRABALHO

*Wilson de Souza Lima*¹

*Regina Heloisa Maciel*²

1. Introdução

1.1. As mudanças no trabalho

O processo de modernização tecnológica que se alastrou pelo mundo da produção, no decorrer das últimas décadas, vem ocasionando uma série de mudanças nos ambientes de trabalho, com implicações nos modos e nas condições de operação, nas relações de produção e na capacidade de resistência dos trabalhadores.

Essas transformações estão atreladas ao processo de mundialização do capital. Junto com ela, encontra-se uma outra vertente de mudança do cenário sócio-econômico, qual seja, a reestruturação produtiva.

Assim, a economia internacional vem reformulando o seu padrão tecnológico e organizacional, através da incorporação de novas tecnologias e normas de funcionamento que, por sua vez, repercutem nas relações sociais de produção.

Como nos indica OLIVEIRA (1997), essas mudanças têm um efeito negativo no mundo do trabalho, levando a uma maior sofisticação na aplicação de antigas normas de funcionamento da economia capitalista, em sua incessante busca de maximização da exploração do trabalho, associando intensificação do trabalho, extensão da jornada e relaxamento dos direitos dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva acoplada à globalização da economia, ocorre com graves repercussões para o trabalhador. Isso tem se traduzido em

¹ Bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduação em Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Ceará, bancário do Banco do Nordeste do Brasil S. A. em Fortaleza-Ce.

² Mestre e Doutora em Ergonomia. Professora da Universidade Estadual do Ceará. Orientadora do Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

desemprego e domínio sobre os trabalhadores, em relação à imposição de baixos salários e condições inadequadas de trabalho.

1.2. Automação e informatização bancária

O processo de informatização e automação que sofreu o sistema financeiro ao longo dos últimos trinta anos determinou profundos impactos no perfil da categoria bancária, na organização de trabalho, no conteúdo das tarefas, no “layout” das agências e nas organizações sociais, acompanhando o processo de globalização e inovações tecnológicas.

De um trabalho estritamente manual até a década de 20, passa-se a contar com a máquina de escrever nos anos 30, com a máquina de calcular nos anos 40, com equipamentos sofisticados que confeccionavam as cartelas contábeis nos anos 50.

Até o início de 1964, no Brasil, o funcionamento do sistema financeiro era disciplinado por um conjunto de leis que se mostrava insuficiente para orientar e controlar as instituições financeiras que nele operavam. Em março daquele ano, o governo implementou uma ampla reforma no sistema financeiro nacional, através da lei 4.594/64. Em seguida, foi implantada a Reforma do Mercado de Capitais (Lei nº 4.728, de 14.07.1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo (1964/66), que criaram mecanismos legais de controle e fiscalização, pelo Estado, das instituições públicas e privadas do sistema financeiro e das novas tecnologias a serem implementadas, dando início ao processo de modernização das instituições bancárias brasileiras.

Segundo BLASS (1988), a natureza e característica do trabalho bancário facilitaram o processo de automação bancária, isto porque o volume de informações era muito grande e repetitivo. No final dos anos 60, essas informações e contabilizações foram armazenadas nos centros de processamentos de dados. Como ele próprio aponta:

Antes, a própria agência realizava os serviços desde a escrituração das operações cotidianas dos livros (livro-caixa, diário-caixa, borrador), os cálculos dos juros dos depósitos até balancetes, a atualização de contas, arquivos, entre outras rotinas e tarefas. Depois, eles são controlados e centralizados nos departamentos das matrizes que, entre outras funções, pré-determinam o tempo de execução de cada tarefa bancária, impondo um certo ritmo de trabalho e as cotas de produtividade. As várias etapas do processo de trabalho bancário estão, atualmente, distribuídas por diferentes locais distantes geograficamente uns dos outros. (BLASS, 1988, p.11)

Nesse sentido, GRÜN (1986) já previa que a evolução dos processos de trabalho em ambientes de alta tecnologia iria levar à super qualificação de alguns profissionais: os técnicos e titulados, e à desqualificação de outros: os bancários, operacionais, etc.

BLASS (1988) chama a atenção para o caráter repetitivo do trabalho bancário, afirmando que a maior parte das atividades desenvolvidas em bancos privados ou estatais, nas matrizes ou agências, se baseia na repetição seqüencial das mesmas operações, obedecendo a regras pré-estabelecidas. Além disso, continua o autor, as tarefas são redundantes, sob controle e vigilância constantes.

Nos anos 70, foram criados os Departamentos de Sistemas que serviam de apoio para o gerenciamento das informações e aumento da velocidade no processo da tomada de decisão. Nesse período são implantados os terminais de consulta aos clientes. No final da década de 70, foi iniciada a implantação do sistema “on-line” nos grandes bancos.

ZAMBERLAN e SALERMO (1979) investigaram a organização do trabalho em bancos e apontaram duas características no controle da qualidade da tarefa e no desempenho do bancário. Uma delas é, novamente, a redundância, como uma forma de aumentar a confiabilidade do sistema, a outra é a natureza seqüencial, como uma maneira de submeter o bancário à pressão exercida pelos próprios colegas, denominada de “pressão lateral”. Os autores mostraram que esse processo tem, basicamente, dois objetivos: reduzir a ociosidade de pessoal e controlar a produtividade do bancário, via pressão do cliente. Assim, o dimensionamento de pessoal, o ritmo de trabalho e a pressão da clientela são elementos que expressam uma lógica articulada e racional de controle da atividade do bancário e indicam exigências importantes no trabalho.

A partir dos anos 80, a automação dos serviços de atendimento ao público foi sendo amplamente implantada. São instalados os terminais de vídeo e saques, vídeo-texto, “Banco 24 horas” e as agências bancárias adotam definitivamente o sistema “on-line”.

O XV Congresso Nacional de Bancos realizado em Salvador, em novembro de 1984 (FENABAN,1984), institucionaliza, no país, uma única rede nacional interbancária de transferência eletrônica de fundos, com os seguintes objetivos:

- diminuir a quantidade de papéis,
- instituir a compensação eletrônica a nível nacional,
- eliminar a figura do saque sem fundo,
- ampliar a comodidade e segurança dos usuários,
- reduzir os custos operacionais dos bancos,

- evitar a duplicação de esforços e dispêndios.

A partir de 1986, as estratégias dos bancos voltaram-se para a intensificação do uso do capital instalado, a integração entre bancos e empresas e a redução dos custos operacionais, através da demissão de funcionários, fechamento de agências e cancelamento de contas de pequenos clientes. Nesse ano, foram fechadas mais de mil agências no país e demitidos aproximadamente 120 mil bancários.

Segundo o DIEESE (1989), só na grande São Paulo, entre 1985 e 1988, o nível de emprego dos bancários sofreu uma redução de 17,5%, enquanto que nas categorias assalariadas houve um aumento de 41%.

O início dos anos 90 ficou marcado por uma grave crise econômica. A ameaça latente de hiperinflação e a contundência do processo recessivo deixaram marcas profundas no mercado de trabalho. As diferentes políticas econômicas adotadas ao longo do período contribuíram para tornar mais difícil esta situação, tais como as políticas estruturais e a abertura comercial, que trouxeram uma maior concorrência à indústria nacional e ao sistema financeiro e que terminaram por ampliar o número de demissões.

Segundo o DIEESE (1993), os bancos adotaram o atendimento direto, funcionários/usuários, no ambiente da agência ou ponto de atendimento da instituição. O objetivo era segmentar a clientela, dando um tratamento preferencial aos grandes clientes e tratamento diferenciado aos clientes não preferenciais e aos não clientes, chegando ao ponto da expulsão gradativa desses clientes de dentro das agências. Com isso, o banco afastou o caixa do atendimento ao público, visando imprimir maior produtividade no desenvolvimento de suas tarefas, dar flexibilidade ao banco para remanejamento de funcionários e enxugamento dos quadros funcionais.

A função de caixa mudou bastante com a automação. As atividades e o conteúdo das tarefas alteraram o seu ritmo de trabalho. Os caixas eram auxiliados pela retaguarda, que tinha a função de somar e contar os papéis de caixa, fazer as partidas contábeis e os comandos para o processamento e a contabilidade. Hoje, estas atividades são realizadas pelo próprio caixa.

CERQUEIRA (1994) aponta que o número de bancários em janeiro/90, em todo Brasil, era de 811 mil e passou para 824 mil no final de 1990, com um crescimento de 1,7%. Em março de 1990, às vésperas da posse do governo Collor, o patamar eleva-se para 826 mil postos de trabalho. Com o bloqueio dos ativos financeiros promovido pelo plano Collor, os bancos deram início a mais uma fase de "ajuste". Começava então, a onda de demissões no setor financeiro. Em apenas quatro meses foram demitidos

47.545 bancários. Passados dois anos, o saldo acumulado apontava a eliminação de mais de 130 mil empregados. O total de bancários demitidos de março/90 a janeiro/94 foi de 156 mil, e a diminuição de agências e postos de atendimento foi de 4.762, em apenas 4 anos, tendo permanecido portanto, apenas 670.117 mil bancários trabalhando. Essas demissões foram devidas aos “ajustes” financeiros do setor, aos planos de estabilização econômica, às novas tecnologias empregadas e à globalização. Atualmente, segundo dados da FENABAN/ENB, (2000), trabalham nos bancos do país, aproximadamente, 322 mil bancários. Tem-se portanto uma redução de mais de 50% nestes últimos 10 anos.

SOUZA (1985) afirma que a função do caixa expressa a intensificação da carga de trabalho a partir do processo de “onlinezação” das agências. Através do manuseio do terminal de computador, o caixa tem sua produtividade duplicada e até triplicada.

Segundo SILVA (1991), a automação agrava mais as fontes tradicionais de tensão já existentes no trabalho do caixa e, principalmente, torna aguda a tensão resultante da relação bancário- cliente, pela possibilidade de erro. As queixas de saúde dos bancários são diversificadas, tais como: stress, nervosismo, ansiedade, gastrite, tensão e dor de cabeça. Estas parecem constituir-se num problema crônico e essa situação se torna cada vez pior com a intensificação do trabalho automatizado.

Pesquisa recentemente realizada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará revela que as queixas dos bancários, em relação à saúde e bem-estar, têm aumentado. Cerca de 62% dos bancários queixam-se de dores em alguma parte do corpo (MACIEL, 2000).

1.3. A resposta do movimento sindical

Muitos dirigentes sindicais têm consciência de que é importante tratar dos problemas de saúde advindos das condições de trabalho dentro dos bancos e dos centros de processamentos de dados. A história de criação da Comissão Nacional de Saúde, suas funções e suas conquistas, demonstra isso.

Em 1984, Cardoso, um funcionário do Banco do Brasil do Rio Grande do Sul, preocupado com as queixas de saúde dos digitadores do banco, apresentou um trabalho, sobre essas queixas, no congresso regional da categoria. Sérgio Rosa, então dirigente da Associação dos Profissionais do Processamento de Dados do Rio de Janeiro (APPD-RJ), Tavares da APPD-RS e o próprio Cardoso, criam a Comissão Nacional de Saúde, em 1985. Em seguida, exigem que a FUNDACENTRO (Centro Nacional de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho) assessore a comissão. A FUNDACENTRO indica uma técnica ergonomista para assessorar a

Comissão. Nessa época, participam como assessores da Comissão Nacional de Saúde da APPD: Regina Heloisa Maciel (ergonomista), o médico Mendes Ribeiro, Cardoso e o advogado sindical Antonio Rebouças, além dos dirigentes sindicais. Durante o período de 1985 a 1987, foram analisados vários trabalhos e realizados vários eventos. Uma das principais conquistas da Comissão foi o reconhecimento da doença tenossinovite (mais tarde denominada de LER - Lesões por Esforços Repetitivos -, assim batizada pelo médico Mendes Ribeiro) pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), como doença dos digitadores.

Quando os sindicatos dos Profissionais do Processamento de Dados se formam, a Comissão se modifica e começam a participar outros técnicos, assessores específicos dos agora, sindicatos regionais do Processamento de Dados.

Em 1987, a Comissão elaborou o “Guia de Recomendação para Trabalhos em Terminal de Vídeo” (tradução e adaptação de um Guia dos Sindicatos Europeus). Nesse mesmo ano, o guia foi apresentado aos representantes sindicais em São Paulo e no ano seguinte em todo o país. Esse guia foi então enviado ao Ministério do Trabalho com a solicitação de que se transformasse em uma norma para os trabalhos em terminais de vídeo. Após a recusa do Ministério do Trabalho, sob a alegação de que a legislação do país não comportava uma norma tão específica, um grupo da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT-SP), composto por Liz Esther Rocha, Milton Carlos Martins, Carlos Diniz e Mário Ferreira, que já vinham realizando um programa de fiscalização do trabalho com terminais de vídeo desde meados de 1987, retomam o documento, discutem, transformam e enviam para a Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT) para que substitua a NR – 17 Ergonomia, já existente. A então Ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, assina a modificação da norma em novembro de 1990, mas ela não é publicada. Segmentos sociais, entre eles a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), Petrobrás e outros, solicitam discussão e modificação do documento. Como resultado da pressão do movimento sindical e do próprio crescimento do índice das lesões por esforços repetitivos (LER), entre os caixas de bancos, principalmente estatais, o então Ministro do Trabalho, Rogério Magri, em meados de 1991, assina e publica a portaria 3435/91, que regulamenta a Norma Regulamentadora 17 - Ergonomia, inserindo algumas alterações referentes aos terminais de vídeo, entrada de dados e dando ênfase às condições ambientais de trabalho e à organização do trabalho.

A NR 17 trata, especificamente, da adequação dos equipamentos e mobiliários (bancadas, mesas, escrivaninhas, painéis, cadeiras), das condições ambientais de trabalho (ruído, temperatura, umidade e velocidade do ar), para atividades que exijam solicitação intelectual e

atenção constantes. Para a digitação, estabelece limites precisos de 8000 toques por hora, pausa de 10 minutos para descanso, para cada 50 minutos trabalhados; tempo efetivo de digitação de no máximo 5 horas. Proíbe, ainda, para a digitação, sistemas de avaliação de produção para fins de remuneração e determina o retorno gradual ao trabalho depois de afastamento superior a 15 dias.

Embora essa tenha sido uma conquista importante no movimento sindical, ainda existem muitos bancos que não cumprem a legislação.

Como podemos observar, no Quadro I, somente de 1996 a julho de 1999, ocorreram 166 casos de afastamento de caixas de bancos por LER no Ceará. Em termos percentuais, esse número representa 93,25% do total de casos de afastamentos entre 1996 e 1999, em dados oficiais.

QUADRO I

Distribuição de casos de LER entre os bancários do Ceará. Período de 1994 a julho de 1999.

BANCO	1994	1995	1996	1997	1998	1999 ³
BB	2	2	5	11	28	2
BANESPA	1	2	1	2	0	0
BEC	1	1	1	4	3	4
CEF	1	2	8	27	43	27
BNB ⁴	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	7	15	44	74	33

Fonte: Sindicato dos Bancários do Ceará (SEEB-CE)

ROCHA E ASSUNÇÃO (1993) e vários outros autores da área, afirmam que o aparecimento das LER relacionam-se às características da organização do trabalho, pois é ela que leva a movimentos repetitivos em alta velocidade, estimula o aumento do ritmo; estabelece a necessidade de horas-extras freqüentes e determina a falta de controle do operador sobre sua tarefa, principalmente sobre o ritmo de trabalho. Por outro lado, afirmam também a importância das características do ambiente: bancadas, mesas, cadeiras e demais dispositivos utilizados, bem como sua inadequação ao trabalhador.

Em vista das transformações descritas acima e das suas conseqüências para o trabalhador bancário, o objetivo deste trabalho é averiguar, através

³ As informações de doenças ocupacionais – LER foram obtidas até julho/99.

⁴ O BNB é o único banco estatal que não encaminha CAT, para o SEEB, informando qualquer tipo de acidente de trabalho, doenças ocupacionais e, mesmo, doenças mentais.

de entrevistas, o impacto dessas transformações sobre o profissional caixa de bancos estatais. Nas entrevistas e observações procuramos identificar como ocorrem as relações de produção e a capacidade de resistência dos profissionais frente às mudanças tecnológicas e econômicas.

2. Metodologia

Foram feitas visitas para a observação dos ambientes de trabalho de vários bancos e entrevistas individuais com perguntas abertas a vários bancários que, voluntariamente, se dispuseram a participar da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas. Elas ocorreram entre junho e dezembro de 1998, em um total de 10 entrevistas. Essas entrevistas foram transcritas e relidas inúmeras vezes, até o agrupamento dos dados.

Foram todas realizadas no horário do expediente, no próprio posto de trabalho do entrevistado, o que levou a alguns problemas na aplicação. Apesar da boa vontade dos entrevistados em participar da pesquisa, dado o fato delas terem sido realizadas no local de trabalho, durante o expediente, alguns pareciam se sentir pouco à vontade, solicitando que a entrevista fosse finalizada e escrutinando o ambiente para verificar se alguém estava olhando.

3. Resultados

3.1 Dados dos entrevistados

Os bancários entrevistados são funcionários das seguintes instituições financeiras estatais: Banco do Nordeste do Brasil S/A., Banco do Brasil S/A., Caixa Econômica Federal, Banco do Estado do Ceará e Banco do Estado de São Paulo S. A. – BANESPA, em Fortaleza. Foram entrevistados, no máximo, três caixas de cada instituição, totalizando as 10 entrevistas.

Os entrevistados tinham, em média, 39 anos de idade, 17 anos como bancários e 11 anos como caixas. No entanto, os caixas mais velhos (quatro entrevistados, com idade média de 44,5 anos, 22,3 anos como bancários e 11,8 anos como caixas) foram investidos na função de caixa depois de vários anos de experiência como bancário. Os outros caixas, considerados mais novos (seis entrevistados, com idade média de 34,8 anos, 11,6 anos como bancários e 9,6 anos como caixas), foram investidos na função com bem menos tempo de banco. Este fato já mostra uma importante modificação no mundo do trabalho dos bancários. Para ser caixa, atualmente, não é necessário ter uma grande experiência como bancário, provavelmente em função da introdução das novas tecnologias e também devido ao grande volume de operações que o banco tem de

realizar atualmente. Isto pode estar ligado também às demissões ocorridas e à necessidade de reposição de funcionários, às vezes com salários bem mais baixos.

3.2. As opiniões quanto às mudanças no trabalho e no ambiente

Segundo os entrevistados, no período de 1974 a 1979, o trabalho do caixa era normal, em um ritmo adequado, mesmo porque as máquinas autenticadoras não permitiam uma aceleração maior do ritmo do trabalho. A partir de 1980, houve uma aceleração desse ritmo, em função da implantação das novas máquinas e a intensificação do sistema “on-line”. Depois de 1990, o ritmo de trabalho foi ainda mais intensificado por causa da implantação total da informatização e da automação bancárias.

Os caixas acham que tinham um ótimo relacionamento com os colegas de trabalho e com as chefias, antes de 1980. Não eram pressionados e podiam executar seus trabalhos normalmente. Mas, depois de 1980, as chefias começaram a exigir maior produção e a fazer pressões através de transferências e até com demissões.

De acordo com os entrevistados, até enquanto os clientes não tinham vivência nenhuma com a informatização, o tratamento era excelente, recebiam até elogios. Mas depois que os clientes se familiarizaram com a velocidade de resposta das informações solicitadas, o tratamento se modificou e as pressões aumentaram. As pressões começaram por ocasião das filas grandes e a demora no atendimento. Os clientes fazem pressões também através das chefias.

Parece que os bancos não dimensionaram adequadamente a relação entre as demissões e a automatização dos processos. Demitiram muito mais do que o sistema informatizado permitia, para manter um atendimento adequado aos clientes. No entanto, as demissões e as conseqüentes filas, dada a diminuição da quantidade de caixas em atendimento, parece também ser uma estratégia para afastar clientes e operações pouco lucrativas (pagamentos de contas públicas e outros serviços de utilidade pública).

O ambiente de trabalho era considerado ruim até bem pouco tempo atrás, pois havia barulho, tanto interno como externo; o calor era grande, por não haver aparelhos de ar condicionado; a iluminação ruim e os equipamentos não permitiam condições satisfatórias para desempenhar uma boa atividade.

Atualmente, de uns quatro anos para cá, os relatos são de um ambiente de trabalho ótimo e que vem melhorando, os caixas têm mais condições de trabalho, embora o ritmo de trabalho e o esforço físico tenham aumentado. Apesar do ambiente de trabalho ser considerado muito desconfortável até

o final dos anos 80, quase nenhum caixa de banco estatal tinha conhecimento de doenças profissionais. Os caixas só sentiam dores nas pernas por trabalharem em pé e dor-de-cabeça, que eram consideradas doenças comuns.

Depois de 1990, com a aceleração da informatização e da automação, o esforço repetitivo e físico aumentaram e as doenças profissionais começaram a ser detectadas com maior frequência. Um maior número de caixas adquiriram LER, considerada como uma epidemia, devido ao grande número de trabalhadores vitimados.

3.3. Análise comparativa entre dez anos atrás e hoje

Solicitamos aos entrevistados que fizessem uma comparação entre suas condições de trabalho de agora e de 10 anos atrás. As categorias encontradas foram tabuladas de acordo com sua frequência (Tabela 1).

TABELA 1

Freqüência das categorias de discurso - características presentes há 10 anos e hoje.

CATEGORIA	Há dez anos (f)	Hoje (f)
Balcão alto, acima da cintura e baixo	10	5
Guichê alto e baixo	10	5
Vidro de proteção alto e baixo	10	1
Sem vidro de proteção	-	4
Tamborete com pernas longas sem rodízio	10	-
Cadeira normal com rodízios e giratória	-	5
Sentado ficava distante da máquina e do cliente	08	-
Trabalhava em pé e sentado, pois é confortável	09	-
Gaveta grande, reta e pesada e pequena e leve	10	4
Computador/autenticador	-	4
Máquina de autenticar grande de teclado duro com manivela elétrica e pequena e moderna	09	1
Não tinha conhecimento de doenças ocupacionais	10	-
O banco permanece como há dez anos	-	03
Os bancos mudaram para melhor	-	07
As pressão dos clientes/chefias é muito grande	-	08
A insegurança é grande	-	08
O medo de perder o emprego é grande	-	08
A incidência de doenças ocupacionais é grande	-	09

As opiniões, como mostra a Tabela 1, indicam que o ambiente de trabalho de dez anos atrás era menos confortável, mas não havia a ocorrência de

doenças ocupacionais. Além disso, os discursos indicaram que os caixas exerciam suas funções com disposição, segurança e tranquilidade.

A maioria dos caixas entrevistados enfatizaram positivamente a evolução do processo de trabalho e condições ambientais, afirmando que as inovações tecnológicas facilitaram o trabalho. Em geral, disseram que o ambiente de trabalho agora é outro, mudou para melhor, pois não há mais barulho, nem ruídos, a iluminação é boa e as condições térmicas são melhores por causa do ar condicionado.

No entanto, com o avanço das novas tecnologias e a reestruturação produtiva nos bancos, houve uma acentuação na velocidade do trabalho. Os entrevistados sentem-se pressionados pelas chefias e pelos clientes. Relatam sentir uma grande insegurança no local de trabalho, em função do aumento no número de assaltos e por medo de perder o emprego. Além disso, existe o medo de adquirir doenças profissionais dado ao grande número de colegas que, nos últimos anos, adquiriram LER e outras doenças.

Como apontado anteriormente, as LER são uma conseqüência das más condições de trabalho, principalmente no tocante à organização do trabalho e condições psicossociais (tamanho da jornada, horas extras, conteúdo das atividades, relacionamentos, etc). São, portanto, doenças relacionadas principalmente ao “sobre-esforço” e às pressões e stress no trabalho, condições apontadas pelos entrevistados como tendo piorado nos últimos dez anos.

Nota-se pelos resultados obtidos aqui que, no que se refere às condições propriamente físicas do trabalho, houve uma melhoria nos últimos dez anos, enquanto que as condições organizacionais e psicossociais pioraram sensivelmente no mesmo período. Se levarmos em consideração que no mesmo período houve um aumento no número de pessoas afetadas pela LER, pode-se especular que essa piora na saúde dos trabalhadores deveu-se principalmente às mudanças ocorridas na organização e condições psicossociais, propiciadas pela introdução das novas tecnologias e, mais amplamente, à reestruturação produtiva.

4. Considerações Finais

Vivemos um momento histórico muito peculiar. Grandes mutações ocorrem no mundo do trabalho com reflexos evidentes na produção, nos serviços e no perfil da classe trabalhadora. A racionalização tem tido impactos diferenciados sobre o nível de emprego, sobre a estrutura ocupacional, sobre a organização interna do trabalho e, também, sobre o desemprego.

O sistema financeiro é um dos setores que sofreu um grande desenvolvimento tecnológico. A reestruturação produtiva, decorrente em

parte desse desenvolvimento, embutida na globalização da economia, tem abalado consideravelmente a classe dos trabalhadores bancários, isto porque gerou desemprego, diminuiu o domínio dos trabalhadores sobre a produção, sobre a relação de salário e teve reflexos na sua qualidade de vida.

A globalização e as novas tecnologias, que levaram à automação e informatização bancárias, tiveram como consequência profundas transformações nas funções dos caixas.

A informatização acelerada dos processos de trabalho diminuiu o controle dos trabalhadores sobre suas atividades. Novas formas de dominação capital sobre o trabalho foram engendradas, ao mesmo tempo em que os trabalhadores procuraram novos mecanismos de resistência, mas ainda sem força suficiente para superar o contexto do trabalho automatizado e fragmentado.

No entanto, a atuação da ação sindical e dos trabalhadores, na década de 80, contra a nocividade do trabalho, expressa na luta contra as lesões por esforços repetitivos, implicaram em mobilizações de massa, proporcionaram a consolidação de diversos serviços públicos de saúde e obrigaram a uma reformulação de política de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) e a uma atuação mais presente do Ministério Público.

Ao mesmo tempo, essas transformações eliminaram uma quantidade muito grande de postos de trabalho e geraram um grande número de trabalhadores inseguros no emprego. O medo de ser demitido, pessoas com doenças profissionais, estressadas, e até profissionais bancários que cometeram suicídios, aumentou consideravelmente no período. Essas afirmações podem ser constatadas nos depoimentos e entrevistas dos caixas de todos os bancos visitados e essas ocorrências foram verificadas com maior frequência nos últimos seis anos.

O impacto mais imediato e direto das transformações em andamento sobre a saúde do trabalhador está relacionado à intensificação da redução do contingente de trabalhadores, à perda do emprego, à exigência de assumir novas tarefas, através da política da polivalência, do aumento da pressão dos clientes mais informados, a insegurança quanto aos assaltos e a onda de privatização proclamada pelo governo. Os entrevistados foram enfáticos em apontar que, além das LERs, esses novos riscos merecem toda atenção dos Sindicatos e sua central.

A ocorrência de verdadeiras epidemias de LER, no Brasil e no Ceará, nos últimos anos (ver quadro I), vem se agravando no rol de efeitos sobre a saúde do trabalhador, como reflexo claro das transformações ocorridas nos serviços bancários, associados à intensificação do trabalho dos caixas.

Fatores de diversas origens contribuem para a ocorrência das LERs, tais como fatores físicos ambientais (baixas temperaturas e umidade relativa do ar), fatores biomecânicos (repetitividade, emprego da força manual, postura inadequada), fatores organizacionais e psicossociais. De acordo com nossos resultados, parece, no entanto, que estes dois últimos fatores, são, na verdade, mais importantes para o aparecimento das doenças ocupacionais dos bancários, dado que as características físicas do ambiente e do posto de trabalho parecem ter melhorado nos últimos dez anos e ainda assim, a frequência de casos de LER aumentou no período.

Todos os entrevistados das instituições financeiras estatais, têm mais de dez anos de banco e mais de cinco anos que exercem a função de caixa. Eles retrataram muito bem o ambiente de trabalho há dez anos e como se encontra hoje.

As respostas dos entrevistados estão em acordo com os principais pontos encontrados na literatura: que hoje os caixas são recepcionistas, autenticadores e vendedores dos produtos dos bancos e sofrem grande pressão por parte dos administradores e clientes.

Portanto, os sistemas de acumulação do capital globalizado estão agravando as condições de trabalho nos seus aspectos organizacionais e psicossociais, trazendo reduções nos níveis salariais e maiores prejuízos à saúde dos trabalhadores. Dentre outros problemas, constata-se a intensificação da subcontratação de mão-de-obra terceirizada e empresas terceiras, que passam a substituir os trabalhadores concursados nos bancos estatais, gerando o medo do desemprego.

A análise desses elementos e a confirmação da relação existente entre os ambientes produtivos e as doenças profissionais, deveriam ser o foco principal da ação sindical para controlar a organização do trabalho e a nocividade no ambiente de trabalho.

Constatamos que a efetiva qualidade de serviços oferecidos pelos bancos, somente será conquistada se a qualidade de vida dos caixas do setor bancário for melhor compreendida e respeitada pelos banqueiros e administradores.

Podemos constatar também que a qualidade de vida dos caixas só vai melhorar quando as condições de trabalho forem tratadas adequadamente, quando os banqueiros e administradores se dispuserem a adotar um ambiente de trabalho mais adaptado ao caixa.

Constatamos, também, que o movimento sindical, embora esteja fragmentado, ainda é um ponto referencial, de resistência, no qual os funcionários têm confiança e podem obter todo o apoio necessário. A prática e a experiência, mesmo fragmentada, remetem-nos a todo momento para a persistência e acirramento do conflito capital/trabalho.

Os trabalhadores, sindicalistas, técnicos, cipeiros e delegados sindicais, devem assumir uma posição determinante, firme e segura, frente aos problemas alencados pelos entrevistados, para que a ação sindical seja eficaz na eliminação das causas e dos efeitos da nocividade no ambiente de trabalho dos caixas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLASS, L. M. S. Trabalho Bancário: O (Re)fazer de Todo Instante. São Paulo: SEEB-SP, 11:12-22, 1988.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Mercado de trabalho e emprego bancário no Brasil (1989 a 1994). *Boletim do DIEESE - Subseção Bancários BH* 3, 4, 1994.
- DIEESE. Os bancários e sua participação no mercado de trabalho. *Boletim DIEESE*, 8: 5-6, 1989.
- DIEESE. O projeto de "Qualidade em Atendimento" do sistema bancário. *Boletim DIEESE*, 153: 45-46, 1993.
- FENABAN. *Anais do XV Congresso Nacional de Bancos*. XV Congresso Nacional de Bancos, Salvador, novembro de 1984.
- FENABAN/ENB. Relatório Parcial de Avaliação do Programa de Prevenção das LER/DORT. Internet: www.fenaban.org.br, www.cnbcut.com.br, 2000.
- MACIEL, R.H. *Pesquisa sobre Condições de Trabalho e Condições de Vida dos Bancários da Região da Grande Fortaleza*. Fortaleza: SEEB-CE, 2000.
- GRÜN, R. Taylorismo e Fordismo no Trabalho Bancário: Agentes e Cenários. *Revista Brasileira de Ciências*, 17, 1986.
- OLIVEIRA, A. A. *Mais-Valia, Produtividade e Desenvolvimento do Capital*. Versão preliminar. Mimeo. Fortaleza, 1997.
- ROCHA, L. E. e ASSUNÇÃO A. A. Agora... até namorar fica difícil: uma história de lesões por esforços repetitivos. In: J. T. BUSCHINELE; L. E.ROCHA e R.M. RIGOTTO (Orgs.). *Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil*. Petropólis: Vozes,1993.
- SILVA, R. A. Computadores, digitação e caixa: a automação bancária em questão. In: R. A. SILVA e M. P. LEITE (orgs.). *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*. São Paulo: IGLU.ILDES.LABOR, 1991.
- SOUZA, M. S. M. Automação modifica trabalho bancário. *Boletim do DIESAT - Trabalho e Saúde*, 6, 1985.
- ZAMBERLAN, F. L. e SALERNO, M. S. *O Trabalho nos Bancos*. Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Mimeo, São Paulo, 1979.

PARTE II:

O PECEM E O LITORAL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE: ALTERNATIVAS PARA O LITORAL DO ESTADO DO CEARÁ.

Edson Vicente da Silva¹

A configuração política do litoral cearense está composta por vinte e dois municípios, com concentrações populacionais e formas de uso e ocupação diferenciados. A cidade de Fortaleza destaca-se como centro econômico e administrativo, e a faixa litorânea de sua influência direta é a mais densamente povoada e onde ocorreram os maiores processos de artificialização da paisagem.

Os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza possuem uma densidade demográfica de 130 a 670 habitantes por km², o litoral leste, de Pindoretama a Icapuí, e um trecho da costa oeste, de São Gonçalo do Amarante a Amontada, possuem de 70 a 90 habitantes por km² (IPLANCE, 1995). O trecho de menor concentração populacional corresponde ao setor noroeste do litoral, compreendendo os municípios de Itarema e Barroquinha, com uma densidade de 30 a 50 habitantes por km².

As principais cidades que se localizam em áreas costeiras do Estado do Ceará são, por ordem decrescente de população: Fortaleza, incluindo toda a área metropolitana, Aracati, Acaraú, Camocim e Paracuru. Outras como Icapuí, Beberibe e Fortim localizam-se bem próximo à praia, com distâncias inferiores a 10km, tendo, portanto, uma forte influência sobre o ambiente costeiro.

Fortaleza caracteriza-se por ser uma grande metrópole, sendo muito desenvolvidos todos os seus setores produtivos. Percebe-se em todo o conjunto paisagístico da Região Metropolitana um elevado índice de artificialização paisagística. Poucas áreas do litoral, como alguns manguezais e dunas, ainda conservam traços de suas condições ambientais originais.

Outras cidades, de porte urbano intermediário, ainda conservam melhor o seu conjunto paisagístico litorâneo, no entanto, a especulação imobiliária vem progressivamente alcançando áreas mais distantes, induzindo a novas transformações espaciais, impondo a construção de segundas residências. A abertura de novas estradas e vias de acesso tem

¹ Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

contribuído na intensificação da ocupação residencial nos trechos litorâneos entre as cidades de porte médio.

Em sua maioria, as cidades litorâneas, com exceção de Fortaleza, desenvolvem serviços e funções de centros pesqueiros. Ultimamente, nas duas décadas recentes, tem-se expandido o turismo convencional, tanto ao nível regional, nacional, como também, internacional. Devido ao turismo, algumas localidades praianas passaram a ter um caráter urbano temporariamente, isto é, nos períodos de férias, feriados e fins-de-semanas prolongados. Localidades como Canoa Quebrada, Pontal do Maceió, Alagoinha e Jericoacoara são exemplos de modificações abruptas nas formas de produção, que também resultaram em alterações substanciais nos seus conjuntos paisagísticos.

Em muitas das pequenas localidades litorâneas, ainda predomina a atividade pesqueira atrelada em algumas áreas à agricultura de subsistência e/ou à pecuária extensiva. Seus moradores, na maioria nativos, não causaram grandes impactos na ocupação e transformação do espaço litorâneo. De um modo geral, quando há uma substituição da vegetação natural, ela é feita por coqueiros, por outras árvores frutíferas ou ornamentais, nas ruas e quintais das residências.

De uma forma geral, percebe-se que há uma política aos escalões estadual e municipal, no sentido de estimular o crescimento econômico do litoral cearense. É necessário, no entanto, lembrar que o crescimento econômico deve ser acompanhado de medidas de conservação ambiental e de alternativas de melhoria da qualidade de vida da população.

As transformações paisagísticas que ocorrem no litoral devido a novas formas de uso e ocupação do solo e, principalmente, da especulação imobiliária, muitas vezes tornam-se irreversíveis, influenciando na perda da qualidade ambiental. Novos elementos paisagísticos e diferentes valores culturais terminaram sendo introduzidos, alterando os aspectos naturais e sócio-econômicos das comunidades litorâneas.

Evolução do espaço litorâneo cearense e sua instabilidade ambiental

Ao analisarem-se as principais modificações da paisagem do litoral cearense, procurar-se-á inter-relacionar as unidades do conjunto paisagístico, abordando-se, também, os impactos presentes, através de uma análise integrada. Nas transformações constatadas no litoral cearense, foram considerados os tensores naturais, antrópicos e a sua ação conjunta.

As oscilações do nível relativo do mar e a sua atuação integrada com as variações climáticas foram determinantes na gênese da paisagem litorânea do Estado do Ceará.

Alguns registros históricos possibilitam verificar o efeito de processos naturais decorrentes da ação da deriva litorânea nas costas cearenses. POMPEU SOBRINHO (1948) revela:

A enseada de Retiro Grande onde abicou Vicente Yañez Pinzón, ao abrigo da Ponta Grossa, o mesmo Cabo de 'Santa Maria de la Consolación', (a primeira terra brasileira lóbrigada por gente da Europa), era até alguns anos um bom ancoradouro, bastante fundo, mas agora se acha obstruído e é de pouca serventia, conquanto seja ainda regularmente freqüentada por pequenos barcos veleiros.

Constata-se, atualmente, que esta mesma enseada, no litoral de Aracati e Icapuí, onde aportou Pinzon, no começo do século XVI, ainda continua a receber grandes aportes de sedimentos carreados pela deriva litorânea.

No princípio do século XVII, áreas hoje impraticáveis para a navegação e ancoradouro de barcos foram anteriormente portos naturais, como demonstra o trecho da “Relação do Ceará”, escrita por Martins Soares Moreno (militar, sertanista e governador da Capitania do Ceará) em 1618:

De ali a barlavento esta outra enseada chamada Yguape, que também era repouso de estrangeiros, que continuamente é vigiada, por que continuamente vão alí a reparar suas embarcações e tomar água, e alí têm madeira para tudo que é necessário.

Relatos históricos existentes, evidenciam que a exploração dos recursos naturais do litoral cearense já era desenvolvida desde o início do século XVII, como foi exposto na retrospectiva da paisagem. A exploração consistia principalmente, na retirada de madeira para o uso nas embarcações, para ser fonte de energia ou para a construção civil. É também dessa época a instalação de salinas junto aos estuários, a introdução de coqueiros ao longo da planície litorânea e a criação de vilas.

Modificações paisagísticas naturais também ocorreram devido ao caráter semi-árido e sub-úmido do Estado do Ceará. A irregularidade das precipitações pluviais, historicamente, sempre provocaram efeitos ambientais sobre determinados ecossistemas costeiros. Há registros desde 1605, que constata a alternância de períodos de seca com outros de muitas chuvas e inundações, induzindo a modificações significativas nos processos de deposição e retirada de sedimentos pelos cursos fluviais até os estuários e a zona costeira.

Em Fortaleza, do início do século XVII até 1919, foram registrados vinte e quatro períodos de seca, com duração de até quatro anos. Por outro lado,

ocorreram grandes cheias, devido a elevados índices de precipitação, provocando a intensificação de processos erosivos.

Nas pequenas desembocaduras de córregos e de riachos litorâneos, muitas vezes formam-se lagunas ou lagoas, decorrentes de assoreamentos das barras. São exemplos dessas formações os córregos do Barro Preto, Malcozinhado, Arrombado, Cauípe e outros, havendo ainda alguns deles que eram áreas de manguezal que se transformaram em ambiente lacustre, devido ao fechamento de sua desembocadura, como é o caso do córrego do Batoque, em Pindoretama.

Além de serem afetados por processos geomorfogênicos naturais, os ecossistemas de dunas, falésias e manguezais estão constantemente sob pressão antrópica, sendo que os impactos ambientais, decorrentes da ocupação humana, provocam alterações, muitas vezes irreversíveis. Os processos de ocupação humana, como as atividades agrícolas, pecuárias e salineiras, além da ocupação residencial e exploração turística intensa, levam a profundas modificações paisagísticas, provocando alterações de cursos d'água, erosão de falésias, aterramento de áreas de manguezais, lagoas e retirada de cobertura vegetal. Todas essas ocorrências alteram, irremediavelmente, o conjunto paisagístico natural.

Constata-se que dentro do conjunto paisagístico do litoral cearense, há feições de paisagens, ou seja, ecossistemas, que se encontram predominantemente em processo de regressão superficial. São exemplos de áreas que sofrem estes processos as zonas estuarinas, os manguezais, as dunas fixas e as falésias. Por outro lado, há uma ampliação das áreas de dunas móveis e de pós-praia, como também de feições paisagísticas antrópicas como agroecossistemas e áreas residenciais.

A presença de núcleos habitacionais na zona costeira tem contribuído na intensificação das transformações paisagísticas. Entre as principais atividades sócio-econômicas que alteram as feições paisagísticas, destacam-se a construção civil, a pecuária, a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal e as atividades de lazer e turismo.

É a interação entre os tensores naturais e os humanos que provocam as maiores alterações paisagísticas e os seus conseqüentes impactos ambientais. Os tensores naturais são a deriva litorânea, a ação dos ventos e a alternância nos aportes de água doce. Esses tensores naturais tornam-se mais atuantes quando se interagem com tensores antrópicos, causando, muitas vezes, a irreversibilidade da paisagem natural. Por outro lado, observa-se que as ações humanas têm um efeito de maior alcance sobre todas as feições paisagísticas, principalmente, no que diz respeito à ocupação residencial e à construção de equipamentos artificiais, como instalações portuárias, por exemplo.

Geralmente, a primeira forma de alteração dos manguezais inicia-se pelo desmatamento para instalação de salinas, plantio de coqueiros ou construção de núcleos residenciais. Por ter uma vida útil relativa, muitas vezes, as salinas, após o processo de assoreamento, ou são abandonadas, vindo a ser ocupadas por residências, ou são, naturalmente, regeneradas, voltando ao estágio inicial de manguezal, quando há condições favoráveis.

As condições de regeneração da vegetação de mangue varia conforme as condições localizadas do manguezal degradado. No entanto, de uma forma geral, o mangue manso (*Laquncularia racemosa*) e o mangue ratinho (*Conocarpus erecta*) são as espécies vegetais de maior abundância na sucessão vegetal, após o desmatamento. Quanto à fauna, há espécies de pássaros, peixes, crustáceos e moluscos que são mais sensíveis às modificações da paisagem natural.

Algumas áreas de manguezais desmatados podem assorear-se rapidamente através da ação de deposição eólica, formando canais de paleomangues ou lagoas de água doce intermitentes. Salienta-se que a subida localizada do nível do mar, em alguns trechos do litoral cearense, também provoca a gênese de paleocanais de mangue, que são visíveis em diferentes áreas durante algumas marés baixas. A migração de desembocaduras também provoca a eliminação localizada de alguns trechos de manguezais devido à erosão, atuando, ainda, na formação de outras áreas de manguezais em decorrência de processos de deposição sedimentar de plântulas e sementes de mangue.

Em algumas bordas de manguezais, ocorreram muitos desmatamentos e plantios de coqueiros, havendo, dessa forma, uma modificação de uma paisagem natural para uma paisagem agroecossistêmica ou rural. Deve-se lembrar que, embora presente em extensas áreas, o coqueiro (*Cocus nucífera*) é uma espécie introduzida.

As áreas de campos de dunas possuem naturalmente três feições paisagísticas diferenciadas: dunas móveis, fixas e eolianitos que, quando modificadas pela ação humana, resultam na formação de novos ambientes. Inicialmente, a atividade agrícola, através de cultivo de subsistência e o plantio de coqueirais nas depressões interdunares são as principais formas de transformação da paisagem, juntamente com o desmatamento decorrente do extrativismo vegetal. Atualmente, a especulação imobiliária introduz novas formas de artificialização paisagística, através da construção de diferentes equipamentos urbanos e estruturas residenciais.

Com a retirada da cobertura vegetal original de áreas de dunas fixas, houve uma progressão espacial da feição paisagística de dunas móveis, que, além de predominarem atualmente nos campos de dunas, avançam,

progressivamente, sobre as áreas de seu entorno espacial: para os tabuleiros, lagoas, manguezais e para as áreas residenciais.

Em diferentes trechos do litoral cearense, nas desembocaduras dos rios Coreaú, Aracatiçu, Cocó, Pacoti e outros, o avanço de dunas sobre seus manguezais e canais de drenagem tem causado graves impactos ambientais. Em outro sentido, a ocupação desordenada por residências de diferentes tipos e estilo elimina todo o potencial paisagístico natural das dunas, através da imposição de um ambiente artificial.

A diminuição da capacidade de armazenamento hídrico subsuperficial ocorre após o recobrimento das dunas por equipamentos artificiais que reduzem a infiltração das águas das chuvas. Nas áreas dunares, ocupadas por uma população de baixa renda, é comum a contaminação do lençol freático devido à falta de uma adequada infra-estrutura de saneamento básico.

Mesmo em áreas onde há presença de Vegetação Subperenifolia de Dunas, constata-se que houve uma perda seletiva das espécies vegetais arbóreas de maior porte, devido à sua exploração ao longo dos anos. Dentre as espécies arbóreas que hoje se encontram praticamente extintas no campo de dunas, pode-se citar o cedro (Cedrela odorata), o pau d'arco (Tabebuia sp), o podói (Copaiba langsdorffii), o pau pombo (Tapirira guianensis), a gameleira (Ficus sp), o pau marfim (Melochia umbelata), além de outras espécies.

Em decorrência da ação de desmatamentos, da artificialização dos campos de dunas e da caça predatória, houve a eliminação ou quase extinção de algumas espécies animais anteriormente presentes nos ambientes dunares. Destacam-se essas espécies, como as mais representativas, os gatos maracajás (Felis spp), as onças (Felis concolor e Felis onca), tatus (Dasipus spp), raposa (Canis sp), veado capoeira (Muzama simplicicornis), tamanduá (Myrmecophaga sp), guaxinim (Procyon cancrivorus) e porco do mato (Dicotyles sp).

A falta de maiores medidas de preservação e conservação de áreas naturais dos campos de duna tem sido um dos principais fatores de queda da qualidade paisagística de alguns trechos do litoral cearense, principalmente daqueles próximos às áreas urbanas.

Os trechos de falésias, de forma similar ao processo de ocupação dos campos de dunas, receberam suas maiores transformações paisagísticas nos centros urbanos. A ação conjunta de processos de abrasão marinha, erosão sub-aérea e a ocupação humana implicam no recuo de suas bases e encostas, através do surgimento de voçorocas.

A presença de cobertura vegetal em algumas falésias lhes conferem um maior grau de estabilidade, enquanto a ocupação residencial de suas

encostas levam ao surgimento de diferentes impactos, desde a alteração da qualidade das águas subterrâneas, a eliminação de fontes de ressurgências hídricas até a instabilização do relevo. No contexto geral paisagístico, as falésias conferem aspectos peculiares ao espaço litorâneo, como um atrativo turístico.

Propostas para um desenvolvimento sustentável

A análise ambiental, além de apresentar diagnósticos contendo uma síntese dos problemas, limitações e potencialidades sócio-ambientais, devem também propor alternativas de manejo e adequação de uso e ocupação dos recursos paisagísticos. Com as alterações antrópicas ocorridas nos ecossistemas naturais, faz-se necessário que sejam aplicadas medidas de planejamento ambiental para os atuais e futuros cenários paisagísticos do litoral cearense.

A Ecologia Aplicada, o Ecodesenvolvimento, o Planejamento em Função do Meio Ambiente, o Ecozoneamento e a Geoecologia da Paisagem, podem subsidiar diferentes técnicas e procedimentos que levem à adequação do uso do espaço geográfico. Cabe aos agentes dos diferentes setores sociais, agirem de comum acordo na implantação das propostas que levem a um aproveitamento racional dos recursos naturais e paisagísticos da área em estudo.

O planejamento ambiental deve apoiar-se nos critérios básicos estabelecidos pelo Desenvolvimento Sustentável, para que possam ser atendidas tanto as demandas sociais como as necessidades básicas ao equilíbrio do meio natural. BROWN (1990), ao sugerir propostas e modelos para planejamento de uma sociedade sustentável, baseia-se na sua definição de que sociedade sustentável é aquela que satisfaz as necessidades, sem pôr em perigo as perspectivas das gerações futuras. Acrescenta, ainda, o quanto é importante que cada geração assegure e perpetue os potenciais e dotes naturais e econômicos que lhe foi herdada.

Quanto às estratégias definidas para um novo desenvolvimento, a CIMA - Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), propõe medidas, objetivando a conservação ambiental e a transformação de produtos essenciais para a economia e a qualidade de vida da população. Dentre essas medidas estão o uso de tecnologias mais leves e apropriadas, novas fontes energéticas, aprimoramento do potencial humano por meio de programas educativos (formal, profissional e ambiental), e o financiamento de atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Segundo VICENTE DA SILVA (1993), com base na legislação e nos programas de gerenciamento costeiro aos níveis nacional e internacional, pode-se citar, como princípios alternativos globais para o manejo da

paisagem e dos geocossistemas litorâneos, algumas recomendações gerais:

- estabelecer um inventário do litoral, considerando a legislação vigente;
- compartimentar, racionalmente, os usos no litoral e nas zonas do interior, considerando as suas influências recíprocas e os diversos componentes ambientais;
- regulamentar o desenvolvimento das zonas costeiras, mediante a subordinação de concessões de autorizações com condições restritas, e com a delimitação de zonas adequadas, nas quais se possam construir edificações;
- proclamar o princípio da acessibilidade pública ao litoral, organizando meios de acesso adequados às praias, em que haja propriedades privadas, adquirindo-se, no caso, os terrenos para que se efetue o livre acesso;
- reexaminar, sistematicamente, a dotação das propriedades públicas nas zonas costeiras, visando facilitar a política de proteção e organização espacial dessas áreas;
- adotar medidas visando a proteção das costas contra erosão, mediante a estabilização das dunas e falésias, da regulamentação das extrações de areia e da proibição de desmatamentos;
- controlar o depósito nas costas, ou lançamento no mar e estuários, de resíduos ou substâncias capazes de degradar ou contaminar o meio litorâneo;
- efetuar a limpeza das praias e do seu entorno e monitorar a qualidade das águas costeiras, ao longo do litoral;
- criar, no conjunto paisagístico do litoral, reservas naturais com vistas à conservação da flora e fauna silvestres e de seus biótopos;
- planificar a utilização do interior das zonas costeiras e regulamentar o seu desenvolvimento; e,
- empreender uma ampla ação de informação e mobilização da opinião pública sobre o problema da proteção do litoral, e fomentar todas as iniciativas públicas, tendentes à proteção do litoral.

Quanto ao conjunto paisagístico do litoral do Estado do Ceará, faz-se necessário resgatar, sob um único banco de dados, todas as informações registradas sobre a área em questão, bem como os planos já sugeridos para o conjunto litorâneo ou alguns trechos específicos. Além do conhecimento empírico acerca de seus geocossistemas, devem ser elaborados mapas temáticos recentes, atualizados com base em imagens

de satélites, para que se constatem as condições geoecológicas e os atuais níveis de uso e ocupação. O registro cartográfico e a análise das transformações espaço-temporais do litoral cearense também servem para o planejamento de possíveis futuros cenários paisagísticos e para a organização desse espaço.

Ao tratar das estratégias e planos de desenvolvimento sustentável, VICENTE DA SILVA in CAVALCANTI (1997), afirma que:

há uma necessidade básica de que se organizem e efetivem-se planos simultâneos, em diferentes escalas de planejamento, a fim de que se possam alcançar os objetivos estabelecidos pelo desenvolvimento sustentável: conservação ambiental, crescimento econômico e um efetivo aproveitamento deste crescimento através da melhoria da qualidade de vida da população.

Afirma, ainda, que a simultaneidade de ações em diferentes escalas, porém integradas entre si, possibilita uma otimização nos resultados previstos no planejamento ambiental, direcionado ao incremento do desenvolvimento sustentável.

O conjunto do espaço geográfico do litoral cearense vem sendo ocupado de forma cada vez mais intensa, em razão principalmente da política de crescimento econômico, imposta pelo governo estadual e também dos processos de especulação e valorização dos terrenos próximos à beira-mar. Estradas e outros equipamentos vêm sendo construídos nos últimos anos, ao longo do litoral do estado. No Pecém, por exemplo, destacam-se o Complexo Portuário-Industrial do Pecém, as estruturas de produção, que estão sendo implantadas nessa região, e a instalação de grandes projetos de desenvolvimento turístico, que vão modificando, paulatinamente, a paisagem original de alguns trechos costeiros do Ceará.

Nessa perspectiva de acelerada ocupação e transformação paisagística, faz-se necessária a definição de normas para adequação de uso dos espaços litorâneos. O macrozoneamento litorâneo pode determinar aptidões de uso e de preservação para a faixa costeira do Ceará. Para tanto, recomendam-se algumas propostas quanto ao manejo da paisagem litorânea e dos seus ecossistemas.

Há três principais grupos de paisagens, no litoral do Ceará: o grupo das planícies flúvio-marinhas, o do campo de dunas e o das falésias. Sobre o conjunto litorâneo analisado, deve-se acrescentar as limitações, indicando aptidões de uso e de preservação.

O macrozoneamento litorâneo do Estado do Ceará deve, a princípio, definir estas principais subunidades:

- Zonas de Preservação Ambiental;
- Zonas de Conservação Ambiental;
- Zonas de Recuperação Ambiental;
- Zonas Diferenciadas de Uso e Ocupação.

Na definição das Zonas de Preservação, deve-se utilizar o estabelecido pela legislação pertinente, delimitando-se, dessa forma, a faixa de praia; o trecho de pós-praia susceptível à ação das marés mais altas; os manguezais e ambientes estuarinos; os cursos d'água em geral; as fontes hídricas e as dunas fixas. Convém recordar que, atualmente, no litoral cearense, não há nenhuma reserva ou estação ecológica ao nível federal, com exceção da APA de Jericoacoara, que é uma unidade de conservação, e não de preservação.

Como medidas de preservação através de reservas ecológicas e ambiente federal, sugere-se a criação de áreas de preservação dos manguezais mais extensos, os dos rios Timonha/Ubatuba, Coreaú e Acaraú/Zumbi. Quanto ao campo de dunas, sugere-se uma área a ser escolhida com maior detalhamento, entre a desembocadura do rio Aracati-mirim e o rio Curu, onde se possam inserir, em uma única unidade de preservação, feições paisagísticas de dunas móveis, dunas fixas, eolianitos e depressões interdunares.

Com relação à preservação das falésias, pode-se dizer que o maior e mais representativo conjunto de falésias corresponde ao trecho Majorlândia/Icapuí. As medidas de preservação de falésias devem incluir desde o trecho de sua base até a praia e pós-praia, além de uma faixa mínima de 200 metros da borda de seus topos para o interior.

A delimitação e a definição de áreas de proteção permanente, ao nível federal, devem ser efetivadas pelo IBAMA, com o apoio de órgãos federais, como o IBGE, a UFC e outros órgãos estaduais, como a SEMACE, o IDACE e a UECE. Após a determinação, em campo, dos limites de cada unidade de preservação ambiental e paisagística, deve ser representada em cartas na escala de 1:100.000, podendo-se utilizar, também, as cartas básicas do DSG/SUDENE. Todas as informações sobre as áreas de proteção devem ser atualizadas através de trabalho de campo com levantamentos topográficos.

As Zonas de Conservação Ambiental podem incluir os ecossistemas de entorno às áreas de preservação, que devem ser utilizadas de forma racional, a fim de não implicar em impactos nos ambientes preservados. Planícies fluviais e superfícies de tabuleiro litorâneo com vegetação merecem ser aproveitadas por atividades agropecuárias e, principalmente pelo extrativismo vegetal, em que se apliquem técnicas conservacionistas.

Como Zona de Recuperação Ambiental, consideram-se todos os ambientes de manguezal, os campos de dunas e falésias, que estejam degradados e que, potencialmente, possam ser recuperados, paisagisticamente, através da reintrodução de seus elementos ambientais originais, como por exemplo, as espécies da fauna e da flora nativas. As grandes superfícies a serem recuperadas ambientalmente, também podem ser delimitadas e representadas cartograficamente na escala de 1:100.000, para melhor orientar as atividades a serem desenvolvidas.

Para as Zonas de Uso e Ocupação, as formas de aproveitamento dos recursos naturais ocorrerão diferenciadamente, conforme a demanda dos setores produtivos e da população local de cada trecho litorâneo. É necessário o estabelecimento de áreas de expansão para ocupação residencial, produção agrícola e atividades portuárias e industriais, além de equipamentos direcionados à exploração turística.

A definição de áreas de uso e ocupação requer estudos mais detalhados no que concerne a instalação de infra-estruturas artificiais e à previsão dos prováveis impactos sócio-ambientais a serem provocados pelas atividades produtivas.

É de competência do Governo Estadual, através de suas Secretarias, a tarefa de realizar a definição das áreas de uso e ocupação do litoral, bem como determinar as possibilidades e restrições das ações a serem realizadas, recomendando, ainda, as medidas de mitigação dos impactos. Um cuidado maior deve ser tomado pelos órgãos competentes, no sentido de que as atividades a serem realizadas nessas zonas de uso e ocupação do litoral não impliquem em prejuízos da qualidade paisagística e ambiental das zonas de preservação, conservação e recuperação.

Através de um programa de monitoramento da qualidade ambiental, ao longo do litoral do Ceará e dos ecossistemas periféricos, como as planícies fluviais e cursos d'água, pode-se identificar os principais problemas ambientais, procurando alternativas de eliminá-los ou pelo menos, minimizar a ação dos tensores e de suas conseqüências. Nesse sentido, é recomendável efetuar análises periódicas da qualidade hídrica e atmosférica, bem como quantificar as extensões de desmatamentos, o recuo de falésias, o avanço de dunas móveis, as modificações localizadas da linha da costa e os processos de erosão e deposição de sedimentos marinhos e fluviais.

Nos planos de desenvolvimento turístico do Estado do Ceará, precisam ser incluídas medidas de proteção às belezas cênicas litorâneas, antes que essas belezas sejam degradadas, perdendo, assim, parte do seu potencial paisagístico local.

Em sua elaboração e efetivação, as Propostas de Macrozoneamento do Litoral do Estado do Ceará deve contar com a participação de integrantes das administrações públicas municipais, além de representantes das principais associações comunitárias dos municípios costeiros. As necessidades sócio-ambientais, ao nível local, de âmbito municipal, devem ser esclarecidas ao poder público estadual, já que são fundamentais para que se possam elaborar os planos do zoneamento costeiro.

Após a determinação de um macrozoneamento costeiro, deve-se partir para um planejamento minucioso dos cenários litorâneos do Ceará.

Nesse sentido, para o planejamento minucioso da paisagem, adquire uma maior importância a efetivação de Planos Diretores Municipais, em que se estabeleçam critérios e limites de formas de uso e ocupação do solo em uma escala detalhada. Destaca-se que os planos diretores devem ser elaborados por equipes multidisciplinares que podem receber apoio técnico-científico e legal de outras instituições públicas alheias à esfera municipal, a fim de integrá-los à política de macrozoneamento em busca de um verdadeiro desenvolvimento sustentável para o litoral cearense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, L. R. *Salve o planeta: qualidade de vida*. São Paulo: Editora Globo S. A., 1990.
- CAVALCANTI, A. P. B. *Desenvolvimento sustentável e planejamento. Bases teóricas e conceituais*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1997.
- IPLANCE. Dados dos municípios cearenses. Fortaleza: IPLANCE, 1997.
- POMPEU SOBRINHO, T. O mapa de Pero Coelho. Considerações gerais, autoria, data, toponímia. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1948.
- VICENTE DA SILVA, E. *Dinâmica da paisagem: estudo integrado de ecossistemas litorâneos em Huelva (Espanha) e Ceará (Brasil)*. Rio Claro, 1993 (Tese de Doutorado).

O PECÉM E SEUS NOVOS RETALHOS DO COTIDIANO

*Zélia Franklin de Albuquerque*¹

*Alba Maria Pinho de Carvalho*²

O Pecém e o Complexo Industrial e Portuário: o cenário em mudança

Falar do Pecém, num primeiro momento, seria falar de um ambiente de praia com dunas bonitas, embelezadas pelo verde e pelas sombras de coqueiros. É falar da sensação do sentir de perto o cheiro da maresia, o cheiro do mato, a escuta dos sapos e dos insetos dos lagos e das lagoas existentes ao seu redor, que traduz um contato mais direto com a natureza. Seria falar de um local marcado pela presença de visitantes que chegavam ali para, durante feriados e finais de semana, viverem a tranqüilidade e a beleza natural do local.

Assim falaram alguns moradores com 30 anos de vida nesse ambiente. . . . Pecém antigamente era muito atrasado, só tinha duas ruas, não tinha calçamento, era tudo muito pequeno, poucas casas boas, onde grande parte era de palha. Tinha uma só professora, serviço de saúde não tinha e nem transporte e poucas famílias tinham rádio. a limpeza da pequena Vila era feita pelos moradores – tocavam fogo e também enterravam o lixo mas era uma beleza, tudo mais barato e tudo mais calmo não tinha televisão e nem nada, era tudo muito pobre, mas havia a conversa entre nós, moradores, uns com os outros, nas calçadas, no meio do tempo, na Igreja . . .era uma animação diferente . . . Tudo era muito calmo onde criança (menores) não se drogava, não se prostituía. . . não tinha o perigo de movimento de carro pela rua(Entrevista com populares do local/1999).

Essas colocações dos moradores do Pecém, acompanhadas de um certo saudosismo, e de um sorriso nas faces de cada um, revelam, por outro lado, que o atraso posto há anos trazia uma segurança fundada num ambiente mais saudável, para os menores, e na descontração no

¹ Assessora da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; Socióloga e advogada Especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente pela UFC; Mestra em Ciências Sociais – Desenvolvimento Rural pela UFRRJ.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC; Mestra em Serviço Social pela PUC-RJ e Doutora em Sociologia pela UFC.

relacionamento entre eles (as). Um cotidiano sem violência, e com mais camaradagem: uma cultura de vizinhança e convívio social.

Porém, transparecia a expectativa de progresso, traduzido como o “desenvolvimento” urbano próprio das grandes cidades, identificando melhoria de vida com a chegada da civilização, expressando atendimento às necessidades básicas do ser humano e da localidade. As manifestações dos desejos giravam sempre nas aspirações em trabalho, escola, saúde, limpeza pública, energia elétrica, asfalto, segurança pública, transporte, comércio, enfim, por uma organização que trouxesse aspecto de cidade com qualidade ao pequeno ambiente urbano. Ao longo dos últimos doze anos, as expectativas dos moradores de acesso a bens e serviços básicos foram acontecendo de forma gradual, no ritmo peculiar às localidades litorâneas que vão sendo povoadas por habitantes em busca de descanso e lazer.

Hoje, Pecém é uma Vila, com porte urbano de pequena cidade, distrito do município de São Gonçalo do Amarante, situado à 50 km de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

É o local que foi escolhido para implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CIPP, obra de responsabilidade do Governo do Estado que se inclui no “Plano Brasil em Ação” do Governo Federal.

Para esperança de uns e incertezas de outros, sob o ponto de vista da população local, essa intervenção tem passado por várias imaginações de progresso, com promessa de emprego, de mais escolas, de ampliação dos serviços de saúde, de moradias, de segurança pública entre outros fatores que elevariam o bem-estar dessa população.

Essas esperanças se fortalecem com a proposta de implantação do referido CIPP que se dá dentro de um quadro de caráter desenvolvimentista, na lógica da ação do governo do Estado e de seu plano de “desenvolvimento sustentável”. Tal proposta leva à população a esperança que se transmuda em perspectiva concreta de emprego. Assim expressaram-se os moradores à época de sua implantação: ...ouvi falar no projeto do Porto do Pecém, pela primeira vez, em 1996 numa reunião no Centro Social Urbano com o povo do governo, que vieram 03 (três) vezes para anunciar a vinda do Porto. E explicarem que o Pecém foi o melhor canto, onde deu mais certo sua construção ... eles disseram, também, que não ia ficar só nesse Porto. Ia vir outras coisas mais. Fábricas ...essas coisas que é pros rapazes, pras moças todos (as) se empregarem, ter empregos para todos com esse Porto espero melhoramento para a população ... trabalho, porque tem muitos pais de família passando fome, muita gente desocupada ..., não tem trabalho o Porto tem uma coisa boa porque vai trazer emprego ... já começou a empregar, poucos, mas só os homens ... emprego de peão ..., para mulher não tem emprego... o

Porto é a esperança de vida com emprego (Entrevista com populares do local/1999)

Nos discursos e falas do governo, a questão do emprego teve presença muito forte na divulgação e na própria proposta de implantação do CIPP exposta à população e à sociedade em geral. Em reuniões com a população local, na imprensa falada e escrita, nos discursos recheados com o tom de “progresso” e “desenvolvimento”, entre outros indicativos, o emprego para a população foi tema marcante, parecendo ser um dos principais bens de vida levados ao interesse dessa população. Assim, foi dito pelo governo e seus interlocutores: Esse complexo portuário vai significar desenvolvimento, mais exportação, mais emprego, mais atividade econômica (Jornal Diário do Nordeste – DN, 29.05.96). . . . que os novos empreendimentos trazidos com o Porto do Pecém irão gerar 30 (trinta) mil empregos (DN, 29.05.96). . . . o empreendimento (Porto Pecém) supera muito o seu valor em termos de obra, pois deverá proporcionar outros investimentos e empregos, que consiste na principal reclamação da população (DN, 29.05.96). . . . somente a obra do Pecém beneficiará 22 mil famílias, com a capacidade de geração de 03 (três) mil empregos (Jornal O POVO, 11.11.1996).

Indiscutivelmente, foi criada uma expectativa de trabalho construída no sentir e no acreditar da população, fortalecida pela intensificação das promessas a cada discurso, a cada fala.

Tais promessas indicavam ser o CIPP o caminho do “desenvolvimento” local e geral, ficando assim a marca da esperança de haver emprego, do progresso, do bem-estar e felicidade no imaginário da população.

A rigor, o CIPP é um dos grandes projetos do Plano de Desenvolvimento Sustentável – 1995 – 1998 - do Governo do Estado do Ceará que, proposto numa visão de futuro, delimita intervenções para um horizonte dimensionado em uma geração.

É o projeto estratégico nomeado na versão oficial como “desenvolvimento sustentável” no âmbito de uma construção de “democracia e cidadania”, onde “todos tenham garantidos os seus direitos políticos, civis e sociais”, condições de vida e de trabalho, e acesso aos bens essenciais para uma vida digna e com qualidade. É nesta perspectiva que, no papel e nos discursos oficiais, foi projetado a construção do CIPP, concebido como uma intervenção com investimentos de grande porte e de incentivo à interiorização, para dotar o Estado de um pólo de desenvolvimento, com a promoção de atividades industriais integradas. Nas previsões do governo, essa intervenção desencadearia a integração regional, a redução do desemprego, e permitiria aos municípios a fixação da sua população (Congresso ANPET – 1998 – Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicação e Obras – Est. – Ce.).

O Porto é localizado na ponta do Pecém, na costa do norte brasileiro, entre os Estados do Amapá e Rio Grande do Norte. É uma localização estratégica, por constar de águas profundas, e próxima ao mercado internacional, contando com grandes áreas para armazenamento de carga em trânsito, e em condições de receber navios de grande capacidade de carga (Discursos Oficiais – O POVO, 06.10.96).

O Porto do Pecém é afastado da linha da costa, ligando-se a ela através de um viaduto vazado que comporta a estrutura de uma ponte vazada construída sobre pilares, que totaliza o comprimento de 2.130 m com acesso ao PIER I – de desembarque de minérios para a siderúrgica e PIER II – para movimentação de petróleo.

O PIER I é o terminal de insumos siderúrgicos e carga geral, com extensão de 350m por 45m de largura, com capacidade para movimentação de 10 milhões de toneladas/ano, com atracções de ambos os lados. O PIER II é um terminal marítimo de granéis líquidos de derivados de petróleo, uma plataforma de operação com 45,9 m de extensão por 32,0 m de largura, também com atracção de ambos os lados. A sua capacidade é de movimentação 25,0 milhões de m³/ano a uma taxa de ocupação de 87%.

Como uma intervenção chave no plano de desenvolvimento cearense, o CIPP configura-se como um projeto portuário de grande porte, incluindo o Complexo Industrial – indústrias âncoras, como, a Companhia Siderúrgica do Ceará - CSC, cuja construção está em andamento, tendo como meta a produção de laminados planos a quente, laminados a frio e revestidos. Tal empreendimento está numa área de 330 hectares, o que implica a desapropriação de 05 (cinco) comunidades locais, correspondentes a uma área de 150 hectares.

Outro empreendimento no âmbito do Complexo Industrial é a Refinaria do Nordeste – RENOR que, na sua primeira fase, teria a capacidade de 110.000 barris/dia de processamento de óleo cru, devendo produzir gás de cozinha, querosene de jato, óleo diesel, gasolina, óleos combustíveis, entre outros produtos. A RENOR tem um investimento inicial aproximado de 1 bilhão de dólares, ocupando uma área de 500 hectares a uma distância de 6 km do Porto.

Trata-se, assim, de um projeto portuário complexo, composto por um pólo metal-mecânico, ancorado em uma siderúrgica, contando com um parque de estocagem e distribuição de combustíveis, permitindo ao Estado ser “um dos principais entrepostos de combustíveis do país, abastecendo vários Estados nordestinos . . . que serão importados, principalmente do Caribe e da Venezuela . . .”(O POVO, 27.08.96).

O acesso ao CIPP se dá através da malha viária, já implantada, que inclui as rodovias estaduais CE-421 e 156 até a rodovia federal BR-222, que faz ligação com o nordeste ocidental e o norte do país, e da BR-222 faz ligação com outras rodovias federais, como: BR-116 – sudeste e o sul; BR-020 – centro-oeste; e BR-116/BR-304 – nordeste oriental. Inclui-se, também, a malha viária estadual dessa região, através da estrada recentemente construída em sentido paralelo à costa que sai de Fortaleza no sentido litoral – noroeste. É a via estruturante – CE-085 – via costa sol poente. Para o acesso direto ao Porto, foi construído uma via com extensão de 21 km, a partir da BR-222, construção essa que exigiu elevado corte de dunas para viabilizar o acesso ao Porto.

A energia elétrica de atendimento ao CIPP é suprida pela COELCE, assegurada pelo sistema de interligação Norte e Nordeste, hidrelétrica de Tucuruí e Boa Esperança, no Norte, e o parque gerador da Bacia de São Francisco (Paulo Afonso, Sobradinho, Itaparica e Xingó). Conta também com o suprimento de gás natural, através de uma extensão do gasoduto, a partir dos campos de Ubajara/Guanapé, com instalação no Rio Grande do Norte. Para a instalação de sua ligação ao Porto, passou-se por outro processo de rasgação de Dunas.

As águas para o Porto, como parte da infra-estrutura, inicialmente, terão origem no açude Sítios Novos (121,8 milhões de metros cúbicos) e no açude Cauipe (12,2 milhões de metros cúbicos). O fornecimento será garantido pela política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, que deverá ser completado nas conformidades das necessidades x demandas. Para tanto, já é pensado a suplementação do açude Pereira Miranda, o crescimento das barragens de Anil (35 milhões de metros cúbicos), águas subterrâneas – dunas e barragens (72 milhões de metros cúbicos anuais). Em terceira etapa, devem ser construídas obras de integração de bacias, onde se inclui o sistema Castanhão cuja oferta é de até 10m³/segundo.

A proposta de infra-estrutura estende-se à preocupação voltada para a urbanização da localidade. Para tanto, está pensada para a Vila do Pecém o reforço ao esgotamento sanitário e ampliação de serviços de telecomunicações, dentre outros.

Por último, em nome da proteção ambiental e do “desenvolvimento sustentável”, o governo do Estado decretou uma área de 335 quilômetro quadrados como de Utilidade Pública, em torno do local do Porto, para evitar a corrida especulativa de compra e venda de terrenos (Decretos Nº 24.032/06 de março de 1996). Esta área fica entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Nesse Decreto determina-se que a Companhia de Desenvolvimento do Ceará-CODECE está autorizada a fazer as desapropriações por via amistosa ou judicial. (Parecer Técnico Nº 88- Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio

Ambiente-EIA/RIMA). Essa desapropriação, na medida em que contraria os interesses e os direitos da população local, desencadeou uma Ação Popular contra o Estado, em que os moradores “Pleiteiam e Requerem a decretação de nulidade dos decretos de desapropriações e demais atos impregnados. “

2. Repercussões do Complexo Industrial e Portuário do Pecém no cotidiano: o percurso perverso da exclusão.

A implantação do CIPP é uma intervenção do Estado que ocorre com o discurso de promoção do progresso, sem nominar para quem. Ao mesmo tempo, a obra é apresentada como uma via de construção do desenvolvimento sustentável que, nessa vertente oficial, parece desconsiderar a inclusão da população. Em verdade, é uma proposta de progresso que não abraça o desenvolvimento para todos, que deixa de lado as aspirações populares, que exclui a população do Pecém da perspectiva de consolidar esperanças de vida com mais qualidade. É uma proposta que não permite a este contingente populacional tomar parte no projeto, desrespeitando o prometido. Ao longo do tempo, o CIPP vai se delineando para a população local como uma ameaça efetiva aos seus direitos de morador, de cidadão, de trabalhador.

Na realidade, o CIPP constitui uma proposta arrojada que se enquadra coerentemente nos propósitos de crescimento da economia do Estado. No entanto, é um projeto desagregador do viver de boa parte da população local, por acabar, passo a passo, com a esperança daqueles que acreditaram no progresso do Pecém através de um desenvolvimento que incluísse os que ali moram e vivem há décadas numa estrutura de vida simples. Assim, a população foi entendendo que o projeto não era, de fato, para eles, constituindo um privilégio para as elites. Essa compreensão foi tomando forma em seu discurso: “. . . o futuro do Pecém é só para quem tem. Quem tem as coisas. Quem não tem não tem futuro “. . . “. . . o pessoal grande – ricos e o governo – é quem sabe do futuro. Nós não “. (Entrevista com populares do local /1999)

Considerando a dinâmica da sociedade de mercado que se vive no “Ceará das Mudanças”, temos clareza que o quadro de exclusão vivido no Pecém é coerente com a lógica da ordem do capital mundializado. Em verdade, não percebemos, em todo o processo de implantação do CIPP, os devidos cuidados com a qualidade de vida do Pecém, tanto em termos do meio ambiente, como das condições sociais. A pobreza assumiu “nova cara”, mais cruel e dramática pela falta de horizontes, de perspectivas. A metamorfose na vida das famílias vem sendo violenta, sem que a população fosse devidamente informada. Assim, a questão da falta de informação e esclarecimentos é uma das queixas recorrentes no discurso

dos moradores: . . . o Porto do Pecém, foi uma coisa que chegou de sopetão. Não se tava esperando”. “Porque antes, o Governo era para ter visitado, bem antes, esses terrenos, conversado com o povo, pro pessoal ficar tudo alerta”. São habitantes que tradicionalmente viveram no Pecém não foram sequer informados, como se daria todo o processo, e quais os direitos dos desapropriados, os novos trabalhos e os rumos dessa população esperançosa e intranqüila para o enfrentamento de uma nova vida que então se desenhava.

2.1.O susto das desapropriações

Acompanhando a história de como tem acontecido as desapropriações para implantação do CIPP, observamos que esse fato não chegou à população local com a devida dimensão do seu significado e implicações mergulhada em esperanças, como a do emprego, de um futuro de vida melhor com “progresso e desenvolvimento”, a população do Pecém não teve logo a exata dimensão de que o projeto implicava sua saída do local onde vivia há décadas. Vejamos como falam moradores do local: . . . Com a notícia do Porto, a gente pensava de ser bem melhor. Que tivesse mais emprego para população do Pecém. Mas, só que tem muitas pessoas que não têm curso. Pra engenharia, pra motorista de carro, de trator . . . a maior parte de nós somos analfabetos mas espero melhoria com trabalho, porque tem muita gente desocupada. Muito pai de família passando fome, que não tem trabalho, não tem nada . . . já tem alguns empregados, mas são poucos porque eles não têm cultura . . . a vida do povo daqui era só agricultura e pescaria. Não tinha estudo, não tinha nada. E hoje, para esses trabalho, tem que ter sabedoria . . . (Entrevista com populares do local/1999). Porém, hoje, percebemos que tais expectativas não acabaram, vão se diluindo porque não chegam conforme as promessas massivamente emitidas pelos interlocutores do Governo, através dos meios de comunicação falada e escrita e, diretamente, com a população local, em reuniões grandes e pequenas.

Assim, imerso no imaginário de progresso, a população é surpreendida com a desapropriação. A desapropriação das terras onde moram e trabalham traz um tom diferente e significados essenciais aos que nelas vivem. A rigor, a desapropriação configura-se juridicamente como um ato de “transferência para o Estado de um bem de domínio particular, motivado por necessidade ou utilidade pública e justa indenização em dinheiro ou títulos de dívida pública”. No entanto, para os moradores, a significação é a de “ser tirado”, “ser privado” de algo que lhe é inerente, que é parte constitutiva de seu viver. São significados que, na sua essência e na vida do ser humano, mexem com valores de cada um. Entretanto, a desapropriação significa mudanças profundas no cotidiano dos moradores, no enfrentamento de dúvidas e especulações sobre o que

lhes espera, sobre o que virá. São dúvidas essenciais: Qual moradia? Onde e que trabalho? Como será a vida? E, isso, sem esquecer as expectativas frente às novas relações sociais, novos costumes. . . . São elementos simbólicos visceralmente ligados ao significado que tem a terra para aquele que a tem, nela trabalha e dela vive. É dela que tudo se tira e dela se vive. Historicamente, a terra na vida brasileira, tem sido vista como um “bem de valor “, tanto para aqueles que concentram, como para aqueles que pouco têm e que muito são explorados através do trabalho.

Indiscutivelmente, o processo de desapropriação do Pecém faz parte da perversa história de expulsão de terras, com o controle da terra pelo Estado, e também, por aqueles que a concentram, e, paralelo a isso, a submissão do pequeno proprietário e produtor frente uma situação que não criaram e que, muitas vezes aparece-lhes nebulosa, não fica clara as razões de sua expulsão do pedaço de chão em que sempre viveram e sempre trabalharam. Nestas condições, eles se questionam sobre o porquê de se desfazerem do seu pedaço de terra ou do seu local de moradia, a qualquer preço, sem nenhuma garantia de futuro para a família. Assim falam: “... . Eu jamais pensei em vender minha casa, mas por minha vontade, não venderia um hectare por menos de R\$4.000,00 “. . . Não sabemos trabalhar em siderurgia, temos que ir para uma área onde possamos continuar plantando” (DN, 08.04.97).

O silêncio oficial sobre o assunto foi causa de desconforto e inseguranças sobre o futuro de vida daqueles que seriam reassentados e indenizados, gerando o pânico e a insatisfação entre essas famílias. Tal situação foi publicizada pela imprensa que então, denunciou a injustiça das desapropriações no Pecém. Assim falam: Um lote de terra no Pecém custa, em média R\$11.000,00 (onze mil reais) e o Governo quer pagar R\$ 300,00 (trezentos reais). (DN, 08.04.97) . . . Ninguém está contra o Porto do Pecém, o que não é justo é tirar o povo que vive de suas plantações em seus sítios para instalar empresas estrangeiras (DN, 08.04.97).. . . Se eu não tenho navio, para que vai me servir um Porto. (DN, 23.04.97).

O projeto de desapropriação do Pecém, até 1998, atingiu o quantitativo de 5.001 famílias desapropriadas, e chegou sem aviso prévio, deflagrado pelo cadastramento das comunidades que moravam nas áreas a serem ocupadas pelas indústrias. De imediato, seria uma desocupação de 150 hectares, envolvendo diferentes comunidades sem as instituições responsáveis definirem logo a forma como ocorreriam as desapropriações, quem seriam as famílias desapropriadas e qual seria o seu destino.

Registra-se, assim, mais uma vez, as marcas da desinformação e do autoritarismo desse processo, provocadas pela falta de diálogo com os moradores sobre a questão, por parte do Governo, deixando-os, então, inseguros e tontos. Tal situação propiciou a efervescência dos conflitos e

um verdadeiro pânico instaurado na população face o enfrentamento desse novo momento, para o qual não foram preparados. É uma desapropriação imposta e arbitrária sem que os interessados tivessem respeitado seus direitos de cidadão, sequer o mais elementar: o da informação.

O processo da desapropriação foi definido em etapas. A primeira etapa consistiu no cadastramento dos imóveis, com o registro de 1172 imóveis, compreendendo uma extensão de 22 mil hectares. Na segunda etapa compreendeu a avaliação das propriedades e a última, o assentamento iniciando-se com os caseiros e agregados, sendo que à época – 1999 não havia ainda definição de data. (DN,02.12.96)

Com a deflagração do processo começa a reação da população atingida, através da participação numa audiência pública, ocorrida na Vila do Pecém. A audiência ocorreu por requerimento da própria população, e foi organizada pelas Comissões do Meio Ambiente e de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado.

Dessa audiência participaram, além dos populares do local, representantes do Governo, que forneceram explicações técnicas sobre a implantação do Complexo Portuário. Foram explicações de caráter exclusivamente técnico que não conseguiram atingir a compreensão dos moradores ali presentes. Assim, a população passou a colocar os seus protestos, cobrando diálogo do Governo com as comunidades.

Dessa audiência foram tirados encaminhamentos que a Procuradoria da República assumiria, viabilizando a abertura de inquérito, no sentido de apurar possíveis violações das comunidades mediante denúncias já apresentadas pelos moradores. Ficou, então, estabelecido que o escritório aberto pelo Governo no Pecém, para assuntos de participação popular, forneceria as informações aos interessados, e que seria criada uma comissão com representantes da população local e de outras comunidades para tratarem de questões referentes ao Projeto junto ao Governo.

Durante esse processo, ficou claro que a população não era contra o Projeto, mas não aceitava as regras expressas na forma como tudo vinha ocorrendo e sendo conduzido. Não concordavam com os valores propostos como pagamento dos seus imóveis, não concordavam com vários dos novos locais para morar e trabalhar. A revolta aparecia na alegação de baixos valores, e na intranqüilidade provocada pela falta de informação e do diálogo a respeito. A imprensa local denunciou a forma de efetivação das desapropriações “.. . Os técnicos do Governo visitam de casa em casa, oferecendo dinheiro (indenizações) pelas propriedades” (DN, 06.02.97). Notadamente, a estratégia foi impedir a resistência coletiva da população apelando para o individualismo, dividindo assim o coletivo.

2.2. Conflito coletivo com saídas individualizadas

Percebemos a falta de diálogo do Governo com os atingidos pela desapropriação e reassentamento, como também sentimos a falta de uma organização entre os vitimados desse processo, no sentido de reagirem coletivamente uma problemática comum. De fato, existia uma homogeneidade de perdas, mais não se dava uma articulação entre os atingidos na defesa coletiva dos seus direitos.

Avaliamos que o frágil poder organizativo das comunidades foi determinante para que acontecessem as “negociações” isoladas. As chamadas “negociações” eram feitas de per si através de visitas casa à casa por funcionários do governo, no sentido de comunicar que aquela família ou pessoas iriam ser desapropriadas, sem passar por nenhum processo de discussão. Assim, narrou a assessora popular: O governo divulgou a obra no Pecém por volta do mês de abril/96, até aí ninguém sabia como seria o Porto do Pecém, e como se daria. Quando foi no mês de julho, do mesmo ano, começaram as obras, começaram com a entrada nas terras. Começou do interior para a cidade. No interior ninguém sabia nem do que se tratava. . . . Acho que houve um, profundo desrespeito do ponto de vista político. Acho que os políticos da região não têm respeito por aquela população. . . . com certeza, se tivesse uma comunidade esclarecida, tivesse lideranças livres, realmente representantes do povo, eles teriam conduzido o povo (desapropriados) para uma negociação melhor, eles teriam conseguido maior espaço de negociação: . . . teria tido muito poder de interferir, pelo menos garantir minimamente seus direitos. (Entrevista com assessoria popular / 1999). A fala desta assessora deixa claro o caráter arbitrário do processo de desapropriação, apontando para a desarticulação coletiva das comunidades do Pecém e, especificamente, para a ausência de políticos que servissem de mediadores, no sentido de exercer a devida pressão junto ao governo para fazer valer os direitos dos moradores.

A rigor, se algum trabalho de esclarecimento foi realizado com a população sobre a problemática posta, principalmente com as comunidades desapropriadas e a serem desapropriadas, esse trabalho foi de responsabilidade do Fórum do Litoral, com a realização de visitas aos locais, reuniões e um seminário - "CIPP - Desenvolvimento para quem?" realizado durante os dias 18, 19 e 20 de setembro de 1997, em Fortaleza, no auditório do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará-UFC, com participação de representantes de ONGs, sindicatos, pastorais, estudantes, professores, representantes locais e outros. Nesse seminário discutiu-se a problemática vivenciada pelos moradores do Pecém com a implantação do CIPP, sendo o evento concluído com uma Carta Aberta que denunciava publicamente a perversa situação de desrespeito aos

direitos dessa população. À época, existia um grupo constituído por missionárias, leigas, religiosas e padres, desenvolvendo um trabalho junto às comunidades semanalmente, buscando articular alguma forma de resistência coletiva. Não existia, então, uma associação de moradores ou sindicato com intervenção política capaz de subsidiar a defesa e a organização dessas comunidades. E o mais grave e urgente era a existência de famílias a espera dos seus rumos, de futura moradia, trabalho e vida. Assim falou uma componente desse grupo religioso de assessoria:

No momento, estamos contribuindo com a formação da juventude, reunindo, discutindo a história, quais os passos que estão se dando lá, aí, hoje, eles já estão conseguindo, a partir dessas reuniões, ver mais claro como é esse projeto, e o que está colocado pra eles como desafio. (Entrevista com assessoria popular/1999).

Na verdade, para os moradores locais esses desafios giram em torno de continuar vivendo num local em que não há mais trabalho, situação ironicamente provocada por um projeto que chega com a promessa de emprego. É essa uma das principais frentes de luta na perspectiva de enfrentar a exclusão social que se amplia e se complexifica para a população do Pecém com a implantação do CIPP.

Verificamos então, que à medida que o pescador não tem mais pesca, que o agricultor não tem mais a terra, coloca-se o problema de como trabalhar. É o cinturão de dúvidas e dificuldades, que já começava a ficar claro e apertado para essa população. Veja-se um “poema” de um agricultor que tem passado por todo esse processo: “Nós somos pobres, não sabemos nem muito ler, nós não temos nada. A única coisa que a gente tem é essa terra e nossa casa. E de repente, a gente sabe que não tem mais nada, nem a casa e nem a terra”. Nesta fala fica explicado o sentimento de perda que atinge a população, perda do que tiveram e do que construíram a vida inteira. É a verdadeira demonstração de relação desigual, comparada por eles como “a queda de braço entre a formiga e o elefante”.

2.3. Ação coletiva na defesa de um bem de todos: a luta pela preservação do cemitério

De forma emblemática, as famílias manifestaram indignação e revolta com a possibilidade de perda do cemitério do Cambeba (São Raimundo) por incluir-se na área a ser desapropriada. O cemitério é localizado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante e foi construído há mais de 300 anos, tendo sido, segundo os moradores, abençoado por jesuítas. Assim se levantaram as vozes “querem tirar o direito das pessoas de enterrarem os seus mortos no local, acho que o sentimento humano

não se compra”. “. . . não podem bulir com os mortos. Não podem tirar o cemitério desse lugar”. (O POVO, 27.08.97).

Nesse momento, as comunidades se manifestaram de forma coletiva contra a demolição do cemitério. O viés da religiosidade falou forte. Apoiadas no respeito aos seus mortos, e na fé em Deus, as comunidades efetivaram uma mobilização para proteger os túmulos dos seus mortos. Organizaram abaixo-assinado, e fizeram reuniões ao lado do cemitério à sombra dos coqueiros.

Tratou-se de uma reação coletiva motivada pela tradição da religiosidade que bem se diferenciou da postura de isolamento e desarticulação dos moradores que marcou um processo de desapropriação.

Assim sendo, no momento de ameaça de perda do local dos seus mortos, a luta foi coletiva para defender o lugar daqueles que ali estavam e garantir “todos juntos após a morte”. Como falavam, estavam se sentindo “integrantes do MST – Movimentos dos Sem Túmulos”. E faziam abaixo assinado “. . . “pela manutenção e não desapropriação do cemitério onde temos antepassados enterrados” (Entrevista com populares do local/1999). No processo, a luta foi vitoriosa e deixa uma instigante questão: Por que os moradores não defenderam o local de vida como defenderam o local de morte?

2.4. O Pecém que já se vê diferente

À época da investigação-1999- já haviam decorridos mais de 02 (dois) anos do processo de implantação do CIPP. Nesse período de tempo, já percebemos com clareza, o flagrante desrespeito aos direitos elementares de cidadania da população. O indicativo de tal desrespeito é a existência de considerável número de famílias desassentadas, e sem o endereço certo de futura moradia. Inegavelmente, o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, à segurança pública, ao lazer, não tem sido exercitado no Pecém, principalmente em relação à população que teve sua vida afetada diretamente, com a saída imposta do seu espaço de moradia e de trabalho em função da implantação do CIPP.

De fato, em tão pouco tempo, o rumo de vida dessas pessoas já começa a ser visto por elas de forma substancialmente diferente das expectativas e desejos que vieram à tona quando da apresentação do projeto. O direito fundamental à vida já aparece em branco e preto, acabando o colorido do futuro esperado, que tinha como pano de fundo “viver melhor em função do progresso”. Este era o quadro prometido pelo governo do Estado e esperado pela população local, que, na prática, viu escapar até possibilidades constitucionalmente garantidas e prometidas, como direitos

face à desapropriação. Assim, perdeu-se a esperança de uma nova vida dentro de padrões mínimos de bem-estar.

Essa quebra de regras em termos da garantia de direitos dessa população, afetada nas suas condições de vida pela implantação do CIPP, fragiliza o seu potencial de projetar perspectivas de uma vida nova. Assim, o “buraco negro” está posto, e as aspirações ficam no ar, se perdem e vagam na escuridão, constituindo-se em inseguranças e incertezas. Torna-se remota e distante a perspectiva de participarem, de terem acesso às normas constituídas e direitos adquiridos e conquistados na história de luta dos trabalhadores. É essa uma das mais perversas dimensões de exclusão: a perda de horizonte, de esperanças, de perspectiva.

A realidade que observamos no dia-a-dia dessa população, que nesse processo, vem sendo obrigada a desocupar seus espaços de vida, construídos durante anos, aponta para o agravamento de um pauperismo cada vez mais excludente. Essa turbulência nas relações sociais, no âmbito das comunidades vem favorecendo a perplexidade, a insegurança, face ao conjunto de necessidade de vida: trabalhar, morar, ter novas vizinhanças, escapar da violência, esperar pelo novo momento do Pecém, apresentado oficialmente como o futuro lugar do progresso.

É a frustração do que é básico e elementar numa vida cidadã, na perspectiva do que aponta Vera Telles: “Pois diante das evidências da miséria da maioria, todo o problema da igualdade (e do dever de justiça) parece esgotar-se em garantir que essas populações tenham acesso aos mínimos direitos vitais necessários” (TELLES: 90). Uma vida em sociedade que não garanta esses mínimos sociais coloca em questão essa sociedade. Telles, ao intervir em discussão sobre pobreza, sustenta:

a sociedade brasileira padece nessa esquizofrenia de imagens fraturadas de si própria, entre uma sociedade organizada que promete a modernidade e o seu retrato, da anomia feita de atraso, miséria, violência e criminalidade; entre a celebração da política na capacidade esperada de mudar, transformar e inventar um outro país e o “social”, projetado em uma esfera que se subtrai da ação responsável, porque inteiramente dependente dessa versão moderna e secular das leis da natureza, hoje associadas à economia e seus imperativos de crescimento (TELLES: 92).

Com certeza, esse quadro de pobreza/exclusão é a realidade de milhões de brasileiros, que são isolados da formalidade constitucional dos direitos sociais, conquistados por eles próprios. É todo um contingente que não tem acesso à construção de vida com qualidade, com trabalho, com moradia, saúde, educação e segurança, conforme o fundamentado e garantido na Carta Magna/1988 – Art. 6º no seu capítulo dos Direitos

Sociais: “Educação, Trabalho, Saúde, Lazer, Segurança, Previdência Social, Proteção à Maternidade, Assistência aos Desamparados”.

Sabemos que esses direitos normatizados são conquistas de uma luta histórica que teve participação de muitos. Na prática, esses direitos constituem uma “ficção legal” para um amplo contingente de brasileiros. Basta vermos o número de desempregados, a intensidade em que se aprofunda a miséria e a violência, o crescente número das crianças fora da escola, perambulando nas ruas e grande parte no exercício de trabalho escravo. Boa parte da população não tem acesso à saúde preventiva e curativa, vive sem lazer, sem moradia, enfim, sem direito à vida.

Nessa lógica da desagregação, o cidadão parece “não ter direito a ter direitos” (ARENDR, 1993). Em tempos de globalização, podemos pensar sobre o que levanta para discussão o autor Henrique Rattner, quando diz:

O que mudou com a internacionalização e globalização da economia mundial? Conglomerados e corporações transnacionais assumiram o controle sobre a maior parcela da produção, do comércio e do fluxo de investimentos internacionais, impondo, mediante sua total liberdade de movimento, novos e rigorosos sacrifícios à classe trabalhadora (desemprego, precarização e terceirização do trabalho, redução salarial, perda da seguridade e de outras conquistas anteriores). Passaram, também, a controlar ou a exercer as principais tarefas e o poder de decisão do Estado. A abertura dos mercados, a desregulação e as privatizações de inúmeras empresas estatais têm transferido para o setor privado ativos e funções historicamente da alçada do poder público. (RATTNER, 1999:146).

Como diz Alba Carvalho, “essa é a lógica da globalização”, seletiva e excludente para o Brasil dos anos 90, com conseqüências que se expressam forte e concretamente na questão social. Carvalho diz que a globalização deve ser vista como um momento hegemônico do desenvolvimento capitalista, que traduz decisões políticas conforme interesses de grupos e de países que ocupam posições dominantes na esfera internacional. Nisso, reproduz vencedores e vencidos, aprofunda o processo de desigualdades entre países, entre locais. (CARVALHO, 1997: 6).

Portanto, na nova ordem do capital consolidada nos ciclos da globalização, crescem as possibilidades dos ricos ficarem cada vez mais ricos e dos pobres ficarem cada vez mais miseráveis. O Brasil torna-se um país com processos de exclusão social sempre maiores e com um Estado que, atrelado à dinâmica do mercado, desmonta-se no social. Inegavelmente, é

um “Estado de baixa responsabilidade social”, sem políticas ativas e efetivas para atender principalmente àqueles que estão fora do mercado de trabalho e desesperançados da possibilidade de viverem com qualidade de vida. Nesse contexto, aprofunda-se o modelo de desenvolvimento excludente e insustentável no que se refere ao social e ambiental.

Na verdade, a população do Pecém integra o grande contingente dos excluídos da nova ordem do capital, diretamente atingidos pelos ciclos da globalização. Indiscutivelmente, o CIPP é uma expressão da ofensiva do capital que vulnerabiliza os trabalhadores. Envolvidos no discurso oficial, eminentemente ideológico, os moradores acreditaram que iriam desfrutar das vantagens do progresso. No entanto, em tão pouco tempo, desde o início do processo de implantação do CIPP, já se sente o descrédito desse povo no que se refere ao “Pecém maravilha”, tão alardeado como “progresso para todos”.

Falaram e prometeram empregos, moradia e trabalho para todos os desapropriados, mas não disseram “para onde” e “para quando”. Propagandearam segurança e saneamento básico para toda a área urbana, mas não disseram “para quando”. Anunciaram saúde e educação para todos, mas não definiram programas e projetos que viabilizassem a implementação desses serviços em conformidade com o aumento da população e suas necessidades. Essas promessas, entre outras, foram marcantes no sentido de criar nesse povo a crença de um futuro bem-estar, com “progresso” e “desenvolvimento” para esse local. No entanto, permanece a questão central: “progresso e desenvolvimento para quem”.

A quantidade de emprego prometido não tem chegado conforme à necessidade local, e nem na mesma dimensão do divulgado e do esperado. A sustentabilidade de desenvolvimento para essa população está extremamente abalada pela insustentabilidade de vida de expressivo segmento de famílias já assentadas e de outro contingente ainda desassentado. A moradia tem sido violentamente atingida pelo processo de desapropriação, ou desocupação. É a insegurança no que é fundamental: o local de morar e viver. A população sente-se fragilizada face a dúvida, a incerteza. Assim declararam os moradores: “para onde e como será esse novo lugar? “ “não sabemos fazer outra coisa, a não ser plantar”. A nova convivência a ser enfrentada, “quem serão os nossos novos vizinhos?”. (Entrevista com populares do local/1999).

Percebemos a desestruturação da vida simples dessas pessoas, no trabalho, na moradia, enfim, nas relações sociais do cotidiano. Isso nos faz lembrar uma passagem do texto de Ladislau Dowbor:

O capitalismo gerou hierarquias técnicas que não coincidem com as nossas necessidades políticas, e simplesmente humanas. Enquanto surgem diariamente produtos novos,

mais pequenos, mais velozes, mais incompreensíveis, surge também uma nova onda de escassez produzida, com o desaparecimento do ar limpo, da água pura nos rios, dos bosques, da paz nas ruas, da solidariedade, da compaixão . . . (DOWBOR, 1994: 73).

Constatamos em nossa convivência com os moradores que o espaço de vida simples desse povo, construído durante seguidas gerações, passa por um processo de ruptura, com destruição dos matizes de felicidade, confiança e paz ainda existentes no modo de vida de cada um. A nova situação ameaça a segurança de vida, frente um novo momento desconhecido e sobre o qual a população não tem nenhum controle. Esse novo momento mergulhando numa dimensão subjetiva, percebemos quanto afetou as emoções, a tranqüilidade, a paz, a vida de cada um. Daí, interrogamos, por onde passa o desenvolvimento com a implantação do CIPP para esse povo andante que se pergunta no seu dia-a-dia “para onde vou e o que vou fazer?”. Cabe aqui o que diz Henrique Rattner,

A busca de identidade grupal é uma característica historicamente enraizada no ser humano e torna-se ainda mais premente na sociedade de massa, onde os indivíduos, sem Deus, nem pátria, são transformados em excluídos e marginalizados, buscando desesperadamente meios e condições de sobrevivência. (RATTNER, 1999:149).

Se avaliarmos bem, percebemos o verdadeiro sentido da proposta de desenvolvimento sustentável sustentada pelo Estado do Ceará. Indiscutivelmente, o que se tem é a insustentabilidade quando constatamos o agravamento de pobreza com a vivência de novas dimensões de exclusão. Como bem diz Rattner,

. . . na última década do século 20, a situação dos pobres está pior do que nunca e as chances de melhorar sua qualidade de vida nos próximos anos parecem remotas . . . enquanto o número de bilionários e milionários tem crescido em todo o mundo nas últimas décadas, o número de desabrigados, que vivem em áreas de favela e são subnutridos, analfabetos e, portanto, considerados mentalmente retardados, também cresceu. (RATTNER, 1999: 149).

A abordagem analítica aqui desenvolvida mostra que o “desenvolvimento sustentável” promovido pelo Estado através da implantação do CIPP, não tem coberto parâmetros das necessidades ambientais e sociais. Tal constatação aponta para a exigência de uma proposta alternativa de desenvolvimento, ampla e básica que contemple todas as dimensões de

vida social, agregando ricos e pobres. Mais uma vez voltamos a Henrique Rattner:

questiona-se o significado de desenvolvimento sustentável em um mundo tão contraditório, onde a opulência e o desperdício coexistem com a miséria e a alienação. (RATTNER, 1999:133).

Achamos imprescindível para a conquista de uma nova ordem social, que sejam incluídas as regras da equidade, no sentido da recuperação do viver social com trabalho, com segurança, com moradia, com lazer, com saúde e educação eficaz e eficiente, sem violência, sem prostituição infantil, sem uso de drogas. E, assim, teremos um viver, enfim, sem processos de exclusão.

A rigor, esse povo de que falamos é semelhante a outros povos de tantos outros lugares, com suas histórias e suas vida. Muda a composição, mas o tom é assemelhado. Todos são moradores do mesmo planeta globalizado, regido pela lógica excludente do mercado.

Nesse olhar sobre a realidade, cabe o que diz Sônia Draibe:

. . . rompe-se o tecido social, agora dualizado entre os grupos cada vez menores dos que trabalham e são protegidos e os que são desempregados ou, têm empregos precários contando com baixa ou nenhuma proteção social – os velhos e novos excluídos do progresso social. Para os programas sociais, as conseqüências imediatas são conhecidas: aumento e diferenciação das demandas, concomitantemente, à redução das receitas das contribuições sociais – pressões que se reproduzem em escala crescente em função da degradação social e ambiental. Para a política social e geral, o resultado mais dramático é a perda de sua integridade existência, ou seja, as rupturas das relações e vínculos que as estruturavam como sistema de políticas – condição de sua eficácia no passado. (DRAIBE, 1996: 5).

Conclusão: O Pecém na nova ordem do capital – para onde aponta o futuro

Face às reflexões aqui desenvolvidas, cabe-nos, antes de mais nada, formular interrogações: como, e em que momento a implantação desse projeto, proposta oficial de desenvolvimento, verdadeiramente colada ao interesse do grande capital, consolidaria desenvolvimento sustentável, fortalecendo o processo de construção de cidadania com cultura e justiça para todos, num local onde predomina a pobreza e a vida simples, e a

população não se enquadra, enquanto força de trabalho, no que exige o novo mundo do trabalho ? É o que questiona Alba Carvalho, ao discutir a questão chave da inclusão social:

Como garantir Qualidade de Vida à população excluída da dinâmica do mercado global?.(CARVALHO,1997:11).

É a busca de alternativas, de saídas, de construção de caminhos. Nessa perspectiva, diz Henrique Rattner, quando trabalha a temática da Sustentabilidade: em busca de um modelo de desenvolvimento alternativo, sustenta:

. . . Tensão social e violência incontida são conseqüências da anomia que se espalha pelo mundo, atingindo indiscriminadamente ricos e pobres, sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. O desafio de se encontrar uma saída é comum em todas as sociedades. Em vez de aceitar a imposição da racionalidade formal econômica devemos desenvolver formas de produção e consumos compatíveis com a integração social, participação comunitária, plena cidadania e justiça social. (RATTNER, 1999: 130).

Compreendemos que, ao analisarmos o Pecém nesse momento, com o quadro que já se delineia, configura-se, mais um espaço aberto à dinâmica do crescimento econômico a favor do fortalecimento do capital, vulnerabilizando a população trabalhadora, na medida em que lhe desapropria as condições de moradia e de trabalho.

Certamente, esse tem sido, historicamente, o marco da história do capitalismo que se desenvolve com crescente concentração da riqueza e ampliação da pobreza, e, hoje, avança em nova forma, com o processo da chamada “globalização”. Assim diz Ladislau Dowbor “.

. . Nesse processo, quem não faz parte do rolo compressor, faz parte da estrada. E a verdade é que ampla maioria das populações do mundo hoje faz parte da estrada.(DOWBOR, 1994: 58).

É esse o retrato do Brasil que, nos ciclos do ajuste à nova ordem do capital, aprimora e sofisticada, sempre mais, seus mecanismos de exclusão, implicando sustentabilidade para poucos e insustentabilidade para muitos. Isto posto, gesta-se uma sociedade cada vez mais fragmentada, na medida em que submete grande parte da sua população a viver sob os ditames do grande capital, sem acesso aos direitos elementares de cidadania, imersa em processos de exclusão, sem horizonte de vida.

E, hoje, no Brasil do ajuste, muitos pedaços e fragmentos do Brasil e dos brasileiros estão fora da inserção seletiva do Brasil à economia mundializada. Interroga Tânia Barcelar: *“o que vai acontecer com esses pedaços não ajustados, não inseridos na dinâmica global”?* (BARCELAR, mimeo). Esses pedaços do Brasil não ajustados ao interesse do capital, são pedaços excluídos. E aí inserem-se o Pecém e muitos outros locais diretamente atingidos pela dinâmica dos focos competitivos, como o CIPP.

Nesse processo, de tantos excluídos de possibilidades de vida, do “direito a ter direitos”, o desafio é encontrarmos caminhos ou veredas, criando saídas que deixem vislumbrar esperanças de cidadania. Sabemos que os problemas gerados pela globalização e pela reestruturação produtiva nessa nova ordem do capital não ficam só na geração de miséria através da exclusão social. É importante considerar também a vulnerabilidade de inserção da classe trabalhadora no novo mundo do trabalho. A reestruturação produtiva nesse mundo global manifesta-se na heterogeneidade e na fragmentação da classe trabalhadora efetivada na destruição de postos de trabalho, na elevada variabilidade no setor de serviços, na flexibilidade das relações de trabalho, no desmonte dos direitos trabalhistas e de seguridade social. Sem dúvida, a nova ordem do capital acaba a remota viabilidade do pleno emprego e de empregos estáveis, ao mesmo tempo que torna regra a prática do subcontrato de trabalhadores temporários, a redução de empregos diretos. As empresas passam a usar a terceirização como precária forma de contratação, entre outras formas de precarização ou redefinição dos contratos de trabalho. Cria-se, assim, o país das incertezas e da insegurança para os trabalhadores, com imagem da tragédia social.

Nesse contexto, a dinâmica dos trabalhadores, nesse momento, tem sido marcada pelas andanças, passando de emprego à trabalho informal, sem a fixação de ocupações definidas, num verdadeiro nomadismo ocupacional. Acrescente-se a esse cenário de incertezas, a trajetória da discriminação, no que se refere ao sexo, idade, raça...

Então, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, cidadania ficam como palavras soltas, no momento que o Estado não oferece resposta e se inclui de forma integrada ao projeto de mundialização da economia. Podemos, então, entender todo o processo de desmontagem da regulação social e econômica, o desmantelamento das estruturas públicas tidas por muitos como esperança e sustentáculo da idéia de justiça e igualdade para muitos. É o país que se distancia, sempre mais, da idéia de construção de uma nação voltada ao bem público, com direitos para todos.

O mergulho nesse cenário leva-nos a perguntar: por qual caminho pensar viabilidade de desenvolvimento sustentável, com qualidade de vida e cidadania? O que é sustentável nesse País? Como vislumbrarmos luz de

esperança desse país vir a ser uma sociedade sustentável em qualquer tempo, socialmente justa, com práticas democráticas e participativas, com o exercício da cidadania?

Possivelmente, diríamos que o registro histórico para a conquista de uma sociedade com direitos e deveres para todos, tem sido marcado por lutas intensivas, em certos momentos, pagos a preço da vida de forma cruel e desigual. No entanto, tem-se lutas vitoriosas, formas de resistência e de pressão que conseguiram conquistas de direitos. Indiscutivelmente, está posto que, a história da nossa sociedade precisa perder de vista o caminho da tradição oligárquica e autoritária, e assumir o processo de construção de cidadania, com democracia e respeito aos direitos constituídos como parâmetros de ordenamentos nas esferas políticas, econômicas e culturais da sociedade. Nesta perspectiva, é estratégica e decisiva a luta pela publicização do Estado. É necessário criar mecanismos de pressão no sentido do Estado brasileiro abandonar a linha de redução das políticas públicas, no campo da saúde, da educação, do emprego, da segurança pública, da habitação e da cultura, sempre na perspectiva de promoção da vida. Com isso, poder-se-ia alcançar o exercício da ordem da lei nos termos da justiça, da igualdade para todos, conquistadas por muitos. É importante fazer valer o preceito constitucional:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. . . (CF-1988 Art. 5º Caput)

Na verdade, é fazer valer o histórico espírito constitucional conquistado nos termos “. . . sem distinção de qualquer natureza . . .” e pensar eticamente a vida social assumindo responsabilidade pública e obrigações sociais. Prescreve a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã: **Art. 6º** - “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. **Art. 7º** e Incisos – “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social . . .” **Art. 193** – “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e justiça sociais”. **Art. 196** – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. **Art. 200** – Cria-se o Sistema Único de Saúde (SUS). **Art. 205** – “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. **Art. 220** – “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. **Art. 225** – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (e Incisos)

Entendemos que no “Brasil Real” para pensarmos uma sociedade sustentável, principalmente em pleno processo de pauperização que vivemos, a lei precisa ser garantida com universalização dos direitos individuais e coletivos, e prerrogativas de cidadania para todos. São pontos que abrem espaços e caminhos viáveis para a construção de uma nova sociabilidade, com identidades e modos de vida, fundados no “direito a ter direitos”, levando-se em conta a possibilidade de se alcançar elementos para a prática de uma regulação da vida social.

Nesse rumo, podemos vislumbrar a viabilidade de uma nova “estrada” , “estrada de bem-estar”, onde as inseguranças e as incertezas desse povo excluído, vencido e desigual, se coloquem num patamar de articulações em positivo, com direitos e garantias, e regulação social.

É esse o caminho que conseguimos apontar para iniciar o processo de construção de uma sustentabilidade solidária, companheira, amiga, socializada, na visão do bem-estar social, com sólido conteúdo de qualidade de vida.

Porém, a construção dessa sustentabilidade solidária exige um respeitoso exercício de democracia, com participação das organizações sindicais, associações populares, e outras organizações que precisam ser fortalecidas ou construídas, conforme a nova ordem do momento contemporâneo, em resposta às peculiaridades da Questão Social Contemporânea.

Com esse posicionamento na forma de ver o mundo hoje, diríamos que, dentro dessa realidade, pensamos o Pecém, com toda a intervenção da lógica global do capital que se processa no local, a exigir uma intervenção de novo tipo, voltada para os interesses públicos. Nesta perspectiva de pensar uma intervenção pública aqui retomamos o EIA/RIMA-1996, enfatizando os impactos de ordem social e ambiental já previstos, no sentido de sinalizar medidas emergentes através de políticas de monitoramentos. Senão vejamos!

Impactos Sociais previstos para o Pecém no EIA/RIMA-1996: Aumento populacional; Aumento da criminalidade; Insegurança à população local;

Importação de doenças; Choque cultural; Conflitos sociais; Modificação na estrutura imobiliária local; Aumento da demanda de imóveis; Aceleração da urbanização; Alteração da rotina da comunidade, rompendo tradições; Aumento do volume de lixo; Incremento do setor terciário; Aumento significativo do fluxo de veículos.

Impactos ambientais previstos para o Pecém no EIA/RIMA-1996: Migração da fauna para as áreas contíguas; Alteração da paisagem natural; Alteração ecodinâmica costeira; Incompatibilização com projetos turísticos; Prejuízo para o setor agrícola; Alteração na forma de uso e ocupação da área atingida; Perda dos atrativos naturais; Crise do setor pesqueiro; Perda da balneabilidade; Aceleração de processos erosivos; Alteração da qualidade das águas e do ar; Alteração na dinâmica das feições geomorfológicas; Aumento da temperatura e da umidade do ar; Alteração da linha da costa; Modificação das correntes marinhas; Modificação do balanço sedimentológico; Riscos de derramamento de óleos e conseqüente contaminação das águas oceânicas; Emissão de fumaças e gases pela queima de combustíveis dos navios.

Avaliando os processos vivenciados no Pecém nesses últimos cinco anos, com a implantação do CIPP, vimos materializarem-se os impactos previstos, gerando um cenário de graves questões sociais e ambientais. Neste quadro de desconstrução do Pecém em função da ofensiva do capital, sem os devidos controles e regulamentações, destacamos como fenômenos que se instituem a exigir políticas públicas ativas: Aumento da população; Aumento da violência; Aumento do uso abusivo das drogas – lícitas e ilícitas; Aumento da prostituição infantil; Conflitos sociais advindos da transformação das relações sociais de produção; Redução da ocupação das pessoas em decorrência da crise da pesca, desapropriação de terras e dispensa de empregados(as) das casas de veraneio; Alteração da paisagem natural – corte de dunas por rodovias, exploração de pedreiras, etc; Sistema de saúde local reduzida frente às demandas crescentes e específicas; Subnotificação de agravos na área de saúde em decorrência de deficiência no sistema de informações; Discriminação da população feminina nas relações sociais produtivas, em decorrência das características do Projeto; Falta de preparo técnico dos profissionais das áreas de educação e saúde, para responderem os apelos da realidade profissional, no contexto sócio-cultural em mudanças; Não-adaptação dos segmentos populacionais ao novo mercado de trabalho - estranhamento à disciplina, à jornada de trabalho e insegurança; Ausência de capacitação de mão-de-obra para inserção no novo mercado de trabalho; Desilusão com os empregos prometidos, e até hoje poucos alcançados.

Assim, com preocupação de pensar cuidados locais, sustentamos que o Pecém clama por intervenções que se dirijam à recuperação de degradações e desagregações ambientais e sociais do presente e

prevenção para um futuro promissor para esse povo, sobrando do processo de “desenvolvimento” em andamento. Só assim, se poderá fazer desse local um espaço incluído na ordem de regulação social, plural e saudável, com saúde e felicidade.

“ . . . que as pessoas um dia recuperem seus sorrisos e suas lágrimas . . . a reconstituição do tecido social . . . (DOWBOR – *Idem* – pág. 73)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, E. O Preço da Riqueza: Pilhagem ambiental e a (Des) ordem Mundial. UNESP.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1993.
- BACELAR, T. Brasil: Reinventar o Futuro. pp. 13-34: Recife-1995
- BACELAR, T. O Nordeste Brasileiro Face a Globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas. Mimeo: Recife, 1996.
- BREILH, J. Democracia Profunda Mirada Militante de una Construcción Política Alternativa. *Revista Espació*, Quito, 1995.
- BREILH, J. “Derrota del Conocimiento por la Información: Rio de Janeiro: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*.
- BREILH, J. Eficacia del poder, retroceso del derecho y degradación del trabajo. El Escenario Regresivo de la Salud Laboral in América Latina, Conferencia del ENCUESTRO NACIONAL DE SALUD DEL TRABAJADOR EN BRASIL, 1999.
- CARRION, V. *Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas*, São Paulo, editora Saraiva, 1995.
- CARVALHO, A.M.P. ^a Globalização e o desafio da Questão Social, Fortaleza (CE), 1997, Mimeo.
- CARVALHO, A.M.P. O processo de globalização e seus rebatimentos no Estado, Fortaleza(CE), 1997, Mimeo.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1996.
- DOWBOR, L. Da Globalização ao poder local: nova hierarquia dos espaços. In: Freitas, Marcos César. Op. cit. pp 55-76.
- DRAIBE, S.M. Proteção Social e Desenvolvimento Humano na América Latina: as Políticas Sociais de nova geração. 1996 Mimeo.
- FILHO, V. Reestruturação Produtiva e Acidentes de Trabalho no Brasil, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1998 Mimeo.

- GENTILI, P. O Discurso de 'Qualidade' como nova Retórica Conservadora no Campo Educacional e Neoliberalismo, 'Qualidade' Total e Educação, Vozes, Petrópolis, 1995.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – Avançando nas Mudanças – Plano de Desenvolvimento Sustentável, 1995-1998.
- HERCULANO, S.C. "Do Desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: Goldenberg, Miriam (Coord.) *Ecologia, Ciência e Política*, São Paulo: Editora Revah, 1992. p.p. 9-48.
- LEIS, H.T. "O Labirinto: Ensaio sobre ambientalismo e Globalização", São Paulo pp. 89 – Co-autoria de Eduardo J. Viola: *A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil*.
- MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS, *Segurança e Medicina do Trabalho*, São Paulo, editora Atlas, 1996.
- NEDER, R.T. *Texto Limites Políticos – Institucionais ao Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Editora Unicamp, 1992.
- NEVES, M.A. Reestruturação Produtiva e Estratégias no Mundo do Trabalho. Mimeo
- OLIVEIRA, J. *Estatuto da Terra*, Editora Saraiva, 1986, São Paulo.
- PRZEWORSKI, A. "Reforma do Estado: Responsabilidade política e intervenção econômica". RBCS Nº 32 ano 11 out-96.
- RATTNER, H. *Liderança para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Nobel, 1999".
- RIGOTTO, R.M. "*Isto é Trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil*". Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo, in *O novo mapa do mundo. Fim do Século e Globalização*, Editora Hucitec, São Paulo, 1993.
- SEPLAN, Breve Diagnóstico dos Municípios Limítrofes, ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, 1996.
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente-SEMACE- Parecer Técnico Nº 88/96 – DETEC/DILAM/UNEIA, Análise do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/ e Relatório de Impacto no Meio Ambiente-RIMA.
- TELLES, V. Pobreza e Cidadania – precariedade e condições de vida. Mimeo
- VIOLA, E. Reflexões sobre os dilemas do Brasil na Segunda metade da década de 1990 e sobre uma agenda de Políticas Públicas baseada na democracia, na equidade, na eficiência e na sustentabilidade. Mimeo

MEMÓRIA E RECONSTRUÇÃO DO PASSADO DA COMUNIDADE DO PECÉM-CE

Josimeire de Araújo Gomes¹

A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.

Ecléa Bosí

O presente trabalho tem como objetivo principal resgatar a história da comunidade do Pecém a partir da memória do seu povo, através do registro de costumes e tradições, que marcaram outra época, não tão remota, mas que já não existem mais, a não ser nas lembranças de quem os viveu. Tem o intuito de não se deixar para trás as trilhas das experiências, de histórias, tradições, dimensões muitas vezes apreendidas como desnecessárias.

É nessa idéia que o trabalho se fundamenta, pois reviver o passado fortalece o presente. Para a comunidade do Pecém essa reconstrução é muito importante, faz-se necessária. As lembranças reconstituem a identidade de origem da comunidade, hoje tão modificada.

Trata-se de uma área litorânea distante 40 km a oeste da capital cearense, com atrativos naturais que apresentam diferentes aspectos de degradação ambiental, devido principalmente à ocupação desordenada na faixa de praia e de dunas por casas de veraneio, mas que atualmente é alvo de grandes e modernos investimentos, por conta da construção do Complexo Portuário do Pecém. A implantação do porto, iniciada em 1996 e com prazo de conclusão previsto para o primeiro semestre de 2001, resultará, muito provavelmente, na completa descaracterização do vilarejo, tema cuja importância é retratada neste trabalho. Afinal, há cidades tranquilas em que o tempo parou por algum tempo, mas quando começam a interessar ao capital financeiro, elas são transformadas, demolidas, ou mesmo adaptadas aos novos tempos.

Nesse contexto, muitas vezes o idoso, assim como as sociedades tradicionais, absorve a ideologia voraz do lucro e da eficácia e repete: “É assim mesmo que deve acontecer, a gente perde a serventia, dá lugar aos

¹ Geógrafa (UFC), especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (UFC) e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC).

moços... Para que serve um velho, só para dar trabalho...”, como repetia o Sr. José Eliotério de Moraes, “Seu Pizeca” (In memorian), ao falar da chegada do “progresso” através da implantação do porto. Existem sim, outras sociedades, deveríamos responder, onde o idoso possui um lugar honroso e uma voz privilegiada, assim como a cultura e as tradições constituem o maior bem social.

Não havendo o registro das informações históricas, como será transmitido a outras gerações o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existem mais as velhas casas de palha, as árvores, as dunas e os mangues de outrora? Pois, dentro do sistema capitalista neoliberal vigente e dos projetos em implantação no Pecém, a tendência mais provável é realmente a destruição do que ainda resta de natural e tradicional no lugar.

O intuito da pesquisa foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de pessoas que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. O relato caracteriza a vida cotidiana e a ação da comunidade em grupo ou em sua forma de habitar/produzir.

A partir da contribuição do método de história de vida, têm-se idéias, e não pontos de vista, encarregados de relativizar a densidade do passado: estamos diante de indivíduos reais, de um suporte empírico baseado em documentos humanos e na experiência humana contada e direta.

As histórias de vida representam a maneira de compreender a cultura “do lado de dentro” como, segundo LÉVI-STRAUSS (apud CAMARGO, 1984:46), “um conjunto vivo, regido pela harmonia interna, não como um conjunto arbitrário de costumes e instituições, cuja realidade é apenas percebida” .

Através das fontes orais e do contato direto com informantes, considerados meios únicos de descrição e compreensão de suas histórias, pode-se estudar sociedades iletradas, privadas de documentação escrita. Trata-se de uma abordagem qualitativa necessária para a compreensão das origens e evolução histórica da comunidade, visto que, não se dispõe de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram fatos ocorridos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da História oficial. O interesse da pesquisa está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de suas vidas, ou da comunidade como um todo.

A base do método de abordagem utilizado foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores, quando foram feitas visitas prolongadas em suas residências e, com o apoio técnico de um gravador, foram registradas suas lembranças para posterior transcrição das fitas.

O maior número de lembranças vem quando são provocadas. No primeiro contato com a Sra. Luíza Gonzaga de Carvalho, Dona Gonzaga, por exemplo, ela se considerava “brôca”, velha demais, e achava que não lembrava mais nada. No entanto, ao ter suas lembranças estimuladas, deu uma excelente contribuição no que se refere, principalmente, aos fatos que a mesma vivenciou mais de perto, tais como a reconstrução da igreja e o comércio no Pecém.

Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Assim deu-se a presente pesquisa, a partir das histórias de vida contadas por duas gerações, pelo Sr. José Eliotério de Moraes, Seu “Pizeca”, de 81 anos de idade, com a contribuição de sua filha a Sra. Maria Luíza de Moraes Mourão, 57 anos e pela Sra. Luíza Gonzaga de Carvalho, 80 anos, com a contribuição de sua filha a Sra. Maria José de Carvalho, 51 anos, e a Sra. Olgarina de Góes Monte, Dona Olgarina, 59 anos. E, ainda, tendo localizado um trabalho elaborado por Vieira, 1995, onde constam entrevistas feitas com o Sr. Luiz Ferreira de Souza, um dos primeiros moradores do Pecém, do início do século, falecido há poucos meses, e bastante citado nas histórias dos outros narradores, juntamente com a de outros pescadores antigos. Acumulou-se assim, um significativo número de informações, o que possibilitou a realização deste trabalho.

São autobiografias que aquecem a vida pública com o calor da subjetividade que falta, em geral, ao discurso histórico oficial, que enfatizam as relações estruturais, econômicas, culturais, afetivas e pessoais, entrelaçadas através das histórias das vidas dos narradores, assim como nas obras de FAULKNER (apud DENZIN, 1984:30), onde têm-se o fazer e agir da história através das vidas das pessoas comuns. Estas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem.

Assim, a pesquisa esteve apoiada nas histórias de vida desses narradores e na leitura de trabalhos voltados para este tipo de abordagem, assim como, na bibliografia voltada para algumas problemáticas expostas na narração, como a questão da cidade, das sociedades tradicionais, da pesca, enfim, houve a preocupação de se fazer um levantamento bibliográfico que atendesse aos objetivos da pesquisa. Além disso, fez-se um levantamento de registros fotográficos junto aos narradores e à

bibliografia disponível, assim como foram feitos novos registros para facilitar a análise da evolução da paisagem local.

1. Memória e reconstrução do passado

A etimologia do verbo lembrar-se, em francês se *souvenir*, significaria um movimento de "vir de baixo": sous-venir, vir à tona o que estava submerso. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. A memória seria o "lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas. A memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida" (BOSI, 1979:9). É do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde. O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea.

Para CHAUI (apud BOSI, 1979:XXVII), o idoso não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens. E questiona: "Por que decaiu a arte de contar histórias? Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências. Porque matamos a sabedoria".

O idoso carrega em si, mais fortemente, tanto a possibilidade de evocar quanto o mecanismo da memória. O velho já não aprenderia mais nada, pois sua vida psicológica já estaria presa a hábitos adquiridos, inveterados; e, em compensação, nos longos momentos de inação, poderia perder-se nas imagens-lembrança. O princípio central da memória como conservação do passado é o que sobrevive sob a forma de lembranças.

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo HALBWACHS (apud BOSI, 1979:23), excepcional. Para BOSI (1979:17) na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Na visão de IGLESIAS (1984:60), todo relato, por mais nítido e ordenado que o narrador pretenda transmiti-lo, aparecerá freqüentemente

embaçado em sua memória, possivelmente com erros de datas ou circunstancialmente até deslocado de sua própria atuação.

GOETHE (apud BOSI, 1979:21) já observava, em Verdade e Poesia: "Quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças...". Daí o caráter não só pessoal, mas familiar, grupal, social, da memória.

O idoso ao lembrar o passado não está descansando, por um instante, ele está-se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida. Para HALBWACHS:

O idoso se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condições de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto, nem, sobretudo, que imagens antigas, sepultadas no inconsciente desde sua infância, recobrem força de transpor o limiar da consciência só então. (HALBWACHS apud BOSI, 1979:23)

Para BOSI, a interpretação social que HALBWACHS dá da capacidade de lembrar é radical. Entende que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de "quadros sociais" e "imagens evocadas". Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças. Segundo esta autora:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento da velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade: 'nas tribos primitivas, os velhos são os guardiães das tradições'. (BOSI, 1979:23).

Um aspecto importante desse trabalho de reconstrução é posto em relevo por HALBWACHS quando adverte do processo de "desfiguração" que o passado sofre ao ser remanejado pelas idéias e pelos ideais presentes do idoso. A "pressão dos preconceitos" e as "preferências da sociedade dos velhos" podem modelar seu passado e, na verdade, recompor sua biografia individual ou grupal seguindo padrões e valores, que na linguagem corrente de hoje, são chamados "ideológicos".

De acordo com BARTLETT (apud BOSI, 1979:26), a nitidez da memória não deve ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo. Existe uma relação entre o ato de lembrar e o relevo (existencial e social) do fato recordado para o sujeito que o recorda. Durante as narrativas dos recordadores do presente trabalho², pôde-se identificar essa relação entre o interesse social de cada narrador, a partir da relevância dos temas lembrados. A lembrança está condicionada basicamente pelo interesse social que o fato lembrado tem para o sujeito. No caso do Seu "Pizeca" (in memorian), a pesca, a Dona Gonzaga, o comércio, a Dona Olgarina, a escola, e, ainda, permeando todas as histórias de vida, a relevância na abordagem em relação à igreja.

No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram. Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros "universos de discurso", "universos de significado", que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História. É o que se tem em relação aos deslocamentos da igreja do Pecém nas falas dos recordadores, onde não foram constatadas contradições.

STERN (apud BOSI, 1979:56) concilia a suposição de que existe uma memória "pura", mantida no inconsciente, com a suposição de que as lembranças são refeitas pelos valores do presente. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória.

Na expressão de Chauí, citada anteriormente, o idoso desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, funcionando como uma ponte que liga o passado, presente e muitas vezes prevê o futuro. Nas tribos antigas, ele tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição.

O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o idoso alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode emergir pela memória dos idosos. Momentos desse

² O trabalho original baseou-se nas histórias de vida de pessoas escolhidas segundo o critério de idade, considerando antigos moradores do Pecém.

mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente.

A partir de histórias de vidas dos moradores mais antigos do Pecém e de referências bibliográficas, o presente trabalho levantou dados referentes aos primeiros habitantes e sua relação com a natureza, à vida em comunidade, considerando suas necessidades básicas e respostas culturais, atividades econômicas, aspecto político, além da importância da igreja na memória de seu povo.

1.1 Primeiros Habitantes

Antes da criação oficial da Vila, em 1951, já existiam famílias de pescadores morando na área. O senhor Luiz Ferreira de Souza³, um dos moradores mais antigos, afirma que chegou ao Pecém em 1917, “nessa época aqui já existiam 17 casas, a rua era de areia, a atividade era só pescaria. Não tinha escola, não tinha nada. Era muito atrasado. Foi se evoluindo muito. As viagens eram feitas pelo mato ou pela beira da praia. Antigamente só havia coqueiros e areia”.

O Pecém passou mais de meio século ocupado, mas sem ser conhecido ou sem ter despertado interesses. Era simplesmente um local com atrativos naturais para subsistência de poucos pescadores.

2. Relação Homem - Natureza

O espaço geográfico, de acordo com LIMA (1997:1), é a superfície da terra em que o indivíduo construiu sua morada e seus meios de produção, para sobreviver, numa permanente luta para domar a natureza, transformando-a. Para tanto, o indivíduo lança mão de instrumentos, de técnicas, dos próprios recursos naturais para, com sua energia, com seu trabalho, imprimir uma segunda natureza que é o espaço social ou espaço geográfico. Daí porque se pode dizer que no espaço estão registrados os processos da produção, a história do homem.

É oportuno ressaltar que os “povos” do mar ou pescadores artesanais constituem uma categoria social que se utiliza dos recursos aquáticos como fonte de sua sobrevivência social, mediante o emprego de tecnologias simples ou rústicas. Embora sejam inseridos - desde o início de sua constituição - na pequena produção mercantil simples, é possível identificar, em sua forma de organização econômica e social tradicional, um conjunto de elementos que assumiam função de valor de uso. Além de parte do pescado, os pescadores utilizavam vários recursos da natureza

³ Entrevista dada a Vieira, Turismo e desenvolvimento sustentável na costa oeste cearense, 1995.

em seus distintos domínios da vida, quer no mundo do trabalho, quer no mundo doméstico, sem afetar a dinâmica de seu ecossistema e com relativa autonomia frente aos chamados “bens” de origem industrial (CUNHA, 1990:172).

Retomando a afirmação de Cunha sobre a relação equilibrada entre os pescadores e a dinâmica do ecossistema natural, isso nem sempre é verdadeiro, tendo em vista que muitas vezes eles próprios são responsáveis pela pesca predatória, como no caso relatado em capítulo posterior referente aos currais pesqueiros em que houve uma época da produção ser tão alta que havia necessidade de se enterrar parte da mesma porque não existiam meios para conservar por muito tempo, levando-a ao apodrecimento.

A natureza em seus componentes está carregada de toda uma gama de valores às vezes contraditórios: valores de uso, que podem ser de consumo direto (a colheita); valor produtivo (transformação mediante o trabalho, as práticas e a indústria); valor recreativo, que explora a natureza sem a consumir. Juntam-se a isso os valores ecológicos, ligados às interdependências entre organismos; valores de opção, ligados à exploração futura dos recursos; valores de existência, pela satisfação de saber que certos recursos biológicos existem (DOLLFUS, 1993:28).

Desde o começo do século, a característica da comunidade pesqueira na Vila do Pecém já prevalecia, mostrando ser um lugar calmo, pitoresco, de pessoas simples. A relação sociedade-natureza acontecia apenas como modo de sobrevivência. Antes, a comunidade tinha como meio de vida principalmente a pesca. Quase todos os moradores eram pescadores. As casas eram feitas de palha e madeira, utilizando-se troncos de coqueiros.

A relação que existia entre os primeiros habitantes e a Lagoa do Pecém era restrita à pesca e à lavagem de roupas, pois era um tanto quanto distante do povoado, no entanto, era lá que existia o manancial de água doce. Além de um olho d’água de onde era retirada a água para o consumo. Esse fato se retrata na afirmação de Dona Gonzaga:

Num gostava de brincar na lagoa não, eu ia era com uma trouxa de roupa deste tamanho na cabeça pra lavar lá na lagoa. A água que eu trazia era do olho d’água, pra botar nos pote, mas quando eu morava lá do outro lado, na outra rua. Botava uma rodilha na cabeça e a lata d’água em cima.

Com relação à dinâmica das dunas, os hábitos e costumes dos primeiros habitantes estavam integrados com a lei da natureza, na medida em que construíam casas com palha e troncos de coqueiros. Quando as dunas

móveis, em sua dinâmica própria, avançavam sobre as casas, onde existiam poucos pertences que eram retirados, não havia a degradação ambiental. Em seguida, eram construídas novas casas. Verifica-se, assim, uma relação estreita entre homem e natureza na vila do Pecém.

3. A vida em comunidade

Apesar das transformações capitalistas em que se gerou a sociedade desarticulada ou atomizada, o ser humano sempre viveu em comunidades. Para Ortiz (citado por DOWBOR, 1996:70), acostumamo-nos a considerar como positivo tudo o que vai do pequeno para o grande; o clã, a tribo, a aldeia são coisas do passado; a modernidade trouxe a nação, o futuro aponta para o espaço global, a sociedade anônima de bilhões de habitantes da espaço-nave Terra.

Ninguém se solidariza no anonimato. A humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização passa pela reconstrução dos espaços comunitários. A própria recuperação dos valores e a reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exige que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa. Este processo de reconhecimento do outro não se dá no anonimato. E o anonimato se ultrapassa na comunidade.

FOSTER (1984:28) define comunidades como sociedades, grupos de pessoas que aprenderam a viver e a trabalhar juntas, interagindo na busca de fins comuns. Uma determinada sociedade é uma organização ativa - funciona e se perpetua - porque seus componentes, inconscientemente, estão de acordo quanto às regras básicas para viverem juntos. Cultura é o termo sintético que define estas regras de orientação do modo de vida dos componentes de um grupo social.

Hoje a desarticulação do espaço comunitário gera a dimensão da perda da cidadania, pois para se ser cidadão é preciso pertencer a uma instituição, ter um emprego. O indivíduo encontra-se desorientado neste processo de reordenamento dos espaços. Perdeu-se as referências sociais, os “espelhos” da formação da nossa identidade (DOWBOR, 1996:73).

Valores Morais

Um sistema de valores dá estabilidade a uma cultura. Justifica as ações e pensamentos da população e tranqüiliza-a por mostrar os comportamentos que a sociedade espera. A justeza do modo de vida é assim ratificada. A maioria dos indivíduos encontra segurança amoldando-se aos padrões do sistema de valores de sua cultura. Num sentido analítico, um sistema de valores representa um papel importante na preservação de uma cultura (FOSTER, 1964:45).

A própria evolução da história ultrapassa hoje, a capacidade que têm homens e mulheres de se orientarem de acordo com valores que amam. E quais são esses valores? As antigas maneiras de pensar e sentir entraram em colapso e as formas incipientes são ambíguas até o ponto da êxtase moral. Adquire-se uma nova forma de pensar, experimenta-se uma “transavaliação de valores” (DOWBOR, 1996:22).

Valores, segundo DURHAM (1984:75), são formulações sintéticas de características próprias das atitudes dos indivíduos portadores da cultura. Para este autor, os antropólogos tenderam a conceber os padrões culturais não como uma forma ou molde, que implicasse produzir condutas estritamente idênticas, mas antes, como uma estrutura que permite atribuir significados a certas ações.

Vale ressaltar que a análise dos padrões culturais não implica nenhuma oposição entre falso e verdadeiro. Ainda conforme DURHAM, regras explícitas ou explicações míticas não são distorções de uma realidade demonstrada pela ciência, mas formas de sua produção. As regras de conduta são conhecidas e transmitidas pela tradição.

O Seu “Pizeca” não se acostuma com as mudanças de valores que ocorreram ao longo de sua vida e relata: “as mulheres iam tomar banho na barra para não mostrar o corpo. Usavam maiôs grandes. Eram outros valores, eu tenho nojo da indecência das roupa de hoje”.

3.2. Costumes e tradições

Já em 1942, Armando de Lucena, autor português de Arte Popular, chamou a atenção para uma possível homogeneização de padrões culturais, o que resultaria na ausência das diferenças, o maior valor dos costumes e tradições de um povo, aquilo que marca a sua identidade, o faz diferente.

Atualmente, isso tornou-se fato, a maior parte dos folguedos tem desaparecido, apenas alguns ainda são realizados. O folguedo constitui uma ocasião de trabalho, de criação, muito mais do que uma ocasião de ludus. As festas do povo ocupam vários dias de intenso labor, tais como, na organização, na confecção das vestimentas, enfeites, adereços. Toda esta atividade preparatória suscita o interesse e a boa vontade de grande número de pessoas.

Os olhos dos narradores brilhavam quando o assunto era os costumes antigos, principalmente no que se refere às festas. Verifica-se nesse momento um grande saudosismo, principalmente por parte de Dona Gonzaga e do Seu “Pizeca”. Como pode-se perceber em alguns trechos de suas histórias. Dona Gonzaga lembra que as festas eram uma beleza. Aqui nesse salãozinho, era uma banda de música tocando ali dentro

daquele quarto. A banda de música de Caucaia vinha pra tocar, tirava tudo da sala e a banda tocando dentro do quarto. O pessoal vinha a cavalo, vinha aquele bando de gente a cavalo.

Dona Maria José, filha de Dona Gonzaga, também recorda muitos fatos da época:

A festa do padroeiro era no dia 18 de outubro, era muito animado. O povo vinha para 'tirar a sorte'. Tudo a base de candeeiro, lamparina, não tinha energia. Candeeiro era com aquele depósito de botar carbureto e acendia pra dar luz. Era tudo puxado à mão no parque de diversões, porque não tinha energia, nem motor. Tinha bozó, roleta, esses jogos antigos.

Observa-se que as festas marcavam momentos de congregação entre as várias comunidades situadas nas proximidades da vila de pescadores do Pecém, vila esta que passava por muitas dificuldades, mas que tinha sempre uma resposta cultural para superá-las.

4. Necessidades básicas e respostas culturais

De um estágio de produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço (Milton Santos).

A presença de formas espaciais derivadas do passado reforça o espaço como uma estrutura social, impondo-se como forte condição para a reestruturação produtiva em dado momento histórico. Isto quer dizer que o espaço tem força determinante para o funcionamento da estrutura técnico-produtiva. Negar ou por à margem o espaço na compreensão de uma outra época é esquecer a complexidade de forças criadoras do espaço social, dentre as quais inclui-se a própria dinâmica da história (LIMA, 1997:2). O espaço é propulsão e alicerce das relações sociais.

De acordo com DURHAM (1984:76), a prática social adquire forma e sentido, mas não é estritamente determinada, admitindo-se todo um espaço de arbítrio, criatividade, improvisação e transformação. A observação da infinita variedade de formas culturais de uma sociedade e a presença de soluções as mais diversas para os mesmos problemas em sociedades diferentes levaram os antropólogos a negarem a questão da determinação em última instância pelo econômico.

MALINOWSKI (1975:43) define cultura como o todo integral constituído por implementos e bens de consumo, por cartas constitucionais para os vários

agrupamentos sociais, por idéias e ofícios humanos, por crenças e costumes. Quer considere-se uma cultura muito simples ou primitiva, ou uma extremamente complexa e desenvolvida, depara-se com uma vasta aparelhagem, em parte material, em parte humana, em parte espiritual, com a ajuda da qual o homem é capaz de lidar com os problemas concretos, específicos com que se defronta. Esses problemas surgem do fato de que o ser humano tem um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas, e que ele vive num ambiente que é o seu melhor amigo, visto que lhe fornece as matérias-primas para o seu trabalho manual, mas é também um seu perigoso inimigo, pois abriga muitas forças hostis.

A satisfação das necessidades orgânicas ou básicas dos seres humanos é um conjunto mínimo de condições impostas a cada cultura. Os problemas apresentados pelas necessidades nutritivas, reprodutivas e higiênicas do indivíduo devem ser resolvidos. Eles são solucionados pela construção de um novo ambiente, secundário ou artificial. Esse ambiente, que não é mais nem menos que a cultura propriamente dita, tem que ser permanentemente reproduzido, mantido e administrado. Isto cria um novo padrão de vida, que depende do nível cultural da comunidade, do ambiente e da eficiência do grupo (MALINOWSKI, 1975:51).

A tradição cultural tem que ser transmitida de geração a geração. Um padrão de vida cultural, contudo, significa que novas necessidades se impõem e novos imperativos ou determinantes são inculcados ao comportamento humano.

A combinação de tradições articuladas com a capacidade de aprender com os experimentos de indivíduos originais forneceu à humanidade uma grande liberdade para construir instituições que não se achavam estreitamente relacionadas pela necessidade física. Ao mesmo tempo, os hábitos de cada comunidade foram obrigados a ajustar-se às exigências de seu habitat (FOSTER, 1964:31).

No início, os habitantes do Pecém passavam muitas necessidades, e hoje reconhecem, por terem acesso ao mínimo de técnicas modernas possíveis de lhes facilitar a vida em vários momentos, como o transporte e a energia, por exemplo.

Como a necessidade faz com que se desenvolva a criatividade, eles sabiam como resolver suas dificuldades utilizando-se de técnicas bem rudimentares, e em muitos momentos bastante criativas.

4.1. Uso e ocupação do solo

O primeiro dono do Pecém, segundo os narradores, foi o Sr. Raimundo Laureano que, segundo o Seu “Pizeca”,

comprou esse Pecém dum senhor aqui que chamavam de Joca. Aí, quando o pescador vinha pra cá, quando chegava aqui, dizia assim: ‘- Seu Raimundo, eu quero que o senhor me dê uma morada aqui no Pecém’. ‘- Eu vou lhe dá uma morada pra você fazer uma casa’. Aí ele falava assim: ‘- Faça aqui. Essa casa aqui, você faça aqui. Tira 20 metros de fundo pra fazer o quintal, aí esse aqui você vai criar os seus filhos e os seus netos, mas quando você sair daqui, você venda a palhoça e deixe a minha terra.

O Sr. João Alfredo⁴, ex-pescador, reafirma que,

Depois da morte do seu Raimundo Lauriano, os filhos dele começaram a vender as terras e os maiores compradores foram seu Luiz Ferreira de Souza e Moisés Pimentel. As terras, com o tempo, de mão em mão, foram sendo loteadas e vendidas, isso antes da década de 60.

Posteriormente, iniciou-se um processo de especulação imobiliária na praia do Pecém, que não é diferente do que vem acontecendo ao longo de todo o litoral. As terras foram sendo especuladas, acarretando a compra e venda de terrenos, gerando a ocupação desordenada. Sob o capitalismo, o espaço torna-se um destacado componente da reprodução do capital.

Geralmente estas operações não beneficiam os antigos moradores, pelo contrário, eles são expulsos através de mecanismos sutis do mercado especulativo de terras urbanas (ROLNIK, 1988:65). A irracionalidade da especulação imobiliária no meio urbano desmonta a memória da comunidade.

A população do Pecém, ao que se percebe, tem conhecimento sobre as vendas de terrenos, e em algumas situações chegam até a citar tanto os proprietários como os vendedores. De fato, as imobiliárias existem, é notório, no entanto, os moradores do Pecém não conseguem atentar para a quantidade das mesmas ou mesmo quais são as imobiliárias. A maioria sabe que as compras de terrenos se dão principalmente por pessoas de fora, mais especificamente por pessoas de Fortaleza. E periodicamente aparecem pessoas de outros estados, até outros países.

A organização espacial da Vila do Pecém revela que não existem áreas principais ou preferidas por quem quer comprar terrenos na praia. Contudo, observa-se ainda a existência de casas simples de pescadores entre as casas de veranistas, diferenciadas umas das outras pela estrutura física. O motivo pelo qual elas ainda existam seria, talvez, o fato de se

⁴ Entrevista dada a Vieira, Turismo e desenvolvimento sustentável no litoral oeste cearense... 1995.

encontrarem a dois quarteirões da praia, o que justifica, provavelmente, a pouca procura por parte dos especuladores. As áreas mais especuladas foram os locais referentes às dunas, bem como as áreas próximas à entrada da Vila do Pecém, onde ocorreu um intenso crescimento.

A especulação imobiliária no litoral se dá devido à procura e predileção da sociedade por áreas que se apresentam como locais que podem oferecer contato direto com a natureza, lazer e diversão, diferentes modos de vida, etc. A zona litorânea tem essa vocação. Pode-se dizer que, no litoral, o turismo é o objeto que influencia diretamente a especulação imobiliária, tendo em vista que a prática de atividades turísticas cresce cada ano mais.

No Pecém, o que pode-se verificar é a prática de venda de terras há mais ou menos seis décadas e que hoje vem se intensificando. Isto traz algumas conseqüências negativas, como por exemplo, a perda do espaço pela comunidade tradicional; a degradação ambiental; a exploração dos recursos naturais de forma indiscriminada; e os novos comportamentos trazidos pelos que chegam.

4.2. Energia elétrica

A falta de energia elétrica era outro fator que contribuía para desenvolver a criatividade dos primeiros habitantes do Pecém, fazendo com que os mesmos criassem alternativas a partir daquilo que estava disponível, como exemplo temos o candeeiro e a lamparina citados anteriormente, e outros fatos interessantes relatados pelo Seu “Pizeca”:

Aqueles peixes que se pegava e salgava, o pessoal comprava salgado que era pra comer ou vender depois. Era desse jeito. Quando foi 1940, que eu vim me embora pra cá, aí eu conheci o Pecém mermo de verdade. Ainda era tudo na base da lamparina, à gás, querosene. Outros fazia a candeia, era com óleo do peixe, do fígado do cação. Era 10, 12 litro de óleo. Aí fazia aquilo, botava um pouco dentro dum prato, botava um paviozinho dentro e ficava a beiradinha de fora pra acender, né? Aí ficava queimando ali.

4.3. Estradas e transportes

Com relação às dificuldades com estradas e transportes o Sr. João Alfredo⁵ (marinheiro, ex-pescador), relata que,

antigamente não tinha transporte, o transporte era feito com animais pela beira da praia. Na viagem, só paravam para

⁵ Idem.

descansar em Cumbuco e Icarai. Era quando vendiam rapadura e coco.

Seu “Pizeca” relembra momentos difíceis que enfrentavam quando tinham que fazer viagens mais longas:

Quando nós ía fazer uma viagem daqui pra cidade, nós fazia uma quimanga⁶, ajeitava pra sair de tarde, viajar a noite todinha, pra amanhecer o dia lá perto da cidade. O transporte desse tempo era o barco São Luiz, era de Mundaú. Ele saía de lá e vinha atracar no Pecém, num porto, numa lama chamada “lama do Brasil”. Esse era o transporte desse tempo, não tinha caminhão, tinha o comboio. Esse barco trazia farinha, rapadura, coco. Ele abastecia aqui. Tudo ele trazia. Era muito difícil ir pra São Gonçalo, era mais difícil do que ir pra Fortaleza, porque não tinha estrada, porque era um rio, não tinha transporte. Pra Fortaleza tinha um caminhão misto com três buléas⁷.

4.4. Educação

A educação das crianças do Pecém dependia daquelas pessoas dotadas de conhecimentos, que se dispunham a repassá-los, em suas próprias casas, como a Dona Santa e a Dona Cléia Prata, mencionadas por todos os narradores do presente trabalho, como pode-se observar na afirmação de Seu “Pizeca”:

Eu não estudei não. Só tinha escolazinha aqui, mas eu nunca estudei não. As minhas filha estudaram aqui. Tinha professora, a dona Cléia, que era da família Prata, quem ensinava aqui. E tinha aqui uma escola. Tinha a dona Santa que ensinou muito menino aqui.

Dona Olgarina,

Estudava na Escola Isolada do Pecém, que ficava na mesma rua da igreja, mais pra cá. Ela funcionava da 1^a. até a 3^a. série, era as turmas mistas, no mesmo horário. Uma professora só para as três turmas. A parte religiosa era muito acentuada nessa época.

Diante destes relatos, verificam-se as dificuldades com que se depararam os habitantes nativos do Pecém, relativas as suas necessidades básicas,

⁶ Uma panela com alimentos para consumo na viagem

⁷ Cabines abertas

demonstradas por pessoas que, tendo o vínculo com outra época, têm a consciência de ter suportado, compreendido e aprendido muita coisa ao longo de suas vidas. Lembrá-las traz alegria pela ocasião de mostrar sua competência devido ao fato de tê-las superadas, com suas respostas culturais. Estas respostas passam, também, pelas formas com que eram desenvolvidas suas atividades econômicas caracterizadas a seguir.

5. Atividades econômicas

Nas comunidades isoladas não se pensava na atividade econômica como visando a fins econômicos. Os métodos costumeiros de produção proviam as necessidades costumeiras.

No ócio, à margem do trabalho não existe cidadão. A essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz. A natureza dos indivíduos depende das condições materiais que determinam sua atividade produtiva. O trabalho é o fator que faz a mediação entre o homem e a natureza.

Com relação ao artesanato no Pecém, uma das primeiras fontes de renda do Pecém, esta atividade não era vista sob a ótica da satisfação, pelo contrário, por volta da década de 50, as meninas da época a definiam como uma tarefa obrigatória para ajudar no sustento da família.

5.1. Pesca artesanal

No Pecém, a pescaria era a principal fonte de renda dos primeiros habitantes e, assim sendo, estes eram bastante qualificados no assunto, desde a confecção de jangadas até a venda do pescado, mas enfrentavam grandes dificuldades, que iam desde a falta de infra-estrutura para conservação do pescado, à distância de um mercado consumidor maior. Como percebe-se no relato de Seu “Pizeca”:

O pessoal ia pro mar, pegava aqueles peixe e salgava. Quando chegava num tinha quem comprasse, assim por fora, né? Quando era com uma semana, duas, fazia aquelas caixa para transportar em animal, em jegue, e carregava pra cidade. Naquele tempo tinha os comboio.

Atualmente, os pescadores dizem que a pesca não está muito boa e que o peixe está diminuindo. Eles reclamam muito sobre outros tipos de pesca que estão ocorrendo no local. Enquanto eles pescam com linha e anzol, chegam pessoas de fora e pescam com rede de arrasto. O pescado está diminuindo muito. Antigamente, em apenas um dia e meio traziam em torno de 70, 80 quilos de peixe; hoje precisam de quatro dias para pegar 40 quilos. A pesca já não é uma atividade rentável, uma vez que a maioria

dos pescadores não possui barcos. Os proprietários monopolizam os barcos e os pescadores tornam-se empregados. A atividade está em crise e isso transforma a vida da comunidade, fazendo com que os pescadores procurem novos trabalhos.

Os relatos de Seu “Pizeca” evidenciam características de pesca predatória, devido à quantidade excessiva de peixes capturados nos currais pesqueiros⁸, que, pela falta de equipamentos para sua conservação, apodreciam e eram enterrados.

5.2. Comércio

A cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria o mercado, que marca a passagem de uma economia de subsistência, onde se produz para o sustento dos próprios produtores, para uma economia mercantil, onde se comercializa o excedente. A cidade é vista enquanto espaço de circulação de mercadorias.

O comércio sempre foi bastante acentuado no Pecém. Existiam vários pequenos estabelecimentos que abasteciam a comunidade com mantimentos e outras mercadorias, facilitando suas vidas. O abastecimento destes se fazia a partir dos Comboios. Sendo assim, o Pecém começou a atrair mais moradores. O que pode ser constatado neste trecho do relato de dona Gonzaga:

Eu fazia tapioca, fazia aquele horror de café. A casa era cheia de homem, o salão, o salãozinho aí era cheio de gente, a bodega que eu tinha também era cheia de gente, pescadores.

Sua filha Maria José confirma, e, ainda, enfatiza os dotes culinários de sua mãe:

Ela quando começou a fornecer a peixada dela, ela fornecia peixada pra muitas pessoas importantes, até pro Cel. Virgílio Távora. Ele vinha aqui comer a peixada dela, o Cel. César Cals, gente do governo, vinha gente do Rio, de Brasília, o Dr. Adelino Alcântara que foi secretário do governo.

A partir do trecho que se segue, pode-se dizer que a Dona Gonzaga, juntamente com o seu marido ‘Oton’, é uma pessoa que representa bem a atividade comercial do Pecém:

⁸ Espécie de armadilha caracterizada pela construção de cerca na faixa de praia alcançada pela maré alta, que, à medida que vai baixando, os peixes vão ficando presos dentro dos “currais”.

Eu tinha gado, eu tinha oito vacas. Ah, minha filha, a minha vida foi muito comprida. Foi bem dizer outro dia. Eu me levantava às 3 da madrugada, pegava a bacia deste tamanho. Ainda tá aí a bacia de testemunha. A 'baciona' pelo meio de goma com coco, tudo misturado, coberto com um pano em riba duma mesa, quando dava 3 horas da madrugada, eu fazia aquele horror de tapioca, aí fazia dois bules de café, tá até ali o bule que ainda tenho um de lembrança que o compadre Eretides Martins me deu. Era cheio de gente, pescador lá do Mucuripe, do negócio da lagosta. Era assim de gente.

Durante alguns anos, o Pecém possuiu uma salina, cuja produção era comercializada na capital tendo influenciado o desenvolvimento da vila.

5.3. Turismo

A atividade turística no Pecém é mais recente e pode ser caracterizada pela pouca duração, dados os novos interesses em torno da construção do porto. Seu surgimento poderia ter sido um aspecto positivo para a comunidade, entretanto a maioria dos moradores não foi preparada para assumir novas funções tais como comerciantes, garçons, empregados da construção civil, etc. Algumas pessoas empregaram-se nas casas de veraneio como caseiros ou faxineiros.

De acordo com VIEIRA (1995:42), em sua pesquisa sobre o turismo no Pecém, as melhorias citadas pelos moradores, e que são entendidas por eles como crescimento, são percebidas mesmo que não sejam muitas. As melhorias colocadas foram as seguintes: implantação do posto da Teleceará, Cagece e o escritório da Coelce. Aqueles que acreditam que a freqüência por pessoas de fora é negativa citam como principais problemas o surgimento de drogas, prostituição e alcoolismo. Contudo, são unânimes em falar que o turismo traz mais dinheiro, ajuda o crescimento, o "desenvolvimento" do Pecém, melhora as vendas de peixe, etc.

A freqüência de turistas é relativamente baixa, e ocorre principalmente nas férias e carnaval. A atividade turística na praia do Pecém não ocorreu com muita intensidade, é evidente a falta de infra-estrutura, fato que contribuiu para o crescimento desordenado do lugar.

Os bares e restaurantes surgiram lentamente, alguns têm mais de dez anos, como o restaurante O Pedrão I e A Doraci, o primeiro tem 23 anos e o segundo 30 anos. A procedência dos proprietários varia um pouco em relação ao lugar de origem. A existência das pousadas e hotéis varia entre quatro e quinze anos (VIEIRA, 1995:62).

A falta de equipamentos e de um maior investimento se explica pelo fato de que no Pecém a frequência maior se dava apenas nas férias e feriados prolongados. A atividade turística, seja qual for sua intensidade, interfere muito na relação sociedade-natureza. No Pecém, essa relação se deu sem planejamento e causou transformações significativas na comunidade e no meio ambiente.

Assim, constata-se, que a situação turística do Pecém trouxe vários impactos negativos, a região perdeu em muitos aspectos. A comunidade foi influenciada por um novo modo de vida, trazido pelos turistas e modificou sua identidade, tendo seus costumes alterados diante dessa atividade, que ocorreu de modo a não considerar ritos, tradições, o saber local, a dinâmica da natureza e o equilíbrio ecológico.

6. A igreja na memória de seu povo

A história da Igreja de São Luiz de Gonzaga guarda fatos interessantes, principalmente pelo fato de ter mudado de local duas vezes, por motivos de ordem natural. Inicialmente, foi construída muito próxima das dunas, então, devido à dinâmica natural destas, a igreja estava ameaçada de ser soterrada, tendo sido transferida para o local que hoje é a pracinha do Pecém. Porém, devido ao avanço do mar, que em períodos de maré cheia, a onda chegava a bater na porta da igreja, esta teve que ser deslocada mais uma vez, para o local que permanece até hoje.

Esses deslocamentos da igreja, assim como as atividades ligadas à mesma, marcaram muito a história do lugar e de seus habitantes, como pode-se constatar em suas narrativas. A Dona Gonzaga, que participava ativamente das atividades católicas, tem lembranças muito bonitas em relação à igreja:

Lá cantei muita novena, cantei muita missa com o Antônio do Pade, com banda de música. Eu era assim como uma coisa que era Deus quem me ajudava a fazer o que eu fazia de bom aqui na igreja. Eu cantava na igreja e tirava esmola, fazia e acontecia. Eu num sei ler e pra cantar na igreja vinha da minha memória mermo.

As lembranças do Seu "Pizeca" em relação à igreja estão mais relacionadas às festas e novenas em homenagem ao padroeiro local. Dona Olgarina participou ativamente de atividades ligadas à escola para arrecadação de fundos em prol de melhorias e reformas da antiga capela, além da aquisição do terreno para a construção da pracinha, que existe atualmente em frente à igreja.

Observa-se um envolvimento de toda a comunidade em benefício de melhorias para a igreja no decorrer da história da Vila do Pecém.

7. Dimensão política

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. Ítalo Calvino

O Pecém, enquanto Distrito de São Gonçalo do Amarante, não foi palco de acontecimentos políticos extraordinários. O que se verifica é que só agora as coisas vêm acontecendo, tendo em vista os novos interesses do capital na área, diante da construção do Porto.

Ocorreram problemas políticos e administrativos referentes à questão da presidência da Colônia dos Pescadores, tendo em vista que a mesma desenvolve apenas trabalhos na área de saúde, tais como, serviços dentários, maternidade, etc. Dessa forma, são muitas as reclamações dos pescadores em relação à falta de ajuda financeira. Dizem, que não sabem para onde vai o dinheiro que vem para a Colônia. A Associação das Famílias do Pecém faz um bom trabalho junto às famílias carentes, dando assistência médica às crianças, às gestantes, bem como escola e material escolar.

O Distrito do Pecém contava com uma população de 5.362 habitantes, segundo dados do IPLANCE de 1991. Atualmente, a comunidade passa por uma fase de transição devido à implantação do Complexo Portuário. São vários os projetos que estão em andamento. São eles: Projeto SANEAR, PROURB, Projeto de ampliação das redes elétrica e de telefonia, desapropriações para alargamento e melhoramento das vias, entre outros. Trata-se de um programa geral de urbanização da área com o objetivo primeiro de oferecer a infra-estrutura necessária para a implementação do Complexo Industrial Portuário do Pecém.

A população está sobressaltada com as mudanças que vêm ocorrendo no dia-a-dia da pacata cidade e considera não haver esclarecimentos por parte do governo para explicar sobre as reais modificações que estão por vir e que já estão alterando o padrão cultural do vilarejo.

8. Considerações Finais

A conversa evocativa de um idoso é sempre uma experiência profunda, repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento de paisagens preciosas. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem-criador de cultura, seja ela marcada ou não por sofrimento e sacrifício, com a mísera figura do consumidor atual.

Na época da informação, a busca da sabedoria perde forças, é, paulatinamente, substituída pela opinião. Por que despregar com esforço a verdade das coisas, se tudo é relativo e cada um fica com sua opinião? O homem moderno não cultiva o que ele pode simplificar e abreviar.

As mudanças históricas provocam uma série de rupturas na relação dos homens com a natureza, o sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. Destruirão amanhã o que construímos hoje.

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. A espoliação das lembranças é um dos cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito (SIMONE WEIL apud BOSI, 1979:362).

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança, família larga, extensa, apego a certas coisas, a certos objetos biográficos⁹. Eis aí alguns arrimos em que sua memória se apoiava.

O valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza, esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência.

Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas, só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (a Associação dos Moradores do Pecém, por exemplo) podem reconstituir as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva, os indivíduos se dispersam e novos interesses ganham espaço.

As lembranças são um modo de irrigar as experiências do presente. No árido cenário das transformações desenvolvimentistas, sob o crivo do lucro, da deterioração ambiental e espoliação humana, as lembranças aparecem como um dínamo. A história de um povo é a trilha de suas conquistas, de suas perdas, da relação homem-natureza, mas, fundamentalmente o relato de uma tradição, de um chão comum, de uma potência de vida.

Fazer fluir as vozes dos moradores do Pecém é como mobilizar pulsões dessa história, retomar elos invisíveis e expressar que a força do capital

⁹ MORIN, citada por BOSI, 1979:360, refere-se àqueles objetos que envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida como objetos biográficos.

pode se intimidar diante do jorro de experiências compartilhadas de um povo, de uma história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMARGO, A. *Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas*. Dados, Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.
- CUNHA, L. H. et al. *Educação ambiental em comunidade*. Universidade e Sociedade face à política ambiental brasileira, IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, 1990.
- DENZIM, N. K. *Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner*. Dados, Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.
- DOLLFUS, O. *Geopolítica do sistema-mundo*. In: SANTOS, M. et al. (orgs.) *O novo mapa do mundo - fim de século e globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- DOWBOR, L. *Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços*. In: DURHAM, E. R. *Cultura e ideologia*. Dados, Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.
- FOSTER, G. M. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. São Paulo: Editora: Fundo de Cultura, 1964.
- FREITAS, M. C. (org.) *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez Editora; USF, 1996.
- IGLESIAS, E. *Reflexões sobre o quefazer da história oral no mundo rural*. Dados, Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.
- IPLANCE, *Anuário Estatístico do Ceará*, 1991.
- LIMA, L. C. *O espaço e a reestruturação produtiva*. Apresentação de seminário, 1997.
- LUCENA, A. de. *Arte popular - usos e costumes portugueses*. 2a. edição. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1942.
- MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. 3a. Edição. Trad. José Auto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- ROLNIK, R. *O que é cidade?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- VIEIRA, M. E. dos S. *Turismo e Desenvolvimento sustentável no litoral oeste cearense: o caso do Pecém*. Relatório de Habilitação. Fortaleza: Departamento de Geografia/UFC, 1995.

PARTE III:

AS TRAMAS DA EDUCAÇÃO

CONTANDO A HISTÓRIA (FELIZ!?) DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Raquel Maria Rigotto¹

1. Ceará: beleza e perplexidade

Quantos brasileiros e mesmo estrangeiros não sonham hoje viver no Ceará? Centenas de quilômetros de praias de água verdinha e morna, a fartura de vida e beleza escondida sob as águas do oceano, as imensas dunas chamando para o infinito e para a intimidade com a natureza, o verde fresco e cheiroso de nossas serras, a força e o mistério do sertão e das pessoas que nele vivem; o jeito sereno, inocente e acolhedor de nosso povo...

Mas, para quem vive o cotidiano deste lugar com os olhos bem abertos, há também a inquietação pelo enorme sofrimento deste povo, atormentado pela fome, por doenças que há muito poderiam ter sido extintas, pelas adversidades do clima que há muito poderiam estar sendo geridas, pela impossibilidade de tantos cidadãos de ler e escrever, que há muito poderia ter sido superada...

A esta inquietação vem somar-se a perplexidade pelas profundas mudanças que estão acontecendo nesta terra, muitas vezes definidas de longe pelos interesses do capital globalizado: o incentivo ao turismo e à industrialização estão modificando as paisagens, o trabalho, a cultura...

É certo que o crescimento do PIB cearense tem chamado a atenção do país, particularmente o PIB industrial. Empregos foram gerados, impostos arrecadados. Mas seria este um desenvolvimento que mereça ser qualificado como sustentável? (RATTNER, 1997; BACELAR, 1997). Para além do crescimento econômico, há muito mais o que cuidar. Quem vai evitar a exposição dos trabalhadores a riscos físicos, biológicos, químicos e ergonômicos nas empresas? Como vamos prevenir os acidentes do trabalho? Como a Prefeitura de Horizonte ou de Juazeiro vai controlar a emissão de poluentes pelas indústrias? De que maneira deve ser

¹ Médica do trabalho, mestre em educação e doutoranda em sociologia. Professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC.

organizado o espaço urbano de Fortaleza ou de Sobral? Quais seriam as diretrizes de uma política agrícola para o estado que equacionasse os problemas de acesso à terra, condições de produção e comercialização, preservação dos ecossistemas e oferta de alimentos de boa qualidade e baratos para os que não têm o que comer?

2. Aumentar a potência de transformação: desenhando a proposta do Curso

Neste cenário, a pergunta mais próxima para nós é: qual o papel da Universidade neste contexto? Como contribuir para a construção da sustentabilidade deste processo de desenvolvimento?

Foi assim que nasceu a idéia do Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável: ajudar na capacitação – aumentar a potência de transformação - de pessoas envolvidas com a questão do desenvolvimento sustentável. Romper as fronteiras que traçamos para (e entre) as disciplinas e para as políticas públicas – e que os problemas reais desconhecem. Vivenciar a necessidade da interlocução entre as áreas de conhecimento e o significado profundo da intersectorialidade (SANTOS, 1994; ALMEIDA FILHO, 1997). Enxergar a interdependência entre a saúde, o trabalho e o meio ambiente, e entre estes e o modelo/processo de desenvolvimento (FRANCO, 1997). Situar seu próprio papel e estratégias de ação diante da compreensão de que a solução para os problemas vividos pelo povo envolve e ultrapassa a esfera técnica, e demanda a vontade política construída e negociada entre os sujeitos sociais.

Para iniciar esta jornada, fomos, a partir do Departamento de Saúde Comunitária e do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, buscar parceiros também no Departamento de Geografia e no de Sociologia. Encontramos! (A sensação deste momento merece ser descrita: quando se propõe algo contra-hegemônico, quando está claro que é necessário nadar contra a corrente, vem às vezes um sentimento-movimento de arrojada coragem inovadora, mas também há momentos em que suspeitamos que tudo pode ser loucura. Encontrar parceiros/cúmplices neste processo de reinvenção da práxis, descobrir que é possível partilhar com outros, entender e ser entendida, somar e aprender: a alegria é muito grande!)

Foi neste grupo interdepartamental e multidisciplinar¹, enriquecido depois com a participação de outros professores, que detalhamos toda a proposta

1 Compunham este grupo as Professoras Vera Lúcia de Almeida, pelo Departamento de Enfermagem; Neyara Araújo, Depto. de Ciências Sociais; Raquel Rigotto, Depto. de Saúde Comunitária, e Geralda Almeida (depois

do Curso: programa; público-alvo; formas de integração, avaliação e ordenação, formas de viabilizar recursos para a sua realização, etc.

Traçamos a estrutura geral do Programa, organizada em quatro módulos:

- **Módulo I: Ampliando a compreensão do mundo em que vivemos.** Pretende fornecer uma visão global do contexto internacional, nacional e regional em que se insere a problemática do Desenvolvimento Sustentável, situando as diversas abordagens deste conceito.
- **Módulo II: Identificando problemas ambientais, de saúde e da produção no âmbito local.** Tem como objetivo oferecer aos alunos metodologias e instrumentos para a identificação e avaliação de problemas relacionados à saúde, ao trabalho e meio ambiente a nível local, bem como traçar um perfil do quadro atual do estado do Ceará neste campo.
- **Módulo III: Apropriando de métodos e instrumentos para a melhoria da qualidade de vida.** Pretende habilitar o aluno para a intervenção preventiva sobre os problemas identificados, incluindo a formulação de políticas e o manejo de riscos/impactos, na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.
- **Módulo IV: A Qualidade de Vida e a Política.** Objetiva propiciar a compreensão das relações políticas que estão em jogo no processo de construção do Desenvolvimento Sustentável, capacitando o aluno para a relação com os diversos atores sociais envolvidos na questão.

Dedicamo-nos então a compor as disciplinas que constituiriam cada módulo e convidamos mais professores nas áreas de direito, economia, pedagogia, psicologia, comunicação e informática (veja a composição e qualificação do grupo no anexo). Mas fizemos isto de uma forma que foi fundamental para a integração entre as disciplinas e até para qualificar nosso trabalho acadêmico – embora não muito freqüente na Universidade: cada professor apresentava para os demais a sua proposta de trabalho na disciplina pela qual era responsável, debatendo coletivamente os objetivos, os conteúdos, a metodologia, e a bibliografia. O enriquecimento recíproco foi muito grande. Um exemplo simples: a compreensão do caráter excludente da globalização exigiu que a abordagem do campo saúde mental e trabalho incluísse também as repercussões psíquicas do desemprego, para além dos tradicionais estudos realizados junto às categorias profissionais mais clássicas e organizadas.

substituída pelo Professor Edson Nascimento da Silva) pelo Depto. de Geografia. Estes professores vieram a constituir, como se verá mais adiante, o Colegiado de Coordenação do Curso, junto com a representação discente, composta por Maria Andrade Leite e Caio Pena.

O fato de todos os docentes conhecerem e partilharem profundamente a concepção geral, a estrutura do Curso e sua organização em disciplinas foi, sem dúvida, um elemento fundamental na qualidade do ensino: eles podiam transitar por toda a proposta, dialogar com as outras disciplinas. Criamos também um Boletim mensal, divulgado ao longo do Curso entre alunos, professores e parceiros institucionais, com o objetivo de informar a todos sobre o andamento do Curso, as avaliações periódicas, etc. Estes elementos certamente refletem-se também na qualidade do trabalho para o docente: penso nos trabalhadores inseridos em processos produtivos onde sua alienação é cultivada, muitas vezes sem saberem qual o produto final e qual seu papel na produção... Não queríamos isto no nosso Curso!

A título de exemplo, veja este trecho do discurso da Profa. Alba Pinho de Carvalho, do Departamento de Ciências Sociais da UFC, em seu discurso como “madrinha” da turma, na solenidade de encerramento do Curso:

Na sua filosofia e pedagogia de trabalho, o Curso possibilitou a professores e alunos trabalhar criticamente informações, idéias, propostas, fortalecendo o desejo de querer aprender mais, de avançar na análise do objeto de estudo. Ajudou-nos a pensar, a criticar racionalmente o que está sendo produzido, formulado, investigado sobre o mutante mundo do trabalho, a saúde, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no contexto da vida contemporânea. E o mais importante: possibilitou a todos nós, envolvidos nesta experiência acadêmica, problematizar, construir questões de estudo para avançar na pesquisa, na investigação. E esse é o mais importante fruto de qualquer trabalho educativo: ajudar a construir pistas, trilhas de estudo, de investigação.

No Quadro 1 pode ser verificada a estruturação geral do Programa do Curso, as disciplinas que compõem cada módulo e sua carga horária.

- Quadro 1 -

Programa do Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável.

Módulo 1: Ampliando a compreensão do mundo em que vivemos

Disciplinas obrigatórias:

- Desenvolvimento Sustentável no contexto da Globalização e da Reestruturação Produtiva - 45h
- Estado e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - 30h

Disciplina Optativa:

- Introdução à Internet - 15h

Módulo 2: Identificando problemas ambientais, de saúde e da produção no âmbito local**Disciplinas Obrigatórias:**

- Economia Regional e seus impactos sobre a Saúde, o Trabalho e o Meio Ambiente no Ceará - 30h
- Análise de Riscos/Impactos nos Locais de Trabalho e no Meio Ambiente - 30h
- Conhecimento e Sociedade - 30h
- Sociologia do Trabalho - 15h

Disciplinas Optativas:

- Doenças Profissionais e do Trabalho - 30h
- Saúde Mental e Trabalho - 15h
- Avaliação de Aspectos Físicos do Meio Ambiente - 15h

Módulo 3: Apropriando de métodos e instrumentos para a melhoria da qualidade de vida**Disciplinas Obrigatórias:**

- Noções de Legislação Trabalhista e Sanitária - 30h
- Planejamento Ambiental - 30h
- Manejo de Riscos no Trabalho e no Ambiente - 30h
- Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas - 15h
- Legislação Ambiental - 15h
- Negociação de Conflitos - 15h

Disciplina Optativa:

- Organização das Ações de Atenção à Saúde dos Trabalhadores - 15h

Módulo 4: A qualidade de Vida e a Política**Disciplinas Obrigatórias:**

- Movimentos Sociais e Desenvolvimento Sustentável - 30h
- Comunicação - 15h

Módulo 5: Avaliação - apresentação das Monografias

O calendário do Curso foi organizado na primeira e terceira semanas de cada mês, de 16 às 20h, para permitir a manutenção da inserção dos alunos no trabalho, durante o seu desenvolvimento - fonte permanente de discussão e de avaliação crítica.

O Curso foi financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, geridos de forma tripartite e administrados pela representação do então Sistema Nacional de Emprego - SINE no Ceará. Contamos também com recursos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho/FUNDACENTRO - instituição de pesquisa ligada ao Ministério do Trabalho, que possibilitou a vinda de professores de outros estados e de seus técnicos. A Pró-Reitoria de Extensão estimulou e deu apoio definitivo na consolidação e tramitação da proposta nas instâncias universitárias além de, através do CETREDE/UFC, oferecer o espaço físico para a realização do Curso, a gestão dos recursos e o transporte para as visitas de campo. O SESI-CE contribuiu na divulgação de nossos eventos ampliados. A Secretaria de Desenvolvimento Social de Fortaleza e a Escola de Formação de Governantes foram parceiros importantes em alguns cursos de extensão. A Secretaria Estadual de Planejamento e da Secretaria Estadual de Administração do Ceará contribuíram na divulgação do Curso entre os servidores públicos estaduais, no início das atividades.

3. Entre alunos, sentimentos e estratégias pedagógicas

O curso foi oferecido a planejadores e executores de políticas públicas, assessores técnicos dos agentes econômicos e a militantes de organizações da sociedade civil, tentando refletir em sala de aula a composição da sociedade, com seus interesses e perspectivas. O processo de seleção dos alunos foi conduzido por banca de docentes de composição multidisciplinar, que tomou como base o caráter estratégico da inserção institucional do candidato; sua visão sobre os problemas sócio-ambientais e sua abertura para o estudo interdisciplinar, explicitadas num questionário. Visando comprometer as instituições com o aproveitamento do recurso humano capacitado, foi solicitada a indicação dos candidatos pelo dirigente máximo de suas entidades de origem, bem como o compromisso com sua liberação para as atividades do Curso.

Assim, o corpo discente selecionado para a primeira turma – de agosto de 1997 a novembro de 1998 - compôs-se de 32 profissionais: advogados, dentistas, cientistas sociais, enfermeiros, pedagogos, engenheiros, geógrafos, psicólogos, administradores de empresas, médicos, assistentes sociais, contadores e biólogos. Os servidores públicos eram ligados a órgãos da administração municipal, estadual ou federal, responsáveis pelas questões de meio ambiente, saúde, assistência social, trabalho, educação, saneamento. Os do setor privado atuam diretamente na entidade de classe dos empresários industriais. Os demais estão inseridos em ONG's ambientalistas, de educação, associações de profissionais e em sindicatos de trabalhadores (veja a composição do grupo de alunos no Anexo II).

É preciso registrar o papel destes alunos, enquanto sujeitos ativos no processo ensino-aprendizagem, no enriquecimento do Curso. Suas distintas formações, experiências e inserções profissionais e visões de mundo foram tesouros para propiciar a abordagem do objeto em suas várias dimensões e em sua complexidade e para alimentar a troca de experiências.

Mas esta diversidade também trazia o risco de fazer da turma uma “Torre de Babel”. Para ajudar na tessitura de um ambiente rico em relações interpessoais e em produção coletiva, começamos por uma “Semana de Integração”. A idéia era, em primeiro lugar, permitir que eles comesçassem a se conhecer e a construir interações, num clima de abertura, e que trouxessem o objeto do Curso para o âmago de suas subjetividades. Estaríamos sim estudando ciência e técnica, mas voltados para problemas importantes para todo o Planeta e a sociedade, que precisam ser vividos como nossa casa e nossa família: estamos dentro e comprometidos.

Ainda nesta Semana, apresentamos e discutimos com os alunos os pressupostos, programa e forma de organização do Curso. Construimos juntos um Contrato de Convivência, pautando nosso compromisso em falar e ouvir de forma pluralista, em envolver-se com o esforço da construção interdisciplinar, além de normas como freqüência, pontualidade, uso de celular, assumidas não como imposição da Coordenação mas como benefício para o coletivo. Definimos que as cadeiras dos alunos estariam sempre organizadas em círculo, e não voltadas todas para o professor. Inventamos três grupos, compostos por alunos em rodízio bimensal: Anima – responsável por cuidar do “astral” do grupo; Ambiente – para tornar o nosso espaço físico sempre atraente; e Comunicação – para facilitar a difusão de informações entre nós. Elegemos também dois representantes dos alunos no Colegiado de Coordenação do Curso, junto com um professor de cada um dos quatro departamentos acadêmicos responsável pela coordenação do Curso, que se reunia mensalmente para tomar decisões relativas à qualidade do Curso em seus múltiplos aspectos.

Mas cuidamos também de dar acesso às discussões a um público mais amplo, potencializando os recursos mobilizados. Assim, vários momentos do Curso foram organizados na forma de seis Cursos de Extensão, em que se abriram as portas para mais 329 pessoas interessadas e, através dos debates, foram trazidas para a academia as preocupações de segmentos mais diversificados da sociedade:

- ❑ Seminário Desenvolvimento Sustentável no Contexto da Globalização e da Reestruturação Produtiva – 20 horas
- ❑ Curso Sociologia do Trabalho – 16 horas
- ❑ Curso Saúde Mental e Trabalho – 16 horas

- ❑ Curso Organização das Ações de Atenção à Saúde dos Trabalhadores – 12 horas
- ❑ Curso Doenças Profissionais – 40 horas
- ❑ Seminário “O Estado e a Sociedade no Enfrentamento da Questão Social no Brasil do Ajuste: Balanço do Quadro Atual e Indicação de Perspectivas e Caminhos” – 16 horas

4 – Avaliação: ousando e aprendendo

Tratando-se de uma experiência de criação e inovação, comprometida com a relevância social dos resultados sociais a serem alcançados, foi definida uma sistemática de avaliação permanente, que permitiu “manutenções durante o vôo”. Ela constou de:

- ❑ *Questionários individuais respondidos pelos alunos ao término de cada disciplina e compilados pela coordenação*
- ❑ *Acompanhamento permanente das aulas pela coordenação com registro escrito das observações*
- ❑ *Avaliação periódica pelo Colegiado de Coordenação do Curso*
- ❑ *Seminário Final de Avaliação, com a participação de professores e alunos, constando de questionário qualitativo e debates em plenária registrados em vídeo*

Veja abaixo alguns depoimentos de alunos na avaliação final:

Fica difícil expressar com palavras o quanto o Curso foi gerador, facilitador, mobilizador de mudanças de concepções e posturas, de visão de espaço... Foi um ano de grandes emoções, seja no plano das relações que estabeleci, que recomecei, seja no plano do conhecimento. Ele interferiu no nosso pensar, agir e sentir.

“Válido, necessário, oportuno. Tem seu espaço garantido pois trabalha conteúdos através da linha da capacitação de agentes que precisam desses instrumentos para intervir na ordem social, a partir de seu ambiente de trabalho.”

Foi a melhor experiência de ensino que já tive do ponto de vista do ensino formal, exatamente pela possibilidade do conhecimento transversal. O Curso tem me possibilitado estar em atualidade com várias frentes de intervenção nas quais atuo.

A interdisciplinaridade é de suma importância, porque possibilita se ter uma visão 'inteira' e interrelacional dos termos abordados no Curso. A possibilidade de se pensar – ao mesmo tempo – saúde, trabalho e meio ambiente abre horizontes de uma ação mais completa e com maior possibilidade de acerto.

Válida e possível. Durante o Curso estudamos de tudo um pouco. Foi uma experiência importante no sentido de propiciar ver o homem em seu aspecto global, como parte integrante do meio ambiente.

Fundamental. O resultado é mais satisfatório pois contempla todos os vieses das temáticas abordadas. Foi enriquecedora a experiência pois engrandeceu meus ideais, ampliou horizontes e perspectivas no contexto de vida e trabalho a que me proponho.

Tivemos também algumas dificuldades neste processo, e que permanecem como perguntas, embora algumas pistas tenham sido identificadas. A primeira delas está relacionada à delimitação dos conteúdos num campo temático tão abrangente: tudo parece interessar à sociedade sustentável ! É possível/desejável conciliar a compreensão mais ampla das grandes questões que afligem a humanidade com a capacitação técnica específica em tantas áreas? Sabemos que não há um perfil de aluno esperado como produto do Curso, já que são múltiplos os perfis necessários à transformação. Como contemplar esta multiplicidade num Programa, numa sala de aula? Às vezes, alguns alunos falavam de uma sensação de superficialidade, do interesse em aprofundar mais em certos temas técnicos ou específicos, enquanto outros reclamam que “isto é coisa para especialista”. Nestas situações - muito férteis para se discutir a crise epistemológica atual e seus desafios - foi reforçada a importância da construção da capacidade para o trabalho em equipes multiprofissionais/interdisciplinares, onde, numa prática dialógica entre os sujeitos, pode ser construída e compartilhada uma visão geral do objeto e onde cada especialista tem espaço para sua contribuição específica. Também vai ficando clara a necessidade de capacitação de cada um para o investimento no seu campo próprio de interesse, conhecendo onde buscar informação e sabendo avaliá-la criticamente.

Muito esforço foi exigido dos professores para acompanhar esta trajetória epistemológica rumo à interdisciplinaridade, já que nossa formação universitária não se deu dentro deste marco e esta abordagem é ainda instituinte na vida acadêmica. Há dificuldades no plano objetivo, referentes à construção de linguagem comum entre as áreas, de disponibilidade de

estudos e bibliografia que não reforcem a segmentação do saber, entre outras. Mas parece haver também questões relacionadas ao plano subjetivo: é como se o saber que cada um já domina pudesse ser “ameaçado” em sua relevância pelo convite à nova abordagem; ou como se se estivesse colocado diante de uma enorme cobrança de re-estudo; a insegurança de caminhar para uma nova metodologia que ainda não está pronta, que se faz no fazer de cada um. Tudo isto, é claro, convivendo com o desejo de avançar, de conhecer, experimentar o novo (RIGOTTO & ALMEIDA, 1998).

As avaliações de alunos e professores mostraram ainda outros aspectos que podem ser melhorados:

- ❑ *Alguns temas devem ter seu espaço ampliado entre os conteúdos do Curso: educação ambiental e popular, antropologia, metodologia da investigação científica, a questão de gênero, a questão das cidades e a questão rural, ética, metodologia do trabalho com grupos.*
- ❑ *A liberação dos alunos por suas instituições de origem deve incluir também o tempo necessário para a realização das leituras, além das aulas.*
- ❑ *O trabalho de integração interdisciplinar junto aos professores deve ser ampliado, com especial atenção a temas transversais como gênero, ética, etc.*
- ❑ *Deve-se buscar formas de remunerar a dedicação dos professores às atividades de preparação.*
- ❑ *É necessário ainda abordar melhor com os professores a questão pedagógica, de forma a organizar atividades de ensino participativas e variadas, além de recursos didáticos mais adequados.*
- ❑ *Os estudos de campo foram bastante proveitosos e podem ser ampliados. Seria interessante organizar atividades práticas ao final de cada módulo, voltadas para as disciplinas que o compõem, e com a participação de todos os seus professores.*
- ❑ *Para incrementar a integração interdisciplinar, podem ser concebidas atividades de avaliação do aproveitamento dos alunos realizadas por módulos, ou seja, incluindo simultaneamente um grupo de disciplinas, onde os alunos poderiam ativamente integrar áreas de conhecimento e a refletir sistematicamente sobre sua prática profissional-institucional.*
- ❑ *Como o processo de ensino supõe a aquisição de conhecimentos, mas também de habilidades e atitudes, podem ser introduzidas no programa atividades relacionadas à consciência ambiental e corporal, práticas alimentares, alternativas terapêuticas, dinâmica grupal, arte e educação, etc.*

- *Deve-se buscar formas de tornar mais orgânica e institucionalizada a participação dos departamentos responsáveis no cotidiano do Curso.*

5 – Frutos outros

Além da formação dos 28 alunos que concluíram o Curso, ele contribuiu na produção científica sobre aspectos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento do Ceará, através das 21 monografias apresentadas e avaliadas ao final (Anexo III) – algumas delas transformadas em artigos neste livro.

Foram produzidos ainda dois vídeos científicos², a experiência do Curso foi divulgada e debatida em três eventos científicos nacionais e um internacional³ e veiculada em dois periódicos⁴.

Ao aproximar-se o final do Curso, foi se conformando o desejo dos alunos de dar continuidade ao processo de aprendizagem, de convivência, e de criar formas concretas de ação para o grupo. Muitas reuniões foram feitas, envolvendo também professores e militantes de movimentos sociais, onde se esboçou o Projeto TRAMAS – nossa sigla para a trama entre trabalho, mei ambiente e saúde. Ele contemplava o oferecimento de uma segunda turma do Curso de Especialização – pois a esta altura já tínhamos uma lista de cerca de 100 interessados, a organização de Cursos de Extensão voltados para a capacitação de lideranças sociais rurais e urbanas, e a implantação de um Centro de Referência em Saúde dos Trabalhadores.

Muitos esforços foram feitos para viabilizar este projeto, durante quase dois anos. Ele foi apresentado, na íntegra ou em partes, a várias instituições: o Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT, o Ministério do Meio

2 Do Crescimento Econômico à Sociedade Sustentável – Conferência proferida pelo Prof. Henrique Rattner/USP

“O Estado e a Sociedade no Enfrentamento da Questão Social no Brasil do Ajuste: Balanço do Quadro Atual e Indicação de Perspectivas e Caminhos” – Conferências proferidas pelos Profs. Sílvio Caccia Bava (Presidente da ABONG) e Patrus Ananias (Prefeito de Belo Horizonte)

3 V Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO. Águas de Lindóia, agosto de 1997 Seminário Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 02 a 05 de junho de 1998

50ª Reunião Anual da Sociedade para o Progresso da Ciência – SBPC. Natal, 12 a 17 de julho de 1998

XV Conference of International Association on Health Policies. Perugia/Itália, 23 a 26 de setembro de 1998

4 RIGOTTO, R.M.; ALMEIDA, V.L. Capacitação de Profissionais em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: avaliando uma metodologia interdisciplinar de ensino. Revista Ciência e Sociedade – ABRASCO, abr/mai/jun 1998

RIGOTTO, R.M. Saúde e Ambiente na Reestruturação Produtiva no Nordeste. Revista Debates Sócio-Ambientais – CEDEC, nov/dez/jan/fev 1997/98

Ambiente, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Ceará, a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, a Faculdade de Medicina e ao Hospital Universitário Walter Cantídio da UFC, a Fundação Kellogg. Mas - e esta é a parte menos feliz desta história - não foi viabilizado (ainda! - diríamos, com a paciência histórica que vamos aprendendo a ter...). A turma ainda se encontra de vez em quando, para matar as saudades e planejar este livro; e alguns deles têm estabelecido parcerias com os colegas em seus trabalhos.

Os frutos do Curso ainda têm pontes com iniciativas de outras instituições, como:

- ❑ A Proposta de Introdução das Questões Trabalho, Meio Ambiente e Saúde nos Cursos Superiores de Graduação das Universidades Brasileiras – Elaborada com base na experiência do Curso e de associados da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças/ABDL, foi apresentada ao Ministério da Educação e divulgada junto a várias entidades, como contribuição ao processo de revisão das Diretrizes Curriculares para o Terceiro Grau.
- ❑ O Projeto de Capacitação em Trabalho, Meio Ambiente e Saúde nas Capitais Brasileiras – Como complemento da proposta anterior, e ainda em parceria com a ABDL, este projeto pretende capacitar lideranças sociais e professores universitários para a abordagem e intervenção sobre estas questões em 12 estados brasileiros.

6 – Um final feliz?

Assim, consideramos que o Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável atingiu satisfatoriamente seus objetivos e deu importante contribuição à sociedade cearense, ao ampliar a capacitação de profissionais para intervirem no processo de desenvolvimento do estado, rumo à construção de sua sustentabilidade. E aprendemos como fazer melhor, da próxima vez.

A definição pelo campo das relações entre Trabalho, Meio Ambiente e Saúde mostrou-se acertada, por incorporar inúmeras questões fundamentais para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da população.

Alguns elementos mostraram-se imprescindíveis para o sucesso da proposta: a abordagem interdisciplinar; a formação e a vivência multiprofissional dos alunos, bem como sua inserção em diferentes segmentos da sociedade; e o estímulo a metodologias participativas e pluralistas de ensino-aprendizagem, constituindo um coletivo de debates, trocas e criação permanente.

Deve-se sublinhar que a construção desta proposta de capacitação, por seu caráter inovador, exigiu e exigirá esforço e atenção constantes – certamente gratificados pela qualidade dos resultados obtidos e pelo reconhecimento da comunidade.

Ainda mais significativo foi o interesse dos alunos em participarem de atividades concretas, como o Projeto TRAMAS, evidenciando que, para além da aquisição de conhecimentos, houve também o aprofundamento do compromisso com a construção de uma Sociedade Sustentável no Ceará.

Ao final(?) da experiência, fica o sentimento de que, apesar da pequenez de nossa força, é possível desejar o que hoje parece impossível e ir tramando, com os homens e mulheres que nos cercam, uma vida mais bela e suave para o Planeta que nos acolhe e mais justa para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N. (1997). Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. *Revista Ciência e Saúde Coletiva* 1 / 2 (II):5-20
- BACELAR, T. A . (1997). Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Revista de Estudos Avançados da USP*; 29, p. 7-36
- FRANCO, T. (org.) (1997). *Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?* Salvador: EDUFBA/CRH/FFCH/UFBA
- RATTNER, Henrique (1997). Globalização: em direção a um mundo só? In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- RIGOTTO, R.M.; ALMEIDA, V.L. Capacitação de Profissionais em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente: avaliando uma metodologia interdisciplinar de ensino. *Revista Ciência e Sociedade* – ABRASCO, abr/mai/jun 1998
- SANTOS, Milton (1994). A questão do meio-ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. (mimeo)

ANEXO I - Composição e qualificação do corpo docente

A- Professores responsáveis por disciplinas

Agostinho Grossi

Prof. do Depto. de Comunicação da UFC

Alba Maria Pinho de Carvalho

Profa. do Depto. de Ciências Sociais e Filosofia da UFC

Doutora em Sociologia pela UFC

Carlos Augusto Fernandes Eufrásio

Procurador da SEMACE

Especialista em Direito Público pela UFC

Mestre em Direito Ambiental pela UFC

Edson Vicente da Silva

Prof. Titular do Depto. de Geografia da UFC

Doutor em Geografia pela UNESP

Elizabeth Costa Dias

Profa. do Depto. de Medicina Preventiva e Social da UFMG

Mestre em Medicina Tropical pela UFMG

Doutora em Medicina Preventiva e Social pela UNICAMP

Gilmar Trivelato

Pesquisador da FUNDACENTRO – SP

Bacharel e Licenciado em Química pela USP

Mestre em Educação pela USP

Glória Diógenes

Profa. do Depto. de Ciências Sociais e Filosofia da UFC

Mestre e Doutora em Sociologia do Desenvolvimento pela UFC

Izabel Cristina Ferreira Borsoi

Profa. do Depto. de Psicologia da UFC

Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP

Linda Gondim

Profa. do Depto. de Ciências Sociais e Filosofia da UFC

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE/UFRJ

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Cornell
- EUA

Magda Neves

Profa. do Depto. de Ciência Política da UFMG

Doutora em Sociologia pela USP

Marlene Casella

Supervisora Técnica do DIEESE - Escritório Regional do Ceará

Mestre em Economia pela UFC

Maria Geralda de Almeida
 Profa. do Depto. de Geografia da UFC
 Doutora em Geografia pela Universidade de Bordeaux - França

Maria Neyara de Oliveira Araújo
 Profa. do Depto de Ciências Sociais e Filosofia da UFC
 Doutora em Sociologia pela USP

Raimundo Castelo Melo Pereira
 Prof. do Depto. de Geografia da UFC
 Mestre em Solos pela UFBA

Raquel Maria Rigotto
 Profa. do Depto. de Saúde Comunitária da UFC
 Especialista em Medicina do Trabalho pela FUNDACENTRO
 Mestre em Educação pela UFMG

Roberto Smith
 Prof. do Depto. de Teoria Econômica da UFC
 Doutor em Economia pela USP

Vera Lúcia de Almeida
 Profa. do Depto. de Enfermagem da UFC
 Mestre em Sociologia pela UFC

B – Expositores convidados para seminários, aulas e cursos de extensão

Ada Ávila Assunção - UFMG

Adísia Sá

Aécio Cunha - UFC

Ana Paula Rocha Vieira – NPD/UFC

Andréa Maria Silveira - UFMG

Antônio Rocha Magalhães – Banco Mundial

Antônio Salvador - UFC

Arline Arcuri - FUNDACENTRO - SP

Arnoldo de Hoyos - UNICAMP

Assuero Ferreira - UFC

Daniel Soares Lins - UFC

Edson Hatem – Delegado Regional da FUNDACENTRO – PE

Eduardo Ferreira Chagas - UFC

Eduardo Garcia Garcia – FUNDACENTRO - SP

Eudes Xavier – Presidente CUT-CE

Francisco das Chagas Magalhães – Superintendente Regional do SENAI

Francisco Gilberto Belchior – DRT-CE
Henrique Rattner – ABDL/USP
Henry de Holanda Campos – Chefe do Departamento de Medicina Clínica
UFC
Humberto Parro – Presidente da FUNDACENTRO
João Alfredo – Deputado Estadual
Jorge da Rocha Gomes - SP
José Ambrósio Guimarães – Coordenador do CEATOX
José Gaspar – Superintendente da FUNDACENTRO
José Henrique Gradwohl – Superintendente Regional do SESI
José Sales Costa Filho - Consultor
Ladislau Dowbor – PUC/SP
Luis Carlos Ros – Banco Mundial
Luis Odorico de Andrade – CONASEMS
Luiz Cruz - UECE
Márcia Alcântara – Núcleo de Pneumologia do HUWC
Márcia Ximenes – Sub-Secretária Estadual de Administração
Maria de Lourdes de Castro e Silva Menezes – DRT-CE
Maria Goreti Macedo de Andrade
Maria José Andrade Lima – Coordenadora do SINE-CE
Mário Ferreira – DRT/SP
Miguel Grinberg - UNICAMP
Neile de Araújo Torres – Diretora do CCS/UFC
Patrus Anannias de Sousa – Prefeito de Belo Horizonte
Rejane Maria Vasconcelos
Ricardo José Soares Pontes - UFC
Rose Conte – Coordenadora da UNITRABALHO/UFC
Salim Amed Ali – FUNDACENTRO/SP
Sandra Maria Coelho Rodrigues - NPD/UFC
Sara Barroso – SESA/CE
Sílvia Mamede – Diretora da Escola de Saúde Pública
Sívio Caccia Bava – Instituto Pólis
Susana Vasconcelos Gimenes
Valéria Góes F. Pinheiro – HUWC/UFC
Verbena Lima Vale – UFC
Zuther Handar – Secretário de Segurança e Saúde do Trabalho

ANEXO II

**PERFIL DOS ALUNOS - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE,
TRABALHO E MEIO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

NOME	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	LOCAL DE TRABALHO
Adalgisa Rocha Rodrigues Barrera	Odontologia	Secretaria de Saúde do Estado
Antônio George Lopes Paulino	Ciências Sociais	TERRAMAR
Caio César Penna	Medicina	Hospital Geral de Maracanaú
Célia Maria de Souza Melo	Serviço Social	FEBEMCE
Euzeliz Nascimento da Silva	Pedagogia	SINE/CE
Fernanda Padilha Roriz	Enfermagem	Hospital Geral de Maracanaú
Geusa Maria Dantas Lelis	Enfermagem	Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza
Gustava Bezerril Cavalcante	Ciências Sociais	TERRAMAR
Islene Ferreira Rosa	Enfermagem	Secretária de Saúde de Horizonte
João Vicente Menescal de Oliveira	Psicologia	CEDI (Centro de Estimulação e Desenvolvimento Infantil)
José Cordeiro de Oliveira	Pedagogia	HOJE Assessoria em Educação
Josélia Cordeiro Barbosa	Engenharia Civil	CAGECE
Josimeire de Araújo Gomes	Geógrafa	Universidade Federal do Ceará
Magnólia Azevedo Said	Direito	ESPLAR
Maria Andrade Leite	Serviço Social	Fundação da Ação Social e Sindicato dos Assistentes Sociais
Maria Cleide Rocha dos Santos	Serviço Social	Fundação da Ação Social
Maria de Fátima Duarte Bezerra	Psicologia	BEC/CUT/Sindicato dos Psicólogos
Maria do Perpétuo Socorro Paz Nerys	Enfermagem	Secretária de Saúde do Município
Maria Madalena de Paula G. A de Souza	Pedagogia	FEBEMCE

Maria Meirilene Lopes Lemos	Serviço Social	Secretária do Trabalho e Ação Social
Maria Ursulina Silva Lima	Enfermagem	Secretária de Saúde do Estado
Mário Henrique Araújo Maia	Engenharia Civil	SENAI
Onélia Braga de Oliveira	Serviço Social	SESI
Rosa de Lisieux Urano Carvalho Ferreira	Ciências Biológicas	SEMACE
Rosana Maria Costa Fernandes	Administração de Empresas	CAGECE
Rui Flávio de Peruchi Novais	Engenharia Civil	SESI
Semiramis Maria Magalhães	Ciências Sociais	SINE/CE
Terezinha Feitosa Andrade	Serviço Social	SESI
Wilson de Souza Lima	Ciências Contábeis	Sindicato dos Bancários do Ceará
Zélia Franklin de Alburqueque	Ciências Sociais	Secretária de Saúde do Estado
Zita Maria da Rocha	Serviço Social	Secretária de Saúde do Estado

ANEXO III

Monografias defendidas e aprovadas pelos alunos do Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável –

- **Conselho de Assistência Social: da proposta legal à realidade cotidiana**
Célia Maria de Souza Melo
- **Condições de trabalho e estresse em enfermeiras de emergência do Hospital de Fortaleza**
Geusa Maria Santos Leite
- **Educação ambiental e formação profissional: uma parceria fecunda na construção da sustentabilidade**
Antônio George Lopes Paulino
- **Educação ambiental: um instrumento na construção da sustentabilidade do litoral cearense.**
Gustava Bezerril Cavalcante
- **Industrialização em Horizonte: “um projeto que envolve todo mundo?” – estudo das mudanças do município e suas repercussões sobre a vida da população**
Islene Ferreira Rosa
- **Pecém era assim: memória e reconstrução do passado**
Josimeire de Araújo Gomes
- **Agroecologia: pequenos proprietários rurais constroem significados para a sustentabilidade**
José Cordeiro de Oliveira
- **Os impactos ambientais do Complexo Industrial e Portuário do Pecém em uma APA: o caso Maceió/Barra do Cauípe.**
Maria Cleide Rocha
- **Saúde mental e trabalho, crises e paradigmas: uma incursão na sociedade brasileira**
Maria de Fátima Duarte Bezerra

- **Horizonte do Olho D'água – de Distrito Agrícola a Polo Industrial**
Maria Madalena de Paula Gonçalves Américo de Souza
- **Alguns aspectos impactos da reestruturação produtiva sobre o setor gráfico de Fortaleza**
Maria Andrade Leite
- **A percepção dos trabalhadores sobre o programa de qualidade total em uma indústria têxtil**
Onélia Braga de Oliveira
- **Litoral Oeste de Fortaleza: Qualidade de Vida x Saneamento Básico.**
Rosa de Lisieux Urano C. Ferreira
- **A história da organização dos trabalhadores na CAGECE**
Rosana Maria Costa Fernandes
- **As condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores alteram em face da informatização e da automação bancária.**
Wilson de Sousa Lima
- **Pecém e seus novos retalhos do cotidiano**
Zélia Franklin de Albuquerque
- **Estudo dos limites do acesso à saúde bucal em uma área de ocupação a periferia de Fortaleza-Ce**
Adalgisa R. Rodrigues Barreira
- **Impactos do banco de horas sobre a saúde e segurança do trabalhador: um estudo de caso em uma indústria têxtil**
Terezinha Feitosa Andrade
- **Gravidez na adolescência e suas repercussões na construção de uma sociedade sustentável**
Maria do Perpétuo Socorro Paz Nerys
- **As ONG's como produtoras de significados**
Magnólia Azevedo Said
- **Violência doméstica contra crianças e adolescentes.**
Maria Meirilene Lopes Lemos

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO LITORAL CEARENSE

Gustava Bezerril¹

*Amar
Que pode, pergunto, o ser amoroso,
sozinho, em rotação universal, senão
rodar também, e amar?
Amar o que o mar traz à praia,
O que ele sepulta, e o que, na brisa marinha,
É sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia?*

Carlos Drummond de Andrade

Apresentação

Esta pesquisa constitui o fruto de quatro anos de trabalho coletivo realizado na comunidade litorânea da Prainha do Canto Verde, situada a 120 km a leste de Fortaleza, por um grupo de assessores de uma ONG (Instituto Terramar) que tem como objetivo principal a valorização das comunidades litorâneas e da pesca artesanal. O Instituto Terramar (que possui sede em Fortaleza) foi convidado a desenvolver um trabalho na escola Bom Jesus dos Navegantes, em 1995. A idéia era contribuir com a melhoria da qualidade de vida local, tendo como caminho a trilhar, o investimento crescente na educação formal e não formal da referida comunidade, mobilizando para tanto, professores, lideranças, jovens, pais, crianças, poder público municipal, comunidades vizinhas, educadores das mais diversas áreas e instituições nacionais e internacionais, que se interessassem por concretizar um projeto que identificava como um dos seus principais objetivos, a capacitação para melhorar as ações em sala de aula e também modificar e fortalecer a relação escola e comunidade.

As reflexões presentes neste trabalho possuem um elemento comum, a Educação Ambiental, que se apresenta enquanto um instrumento na construção de uma sustentabilidade que necessita ser construída. O litoral

¹ Cientista Social, Especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, e Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

cearense é o principal cenário no qual se inserem e se modelam as relações, os conflitos e a busca de alternativas sustentáveis que também articulam-se com todo um contexto mundial e nacional.

A metodologia escolhida é baseada fundamentalmente na **pesquisa-ação**, que possibilitou um engajamento com aqueles que estão inseridos diretamente na problemática pesquisada.

Agora, convido a todos que desejam conhecer a experiência da Prainha do Canto Verde, a mergulhar nas reflexões sobre Educação acumuladas nestas páginas.

1. Relatos de uma experiência em educação ambiental na comunidade da Prainha do Canto Verde.

*Da minha aldeia vejo quanto da terra
Se pode ver o universo
Por isso a minha aldeia é tão grande
Como outra terra qualquer
Por que sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho de minha altura...*

Fernando Pessoa

Como disse Rúbem Alves (1993), a educação tem a idade do nascimento da cultura e do homem, e como tal, possui o importante papel de impulsionar o movimento da aprendizagem humana, construindo e reproduzindo conhecimento, valores, costumes e habilidades. No entanto, nossa cultura capitalista ocidental tem concretamente limitado seu papel potencializador e transformador, aprisionando-a a interesses exclusivamente econômicos. A educação passa a ser percebida essencialmente, como um “meio” para se atingir o desenvolvimento, o que tem causado leituras de mundo empobrecidas e cerceadas de dimensões mais integradoras dos aspectos socioculturais, políticos, científicos, tecnológicos, ecológicos e éticos. A educação é um ato político, já que nela incide a formação de uma visão de mundo.

Um dos elementos que tem faltado à educação é justamente o componente ambiental, que qualifica e abre espaços para se repensar o meio ambiente. Uma preocupação com a gravidade da problemática tem propiciado um repensar sobre uma ética ambiental (GRÜN, 1996), que encontra justamente na educação, um excelente “porto” para assegurar uma maior conscientização e resistência ao que está posto.

O surgimento da Educação Ambiental é marcado pela possibilidade e pelo desejo de reverter cenários de degradação, que estavam se configurando

mundialmente. Enfatiza-se a necessidade do homem repensar suas prioridades. Uma situação insustentável começava a ser compreendida como ameaça à vida no planeta e inicia-se o debate sobre mudança de valores, comportamentos e ética.

Ao longo da história da evolução do conceito de Educação Ambiental, surgiram diversas definições sobre seus processos de construção de conhecimento, que ora se apresentaram mais relacionados aos aspectos biofísicos e ora, a aspectos promotores de inter-relações entre homem, cultura e ambiente físico.

O conceito de meio ambiente então, passa a ser o divisor de águas das diferentes concepções que foram se esboçando pela academia sobre a Educação Ambiental e seu papel. A partir de uma compreensão não reducionista deste conceito aos aspectos naturais e também considerando as relações construídas pelo homem, ressaltando a pluralidade e complexidade que caracterizam a problemática, começaram a ser discutidas as diferentes variáveis: cultura, sociedade, ciência, ecologia, economia, tecnologia, política e ética como elementos definidores das dinâmicas e da questão ambiental no mundo.

A partir desta discussão sobre as variáveis, foram sendo construídos conceitos de Educação Ambiental que podem ser resumidos da seguinte maneira: E.A. é um processo progressivo e incentivador de um senso de preocupação com o meio ambiente e de uma promoção de mudança de mentalidade, busca de novos valores e de uma nova ética, baseados em um entendimento das inter-relações entre homem e natureza.

Mais do que um tema que se faz presente e que não está situado somente no universo dos "amantes da natureza", a questão começa a conquistar amplas instâncias de discussão da sociedade e caminha para fazer parte integrante e obrigatória de espaços importantes e definidores da realidade contemporânea. Mas vale ressaltar, que a Educação Ambiental, precisa ser percebida como um dos instrumentos na busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável e não como o único. Torna-se necessária, a afirmação de uma ampla compreensão que precisa assumir perspectivas também, no âmbito das políticas públicas.

Ainda nos dias de hoje, há uma forte tendência a considerar a Educação Ambiental como tema totalmente integrado às ciências físicas e biológicas, o que nos remete fundamentalmente a um enfoque naturalista, que marcou o início da escala evolucionária do conceito. A escola, na grande maioria das vezes, com suas concepções tardias e limitadas, acaba somente trabalhando a problemática ambiental de maneira atrelada ao calendário de datas comemorativas, quando são promovidos eventos pontuais, tais como "semana do meio ambiente", "dia da árvore" etc., o que não é o suficiente para suscitar processos educativos mais amplos que possam

influenciar uma participação mais crítica. Atividades estanques e dissociadas dos currículos e da realidade dos alunos têm sido uma forte tendência que caracteriza a maioria dos trabalhos sobre a problemática promovidos nas escolas brasileiras.

A interdisciplinaridade tem sido amplamente discutida enquanto um dos princípios norteadores, suscitados para trabalhar novos referenciais, mais apropriados para desenvolver uma proposta educativa, capaz de influenciar com profundidade a realidade, mas infelizmente, muitas vezes é mal compreendida e mal trabalhada. O que é realizado geralmente se materializa na junção grosseira de conteúdos. Na verdade, há uma necessidade de unificar diferentes conhecimentos e trabalhá-los na sua complementaridade, buscando inter-relações.

O trabalho com Educação Ambiental é mais do que uma onda dos tempos modernos, sobretudo, vem aos poucos se consolidando como uma questão de sobrevivência. É um processo de permanente aprendizagem, baseado fundamentalmente no respeito por todas as formas de vida do planeta no qual, valores e ações são reafirmados, enquanto contribuição para uma transformação nos planos individual e coletivo. Valorizando as diferentes formas de conhecimento, promovendo a solidariedade, a garantia dos direitos humanos e do acesso a uma informação mais universal e objetivando construir uma "sustentabilidade" eqüitativa que aponte para uma relação homem e natureza que possa ser libertadora e potencializadora das sociedades.

A partir de toda esta visão de mundo, dá-se a escolha de um trabalho a ser desenvolvido a nível local, que surge como um desafio, pois a complexidade em questão não era do tamanho de uma comunidade com cerca de 1.100 habitantes, mas sim possuía a grandeza de uma ação que se propunha a investir na **valorização da escola pública**, enquanto uma alternativa para a garantia dos direitos das comunidades litorâneas, trabalhando para tanto, com base na promoção de uma Educação Ambiental.

Pequena, a comunidade da Prainha do Canto Verde encanta por possuir suas características naturais ainda conservadas, pela simplicidade de seu povo e pela pesca artesanal, principal atividade produtiva da comunidade. Para praticar a pesca são utilizadas cinquenta embarcações (jangadas ou paquetes) e estão inscritos na Colônia 150 pescadores. A lagosta, o peixe fresco e sobretudo a organização que vem sendo construída através da Associação dos Moradores e dos Conselhos e grupos que lá existem (de Pesca, de Educação, da Saúde, da Terra e grupo de Labirinteiros), também são importantes atrativos para aqueles que identificam e reconhecem o valor do trabalho comunitário.

Não possui ruas ou calçamentos e as casas são construídas espalhadas por uma área de areia bem branca. As dunas se fazem presentes em algumas zonas e o mar é o grande referencial identitário do povo do local. À noite é possível ver um céu bastante estrelado e a tranqüilidade toma conta de tudo, pois só se escuta os sons do vento e das ondas. A energia só chegou a Canto Verde no início de 98 e mesmo assim, os moradores reunidos definiram que esta só seria instalada nas residências e não nos postes, a fim de manter a mesma relação de convivência com a "paisagem noturna". A população é pobre e não usufrui de sistema de saneamento básico. O centro comunitário, o posto de saúde, a escola Bom Jesus dos Navegantes e duas residências possuem energia solar, tecnologia alternativa que se adapta bem ao clima do litoral cearense.

Uma crescente preocupação com a escola também foi surgindo, em meio à organização e às conquistas comunitárias por melhorias de vida. O descaso do poder público local visível aos olhos de qualquer pessoa, incentivou lideranças comunitárias a buscar ajuda para promover melhorias na educação.

Em 1995, ano do nascimento do Conselho de Educação local, o Instituto Terramar foi convidado pela comunidade da Prainha do Canto Verde, através da Associação dos Moradores e do grupo de professores que durante este período estavam trabalhando na escola de primeiro grau Bom Jesus dos Navegantes, a elaborar um projeto que objetivasse a melhoria da educação na comunidade. Na época, apenas duas pessoas faziam parte do Programa Educação e Cidadania do Terramar e a problemática local do ensino básico era alarmante, basta observar os dados anteriores ao projeto, sobre os índices de evasão escolar e reprovação com base na matrícula de 228 aluno. Outro agravante era a formação das professoras, pois duas concluíram seus estudos na sétima série e três na oitava. Acredita-se que a desistência dos estudos pela população da Prainha se dava precocemente, por diversos fatores, tais como: a inexistência das séries subseqüentes à quarta, na própria comunidade; a distância com relação a escolas que possuíam as últimas séries do ensino fundamental e ensino médio; o descaso por parte do poder público municipal com a escola pública litorânea.

TABELA I –

Índices de reprovação e evasão, Prainha do Canto Verde, 1994.

ÍNDICES DE REPROVAÇÃO E EVASÃO –1994		
SÉRIE	EVASÃO	REPROVAÇÃO
Alfabetização	13%	65%
1ª Série	6,0%	60%
2ª Série	27%	26%
3ª Série	19%	15%

4ª Série	20%	25%
----------	-----	-----

Fonte: Secretaria de Educação de Beberibe.

Como é possível observar, os maiores índices de reprovação estavam concentrados na alfabetização. Justamente por este motivo, o foco do projeto foi direcionado para estas turmas, que seriam trabalhadas a partir de uma ação conjunta com os professores da comunidade, através de um constante processo de capacitação e troca de experiências.

Com uma equipe pequena, mas também determinada a contribuir com a melhoria da educação na comunidade, logo após o convite feito pelos professores e pela Associação de Moradores, foi elaborado o projeto Criança Construindo e apresentado para o mesmo grupo de pessoas, com o objetivo de discutir seu conteúdo e de reafirmar o compromisso de trabalho coletivo. Foi discutido que seria necessário um aporte financeiro maior, para conseguir atingir os objetivos desejados, já que a prefeitura contribuía com o mínimo possível.

Desenhando a realidade deste período, percebe-se que a escola passava por enormes dificuldades: seu espaço físico era inadequado, pois as salas de aula se encontravam superlotadas; as professoras recebiam apenas R\$ 33,00 por mês; os alunos passavam pouco tempo na escola, devido à desorganização e à falta de estrutura pedagógica e material; as professoras trabalhavam intuitivamente, algumas ainda utilizando a palmatória para controlar suas numerosas turmas; o planejamento das aulas e o intercâmbio entre os profissionais inexistia; a escola não possuía uma diretora ou coordenadora pedagógica; o distanciamento da comunidade era notório; o material era escasso, tanto que os cadernos, lápis e borrachas eram adquiridos pelos próprios pais; a merenda escolar não chegava à escola com regularidade; não existiam livros paradidáticos; os conteúdos curriculares eram repassados a partir do livro didático, de maneira atrelada e pouco dinâmica; os livros chegavam com muito atraso e eram muito tradicionais e distantes da realidade das comunidades litorâneas; nenhuma capacitação era promovida pela Secretaria de Educação do município de Beberibe; e a relação com o poder público era ainda bastante distante; não havia espaço para a recreação; os muros eram pichados constantemente, fato que refletia o descaso com a escola; os alunos discutiam com as professoras, chegando a desrespeitá-las; enfim, pouco se aprendia, diante de uma realidade tão difícil, desarmônica e desinteressante.

Analisando todas estas dificuldades, foi discutido como seria o trabalho de assessoria e visitas à escola. Concluiu-se que o melhor, seria realizar um acompanhamento durante quatro anos (96, 97, 98 e 99), para conseguir reverter substancialmente o quadro descrito. Uma intensificação da assessoria foi planejada para os dois primeiros anos, principalmente no

ano de implantação do projeto - 1996 e logo após, esta assessoria passa a ser quinzenal e subseqüentemente mensal, o que significa a materialização do desejo de sair da comunidade para que essa pudesse autogerir suas ações.

Diante das dificuldades, um repensar da escola se fazia necessário. A preocupação com a formação de um "ser" mais completo e menos fragmentado estava presente desde o início do trabalho enquanto concepção de educação e de vida. Garantir o direito do acesso à informação universal, tornar a escola um ambiente mais atraente para todos aqueles que a fazem, reduzir os índices de reprovação e evasão escolar no mínimo pela metade, valorizar a cultura local, discutir e fazer Educação Ambiental e Arte, transformar a relação escola comunidade, repensar a relação e as ações com o poder público municipal, tornaram-se os principais objetivos do projeto, tendo claro que a escola Bom Jesus dos Navegantes, seria a porta de entrada para os desafios de melhorar a qualidade de vida da comunidade e de ampliação desta experiência localizada.

Sendo assim, o trabalho teria que propor muitos elementos novos e ao mesmo tempo, respeitar o ritmo dos professores e valorizar a experiência acumulada até então. A idéia era prosseguir tentando trabalhar processualmente a concepção de que ensinar a partir das formas tradicionais de educação não estava possibilitando mudanças significativas à realidade da escola.

A proposta pedagógica do projeto consistia em desenvolver o construtivismo, pensamento ou filosofia que baseia-se na idéia de que, é a partir da ação que a criança formará seu conhecimento sobre o mundo, principal fonte de aprendizagem, através de experiências vivenciadas diariamente, ou seja, a criança é o sujeito da construção de sua inteligência.

As pessoas que idealizaram o projeto tinham consciência dos modismos e problemas que atingiam e ainda atingem a educação brasileira ao longo das décadas de 80 e 90, porém escolher o construtivismo foi uma iniciativa fundamentada em estudos de diferentes autores como Emília Ferreiro, Esther Pillar Grossi, Paulo Freire, Madalena Freire, Piaget e outros que auxiliaram, cada um com seu acúmulo precioso e diferenciado, a embasar as ações e os estudos junto ao grupo de trabalho da escola Bom Jesus dos Navegantes.

O Primeiro Ano

Durante este primeiro ano, todo o grupo, composto pelos assessores do Terramar e professores da Prainha, passaram por um período de

adaptação, no qual os ritmos litorâneo e urbano eram marcadamente diferenciados. A assessoria em muitos momentos teve que "fazer junto", ao invés de somente facilitar os processos, fato que ainda permaneceu acontecendo durante um certo tempo, para garantir que realmente as mudanças desejadas se concretizassem. Mesmo assim, constantemente era discutido que a autogestão seria fundamental para garantir um futuro sustentável.

Em uma primeira reunião com o secretário de educação de Beberibe, na qual estavam presentes professores e pais, foram conquistados, a partir de toda uma discussão sobre qualidade educacional: a reestruturação do espaço físico da escola para a construção de uma biblioteca (aproveitando um espaço que não era utilizado); a pintura; o retelhamento e conserto das portas; a contratação de mais duas professoras, pois era impossível garantir a qualidade do ensino, com turmas tão numerosas; uma pequena ampliação do repasse da merenda escolar; uma abertura para a contratação de uma coordenadora a ser escolhida pela comunidade e também uma secretária; Foi então, que a secretaria municipal de educação teve consciência que a comunidade teria parceria na luta por melhorias educacionais.

O que estava posto enquanto desafio inicial à comunidade era tocar o trabalho procurando democratizar as instâncias de decisão e mergulhar nos problemas estruturais da escola. A carência de capacitação, como já foi dito, era percebida por todos os professores, como um dos principais problemas a ser enfrentado. A necessidade de fortalecimento do grupo de trabalho, através da introdução de um complemento sócio-pedagógico, para enriquecê-los enquanto educadores continuava sendo uma das principais preocupações. A assessoria estava ciente de que, somente com um grupo fortalecido, seria possível pensar em ampliar os horizontes do projeto.

Dois cursos de capacitação, com duração de 40 horas cada, foram realizados anualmente. Ao longo de quatro anos de trabalho aconteceram oito cursos de capacitação e diversas oficinas. Estas atividades foram avaliadas e repensadas de acordo com as necessidades e com o amadurecimento do grupo. Os temas trabalhados foram: Processos de aprendizagem infantil; Porque e para que planejar; A importância da matemática e como trabalhá-la; Jogos e construtivismo; A importância da literatura infantil; O que é e como trabalhar Educação Ambiental na escola; A Arte na vida e na escola; Recreação; Musicalização; Gestão e organização escolar; Relação escola e comunidade; Avaliação. Um dos princípios que a assessoria foi buscar junto a Paulo Freire para desenvolver a proposta de trabalho consistia na ampliação da idéia de **ensinar**.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção (FREIRE - 1998: 52).

Logo no início, foi incentivada a elaboração do planejamento das aulas que com o decorrer do projeto, transformou o entendimento que os professores tinham dos conteúdos e da didática de sala de aula. O trabalho em grupo foi um dos grandes aliados para combater a falta de dinamismo e de pesquisa no contexto escolar. Os professores passaram a ser conquistados a interagir com seus alunos e a acreditar que estes seriam capazes de construir seu conhecimento, ao invés de memorizar os conteúdos sem vivenciá-los e sem sentir sua real importância.

O grupo de professores durante este início de trajetória encontrava-se muito dependente da iniciativa da assessoria, fato que parecia ser normal diante da quantidade de transformações que precisavam ser processadas a seu tempo e da enorme "carência" das comunidades litorâneas. O próprio Conselho de Educação caminhava a passos lentos rumo a um trabalho de reflexão do papel da escola e de elaboração de um planejamento estratégico para provocar o processo educativo que a comunidade poderia conquistar.

Durante esta fase inicial do trabalho, os professores sentiram muita dificuldade para entender que o **erro** é algo construtivo para a criança e que basta nos apercebermos da nossa própria vivência, para chegarmos à conclusão que é exercitando, caindo e levantando que podemos avançar e conquistar novos conhecimentos. O projeto estava propondo um processo de mudança que, em muitos momentos, causava também angústia aos professores, por estes sentirem mais segurança nos métodos tradicionais que já dominavam e conheciam. Ser um professor "diferente" e criativo requer estudo e sobretudo disposição e vontade para mudar. A assessoria não possuía, nem desejava levar receitas prontas e acabadas para a escola ou passar com um rolo compressor por cima do que já havia sido vivenciado anteriormente, mas desejava sim, suscitar um contato com outros horizontes de trabalho.

O grupo da Prainha era também diversificado e em meio à maioria, algumas pessoas apresentavam resistência para se envolver por completo com a proposta, o que era de se esperar, pois as diferentes histórias de vida, ritmos e visões de mundo, definem a relação com o trabalho e com a vida, de maneira distinta e particular. A busca do elemento da coletividade tinha que ser construída gradativamente, daí a opção por realizar uma experiência como esta, que necessita de um tempo maior, para poder no futuro colher resultados mais positivos e consistentes.

Todo este ano de implantação do projeto correspondeu na verdade a momentos difíceis e valiosos de adaptação à nova proposta e à busca de um ritmo de trabalho que pudesse refletir uma mediação entre o que precisávamos fazer e o que realmente estávamos podendo realizar naquele momento da história da escola Bom Jesus dos Navegantes.

Já durante este primeiro ano, os pais começaram a sentir a diferença com relação à situação de descaso anterior, mas ainda era muito cedo para tê-los como grandes aliados, já que estavam há muito tempo distantes da escola e não acreditavam que aqueles mesmos professores poderiam modificar a difícil realidade posta. Passaram a ser realizadas reuniões diárias da assessoria com os professores e foi sendo amadurecida também a necessidade de realizar encontros com os pais. O grupo de trabalho definiu então, que seriam promovidos encontros bimestrais, para situá-los sobre a nova proposta da escola e para realizar um acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, de forma mais constante e condizente com a realidade vivenciada por estes e por suas famílias. Outro aspecto importante definido pelo grupo foi a necessidade de pesquisar junto aos pais, quais seriam as suas impressões e expectativas com relação ao projeto e conseqüentemente sobre o futuro da escola.

É importante situar que a escola passou a abrir suas portas para a comunidade, para que esta pudesse participar das ações promovidas e para que começasse a sentir que essa mesma escola é patrimônio público e que deve ser valorizada, questionada e repensada constantemente. Desde o início, a assessoria compreendia que a relação escola comunidade não poderia se limitar a ser construída apenas a partir de reuniões semestrais com os pais, mas que precisava ser repensada e ampliada com base em ações mais profundas e participativas que levassem sobretudo em consideração a vivência local.

Foi com essa preocupação que incentivou-se o resgate e valorização da cultura popular, somando a isso um trabalho com Educação Ambiental. Começaram a ser planejadas ações que dinamizassem o ambiente da escola e que pudessem fundamentalmente contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. A idéia era proporcionar principalmente, um contato com as grandes discussões sobre a problemática ambiental e principalmente sobre o prisma das comunidades litorâneas, o que a primeira vista parece ser ambicioso, mas que quando lançado na prática, pode funcionar bastante harmoniosamente.

Com relação ao incentivo à leitura e à pesquisa, o projeto deu um passo importante, logo no início do trabalho que foi a criação da biblioteca. Uma campanha foi desencadeada em Fortaleza através da Rádio Universitária, que prontamente apoiou a iniciativa e divulgou o trabalho fazendo

"chamadas", solicitando doações de livros didáticos e paradidáticos usados, em benefício da escola Bom Jesus dos Navegantes. Como resultado, foram arrecadados cerca de 80 livros, que serviram para dar suporte à pesquisa dos professores e dos alunos. Também com recursos do projeto, 100 livros paradidáticos foram adquiridos. Esta proposta de construção da biblioteca foi muito importante para promover um processo de mudança na escola, pois a partir da Educação Infantil, as crianças começaram a ter acesso aos livros, passando a construir uma nova relação com o mundo da leitura e da escrita. Todo um trabalho educativo sobre a importância, a estruturação e conservação dos livros, foi sendo realizado para incentivar e apoiar o crescimento do hábito da leitura dos alunos. Com o tempo, a biblioteca passou a ser pensada como um espaço no qual manifestações artísticas e culturais pudessem ali, encontrar um ambiente propício e aberto para acontecer. A biblioteca era da comunidade e não apenas da escola.

Outro aspecto definidor de conquistas futuras foi o início da relação de parceria com o NEA, Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA-CE. A idéia era articular o financiamento de um livro didático para as turmas de alfabetização e primeira série, que teria uma proposta de inter-relação pedagógica, sócio ambiental e lúdica. O que se pretendia era abrir uma discussão sobre a vida da comunidade, de modo que saberes e práticas sociais pudessem ser compreendidos ou percebidos, como elementos importantes para o processo de alfabetização e ao mesmo tempo, buscar uma maneira alternativa de qualificar a aprendizagem da leitura e da escrita. No decorrer de muitas discussões, o NEA situou o desejo de participar do trabalho não apenas como um possível financiador, mas de contribuir com a socialização do acúmulo nas questões ambientais litorâneas. Durante os cursos de capacitação para professores, o Núcleo também teve uma importante contribuição na construção de uma outra visão sobre Educação Ambiental, na qual mudanças de valores, interdisciplinaridade, solidariedade, conhecimento, o respeito à diferença e comprometimento, constituíam elementos facilitadores da construção de uma outra visão de mundo. Diante de tamanha diversidade, compreender como contemplar Educação Ambiental em atividades escolares passou a ser um desafio para o grupo de trabalho. A proposta era transcender o calendário comemorativo e fazer com que conteúdos relacionados com a problemática passassem a ser uma preocupação constante da escola.

A Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, dentre as parcerias conquistadas, foi uma outra instituição que teve um importante papel enquanto agente financiador do projeto, pois arcava com recursos para a compra de material escolar, livros paradidáticos, merenda escolar, brinquedos e jogos pedagógicos, livros de apoio para estudo, xerox, recursos humanos que davam suporte à contratação de uma educadora,

gastos parciais com viagens e alimentação da assessoria e complemento salarial dos professores. A gestão municipal neste período era politicamente complicada, pois quando era cobrado que esta assumisse seu papel, o argumento da falta de verba para promover as mudanças necessárias na escola caía sobre a comunidade, fechando questão.

Em agosto deste mesmo ano, a assessoria enviou o Projeto Criança Construindo para a Fundação Abrinq (Instituição que financia projetos nacionalmente, na área de educação) na tentativa de iniciar uma nova parceria, já que os recursos vindos do exterior poderiam ser reduzidos significativamente nos anos seguintes. Esta iniciativa foi fundamental e decisiva para o andamento do projeto em Canto Verde e o ano de 1997 foi iniciado com novas perspectivas de realização e de crescimento para a escola.

1.2. O Segundo Ano e uma nova Parceria.

O ano de 1997 foi marcado pela satisfação da aprovação do projeto junto à Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal promover a garantia dos direitos da cidadania das crianças, através do incentivo a projetos, em conjunto com diversos segmentos da sociedade. A Fundação é estruturada a partir de vários Programas² de trabalho e o Projeto Criança Construindo foi enviado para o Programa Crer Para Ver, por se adequar melhor às suas possibilidades e características. O Programa Crer Para Ver é uma iniciativa da Natura Cosméticos e da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que apóia projetos comunitários com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da escola pública brasileira. O projeto de Canto Verde foi um dos 16 primeiros a ser aprovado pelo Programa da Fundação. O financiamento dos projetos é garantido pela venda de produtos da Natura e cartões confeccionados justamente com o objetivo de dar suporte ao trabalho com educação. A captação de recursos é viabilizada através da colaboração voluntária das consultoras da Natura que estão espalhadas por todo o Brasil.

² Os Programas, Projetos e Campanhas que fazem parte da Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança são: Programa Empresa Amiga da Criança; Programa Crer Para Ver; Projeto Prefeito Criança; Projeto Nossas Crianças; Projeto Bola pra Frente; Projeto Adotei Um Sorriso; Programa Educação Infantil; Projeto Biblioteca Viva; Projeto O Livro Vai à Escola; Projeto Brinquedoteca; Programa Cidadania Jovem; Projeto Jornalista Amigo da Criança; Projeto Prêmio Criança; Campanhas Contra Violação de Direitos; Campanha de Reintegração Familiar; Campanhas de Saúde; Projeto Dá Para Resolver! ; Projeto Folha de São Paulo; Projeto Rádio Eldorado; 10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira; Voluntariado; Captação de Recursos.

Vale ressaltar que a parceria com o Programa Crer Para Ver não significou para o Projeto apenas um importante aporte financeiro, mas também proporcionou valiosos momentos de troca de experiências e de capacitação para a assessoria do Instituto Terramar, que contribuiu efetivamente para o sucesso de muitas ações da escola. Encontros regionais e nacionais foram promovidos pelo Programa Crer Para Ver, nos quais o Terramar teve a oportunidade de conhecer e trocar experiências com educadores de todo o Brasil. Estes educadores possuíam um perfil comum entre seus projetos, propor uma educação inclusiva, de qualidade e integrada com a comunidade, para transformar a escola pública no centro de ações e intervenções que ultrapassam ou ampliam seus horizontes.

Em 1997, o que fortemente caracterizou o trabalho foi a autonomia conquistada pela ampliação das parcerias do projeto e a necessidade de dar continuidade aos constantes processos de reflexão sobre temas, como a concepção do que é ser criança, interdisciplinaridade, Arte, Educação Ambiental, gestão democrática, a importância do planejamento, relação escola e comunidade, os processos de aprendizagem da criança, o trabalho de grupo, musicalização na escola, ampliação da proposta curricular e etc. Estas foram questões trabalhadas nos momentos de rotina, cursos de capacitação e grupos de estudos, com o objetivo de repensar o cotidiano sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

Um momento definidor de ações futuras foi a realização da oficina de brinquedos populares em outubro deste ano, por arte-educadores envolvidos com o resgate e valorização de brinquedos que no passado fizeram mais fortemente, parte do cotidiano das crianças cearenses tais como, o equilibrista, o pião, o rói rói, o currupio, os fantoches, as bruxas de pano, o João teimoso, a ema, o jaraguá, o boi, as miniaturas de parques e de mobílias e etc. Estes brinquedos eram confeccionados a partir da reutilização de madeira, papelão, retalhos de tecido, caixas de embalagens, restos de metais, jornal, arrame, tampas, botões e outros materiais facilmente encontrados na maioria das localidades. Durante a oficina, foi trabalhada com o grupo a perspectiva de ressaltar a importância da memória de um povo e de alertar mais uma vez para a valiosa contribuição que o brinquedo pode proporcionar ao crescimento da criança, visto que possui uma essência dinâmica e potencializadora da criatividade.

O grupo de trabalho passou a refletir mais, sobre as diversas formas de aproveitamento dos brinquedos no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e daí, juntamente com os arte-educadores que contribuíram com a atividade pontual da oficina de brinquedos, nasce a

idéia da construção de uma brinquedoteca para a escola Bom Jesus dos Navegantes.

Dando continuidade à capacitação de professores sobre Educação Ambiental, os parceiros do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA, realizaram também em outubro deste ano, um minicurso de dois dias sobre a referida problemática. A idéia era partir para um planejamento de trabalho com base na vivência das questões do litoral. Para tanto, foram levantados alguns problemas enfrentados pela comunidade tais como: a especulação imobiliária; as dificuldades de organização comunitária; a falta de emprego para os jovens; o analfabetismo; a pesca predatória; os porcos soltos na praia; o lixo. Foi interessante perceber que a noção de meio ambiente que os professores expressaram possuía elementos físicos e sociais interrelacionados. Acredita-se que esta visão já avançada da problemática sócio ambiental se construiu devido à experiência com a organização comunitária, que acabou proporcionando um repensar das questões afins, sem dissociá-las das lutas e conquistas cotidianas.

Lançou-se em um outro momento, o desafio de pensar sobre os aspectos positivos da realidade litorânea como: o morar em uma comunidade com vista para o mar, o peixe fresco, o pirão de farinha, os costumes, a brisa, os projetos que visam a melhoria de vida da comunidade etc. Realizando assim, uma reflexão sobre Educação Ambiental, que otimiza e proporciona uma percepção do belo e a valorização do espaço em que se vive. Após esta reflexão, foi proposto o exercício de pensar soluções para os problemas levantados no sentido de ensaiar um planejamento de atuação da escola e da comunidade.

A discussão sobre Educação Ambiental foi propiciando o desenho de uma outra perspectiva de trabalho e de desafios para a escola, visto que esta pode ser abordada de forma interdisciplinar, ou seja, enquanto algo presente em todas as disciplinas e nos diversos processos pedagógicos.

Durante todo o segundo semestre de 1997, a escola também esteve mobilizada para a elaboração da vol. I do Livro Nossa História, que posteriormente foi utilizado pelas turmas de alfabetização e primeiras séries. O núcleo de Educação Ambiental do IBAMA, mais uma vez foi um parceiro fundamental para a concretização desta ação. O livro foi produzido pelos professores, assessoria do Terramar, alunos e o NEA. As crianças escolheram o nome do livro, fizeram o desenho da capa e também os desenhos de algumas atividades. A escolha do nome e da capa foi feita através de concursos que contaram com a participação dos alunos de alfabetização à sétima série.

Os professores participaram de grupos de estudo e de pesquisa sobre os temas abordados no livro. A valorização do saber local e a problemática ambiental litorânea, aliadas à busca de atividades, conteúdos e situações

problemas, para contribuir com o desenvolvimento do processo de alfabetização dos alunos de uma forma mais criativa, dinâmica e eficiente, resultaram em uma produção que refletiu o acúmulo que o grupo possuía naquele momento. O grupo como um todo sentiu-se vitorioso, ao ver concretizado um trabalho de um ano e meio de reflexão e elaboração.

Em um momento posterior, o livro foi analisado mais a fundo, e suas limitações foram aparecendo e sendo trabalhadas de uma maneira construtiva. O grupo percebeu que seria importante dar continuidade ao processo iniciado, partindo para a elaboração do segundo volume do *Nossa História*, levando em consideração que modificações precisariam ser feitas. Em 1998, foram promovidos dois lançamentos para o livro, um ocorreu na Prainha do Canto Verde e o outro em Fortaleza. No ano de 1999, novas perspectivas iriam ser conquistadas no sentido de avançar com a produção didática.

Um outro aspecto importante do trabalho, durante este segundo ano, foi a nova relação que começou a ser estabelecida com o poder público municipal. A mudança de administração e a intensificação das ações do projeto facilitaram a construção de uma imagem bastante positiva afirmada gradativamente a nível municipal. O projeto começou a ser percebido como um exemplo de ação comunitária capaz de conquistar melhorias concretas para a escola pública. Os novos membros da Secretaria de Educação de Beberibe constantemente foram convidados a participar de várias atividades realizadas pela escola e pelo Instituto Terramar. Duas questões foram motivadoras da realização de reuniões com a Prefeitura e Secretaria de Educação durante este ano, que foram justamente o processo de seleção dos novos professores, desencadeado a nível estadual, e a necessidade de ampliação da estrutura física da escola, visto que a mesma estava crescendo, chegando naquele período a possuir 447 alunos matriculados.

Algumas destas reuniões de caráter reflexivo e negociativo foram realizadas na sede da Prefeitura e outras na própria comunidade, contando com a presença e participação do Conselho de Educação local e sendo abertas às pessoas interessadas em participar. Durante as reuniões nem sempre, o grupo conseguia chegar a pontos consensuais, já que existiam diferenças políticas marcadamente definidas entre os presentes. Sempre ressaltando o princípio de que a prefeitura precisava assumir seus deveres e papéis com relação à melhoria da educação, não simplesmente repassando para as comunidades estas responsabilidades em primeiro plano. Estes momentos de discussão foram fundamentais para reforçar na comunidade o sentimento de exigência e pressão junto ao poder público, ao mesmo tempo também de contribuição.

Uma outra ação do projeto que se tornou um instrumento de ampliação e projeção da experiência local para contemplar outras comunidades do litoral leste foi o I Seminário Escola e Vida no Litoral, que foi realizado em dezembro 1997. Contou com a participação de professores, representantes das Secretarias de Educação e lideranças de 13 comunidades do litoral, contemplando um total de 5 municípios (Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí).

O Seminário refletiu sobre políticas públicas, as ações dos governos federal, estadual e municipal no campo da educação, além das leis e decretos aprovados pelo Congresso Nacional, tais como a nova LDB e o Fundo de Valorização do Magistério. Estas questões estavam atingindo e preocupando os profissionais de educação, principalmente aqueles relacionados com as comunidades litorâneas, não somente porque têm modificado concretamente o dia-a-dia das escolas, mas também por assumirem um ritmo acelerado que não acompanhava a realidade das escolas. Os professores não tinham informações básicas de como estas decisões foram elaboradas e como elas iriam afetá-los.

Com relação ao Fundo de Valorização do Magistério, os participantes concluíram que não dispunham de maiores informações sobre o assunto, pois muitos mecanismos legais ainda encontravam-se obscuros, inclusive para as Secretarias de Educação. Uma das principais observações realizadas foi à constatação de que, da forma como o Fundo de Valorização está posto, não iria acrescentar mais recursos para a educação, mas sim dividir o montante dos investimentos já existentes a nível nacional, chegando até a diminuir os valores de alguns municípios para acrescentar em outros. A forma como seria calculado o valor a ser repassado para o município tem como base a média dos alunos existentes, podendo trazer graves conseqüências para a qualidade do ensino, na medida em que poderá ocasionar um aumento desordenado do número de alunos em sala de aula, causando dificuldades para os professores como também para os estudantes.

As várias tendências nacionais para a educação e políticas sociais foram refletidas a partir de indicadores que desenhavam o perfil do Estado e do país, a descentralização das políticas públicas, o engajamento de vários setores para reverter os graves problemas sociais e os desdobramentos que estas medidas legais têm ocasionado ao contexto escolar. Além de esclarecer os participantes do evento, cumpriu-se também a função de alertar sobre a importância de que todos devem buscar permanentemente informações para serem capazes de tomar decisões acerca dos contextos vivenciados.

Neste sentido, os relatos de experiências sobre a relação escola comunidade e sobre as ações que objetivam valorizar e explorar a vida no

litoral surgiram em função de questões como: a preocupação com a Educação Ambiental; a reutilização de sucata e aproveitamento dos recursos naturais; a importância da formação de grupos de reflexão e de trabalho que possam buscar soluções para os problemas da comunidade; atividades que incentivem o envolvimento dos pais com a escola e o engajamento de grupos que possuem organização e atuação comunitária (associações de moradores, mulheres, jovens, labirinteadoras, artistas e etc). Os participantes começaram a visualizar a necessidade de construção de uma proposta curricular que estabelecesse elos entre estas ações e o universo de sala de aula.

Ao final do Seminário, ficou evidenciada a necessidade da manutenção desta troca de experiências entre as comunidades litorâneas, através da vontade expressada pelos participantes em dar continuidade à realização de outros eventos como o Seminário.

A primeira Feira de Ciências e Cultura da escola Bom Jesus dos Navegantes, realizada em novembro, foi outra ação que fez parte do trabalho desenvolvido em 1997. Participaram da organização da Feira o grupo de professores, o Terramar, a coordenação da escola, alunos e dois arte-educadores que já haviam participado da construção da oficina de brinquedos populares. Inicialmente discutiu-se a importância de um evento como este, que fundamentalmente incentivaria a pesquisa na escola. O tema da Feira foi “A vida de uma comunidade” e os sub-temas escolhidos foram: a pesca; o mar; o artesanato; as festas; a problemática ambiental; os ventos; as plantas medicinais; os cuidados com a saúde; as comidas; os animais domésticos; os animais silvestres encontrados nas comunidades vizinhas; as tecnologias alternativas aplicadas na comunidade (energia solar, arrecifes artificiais, cata-ventos e fábrica de gelo movida a energia eólica); a origem da comunidade; as músicas.

Durante todo o ano assumiu-se um ritmo intenso de trabalho e em todas as atividades a assessoria e a coordenação da escola tiveram um papel fundamental, propondo e ajudando a desenvolver todas as ações, visto que a fragilidade organizacional e as debilidades didático-pedagógicas marcavam a realidade vivenciada anteriormente.

Com relação aos índices de evasão escolar em 1997, com base na matrícula de 248 alunos nas turmas de alfabetização à quarta série do 1º Grau, um total de 21 alunos não completaram o ano letivo, o que equivaleu a uma evasão de 11,8 %, índice menor do que o referente ao início do projeto que era de 20% do total de alunos matriculados. Vale ressaltar que a difícil problemática da evasão da escola Bom Jesus dos Navegantes, é muito mais complexa e abrangente do que uma constatação estatística pode nos proporcionar e também serve como ilustração para compreender a realidade das escolas públicas litorâneas do Ceará. Apesar das

mudanças percebidas nos alunos, manifestadas em vários momentos de envolvimento com as aulas e atividades planejadas em geral, são também outros elementos sociais, econômicos e culturais da realidade da comunidade que influenciam a permanência ou não destes na escola. Do total de 11,8 % de estudantes que evadiram em 97, alguns deixaram de freqüentar a escola porque tiveram que trabalhar em cidades próximas ou mesmo em Fortaleza para ajudar no sustento da família, devido ao difícil período de escassez da pesca de peixe e principalmente da lagosta. Outros emigraram juntamente com seus pais para a sede do município ou para comunidades distantes, na busca de maiores oportunidades para viver. Desde então, o grupo de professores, juntamente com a coordenação da escola, começou a se preocupar em exercer um constante acompanhamento da freqüência dos alunos. Isso tem possibilitado um maior conhecimento sobre a realidade local, contribuindo assim, para a superação das dificuldades do dia-a-dia. Ações junto às famílias começaram a ser realizadas e percebidas como sendo fundamentais para solucionar o problema da evasão.

1.3. O Terceiro Ano e a Necessidade de Aprofundar o Trabalho com Educação Ambiental e Arte-Educação.

Aprofundar o trabalho com Arte-Educação e Educação Ambiental era o grande desafio do projeto, visto que o grupo de professores estava sentindo a necessidade de trabalhar melhor os aspectos ambientais da proposta, pois estava começando a compreender a importância que esta decisão trazia em si.

Durante o primeiro semestre de 98, a assessoria se deteve principalmente em elaborar um vasto relatório de conclusão do ano de 97 e em construir uma proposta de renovação para o projeto que deveria ser iniciado ainda em 1998. Inúmeras foram as discussões entre as pessoas do Programa Educação e Cidadania sobre os objetivos, metodologia, avaliação, perspectivas e orçamentos ideais para garantir a aprovação e o sucesso da iniciativa junto a Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança. A proposta foi apresentada e discutida com os professores e com o Conselho de Educação. Todos tinham conhecimento que o trabalho com Educação Ambiental, a brinquedoteca, a construção do vol. II do livro Nossa História, os cursos de capacitação, a proposta curricular e o trabalho com musicalização estendido à escola como um todo, seriam as metas a serem alcançadas. A redução dos índices de reprovação e evasão também continuavam fazendo parte dos objetivos do Projeto.

Em setembro de 98, o Programa Crer Para Ver da Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança e Natura Cosméticos, aprovou a renovação do projeto

Criança Construindo por mais um ano, inclusive com um aporte financeiro bem maior do que o inicial.

A II Feira de Ciências e Cultura foi um evento que mobilizou toda a escola Bom Jesus dos Navegantes e que também contou com uma significativa participação da comunidade e de outras escolas do município. O tema "O Ano Internacional dos Oceanos", foi discutido em várias reuniões por todo o grupo de assessores e professores envolvidos com projeto, para que o conceito de meio ambiente trabalhado não se restringisse aos aspectos físicos, mas que também incorporassem o homem e suas práticas como parte de um universo físico, biológico, social e cultural amplo. Era necessário ter clareza também que o trabalho com Educação Ambiental não poderia estar dissociado dos processos de aprendizagem dos conteúdos curriculares. A preocupação com a Educação Ambiental não poderia estar presente apenas em atividades extras ou relacionadas com datas comemorativas e sim, estar constantemente fazendo parte do trabalho da escola como eixo temático que mobiliza e transforma os comportamentos e amplia a consciência sobre a problemática. A Feira deveria ser um momento dentre tantos outros, que propiciaria a mobilização da escola para o tema, mas que não poderia estar dissociado de um trabalho maior.

Os professores estudaram a temática através de vasto material pesquisado em Fortaleza pelo Terramar que, contou com o auxílio dos parceiros de trabalho, NEA - Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA, do GECC - Grupo de Estudos de Cetáceos do Ceará e biblioteca da UFC - Universidade Federal do Ceará. O material utilizado para pesquisa compreendia textos sobre a problemática geral dos oceanos, a pesca predatória, a pesca da lagosta, fitas sobre a vida dos cetáceos e outros mamíferos marinhos, o mundo submarino, folders informativos sobre impactos físicos e ambientais no Ceará decorrentes de exploração indevida, a problemática das dunas e falésias do litoral cearense, livros e revistas que traziam informações sobre espécies marinhas em extinção, naufrágios históricos, mapeamento dos oceanos, "mistérios do mar" e finalmente foram desenvolvidas também pesquisas na própria comunidade na tentativa resgatar, valorizar e proporcionar um contato mais sistematizado com lendas, histórias de pescadores, poesias, músicas, medicina alternativa, culinária e a problemática do turismo.

O resultado foi surpreendente, pois outras escolas do município, mesmo com dificuldades financeiras para se mobilizar, compareceram à escola Bom Jesus dos Navegantes que recebeu cerca de oitenta crianças e adolescentes diariamente, durante toda a semana de 16 a 20 de novembro. Era visível o encantamento de alunos e professoras ao terem contato com os trabalhos da Feira e com a própria escola que tem uma estrutura diferente das outras da região, pois não possui muros, tem uma

horta e uma farmácia viva, uma ampla área em meio às dunas, refeitório aberto e com vista para mar, tudo muito simples, mas pensado de maneira a tornar a ambiente mais proveitoso para os alunos e para os professores e também aberto para a comunidade.

A Feira acabou proporcionando uma visibilidade surpreendente ao trabalho, pois as informações sobre a repercussão da atividade chegaram a influenciar, ainda no mês seguinte, a criação de outras atividades como esta, na escola de Parajuru.

1.4. O Quarto Ano - Colhendo frutos

Durante o quarto e último ano de trabalho na escola da Prainha do Canto Verde, sentimentos de satisfação e de conclusão das etapas que foram trilhadas tomaram conta de todos que fizeram parte do projeto. O acompanhamento que foi planejado para acontecer mensalmente, passou a ser realizado quinzenalmente como nos anos de 97 e 98, porque como ainda estavam sendo propostas e desenvolvidas novas metas ao projeto, estas deveriam ser acompanhadas com mais frequência. O financiamento junto ao Programa Crer Para Ver proporcionou esta alteração.

O ano de 1999 foi marcado por acontecimentos importantes que influenciaram a escola e a comunidade. A avaliação da coordenação da escola e do grupo de professores foi bastante positiva, no sentido do reconhecimento do crescimento conquistado desde o início do projeto até então. Um sentimento de receio também foi colocado durante o decorrer do ano por algumas pessoas do Conselho de Educação e do grupo de professores com relação à saída do Instituto Terramar da escola, mas ao mesmo tempo, o grupo demonstrou estar mais confiante de que pode e deve tocar o trabalho autonomamente, gerindo seus próprios caminhos sem o apoio total de um agente externo. O fato de quase todos os professores estarem conseguindo ingressar em cursos universitários de pedagogia, ampliou os horizontes do grupo e conseqüentemente fortaleceu o comprometimento com a melhoria do trabalho. Muitos foram os momentos de construção, dedicação, dificuldades e avanços pelos quais todos passaram e hoje, todos também sabem que novas transformações necessitam ocorrer.

Em fevereiro de 1999, realizou-se então, uma das atividades mais importantes para o projeto, quando foi trabalhada a idéia de inserir a elaboração de projetos pedagógicos na rotina da escola, objetivando intensificar o fazer pedagógico e o comprometimento com uma aprendizagem criativa, contextualizada e dinâmica.

O trabalho com projetos pedagógicos é uma perspectiva que surgiu nos anos 90 e que aponta para o desenvolvimento de um olhar educativo mais amplo e complexo, no qual defende-se um repensar da escola, nos seus mais variados planos, para que os conteúdos, a informação e o conhecimento da realidade não sejam dissociados de ações que transformam e reconstróem saberes e práticas.

Na tentativa de romper com um modelo fragmentado de educação, sempre respeitando a realidade cultural dos alunos e professores, foi proposto pela assessoria um repensar de temas geradores capazes de unificar a escola e de abrir espaços para o surgimento de novos significados para os processos de aprendizagem desencadeados e estimulados na escola. A idéia era avançar e pensar projetos que trabalhassem com as necessidades gerais e também específicas. Para tanto, decidiu-se elaborar um cronograma, que tinha como referencial a pedagogia dos projetos.

Os temas geradores pensados coletivamente para os projetos de 99 da escola foram: Artes; Pensando relações de gênero na escola; Meio Ambiente; Festas Juninas; O folclore; Paraíso azul (estudar a vida marinha e a vida nas comunidades litorâneas); Das cavernas aos dias de hoje (trabalho sobre a evolução da humanidade com base na aquisição da linguagem).

Os projetos começaram a ser elaborados, já durante a semana de planejamento, processo que teve continuidade no decorrer do ano. No final do primeiro semestre, o amadurecimento do grupo foi notório, pois com a implantação desta outra perspectiva de trabalho, tornou mais evidente a importância de desenvolver uma proposta integrada com a Arte e a Educação Ambiental.

Em abril de 1999, foi realizado o II Seminário Escola e Vida no Litoral que contou com a participação de 64 pessoas de 26 comunidades dos municípios de Beberibe, Cascavel, Aquiraz, Fortim, Aracati, Icapuí e Trairí. As comunidades foram: Balbino, Caponga, Batoque, Barreiras, Quixaba, Cumbi, Sítio Beirada, Pontal de Maceió, Canto Verde, Cascavel, Canoa Quebrada, Barra da Sucatinga, Lagoa de Dentro, Canavieira, Redonda, Ponta Grossa, Paripueira, Córrego do Sal, Flecheiras, Campestre da Penha, Forquilha, Parajuru, Uruaru, Lagoa Funda, Beberibe - sede e Fortaleza. O Seminário teve o apoio do Programa Crer Para Ver da Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança e Natura Cosméticos e da Associação dos Moradores da Prainha.

Os objetivos planejados para o Seminário foram: Divulgar o Projeto Criança Construindo enquanto uma proposta alternativa para as escolas das comunidades litorâneas; Aprofundar o debate sobre as políticas públicas educacionais; Possibilitar a troca de experiências entre as escolas litorâneas; Fortalecer junto aos professores a vontade de mudar a realidade das escolas públicas; Discutir como provocar ações imediatas que possam trazer uma melhoria das escolas das comunidades; Discutir a importância da inserção das escolas, na luta pela qualidade de vida das comunidades litorâneas.

A programação do encontro contemplou a realização de debates sobre as políticas públicas educacionais, a construção da relação escola comunidade, os ciclos de aprendizagem e iniciativas nacionais que estão sendo incentivadas pelo Programa Crer Para Ver com o objetivo de contribuir com a valorização das escolas públicas. Além dos debates, foram criados momentos de apresentação de trabalhos e de troca de experiências entre as comunidades presentes. Mini-cursos sobre a formação de professores, alfabetização de jovens e adultos, projetos pedagógicos, Arte-Educação e livro didático, juntamente com oficinas sobre matemática, Educação Ambiental, brinquedos populares e linguagem também ocorreram em função dos objetivos de capacitar e trocar experiências.

O final do ano foi marcado pela produção de onze cartões postais fotografados na própria comunidade, com o objetivo de arrecadar recursos para a compra de livros para a biblioteca.

Todas estas iniciativas podem ser compreendidas como uma tentativa de apostar na possibilidade de construir alternativas sustentáveis para a comunidade, tendo a educação como um caminho, rompendo com uma visão de mundo cartesiana e fragmentada, na qual as inter-relações entre conhecimento e realidade vivenciada não são concretizadas.

Se faz necessário dar continuidade aos processos de construção desenvolvidos na escola, tendo claro que o aprofundamento e as mudanças devem ocorrer a partir da organização da comunidade, que precisa continuar se auto gerindo, determinando no presente e no futuro, suas prioridades e parcerias para seguir adiante na luta por uma educação pública de qualidade. Para tanto, unir esforços com outras comunidades e continuar propondo alternativas concretas, também como uma forma de cobrar do poder público que este cada vez mais assuma seu papel promotor

de melhorias na educação, são perspectivas valiosas para a continuidade da proposta educacional, desenvolvida. O amadurecimento do trabalho com Educação Ambiental, Arte, gênero, cultura popular dentre outros aspectos, são desafios que se colocam para a escola, que tem pela frente novos caminhos a trilhar.

Paixão alegre, desejos de vida, dão muito trabalho, porque gestados no conflito, nas diferenças, no heterogêneo, no desequilíbrio das hipóteses, no choque do velho e do novo, na mudança, na transformação, no enfrentamento do caos da ação criadora, na ação do imaginar, sonhar os desejos juntamente com os outros. (FREIRE, 1996 :13)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Literatura Comentada*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1990. 179 p.
- ALVES, R. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 1993 - Coleção questões da nossa época. vol. 11. 102 p.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia – grito da terra, grito dos pobres*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996. 341 p.
- CARVALHO, Alba M. Pinho. *O Processo de Globalização e seus Rebatimentos no Estado*. Conferência proferida no I Congresso de Assistência Social da Amazônia, Belém do Pará, 08.05.1997. 54 p. Mimeo.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Proteção social e desenvolvimento humano na América Latina: as políticas sociais de nova geração*. New York, 1996. Mimeo.
- DUARTE JR. João Francisco. *Fundamentos Estéticos da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Campinas: Papirus, 1988. 150.
- FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 154 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.
- FREIRE, Madalena. O sentimento dramático da aprendizagem In: Grossi, Esther Pillar (org). *Paixão de Aprender*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. pp. 11-14.
- GOMES, Josemeire A. *Análise das Condições sócio-ambientais do futuro Porto do Pecém: Riscos de impactos de suas obras*. Relatório de Habilitação. Bacharelado em Geografia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 1997. Mimeo.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989. 148 p.
- GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental – a conexão necessária*. Campinas, SP: Papyrus, 1996 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 120 p.
- GUATARRI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- GUIMARÃES, Mauro. *A Dimensão Ambiental na Educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 107 p.
- HERCULANO, Selene Carvalho. “Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz”. In: VIOLA, Eduardo *et al* . *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. Pp 09 - 48.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 342 p.
- IBAMA. *Amazônia, uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental*. Documentos Metodológicos. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, 1994. 128 p.
- LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. “A Educação Ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual”. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. 436 p.
- LIMA, Maria José Araújo. *Ecologia Humana: realidade e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1984. 164 p.
- ____ & BRANDÃO, Marília Lopes. *Universidade Aberta do Nordeste*. Nº 4 e 5. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989 -1990.
- MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde*. Vol. 9 Ministério da Educação e do Desporto - MEC. Brasília, 1997. 128 p.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 234 p.
- ROSA, Sanny S. da. *Construtivismo e mudança*. 2ª ed. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 29. São Paulo: Cortez, 1994. 87 p.
- SACHS, Ignacy. “Estratégias de Transição Para o Século XXI”. In: BURSZTYN, Marcel (org). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Pp 29 -56.

TUPINAMBÁ, Soraya Vanini. *Terra e Mar: caminhos da sustentabilidade*. Fortaleza: Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado. 1999. 183 p.

VIOLA, J. Eduardo Et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania, desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. 220 p.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SOB O SIGNO DA QUALIDADE NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

*Antonio George Lopes Paulino*¹

Apresentação

O texto que ora apresentamos objetiva, inicialmente, "desenhar" o cenário sócio-econômico e ambiental da contemporaneidade, situando a temática específica deste artigo no âmbito de questões mais gerais, como a globalização ou mundialização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e o chamado desenvolvimento sustentável.

Considerando esta perspectiva global da realidade sócio-econômica contemporânea, abordamos a questão do desenvolvimento sustentável na perspectiva de analisar os efeitos que a chamada "modernização" ou reestruturação econômica acarreta sobre a qualidade de vida da população e sobre o meio ambiente, numa visão sistêmica.

No atual contexto midiático, as propagandas de programas governamentais manejam o conceito de desenvolvimento sustentável de modo acentuado e intenso, numa performance que funciona quase como uma "fórmula mágica" para definir padrões de sustentabilidade abstratamente qualificados, produzindo-se uma certa distorção da realidade concreta que observamos na operacionalização de determinadas políticas públicas estatais.

Apesar de notarmos a adoção teórica de princípios do desenvolvimento sustentável em diferentes programas de desenvolvimento, constatamos que, na prática, alguns projetos de incentivo logístico a segmentos produtivos privados tendem a engendrar profundos impactos sócio-econômicos e culturais; fato que, em si, constitui um paradoxo e, ao mesmo tempo, uma incompatibilidade com a noção de sustentabilidade sócio-ambiental.

Portanto, a questão central que orienta as discussões propostas neste trabalho está relacionada à idéia de que a construção da sustentabilidade é um processo cujo desdobramento não está assegurado simplesmente pela existência de programas e projetos pré-definidos como agendas políticas de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

¹ Cientista social, especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável e mestrando em sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Entendemos a construção da sustentabilidade sócio-ambiental como um empreendimento coletivo, cujo fortalecimento está condicionado, necessariamente, à formação de um novo ethos social e à superação do antropocentrismo e do utilitarismo que têm caracterizado a civilização ocidental moderna.

Uma transformação da sociedade que se pautem em princípios de uma ética da sustentabilidade requer a construção de uma nova consciência, de novos valores que definam a relação entre pessoas - produção social - natureza; ou seja, uma transformação dos valores culturais da atual civilização. A nosso ver, a Educação Ambiental, enquanto recurso pedagógico voltado para a construção de uma nova visão de mundo, tem um papel imprescindível nesse processo de formação de um ethos que chamamos de "eco-sociológico".

Aprofundando esta questão, discutimos sobre o papel e a importância da Educação Ambiental em práticas de Formação Profissional - temática central deste trabalho -, analisando a relação existente entre o padrão midiático do modelo da Qualidade, paradigma que projeta as questões da cidadania e da responsabilidade ambiental no processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que reproduz valores ideológicos do mercado, numa lógica paradoxal, de dupla semântica.

Introdução

Revisitando a história recente do movimento ambientalista, compreendemos que as manifestações ambientais contemporâneas têm suas principais raízes no "pacifismo antinuclear" dos jovens "exóticos verdes e hippies", que se posicionaram contra a Guerra do Vietnã através do lema "Paz e Amor", bradando, sobretudo, em oposição às crescentes ameaças de uma explosão nuclear e em negação à cultura tecnocrata e consumista do mundo ocidental. Assim, partindo de atitudes políticas diferenciadas do economicismo que marcou os movimentos de esquerda dos anos 60, 70 e 80, a questão ambiental hoje alcança de forma mais significativa a esfera pública.

Se, por um lado, as campanhas e movimentos específicos de defesa e proteção de espécies da flora e da fauna continuam sendo elementos de importância indiscutível, por outro, substancializa-se a tendência de concebemos o meio ambiente como um espaço vivo e interativo, onde o ser humano, os agrupamentos sociais e os ecossistemas são vistos como partes integrantes de uma natureza única, diversificada e entrelaçada numa rede de relações. O meio ambiente é um sistema inteiro!

A performance do movimento ambientalista e esta concepção mais complexa do meio ambiente exercem forte influência na institucionalização hoje emergente da Educação Ambiental², como prática que já começa a se

² Para um aprofundamento sobre a história da Educação Ambiental, sugerimos consultar um outro estudo nosso, "Educação Ambiental e Formação Profissional – uma parceria fecunda na construção da sustentabilidade"

manifestar no sistema de ensino, com ênfase especial na educação para o trabalho, tendo-se em vista que os sistemas produtivos impactantes são os principais responsáveis pela degradação ambiental, pelo esgotamento dos recursos naturais não-renováveis. Assim, observamos a existência de uma estreita relação entre cultura, educação, cidadania, trabalho e sustentabilidade ambiental.

A abordagem da Educação Ambiental leva em conta a premissa de que os padrões culturais dominantes em nossa sociedade orientaram e ainda orientam a prática educacional, conservando e reproduzindo paradigmas antropocêntricos, reducionistas, mecanicistas e tecnicistas, que impulsionaram a cristalização de valores, representações culturais e práticas instrumentalistas.

No momento presente da história, marcado por profundas transformações no mundo do trabalho e na concepção do relacionamento entre sociedade e natureza, apostamos na Educação Ambiental como sendo um recurso imprescindível no processo de resgate dos valores sistêmicos recalçados pelo pragmatismo da ciência moderna e na construção de novos sentidos que orientem a ação humana no meio ambiente.

Não é possível avançar nesse caminho sem o empreendimento de uma completa revisão dos parâmetros educacionais, redefinindo-se valores no âmbito das relações informais e no contexto da educação formal, revendo-se metodologias e práticas pedagógicas e os conteúdos curriculares nos diferentes graus de ensino do sistema escolar e profissionalizante.

Trata-se de um processo de construção de novos sentidos e práticas, que se fundamenta em olhares plurais e em saberes interdisciplinares e que deve envolver não somente as instâncias governamentais, mas o espaço público de forma ampla, articulando atores governamentais, não governamentais, o setor privado (indústria, comércio e serviços), escolas, instituições profissionalizantes, entidades trabalhistas e a sociedade civil como um todo. Resgatar o significado de um meio ambiente inteiro é responsabilidade de cada ator social. Assim, a Educação Ambiental representa, sobretudo, um exercício de cidadania!

1. Uma abordagem qualitativa sobre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade: a construção do conceito alternativo de "sociedade sustentável"

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo o sociólogo Henrique Rattner, possui as mais variadas interpretações, sendo necessária uma qualificação contextualizada acerca de suas diferentes implicações:

(PAULINO, 1999). Trata-se de uma monografia em cujo embasamento teórico reconstituímos o percurso histórico do processo de institucionalização da Educação Ambiental, apresentando referências e enunciando princípios, instâncias jurídicas, programas governamentais, eventos sociais, experiências e práticas relacionadas a este campo do conhecimento.

sócio-econômicas, geográficas, históricas, políticas, culturais e ambientais. Suas considerações são inteiramente pertinentes, já que após a última “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED”, também denominada “Rio-92”³, temos observado evoluir o quadro de degradação ambiental e exclusão social das populações pobres dos países classificados como “em desenvolvimento”. Na verdade, podemos dizer que os atuais padrões de crescimento econômico têm produzido e intensificado as características de uma “sociedade insustentável (RATTNER, 1995).

Em oposição à ambigüidade subjacente à noção de desenvolvimento sustentável, Henrique Rattner propõe a adoção do conceito de sociedade sustentável. Esta nova definição é fundamentada em pressupostos mais qualitativos do que meramente quantitativos, remetendo aos diferentes aspectos que estão ligados à qualidade de vida, tais como:

alimentação adequada, saúde, terra para plantar e morar, educação, seguridade social, segurança, trabalho, participação social, lazer etc. (RATTNER, 1997).

Um outro conceito importante para fundamentar esta discussão pode ser buscado no pensamento do teólogo ambientalista Leonardo Boff. Trata-se da noção de ecologia integral, segundo a qual o planeta Terra e os seres humanos interagem como uma única entidade; como uma totalidade viva. O universo, sob esta visão, é compreendido como “[...] uma totalidade orgânica, dinâmica, diversa, tensa e harmônica, um cosmo e não um caos” (BOFF, 1996). Para Boff, a ecologia integral busca familiarizar o ser humano com esta visão holística e sistêmica.

Assim, a ecologia integral abrange as principais dimensões de uma concepção ecológica completa: a ecologia ambiental, vertente que se preocupa com o meio ambiente, mais especificamente com a natureza, procurando corrigir os excessos do industrialismo; a ecologia social, que insere o ser humano e a sociedade dentro da natureza; e a ecologia mental, também chamada de ecologia profunda, que aborda as implicações do tipo de mentalidade predominante em nossa cultura antropocêntrica sobre a degradação ambiental que se agrava na contemporaneidade.

2. A sociedade contemporânea e a construção de uma cultura holística e sistêmica

De acordo com Fritjof Capra (1982), a contemporaneidade é marcada por grandes transições que atingem diretamente a cultura, os sistemas sociais,

³ Evento que desencadeou um processo mais sistematizado de disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável.

econômicos e políticos. O processo de evolução da humanidade desenvolve-se em torno de grandes rupturas culturais, numa tal performance da realidade social, que se ilustra por um movimento dialético de mudanças e resistências.

Com o advento da ciência moderna nos séculos XVI e XVII, a visão orgânica tradicional da Idade Média é substituída pelo paradigma mecanicista cartesiano/newtoniano e pela visão utilitarista do pensamento baconiano. Por um lado, a visão cartesiana do mundo, que estabelece a cisão entre corpo e mente, entre espírito e matéria, entre sujeito e objeto - reforçada com o mecanicismo newtoniano -, passa a dominar o campo do conhecimento, contribuindo também para o avanço do antropocentrismo. O homem passa a ser visto como sujeito dominador do objeto natureza. Vai-se perdendo a noção de que o ser humano também é natureza.

Por outro lado, o pensamento baconiano, bastante influente no século XVII, fortalece o utilitarismo científico;

sistema de idéias que vê na natureza uma fonte inesgotável de recursos destinados ao crescimento material da "sociedade civilizada". Com o avanço do liberalismo político e econômico nos séculos XVII e XVIII e com a eclosão da 1.ª Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, o utilitarismo e o antropocentrismo ganham um respaldo que se configura numa prática de reprodução da vida material altamente predatória e desequilibrada, tanto do ponto de vista sócio-econômico, quanto sob a ótica da sustentabilidade ambiental (CAPRA, Op. cit.).

Chegamos num ponto crucial da história, em que nossos padrões culturais necessitam ser revistos, pois do contrário, nossa civilização, bem como a vida de uma forma genérica estará fadada a um crescente desequilíbrio e a um conseqüente colapso.

Para Fritjof Capra, a crise é também um momento de oportunidades, de transformação.

É no contexto da própria crise existencial, material e ambiental, que o ser humano resgatará a sua condição sistêmica. Ou seja, a partir dos efeitos deletérios de sua práxis antropocêntrica, o homem passa a sentir que é um ser vivo inserido na grande teia biológica da vida e que, como todas as criaturas dessa teia, depende da complementaridade existente entre as partes interligadas que compõem o Universo (CAPRA, 1997).

Considerando então esses sinais concretos da crise de valores sócio-culturais da civilização contemporânea, a transformação de que estamos falando, implicará, como já dissemos, no resgate de nossa condição

sistêmica na teia dinâmica da vida, com a adoção de paradigmas orientados pela ética da sustentabilidade e fundamentados numa visão holística do mundo, a qual, por sua vez, assenta-se na concepção de que todas as criaturas, todas as formas de vida têm seu lugar e a sua importância no Universo.

A Educação Ambiental, inserida no sistema educativo formal e informal, representa, então, um instrumento fecundo para desenvolvermos um processo de mudança de valores e de superação da cultura mecanicista, estimulando a criação de hábitos e atitudes individuais e sociais fundados em uma visão sistêmica, que esteja em sintonia com a dinamicidade do ambiente natural e dos sistemas sociais.

É no contexto semântico contemporâneo, sem arcaísmos e nostalgia, que a Educação Ambiental precisa ser trabalhada como força cultural, política e social (GRÜN, 1996). A busca pela qualidade ambiental é considerada uma responsabilidade coletiva, um empreendimento que deve abranger diferentes atores sociais, envolvendo as famílias, as escolas, as comunidades (urbanas, rurais, indígenas etc.) e entidades da sociedade civil, os movimentos sociais, o setor privado (indústria, comércio e serviços), as ONGs e o poder público governamental, num esforço cooperativo e solidário. Com este sentido semântico atualizado, a Educação Ambiental torna-se um poderoso instrumento de construção da cidadania e da qualidade de vida para todos.

2.1. O espaço educativo como ambiente dinâmico para a construção de uma sociedade sustentável

Compreendemos que a mudança de nossa cultura antropocêntrica e desenvolvimentista é um projeto cuja realização passa, necessariamente, por uma profunda mudança de valores da nossa civilização. Trata-se, portanto, de uma transformação que não pode ser desenvolvida sem uma base de conscientização e sensibilização dos sujeitos sociais. Neste sentido, a educação, tanto em sua dimensão formal como em seu caráter informal, surge como ferramenta fundamental no processo de construção de uma sociedade sustentável.

Conceber a melhoria da qualidade de vida como algo que deve ser construído numa relação harmônica entre indivíduos, natureza e sociedade, requer um rompimento com nossos padrões antropocêntricos de pensar e de agir, levando a uma profunda mudança de hábitos em nosso cotidiano. Compreende-se assim, que a educação para a qualidade de vida deve começar em casa, abranger a escola e o ambiente de trabalho e todos os grupos sociais, no amplo processo da convivência intersubjetiva.

A educação para a sustentabilidade é imprescindível no lar, na escola, na Formação Profissional e no ambiente de trabalho, pois nossas ações práticas resultam de um processo de aprendizagem que acontece através de nossa inserção no mundo da cultura. Esse aprendizado deve considerar que toda ação praticada no ambiente reflete um efeito que pode ser positivo ou negativo; que pode contribuir para a harmonia sócio-ambiental ou causar impacto sobre a natureza, da qual somos parte.

Compreendendo a educação para a qualidade de vida a partir destas noções genéricas, podemos fazer referência à Educação Ambiental enquanto proposta de construção dessa nova cultura da qual estamos falando. Não é uma nova invenção da humanidade. É apenas a sistematização de idéias que, independentemente de uma elaboração científica, são vivenciadas por pessoas e comunidades que praticam a sustentabilidade no fazer cotidiano, produzindo a cultura sócio-econômica em harmonia com a natureza de forma intuitiva, sem um aprendizado formal, como é o caso de comunidades indígenas que não foram radicalmente aculturadas pela invasão etnocêntrica do "mundo civilizado". Neste sentido, a educação para a qualidade de vida ou Educação Ambiental, é o que chamamos de **educação para a vida!**

Embora a Educação Ambiental deva entrar inicialmente na vida das pessoas a partir de seu espaço informal - ou seja, nas relações familiares, - a necessidade de rompimento com a cultura antropocentrada requer uma base formal para impulsionar essa mudança, hoje referendada em mecanismos institucionais reconhecidamente legalizados⁴.

Orientadas por essa demanda, as nações participantes da elaboração da Agenda 21 estabeleceram, no Capítulo 36 do referido documento, as diretrizes que definem a "Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento", segundo as quais,

[...] deve-se empreender uma revisão exaustiva dos currículos para assegurar uma abordagem multidisciplinar, que abarque as questões de meio ambiente e desenvolvimento e seus aspectos e vínculos sócio-culturais e demográficos (SENADO FEDERAL, 1997: 535).

⁴ Resgatando o percurso histórico da institucionalização da Educação Ambiental, percebemos que os princípios fundamentais dessa nova prática educativa foram discutidos e aprofundados em importantes eventos, que são marcos na história das vertentes ambientalistas atuantes em políticas educacionais. Dentre os principais eventos que impulsionaram esse movimento sócio-cultural e político na área da educação, destacamos a "Conferência de Estocolmo (1972)", a "Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (1977)" - também conhecida como "Conferência de Tbilisi (1977)", e a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED)" - ou "Conferência do Rio / Rio-92" (DIAS, 1998).

Percebemos esse discurso institucionalizado como uma importante força para potencializar a premissa de que a conscientização, a educação e a capacitação são imprescindíveis no processo de criação de instâncias de participação popular que monitorem, junto aos órgãos oficiais, a aplicabilidade das legislações relacionadas à responsabilidade empresarial, à saúde e à segurança ocupacional, aos benefícios e direitos trabalhistas e à conservação do meio ambiente.

Diante das questões colocadas acima e considerando o atual quadro de encaminhamento das políticas públicas governamentais sob uma ótica desenvolvimentista - embora ideologicamente protegida sob o conceito de "desenvolvimento sustentável" -, acreditamos que a educação e capacitação dos diferentes atores sociais (estudantes, professores, cientistas, trabalhadores urbanos e rurais, lideranças políticas e empresários) que, direta ou indiretamente influenciam no processo de desenvolvimento sócio-econômico e nas políticas de proteção ambiental, representam um meio essencial para viabilizar o projeto de construção de uma sociedade sustentável.

2.2. O mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: novas demandas para a Educação Profissional

Consolidando um conjunto de transformações nos modelos de produção, que se processam desde o período Pós-Segunda Guerra Mundial, a globalização das relações econômicas intensificou-se nos anos 80, tomando dimensões mais claras na década de 90, final do século XX. Podemos afirmar que a internacionalização do comércio e das relações de produção faz parte de um processo que se torna possível, sobretudo, graças ao avanço da tecnologia, configurado neste campo através de inovações na cibernética, com destaque para a microeletrônica.

O avanço dos recursos da informática, neste contexto, é considerado o principal vetor de passagem da racionalização taylorista e fordista do trabalho, para o modo de acumulação flexível. Tal passagem é impulsionada por uma transposição das barreiras do tempo e do espaço, possibilitada pela tecnologia cibernética. Segundo David Harvey (1993), a passagem do fordismo para os modos flexíveis de produção e acumulação é marcada por uma dinâmica fundamental do capitalismo, que acelera processos sociais, e ao mesmo tempo, diminui os horizontes temporais nos processos produtivos:

[...] há toda uma história de inovações técnicas e organizacionais aplicadas à redução dessas barreiras [...]. É nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista. [...] (HARVEY, Op. cit., p. 210)

O processo de reestruturação produtiva não acontece somente através das mudanças tecnológicas. Arelada a estas, ocorre também uma reestruturação organizacional, que modifica os padrões de desenvolvimento do trabalho, redefinindo perfis ocupacionais e alterando as características das profissões. São mudanças aceleradas, que se caracterizam muitas vezes por fenômenos como o desaparecimento, o surgimento e a transformação de ocupações.

No contexto dessas mudanças, os valores e as práticas que permeiam a cultura do trabalho também vão sendo transformados. Falar em postos de trabalho, como era comum no modelo taylorista-fordista, torna-se hoje ultrapassado, especificamente nas empresas reestruturadas e automatizadas. Hoje as empresas demandam um novo perfil de trabalhador, do qual se requer a capacidade de trabalhar em equipe, desenvolver habilidades múltiplas e diferenciadas (polivalência), apresentar soluções para situações problema, ser criativo, comunicativo, empreendedor, ter senso de responsabilidade social e ambiental, dentre outros atributos que, reunidos, apontam para o que se chama de perfil adequado ao modelo da Qualidade⁵ (PAULINO, 2001).

A exigência de perfis como o descrito acima torna-se uma realidade contundente, considerando-se o desemprego que marca o processo de reestruturação produtiva, decorrente, sobretudo, das transformações tecnológicas que potencializam o avanço da automação industrial, somando-se também, políticas de estabilização econômica, que resultam no acréscimo das taxas de desemprego.

O conceito de emprego pleno também se torna ultrapassado, enfatizando-se então, o conceito de empregabilidade. Segundo tal conceito, um indivíduo empregável é aquele que reúne em si as características - leia-se, competências - apontadas acima, acentuadas pelas noções de polivalência e Qualidade. Quais os rebatimentos desta nova realidade sobre a formação dos jovens? Quais os seus reflexos na Educação? Afrânio Catani descreve esse processo, em seu artigo "Educação Formal e Mercado de Trabalho":

[...] ganha força a idéia de educação permanente, em lugar do tradicional 'treinamento', ou seja, educação permanente realizada na escola e, cada vez mais, no ambiente profissional. (CATANI, 1995: 198)

⁵ Para um conhecimento mais detalhado de conceitos relacionados ao paradigma da Qualidade, ver "Glossário da Qualidade Total", In: MACEDO & PÓVOA FILHO (1995).

O texto citado acima remete-nos a uma idéia central do pensamento de Afrânio Mendes. Preocupar-se com a educação hoje, em função das novas demandas do mundo do trabalho, é uma atitude que necessita estar bem fundamentada, e, sobretudo, orientada pelo conceito de cidadania. Do contrário, incorre-se no risco de reproduzir, no contexto da educação, valores mercadológicos que, em si mesmos, são excludentes, a exemplo do conceito de empregabilidade. Ainda segundo CATANI (Op. cit.), convém ressaltar que, num sentido hegemônico, a tendência neoliberal tem buscado redefinir a educação em termos que se aplicam ao mercado.

Por um lado, faz-se necessário preparar as pessoas para a nova realidade do trabalho, em função das novas demandas profissionais, pois, do contrário, tornar-se-ia ainda mais agravante a questão da exclusão social. Por outro lado, não se pode incorporar deliberadamente ao sistema de ensino as representações ideológicas do perfil da Qualidade. Ao contrário, é preciso caracterizar de forma crítica o seu aspecto excludente. Neste sentido, como trabalhar com o modelo da Qualidade em Educação, sem reproduzir o tecnicismo e o reducionismo da visão de mundo mercadológica? Como otimizar a vertente crítica deste modelo, que, em termos conceituais, incorpora princípios da responsabilidade social e ambiental, ancorados no conceito de qualidade de vida?

Com estas colocações, anunciamos então o próximo tópico deste artigo, o qual abordará o paradoxo da perspectiva dual que se apresenta a partir da inserção do modelo da Qualidade na educação; modelo este, que agrega em si as perspectivas do empreendedorismo profissional e produtivo, da participação criativa e cidadã e da responsabilidade social e ambiental, dentre outras características dos novos perfis demandados pelo mercado.

2.3. Discutindo a polissemia de um conceito: o modelo da Qualidade numa via de duplo sentido

Segundo estudos da educadora Araci Catapan, a disseminação do conceito de Qualidade caracteriza a construção de um novo mito na educação. De acordo com sua análise,

a Qualidade tem sido trabalhada como um signo⁶, como uma marca, que, oriunda de padrões de mercado, é transposta para o contexto escolar, sem uma avaliação crítica de seus significados (CATAPAN, 2000a).

Da forma como tal noção é posta, seus efeitos ocorrem para os processos de avaliação, tornando-os excludentes. Isto, porque a noção estática de Qualidade aponta para a “formação” de sujeitos segundo referenciais

⁶ Para um aprofundamento da discussão sobre a relação entre significados e significantes no processo de compreensão da polissemia dos signos enquanto instrumentos de um universo simbólico, ver CANEVACCI (1990).

estanques. Assim, para quem não atinge tais referenciais, fica restrita ou inacessível a possibilidade de reconstrução e criação de conceitos, como partes do processo de aprendizagem, que, sendo dinâmico, deve tomar o “erro” como ponto de partida para a redefinição do conhecimento.

Não estamos expressando aqui uma noção absoluta de oposição ao conceito e à prática da Qualidade. Apenas devemos ressaltar que, não estando inserida num processo de comunicação argumentativo e crítico, a noção de Qualidade Total torna-se um mito, que reproduz práticas excludentes, de origem mercadológica.

Estabelecendo um “link” mais direto entre esta discussão e o campo da Educação Ambiental, é importante atentarmos para a perspectiva mercadológica que a atual evidência da questão ambiental, atrelada ao manejo midiático do conceito de desenvolvimento sustentável, tem suscitado. É preciso ter bastante discernimento para compreendermos o relacionamento complexo que se engendra entre as categorias “responsabilidade empresarial e ambiental”, “ecobusiness” e “marketing empresarial”. A forma como as organizações trabalham o equacionamento dessas categorias no contexto da competitividade internacional de mercado, faz com que a chamada “responsabilidade empresarial” muitas vezes não passe da construção midiática de uma “imagem verde”.

Assim, chamamos a atenção para a necessidade de acurarmos o nosso olhar semântico sobre a inserção de modelos da Qualidade na educação, com especial interesse sobre a Educação Profissional, para que a perspectiva da criticidade e da interação dialógica que orienta os princípios da Educação Ambiental não seja inibida pelos artifícios da reprodutibilidade técnica da visão de mundo mercadológica.

Convém ressaltarmos que, num sentido hegemônico, a tendência neoliberal tem buscado definir a educação em termos que se aplicam ao mercado (CATANI, Op. cit.), discurso já disseminado através do liberalismo no auge da Primeira Revolução Industrial, sendo que hoje tal modelo político e econômico emprega em seu arcabouço conceitual, princípios teóricos da filosofia holística e sistêmica, reunidos no modelo da Qualidade, dando nova roupagem a um conhecido modo de perceber a equação educação X trabalho.

Assim, não basta adotar selos da Qualidade ou de Gestão Ambiental, como as séries ISO, por exemplo, para assegurar a existência de uma cultura da responsabilidade ambiental. O ethos necessário ao desenvolvimento de tal cultura requer a concretude do que chamamos de responsabilidade empresarial e social. Considerando que os principais impactos sócio-ambientais são gerados nos sistemas produtivos, nada mais justo do que exigir de tais sistemas uma postura ética frente à sociedade e ao meio ambiente, a ser demonstrada através de

transparentes programas comunitários de gestão ambiental e social e numa adequada gestão da saúde e segurança no trabalho.

No contexto da Educação Profissional, uma verdadeira Educação Ambiental deve atentar para esses princípios, pois, do contrário, limitar-se-ia à reprodução do discurso da Qualidade, que em si mesmo, limita-se às representações da ideologia neoliberal, focalizando perfis mercadológicos pré-definidos, em detrimento das potencialidades criativas de sujeitos inseridos num processo epistêmico, interativo e intersubjetivo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, é necessário valorizar a “ação comunicativa” (INGRAM, 1993) como vetor de uma relação dialógica, que proporciona criatividade e complexidade ao processo de construção do objeto da interação humana, o conhecimento. Isto se chama valorização do “ato pedagógico” como forma dinâmica de inserção da Qualidade em metodologias da participação, rompendo-se com o tecnicismo de uma prática restrita à reprodução, transmissão e assimilação de conteúdos e informações (CATAPAN, 2000b).

Facilitando a compreensão deste conceito, é importante salientarmos que seus fundamentos encontram-se nos pressupostos teóricos da epistemologia genética e no método dialético. Com relação à epistemologia psico-genética, segundo Piaget, o indivíduo desenvolve seu sistema cognitivo através dos desafios que a experiência de vida lhe apresenta. Assim, é estimulado a construir novos conhecimentos, fazendo evoluir sua estrutura cognitiva (ROSA, 1994).

Na perspectiva dialética, de acordo com o pensamento de Karl Marx, o diferencial humano constitui-se e desenvolve-se na organização material da vida, na produção e reprodução da existência. É nesta relação essencial do trabalho, que nasce a consciência da existência, num estreito vínculo entre a cultura e a materialidade das relações de produção (MARX & ENGELS, 1980).

Apoiada nesses pressupostos teóricos, Araci Catapan chama a atenção para o fato de que a educação se processa na relação material do sujeito com o objeto de sua existência, que é a cultura. Trata-se de uma relação fundamentalmente epistêmica (CATAPAN, Op. cit.).

Assim, a educação escolar, enquanto parte de um contexto histórico, é um processo organizado e intencional, que interfere na produção da existência do sujeito, reproduzindo determinados padrões culturais. Neste sentido, para que não se reduza à reprodução de idéias já estabelecidas, o processo educacional precisa ser enriquecido através da essencialidade do ato pedagógico, que por sua vez fundamenta-se no processo de interação entre os sujeitos.

A interação, de acordo com Habermas, autor da teoria da “ação comunicativa”, é definida como um processo de comunicação entre sujeitos, que é reflexivo e argumentativo (INGRAM, Op. cit.). É na ação comunicativa, que a educação escolar associa a dimensão do saber organizado em métodos e técnicas de ensino à dimensão epistemológica da interação humana. E é neste campo da comunicação que o ato pedagógico apresenta-se como força transformadora, que rompe com o reducionismo da reprodução e dá lugar ao processo de criação e construção do conhecimento.

Afunilando esta discussão sobre os impactos da Qualidade na educação, faz-se necessário ressaltarmos que, num certo sentido, esse paradigma tem sido ideologicamente apresentado como um conjunto de princípios que por si só tendem a revolucionar o processo de ensino-aprendizagem. Pouco se discute sobre o seu caráter de “pacote fechado” e sobre seus artifícios ideológicos.

Entendemos, no entanto, que no contexto da reestruturação produtiva, a Qualidade Total tem sido apresentada aos sujeitos como sendo um “pensamento único” ou o oposto do que se define por “pensamento nômade” (BARRENECHEA, 2000), como sendo um modelo a ser incondicionalmente seguido por todos, pois, do contrário, não seria possível aos sujeitos “conseguir um lugar ao sol”.

Para discutirmos com maior substancialidade sobre esse caráter reducionista e massificante do modelo da Qualidade, considerando-se que o conhecimento escolar e o desenvolvimento dos sujeitos acontecem no campo “dos possíveis”, das possibilidades de criação, o pensamento de Nietzsche apresenta-se como contribuição fecunda.

As idéias nietzscheanas concebidas em “Humano, demasiado humano” representam um mote para o debate em torno do conceito de “vontade de potência”, que compreendemos como sendo o sentido da criação, em contraponto a toda forma de pensamento único; um sentido que mobiliza a criatividade humana e caracteriza a construção do conhecimento como um processo dinâmico e fecundo de possibilidades (NIETZSCHE, 1983).

Segundo Nietzsche, todo processo civilizatório⁷ é caracterizado por castrações das pulsões e das paixões humanas, elementos que mobilizam a atividade criativa. A história ocidental tem sido marcada pela imposição de um “pensamento único”, cujo referencial de verdade é uma moral maniqueísta, que classifica padrões de vida a partir das categorias do bem e do mal.

A própria racionalização do trabalho é fundamentada nessa moral, que define em termos de verdade absoluta a devoção do ser humano ao

⁷ Entenda-se aqui civilização como sinônimo de visão de mundo e de ação social orientada por tal visão.

trabalho, como sendo o principal elemento de seu crescimento enquanto pessoa. Assim, a ênfase no trabalho como vetor da emancipação humana inibe uma dimensão fundamental da existência, que se expressa na perspectiva do desenvolvimento do espírito. Tal desenvolvimento perpassa o plano das pulsões humanas, das paixões, da arte, do belo, da estética da criação. Matéria e espírito, razão e paixão, conhecimento e trabalho são dimensões complementares da existência, que o “pensamento único” do processo civilizatório tem “isolado” no curso da história.

Referenciamos aqui a fecundidade das idéias de Nietzsche, no sentido de sinalizarmos para possibilidades de utilização criativa do modelo da Qualidade na educação geral e profissional, enfatizando a perspectiva da comunicação, da interação humana, do processo de argumentação crítica entre os sujeitos. Acreditamos que esta perspectiva apresenta-se como “vontade de potência”, em contraponto ao “pensamento único” que investe no sentido de impor ao processo de ensino e aprendizagem padrões estanques de uma visão de mundo mercadológica e excludente, que tolhe a estética da criação.

Para que os sistemas de ensino superem as imposições desse chamado “pensamento único”, faz-se necessário trabalhar de forma criativa os novos recursos que despontam do modelo da Qualidade, sobretudo, os meios informatizados, empregando-os como mídias promissoras para a educação. É preciso reestruturar os sistemas de ensino para lidar com tais novidades, potencializando o seu uso; pois não se pode negar a tecnologia, nem seria saudável encará-la como inimiga. Ao contrário, a tecnologia abre todo um horizonte de possibilidades, se concebida e empregada de forma ética e democrática.

No que se refere à construção e disseminação de conteúdos, uma importante referência de transformação cultural no espaço da educação formal, aliada a um sentido complexo da Qualidade, tem sido a inclusão de temas transversais nos currículos escolares, com ênfase em educação e cidadania, ética, meio ambiente (Educação Ambiental), segurança e qualidade de vida. Já existem dispositivos legais que determinam e regulamentam a implementação dessas temáticas transversais. Todavia, tais instâncias não promovem transformações por si só; pelo contrário, requerem toda uma preparação das escolas e das pessoas para a adoção dinâmica e participativa desses valores e princípios que apontam para a construção de uma nova cultura escolar, associada aos novos recursos, técnicas e instrumentos da educação.

É oportuno citarmos aqui uma experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que vem sendo desenvolvida no sentido de preparar a Instituição para atuar com excelência no contexto dessas novas práticas pedagógicas, buscando consolidar seu processo de reestruturação, rumo à superação de práticas tradicionalistas e

tecnicistas⁸. Trata-se do “Programa SENAI Formação de Formadores”, de Educação a Distância.

Como Instituição voltada prioritariamente para a Educação Profissional, o SENAI depara-se com a necessidade de otimizar a capacitação de seu pessoal para atuar segundo os novos valores que orientam a prática do “ato pedagógico”, no contexto dos novos recursos, técnicas e instrumentos de ensino, com ênfase nos recursos informatizados. Assim, o Programa Formação de Formadores articula-se ao objetivo de desenvolver competências do formador (professor, instrutor, facilitador etc.), para melhorar a qualidade de sua performance profissional (SENAI. DN. CIET, 1999b).

Com o desafio competitivo de acompanhar ativamente as novidades da midiatização do processo pedagógico, o SENAI está investindo na preparação de seus formadores, para atuarem no cenário desses novos modelos, focalizando concepções atuais de Educação Profissional, dentre outras temáticas, e abordando os já citados conteúdos transversais em todo o processo do referido Programa de formação.

Cabe ressaltar também, que o SENAI está desenvolvendo um processo de implementação dos citados temas transversais nos conteúdos curriculares de seus programas de formação, através das disciplinas de ética e cidadania, qualidade e meio ambiente, abordando conteúdos de habilidades básicas para a preparação e requalificação de trabalhadores.

A referência a essa experiência-piloto do SENAI ilustra como exemplo, a importância da construção de uma visão sistêmica no que concerne ao relacionamento das categorias educação, trabalho, qualidade de vida, cidadania e responsabilidade social e ambiental. Sem o relacionamento integrado dessas categorias, a chamada Qualidade em educação não passa da reprodutibilidade de um “pensamento único”, orientado por padrões unilateralmente mercadológicos.

Assim, cabe a todo o sistema educacional e às pessoas que o fazem, acompanharem esse processo de transformação do horizonte semântico da cultura pedagógica, como sujeitos ativos e criativos. É importante, sobretudo, valorizar a intersubjetividade, em contraponto ao aspecto

⁸ O SENAI é uma instituição tradicionalmente reconhecida no Brasil e na América Latina, por sua larga experiência em Educação Profissional. Como pioneiro nesse campo, desenvolve ações voltadas para as necessidades nacionais de formação e qualificação desde sua origem, no Pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo documentos institucionais consultados, assim como também se expressa no discurso de administradores e colaboradores da Instituição, hoje o SENAI desenvolve um processo de renovação de sua experiência, no sentido de superar o perfil tecnicista que, à época de sua criação, orientava - em determinados contextos educacionais ainda orienta - a educação geral e, sobretudo, o ensino profissionalizante (SENAI. DN. CIET, 1999a).

estático da mera reprodutibilidade de técnicas e informações pré-definidas. É preciso, para dizer em poucas palavras, tratar o conhecimento como um processo de criação, de construção.

Considerações finais

No âmbito das atividades de pesquisa que temos realizado sobre as transformações que se processam na sociedade do trabalho, observamos que a terminologia “desenvolvimento sustentável” tem sido empregada de forma indiscriminada em diferentes contextos, quase como se fosse uma fórmula mágica, artificialmente manejada para compor (ou simular) um cenário de sustentabilidade.

Todavia, encontrar inúmeros programas governamentais ou do setor privado que se apresentam com a marca do “desenvolvimento sustentável” não significa dizer que, na prática, a sustentabilidade esteja realmente sendo construída. Compreendemos essa construção como sendo uma dinâmica de transformação cultural, como uma gestação que não se faz da noite para o dia, simplesmente através de decretos e intenções formalizadas. Neste sentido, entendemos que a Educação Ambiental é um espaço social imprescindível; é uma condição fundamental para o empreendimento coletivo da construção de novos valores, hábitos e atitudes que reorientem nosso processo civilizatório sob a ótica da sustentabilidade.

Considerando-se, no entanto, que a noção de sustentabilidade e a Educação Ambiental são categorias hoje incorporadas no discurso e no marketing dos chamados “ecobusiness”, é preciso termos bastante clareza e discernimento para conhecer a complexidade e a polissemia do horizonte semântico que permeia de significados distintos o campo do mundo do trabalho e da Educação Profissional, sob o signo da Qualidade.

É necessário compreendermos que a prática da Educação Ambiental deve ter coerência com o que chamamos de “ato pedagógico”, de “educação epistêmica”. Neste sentido, a construção de um ethos eco-sociológico não pode estar limitada aos significados da cultura dos ecobusiness. A responsabilidade social e ambiental é algo que se constrói no plano das relações intersubjetivas, do processo argumentativo que se desenvolve no cotidiano dos sujeitos históricos. É também algo incompatível com a reprodutibilidade técnica de discursos pré-fabricados, como é o caso do emprego unilateralmente mercadológico do paradigma da Qualidade.

Entendemos que a noção de Qualidade, em si mesma, é apenas um signo, veiculado na forma de significante, através de discursos e sinais gráficos e visuais. Dado que o significante não traz de imediato uma revelação de seus significados, cumpre aos sujeitos do processo de construção do conhecimento histórico e escolar, interagirem num contexto comunicativo,

dialógico, para que se compreenda o caráter polissêmico do modelo da Qualidade, tomando-o não como fundamento da Educação, mas como um vetor conceitual que abre espaços oportunamente fecundos para a abordagem dos temas transversais de ética, cidadania, responsabilidade social, saúde e segurança no trabalho, meio ambiente e qualidade de vida.

Percebendo então a fecundidade desse horizonte semântico, transformador e construtor de sentidos, apostamos na Educação Ambiental enquanto importante referência conceitual e metodológica na construção de um ethos eco-sociológico, voltado para a sustentabilidade das comunidades locais. Assim, a cultura da sustentabilidade representa, como diriam Nietzsche e Deleuze, uma “vontade de potência”, um “pensamento outro”, desmistificador do “pensamento único” que tenta impor-nos representações mercadológicas da globalização financeira do capital e seus efeitos deletérios, como sendo características inexoráveis de uma “evolução histórica” necessariamente linear.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRENECHEA, Miguel Angel de. “Pensamento Nômade”: a leitura deleuziana do aforismo de Nietzsche. In: LINS, Daniel et al (orgs.). *Nietzsche e Deleuze: Intensidade e paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. Pp. 105-116.
- BOFF, Leonardo. *Desafios ecológicos do fim do milênio*. São Paulo: Folha de São Paulo, 12/05/96, 1996.
- CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da Comunicação Visual*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação - A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 447p.
- _____. *A Teia da vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997. 256p.
- CATANI, Afrânio Mendes. Educação Formal e Mercado de Trabalho. In: BRUNO, Lúcia. *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1995. Pp. 188-204.
- CATAPAN, Araci Hack. O Ato pedagógico. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Florianópolis: LED/UFSC, 2000a. Pp. 33-36. Mimeo.
- _____. A Avaliação. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Florianópolis: LED/UFSC, 2000b. Pp. 37-43. Mimeo.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 5.ª ed. São Paulo: Editora Gaia, 1998. 400p.

- GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. São Paulo, Campinas: Papyrus, 1996. 120p.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.
- INGRAM, David. *Habermas e a Razão Dialética*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- MACEDO, Alberto Amarante & PÓVOA FILHO, Francisco Liberato. *Glossário da Qualidade Total*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG/Fundação Christiano Ottoni, 1995. 76p.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PAULINO, Antonio George Lopes. *Educação Ambiental e Formação Profissional – uma parceria fecunda na construção da sustentabilidade*. Monografia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC / Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 1999. Mimeo.
- _____. *A Educação Profissional sob o signo da Qualidade: um jogo duplo de sentidos*. Projeto de Dissertação. Fortaleza: UFC / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2001. Mimeo.
- RATTNER, Henrique. *Globalização: em direção a um mundo só?* São Paulo, 1995. Mimeo.
- _____. *A Ilusão do Crescimento*. São Paulo, 1997. Mimeo.
- ROSA, Sanny S. da. *Construtivismo e mudança*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994. Coleção Questões da Nossa Época; v. 29. 87p.
- SENADO FEDERAL. *Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2ª ed. Brasília-DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. 598p.
- SENAI. DN. CIET. *Educação do Futuro*. Rio de Janeiro: SENAI. DN. CIET, 1999a.
- _____. *Formação de Formadores - Educação a Distância*. Rio de Janeiro: SENAI. DN. CIET, 1999b. Folder institucional.

PARTE IV

AS TRAMAS DA POLÍTICA

REFORMA DO ESTADO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - UM DEBATE NECESSÁRIO.

Vera Lúcia de Almeida¹

Introdução

Nas últimas duas décadas, as reformas que vêm sendo implementadas no Brasil, como resultantes da reestruturação do sistema capitalista, da crise fiscal, das novas relações no mundo do trabalho, têm modificado, em especial, as concepções e práticas das políticas públicas. As políticas de saúde, compreendidas e assumidas como ações de responsabilidade do Estado, passam por mudanças significativas, tanto na essência ideológica, quanto na operacionalização das reformas institucionais e no cotidiano de suas práticas.

Mais precisamente, desde o final da década de 70, pode-se admitir que as discussões sobre novos modelos assistenciais em saúde², diante das necessidades de racionalização de recursos como médicos generalistas e/ou de família, visando à implementação de programas de extensão na cobertura de assistência, vêm sendo incorporadas ao movimento sanitário, tanto nos meios acadêmicos quanto nos serviços. A revista Saúde em Debate, publicação pioneira na luta por uma reforma sanitária brasileira, tem servido de mecanismo significativo para divulgação desse debate.

Esse novo modelo assistencial fundamenta-se no paradigma de vigilância à saúde que, por sua vez, constitui uma prática sanitária organizadora dos processos de trabalho em saúde, sob a forma de operações, para confrontar problemas de enfrentamento contínuo, num território determinado (Mendes 1993). O modelo de vigilância à saúde contempla o processo saúde/doença na coletividade e se fundamenta na epidemiologia e nas ciências sociais (...) permite orientar intervenções visando ao controle de danos, controle de riscos e controle de causas. Abre, portanto

¹ Enfermeira Mestre em Sociologia e Doutoranda em Enfermagem. Professora do departamento de Enfermagem da UFC.

² Modelos assistenciais são as formas como se organizam, em determinados espaços-populações, os serviços de saúde, incluindo diferentes unidades prestadoras de diversas complexidades tecnológicas e as relações que se estabelecem dentro delas e entre elas (Mendes . apud. Paim, 1994).

espaço para uma reatualização da reflexão e da ação no que se refere à promoção da saúde e à qualidade de vida (Paim & Almeida Filho, 2000:68).

Entende-se como modelo de vigilância à saúde, o monitoramento das necessidades sociais de saúde de uma dada população, devendo vir a ser, na realidade, a apropriação do perfil das necessidades e problemas por parte dos diferentes atores sociais que interagem cotidianamente no seio das instituições, capacitando-os para respostas sociais em momento posterior. Dessa forma, envolve determinadas práticas e distintos saberes, disciplinas e tecnologias.

É importante destacar que as análises da reforma sanitária brasileira, nos diversos níveis, vêm tendo, como eixo, uma compreensão teórica da saúde, em resposta às condições concretas de vida de um indivíduo e/ou de uma coletividade. Dentro dessa compreensão, Arouca (1982) identifica a saúde como um campo de necessidades que exige a produção de serviços de saúde, em que estão envolvidos, tanto os agentes produtores como as instituições e ainda com espaço específico de circulação de mercadorias, de densidade ideológica e de hegemonia de classe e que possui uma potência tecnológica específica.

Uma das propostas de políticas de saúde que vem sendo implementada é o Programa de Saúde da Família, idealizada como meio de consolidação do Sistema Único de Saúde, o qual vem, de certa forma, se adequando aos fundamentos da reforma sanitária, ao ancorar-se na epidemiologia social, fundamentado em um novo paradigma da saúde, o qual, segundo Mendes (1996), deve ser sustentado pelas dimensões–qualidade de vida, produção social da saúde, vigilância à saúde e gerência social. Portanto, esse paradigma requer uma profunda reflexão teórica, quando das análises que se venha a fazer sobre o andamento das políticas de saúde implementadas na perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de saúde das famílias da coletividade.

Reforma do Estado: busca de um novo paradigma para saúde

A reforma do Estado que vem sendo implementada em todas as regiões do mundo, frente à complexidade das mudanças no sistema de produção e conseqüentemente da globalização da economia, tem interferido no modo de fazer política e de certa forma o “modo de andar a vida” das populações. Na América Latina esses efeitos têm sido sentidos em especial, pelas características de dependência de planos estruturais delineados por agências financeiras como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

A discussão dessas mudanças justifica-se pelo que vem sendo traduzidas no campo da saúde no que toca a propostas de novos modelos assistenciais amparados em concepções de novos paradigmas.

Draibe (1996) agrupa em três planos, as dificuldades que hoje enfrentam os sistemas nacionais de proteção social: no plano do gasto social, em que o endividamento dos Estados tem levado a uma queda da participação nas despesas com seguridade, saúde, educação etc; no plano de valores, onde se impõe uma mudança na ética da solidariedade, que fundamentou o Welfare State pela ética da eficiência; nas mudanças do mundo do trabalho que vêm acompanhando a transformação produtiva no modelo de economia globalizada.

Para a autora, as mudanças no mundo do trabalho são o núcleo da desestruturação dos estados de Bem-Estar Social; o desemprego estrutural, o subemprego, o emprego precário e de baixa qualidade, frutos da reestruturação do trabalho, têm desestruturado a solidariedade salarial que organizou a sociedade do trabalho mediada pelas instituições do Welfare State (Draibe, 1996).

A crise que se abate sobre os princípios estruturadores do Welfare State tem levado à queda da eficácia do sistema de seguridade social, diante da impossibilidade de ampliação de políticas universais, anteriormente conquistadas através de direitos fundamentados na relação emprego/salário/seguridade social.

Para Draibe, essa crise leva a um deslocamento de políticas públicas ampliadas, para programas sociais com bases territorializadas. Tais programas acessam o domicílio, o bairro, a cidade onde as demandas fragmentadas da população recebem, como resposta, intervenções parciais, debilitando o sistema de direito e reduzindo os graus de complementaridade entre programas e áreas políticas (Draibe, 1996).

Teixeira & Paim (1996), analisando as reformas que se vêm operando no sistema de saúde brasileiro a partir dessa perspectiva econômica e estrutural, identificam condições desfavoráveis para implementação do SUS, entre elas: a lógica da produtividade que rege as relações do público-privado; o agravamento da crise financeira do sistema e a implementação de políticas alternativas de saúde. Como consequência desse estado de coisas, os autores apontam a tendência de configuração de distintos SUS: o SUS democrático, desenhado pelo projeto da Reforma Sanitária brasileira; o SUS formal, juridicamente estabelecido pela Constituição Federal, pelas Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais, decretos, portarias etc; o SUS real, refém da arena econômica do governo, do clientelismo, da incompetência e da inércia burocrática; o SUS para pobre, uma medicina simplificada para gente simples e uma saúde pública focalizada como recomenda o Banco Mundial.

Os autores destacam que o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, ambos criados pelo Ministério da Saúde na década de 90 têm sido colocados como exemplos dessas

medidas racionalizadoras e focalizadoras, nas políticas de saúde. Entretanto, observam que tais programas não estão condenados, necessariamente, a significar apenas uma “atenção primitiva da saúde”, desde que, dependendo da militância e da competência técnico-política, existam possibilidades de se criar outros possíveis históricos (Teixeira & Paim, 1996: 20-21).

Para o Ministério, o Programa de Saúde da Família foi eleito como estratégia capaz de transformar o Sistema de Saúde Pública e superar a crise do setor, a partir da família – tornando-se o seu objeto de trabalho – por constituir-se num espaço que permite uma compreensão ampliada do processo saúde/doença, possibilitando, assim, intervenções de maior impacto e significado social. O Programa aponta para uma nova forma de inserção dos profissionais no processo de trabalho, através da técnica de trabalho em equipes, permitindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas, através da prática multiprofissional (Ministério da Saúde, 1997).

Para Costa (1996), o Banco Mundial produziu expressivo realinhamento dos atores e instituições da arena internacional da saúde. O autor chega a questionar o mandato de outros organismos que atuam neste setor, especialmente do sistema Organização Mundial de Saúde/Oficina Pan-americana de Saúde. O Banco Mundial vem subordinando a avaliação dos gastos em saúde à preocupação com a consistência macroeconômica dos países em processo de “ajuste estrutural”, apelando para a diminuição do papel do Estado e para o fortalecimento do mercado no financiamento e oferta do cuidado à saúde.

Costa (1996) chama a atenção para o fato de que essas idéias refazem as crenças associadas à noção de justiça e equidade, para dar passagem às políticas governamentais de saúde, na perspectiva da racionalização da oferta; e que a política pública social desempenha papel compensatório, devendo ser dirigida basicamente para os setores pobres da população, assumindo papel focalizador.

Para o autor, a lógica da focalização torna-se um impedimento real ao avanço do SUS. Tal lógica é expressada em documento oficial, elaborado pelos técnicos do Ministério da Saúde.

O relatório se nos apresenta focalizado em aspectos nem sempre bem delimitados no processo extremamente complexo de reordenação das práticas de atenção à saúde no Brasil, culminando numa excessiva simplificação das questões mais pungentes que se colocam para consolidação do Sistema Único de Saúde (...), rompe com os princípios da universalidade, da integralidade e da equidade(Avaliação do documento “The Organization, Delivery and Financing of Health Care in Brazil World Bank,

1993)” por técnicos do Ministério da Saúde (COSTA, 1996: 25).

Para Mendes, a crise da saúde tem sido explicada por três correntes de pensamento distintas: incrementalista, racionalista e estruturalista. A primeira admite que a crise se fundamenta na insuficiência de recursos e que a incrementação de mais recursos possibilitará a sua superação; já a corrente racionalista admite, como causas essenciais do problema, as ineficiências internas do setor, surgindo daí, propostas racionalizadoras como forma de superação. A terceira corrente—estruturalista, a qual Mendes se filia e explica, considera que a crise é determinada pela prática vigente da atenção médica e que só poderá ser solucionada mediante a transformação dessa prática, não anulando a necessidade de uma racionalização do sistema de saúde para torná-lo mais eficiente e eficaz, pontos defendidos pela corrente racionalista (Mendes, 1999).

A partir da leitura de Mendes, pode-se fazer uma analogia do Programa de Saúde da Família com uma estratégia racionalista, pois esta busca atender à proposta da “Saúde na Transformação Produtiva com Equidade” (STPE), institucionalmente formulada pela CEPAL e pela Organização Panamericana de Saúde, visando à superação da crise.

A identificação da proposta da CEPAL em termos de políticas de saúde racionalizadoras para a região da América Latina pode se dar através da leitura feita por Mendes (1999) sobre os significados dos componentes da mesma:

(...) a cesta básica é definida como um conjunto determinado de serviços promocionais, preventivos e curativos de saúde ofertados a toda população com objetivo de universalizar sua cobertura e reduzir as iniquidades em saúde (...) deverão ser obedecidos critérios quanto ao perfil epidemiológico, custo/efetividade e custo/impacto (...) em países com marcadas diferenças epidemiológicas, econômicas e sociais devem propor-se cestas básicas diferentes;

(...) a focalização baseia-se no fato de que a população é heterogênea e, por isso, torna-se necessário dirigir os serviços de saúde para grupos de risco (...) para que a focalização tenha impacto redistributivo há de se identificar os grupos vulneráveis, procurando minimizar os erros de inclusão e exclusão. A focalização não deve limitar-se aos serviços de baixa complexidade mas contemplar a oferta de toda a cesta básica;

*(...) a reforma do setor saúde deve constituir um componente específico da reforma do Estado (...) reconhece-se o papel protagônico do Estado na regulação dos serviços e propõe-se que prestação de serviços seja feita por um **mix** público/privado (...) sugere que se estabeleça a competição entre prestadores públicos e privados; que se institua a livre escolha pelos demandantes (Mendes, 1999 : 39-43).*

A discussão sobre a eficácia dos programas focais e/ou ações pontuais em saúde sempre esteve associada às mudanças de indicadores de saúde, mais especificamente, à queda da mortalidade infantil. Entretanto, estudos como os apresentados por Victória & Barros (1994), têm comprovado que ações pontuais em saúde têm realmente causado impacto em indicadores sensíveis às condições estruturais de vida, sem que tenham sido comprovadas mudanças reais nas condições de vida da população.

Esse fato é constatado pelos autores, ao se referirem a estudos realizados nos estados do Ceará e de São Paulo, os quais demonstram a dissociação entre indicadores de qualidade de vida e de saúde. No caso de São Paulo, constatou-se uma queda da mortalidade infantil e pré-escolar sem, no entanto, qualquer evidência de queda na prevalência de desnutrição, durante o período em estudo. No Ceará, ficou comprovada, redução da mortalidade infantil, como também queda na desnutrição, observando-se, paradoxalmente, uma piora nos níveis de renda e nos indicadores de educação.

Os autores concluem que algumas ações focais em saúde, consideradas como ações de sobrevivência infantil, derrubam um mito da Saúde Pública: o de que o coeficiente de mortalidade infantil é um indicador sensível da qualidade de vida. Isto porque os estudos indicaram ser possível atingir progresso importante, em determinados indicadores, através de ações específicas de saúde. No entanto, chamam a atenção para o fenômeno da mortalidade infantil, cuja redução alcança apenas um patamar limitado e ainda, que somente através de verdadeiras medidas de melhoria de qualidade é que se alcançarão reduções subseqüentes e mais elevadas.

Essa constatação exige um debate que fundamente o estudo das questões relacionadas às intervenções que, a partir do setor saúde, possam mais efetivamente influenciar, de forma favorável, a qualidade de vida de uma coletividade. Isso remete o observador a uma discussão da mudança de paradigma nas práticas de saúde .

A análise de mudanças de paradigmas na saúde fundamenta-se na obra de Kuhn (1992) "A estrutura da Revolução Científica", na qual o autor identifica o termo "paradigma" como padrão de referência, modelo a ser seguido, o que significa discutir os diferentes modelos de assistência de

saúde, os quais vêm sendo social e culturalmente imitados ou implementados ao longo do tempo. O segundo significado elaborado pelo autor para “paradigma” situa-se na categoria epistemológica, tratando-o dessa forma, como uma ferramenta de abstração, ou seja uma matriz privilegiada dos quadros teóricos que fundamentam os diferentes discursos regularmente construídos sobre a concepção do processo saúde doença.

Nos últimos anos, os países da América Latina têm implementado, no campo da saúde coletiva, modelos assistenciais historicamente marcados pelo paradigma da prevenção da enfermidade e da promoção da saúde, modelos que se fundamentam em um discurso da compreensão social do processo saúde doença o qual se contrapõe ao modelo clínico, centrado no modelo biomédico, voltado para a atenção à doença.

Produção Social da Saúde: Estratégia para a Melhoria da Qualidade de Vida

Analisar a qualidade de vida como uma forma de produção da saúde, requer fazer uma incursão em um debate teórico, que vem se estabelecendo nesses últimos tempos na Saúde Coletiva, tratado sob os mais diferentes olhares, seja da ciência, através de várias disciplinas, seja do ponto de vista subjetivo ou objetivo, seja em abordagens individuais ou coletivas.

No Brasil, a articulação entre a produção de serviços de saúde e qualidade de vida da população surge com a proposta de um novo modelo assistencial, ancorado na produção social da saúde. Isso significa, segundo Mendes (...), romper com a setorialização da realidade (...) dar conta do estado de saúde em permanente transformação (...) erigindo-a como produto social resultante de fatos econômicos, políticos, ideológicos e cognitivos. O que significa, necessariamente, inscrevê-la, como campo de conhecimento, na ordem da intersectorialidade. O que, segundo o autor, está em plena coerência com o conceito de saúde como expressão de qualidade de vida (Mendes, 1999: 241).

A discussão sobre qualidade de vida individual e coletiva é uma prerrogativa remota no meio científico, desde que surgiram evidências da contribuição da saúde para a qualidade de vida. Rosen (1979), no seu estudo sobre o surgimento da Medicina Social, alerta o leitor para o tema: influência da saúde sobre as condições e qualidade de vida e vice-versa, o que tem preocupado políticos e pensadores, ao longo da história.

O autor destaca o papel importante da análise do movimento reformista de 1848, desencadeado em parte da Europa, em que médicos como Virchow e Chadwick associavam a doença às condições de miséria a que estava submetida grande parte da população.

Virchow chegou a desenvolver uma teoria da doença epidêmica, estabelecendo um raciocínio analógico entre o indivíduo e o corpo político:

(...)se a doença é uma expressão da vida individual sob condições desfavoráveis, a epidemia deve ser indicativo de distúrbios em maior escala da vida da massa(...). São indicativos de defeitos produzidos pela organização política e social e conseqüentemente afetam predominantemente aquelas classes que não participam dos benefícios da cultura (Virchow in: Rosen, 1979: 83-84).

Com o avanço da microbiologia, essa concepção social da doença vai sendo hegemonicamente substituída pela concepção biologizada, o que reforça a implantação de políticas e práticas de saúde descontextualizadas das condições de vida das populações.

Minayo et al. (2000) analisam a posição de vários autores que admitem a qualidade de vida associada à saúde na avaliação do indivíduo a partir do olhar clínico, biomédico. Segundo esses autores, a área médica incorporou o tema – qualidade de vida na sua prática profissional quando, apoiando-se na clínica, procurou interferir no processo mórbido vivido pelo indivíduo através de indicações técnicas capazes de reverter o quadro clínico e melhorar as condições de vida do enfermo.

Na América Latina, especialmente no Brasil, com o surgimento da Saúde Coletiva e com o processo da reforma sanitária, questões que, de certa forma, haviam sido relegadas a um outro espaço ideológico, por parte da Saúde Pública, são incluídas nos debates científicos e nas lutas de diversos movimentos sociais, entre essas, a essência política da qualidade de vida e a promoção da saúde como defesa da vida.

Herculano (1998) identifica a origem e o conceito de qualidade de vida nas ciências sociais a partir das categorias estratificação social, exclusão social e de marginalidade social. Para a autora, as ciências sociais incorporam o conceito de exclusão social a partir da disseminação da pobreza na Europa, diante do agravamento do processo migratório. Já o conceito de marginalidade social foi sendo construído, na América Latina, pela articulação de diferentes vertentes da teoria social, ao integrar noções de pobreza, privação, vulnerabilidade, falta de acesso a bens, serviços e valores, a direitos sociais e políticos, em suma, à cidadania (Herculano, 1998 : 77-78).

Para Minayo et al., a noção sobre o tema tem-se situado, pelo menos, em três campos de referência. O primeiro é histórico e situa a qualidade de vida em um determinado tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico. O segundo é cultural, onde a compreensão de qualidade de vida incorpora valores e necessidades construídos e

hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições. Já o terceiro aspecto refere-se às estratificações sociais e neste, a qualidade de vida é analisada a partir de indicadores que evidenciam as desigualdades e heterogeneidades existentes em determinadas sociedades e/ou regiões (Minayo et al., 2000).

O estudo de qualidade de vida a partir do aspecto de estratificação social, esta evidenciada pelas desigualdades e heterogeneidades existentes em determinadas regiões, aproxima a noção de espaço e população como categorias essenciais para análise da implementação de políticas e de práticas de saúde. Estas mesmas têm sido utilizadas como instrumentos de racionalidade para construção do Sistema Único de Saúde, que prevê a universalização da assistência à população adstrita a um determinado território.

No Brasil, a apropriação do espaço como instrumento para compreensão de aspectos da realidade de saúde de uma dada população apoia-se na construção teórica elaborada por Milton Santos (1986), na busca da definição do espaço e nos resgates do estudo da geografia médica de Samuel Pessoa (1978).

Para Santos, o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos. In: Ferreira, 1996:276).

Paim (1997), ao revisar os aspectos conceituais e metodológicos relativos aos estudos de condições de vida e saúde, demarca diferença entre o individual e o coletivo, recorrendo à categoria espaço. O autor identifica, em estudos clássicos dos primórdios da epidemiologia, a preocupação de Hipócrates com essa categoria, ao proceder a reflexão sobre o texto *Ares, Água e Lugares*. Chadwick, na primeira metade do Século XIX, ao estudar as condições de saúde em diferentes espaços da cidade, procurou demonstrar as desigualdades entre as classes sociais.

Herculano destaca a importância da mensuração da qualidade de vida em microespaços minimamente homogêneos (favelas, bairros, distritos municipais). A autora admite que a ênfase no microespaço possibilita a adoção de medidas inibidoras contra a estratificação espacial, o que repercutirá na luta contra a desigualdade socioeconômica, bem como

evidenciará a necessidade de políticas preservacionistas (Herculano1998).

Já Castellanos (1997) estabelece a diferença entre o individual e o coletivo, quando estuda condições de vida e situação de saúde, resgatando a categoria população em evidência no início da Saúde Pública, em pleno desenvolvimento da revolução industrial. A Saúde Pública nutria-se então, basicamente, das contribuições de teóricos, metodologistas e práticos da Epidemiologia de populações. O autor entende a população como um sistema composto, que sempre poderá ser decomposto em subpopulações até o nível indivíduo, admitindo que, a partir daí, alteração na sua natureza.

Ele adiciona à categoria população, os atributos de interação e a compartilhamento de espaços, o que, de certa forma, exige a ocupação de territórios e sua construção social. Essa construção teórica dos atributos de organização da realidade social possibilita à Epidemiologia, como disciplina, uma abordagem das populações como unidade de análise (Castellanos, 1997).

Paim cita Castellanos para ilustrar sinteticamente algumas dessas pontes entre as categorias teóricas, espaço e população, e o empírico, oferecendo assim uma melhor compreensão da epidemiologia nos seus aspectos sociais:

A população ocupa e se apropria do espaço de tal forma que, longe de ocorrer uma distribuição ao azar das famílias, estas tendem a conformar conglomerados relativamente homogêneos desde o ponto de vista de suas condições de vida, que se correspondem com uma unidade territorial. O espaço é construído socialmente, e constitui portanto uma possibilidade de estratificar a população segundo condições de vida (...). A unidade espaço-população tem então a possibilidade de ser uma unidade onde operam os processos determinantes (condições de vida) onde se expressam os problemas de saúde e onde se desenvolvem ações de saúde e bem-estar (Castellanos in:Paim,1997: 14).

A reforma sanitária brasileira apoia-se na Epidemiologia Social e ou Crítica, nomenclatura que vem sendo usada por Breilh (1997), para fundamentar a transformação de modelos assistenciais. Através dela, podem ser identificadas as necessidades e os problemas relativos à situação de saúde das populações e as possibilidades de intervenção que possam ser traduzidas em melhoria da qualidade de vida.

Através da Epidemiologia Social, a reforma sanitária resgata, no cotidiano, a dimensão de espaço, ao estabelecer como um dos seus princípios a

descentralização político-jurídica e político-administrativa dos serviços de saúde, já em andamento no processo de construção dos Sistemas Locais de Saúde. Assim sendo, a descentralização tem sido concretizada através da articulação em um território local.

A concepção de território que vem subsidiando teoricamente a implantação dos Sistemas Locais de Saúde transcende a sua redução a uma superfície-solo, pois se trata de um espaço econômico, político, cultural e epidemiológico. Assim entendida, é capaz de configurar uma determinada realidade de saúde segundo a qualidade de vida dos diferentes conjuntos populacionais. É essa a concepção de território ou espaço, como processo social, que vem sendo defendida nas propostas de mudanças das práticas sanitárias (Mendes, 1993).

A implantação do Programa de Saúde da Família evidencia uma tensão entre a concepção de espaço-território, apoiada na idéia de justiça social distributiva e o recorte espacial familiar, na perspectiva da focalização, como a alternativa de assistência para os excluídos e postergados (Dantas et.all.1998).

A superação dessa tensão certamente acontecerá na medida que essas categorias sejam utilizadas como uma alternativa metodológica capaz de estabelecer articulação entre a produção de serviços de saúde e qualidade de vida na proposta de um novo modelo assistencial para a prática da saúde coletiva, capaz de superar a dicotomia individual/coletivo, as tensões entre justiça distributiva e focalização estratégica, assim sendo, como instrumento para construção da reforma sanitária que garanta a equidade e universalidade no acesso aos serviços e a qualidade de vida necessária à dignidade humana.

Algumas questões a considerar

A inserção no debate sobre Reforma do Estado, saúde e qualidade de vida fundamenta-se em alguns eixos norteadores:

- O primeiro deles consiste no resgate da dimensão política das análises dos *modelos assistenciais de saúde*, uma vez que a maioria dos estudos sobre esse tema tem-se prendido à análise da efetividade de Programas e ao acesso da população às intervenções neles previstas, estabelecendo um perfil de resultado. No entanto, pouco se tem estudado as políticas de saúde como instrumentos de visualização da qualidade de vida resultante de novos modelos assistenciais e de práticas de saúde inovadoras.
- Outro eixo é a preocupação com a *inexorabilidade* que acompanha os diagnósticos sobre o andar de alguns Programas: otimismo expresso

pelos autores, através de apresentação de indicadores dissociados de uma contextualização, o que escamoteia a especificidade da realidade; ou redução do pessimismo, contido na percepção de muitos analistas que se prendem à racionalidade e à focalização de Programas a partir de determinações do ajuste econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AROUCA, A .S.S. *O Dilema Preventivista: contribuição para compreensão e crítica da medicina preventiva*. Campinas, SP,1975.(Tese de doutoramento).
- _____. "Salud en la transición" — Exposição apresentada no II Seminário Latinoamericano de Medicina Social. Manágua,1982. (mimeog.).
- BREILL,J. *Nuevos Conceptos y Técnicas de Investigación: guía pedagógica par un taller de metodología*. 3 ed. CEAS, QUITO, 1997.
- CAMPOS, G.W.S. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e prática. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. vol.5 n.2. 2000. Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva.
- CARVALHO, A . I. D Saúde Pública às Políticas Saudáveis — Saúde e Cidadania na Pós-modernidade.In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. vol.1 n.1. 1996. Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva.
- CASTELLANOS, P. L. *Epidemiologia, Saúde Pública, Situação de Saúde e Condições de Vida. Considerações Conceituais*. In: *Condições de Vida e Situação de Saúde*. ABRASCO, Rio de Janeiro, 1997
- COHN, A. (org.)."Conhecimento e prática em saúde coletiva: o desejo permanente". In: *Revista saúde e sociedade*. vol. 1 n. 2. 1992. Associação Paulista de Saúde Pública-USP, São Paulo
- _____.Notas Sobre o Estado, Políticas Públicas e Saúde. In: *A Miragem da Pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. FIOCRUZ, Rio de Janeiro,1997.
- Costa, N.R. & Ribeiro, J.M. (org) *Política de Saúde e Inovação Institucional: uma agenda para os anos 90*, ENSP, Rio de Janeiro, 1996.
- DANTAS, M. B. P. et. all. Espaço e planejamento em Saúde: algumas reflexões. In: *Saúde e Espaço*. FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 1998.
- DRAIBE, S. M. "Proteção social e desenvolvimento humano na América Latina: as políticas sociais de nova geração", artigo mimeografado, maio/1996.
- FERREIRA,G.P.M. O Papel do Lugar na Reflexão de um Cidadão do Mundo"". In: *Ensaio da Geografia Contemporânea: Milton Santos obra revisada*. HUCITEC, São Paulo,1996.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Tradução: Roberto Machado. Florense – Universitária. Rio de Janeiro 1977.
- GALLO,E. Crise Teórica e Crise Política — Impactos na Saúde Coletiva. In: *Saúde Coletiva? questionando a onipotência do social*. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1992.

- GONÇALVES, R.B.M. *Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde: características tecnológicas de processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo*. HUCITEC/ABRASCO. São Paulo, 1994.
- HERCULANO, S. C. "A Qualidade de Vida e Seus Indicadores". In: *Revista Ambiente e Sociedade*. Ano 1. n. 2. 1º semestre de 1998.
- KLIKSBERG, B. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. Cortez, São Paulo, 1999.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva. 1992 .
- LAURELL, A . C. & NORIEGA, M. *Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário*. HCITEC. São Paulo, 1989.
- _____. La Lógica de la Privatización en Salud. In: *Política de Saúde: o público e o privado*. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. Avançando em Direção ao Passado: a política social do neoliberalismo. In: *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. Cortez, São Paulo, 1997
- _____. Para um Novo Estado de Bem-Estar na América Latina. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 45, 1998.
- LUZ, M.T. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Graal. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. "As Conferências Nacionais de Saúde: as políticas de saúde na década de 80". In: *Saúde e Sociedade no Brasil anos 80*. Relume Dumará/ABRASCO, Rio de Janeiro, 1994.
- LYDA, M. *Cem anos de Saúde Pública: a cidadania negada*. UNESP. São Paulo, 1994.
- MENDES, E.V. *Uma Agenda Para a Saúde*. 2 ed. HUCITEC, São Paulo, 1999.
- _____. (Org.). *Distrito Sanitário: o processo social de mudanças das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. HUCITEC/ABRASCO. São Paulo, 1993.
- MERHY, E.E. *O SUS e um dos seus dilemas: do processo de trabalho em saúde (um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo)*. In: *Saúde e Democracia: a luta do CEBES*. CEBES, São Paulo, 1997.
- _____. *A perda da Dimensão Cuidadora na Produção da Saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência*. Palestra conferida no Sindicato dos Médicos de Campinas, São, abril 1997. Paulo
- MINAYO, M.C.S. et all. "Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário". In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. vol.5 n.1. 2000. Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
- _____. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. HUCITEC/ABRASCO. São Paulo-Rio de Janeiro, 1992.
- MINISTÉRIO da Saúde. *Coordenação de Saúde da Comunidade – Programa de Saúde da Família*, Brasília, 1997.
- _____. *Perfil dos médicos e Enfermeiros do Programa Saúde da Família no Brasil: Relatório Final*. Brasília, 2000.

- NASCIMENTO, P. C. Democracia e saúde: uma perspectiva Arendtiana. In: *Saúde Coletiva? questionando a onipotência do social*. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1992.
- PAIM, J. N. *Abordagens Teórico-Conceituais em Estudos de Condições de Vida e Saúde: notas para reflexão e ação*. In: *Condições de Vida e Situação de Saúde*. ABRASCO, Rio de Janeiro, 1997.
- PAIM, J.S. & ALMEIDA FILHO, N. *A Crise da Saúde Pública e a Utopia da Saúde Coletiva*. Casa da Qualidade Editora. Salvador, 2000.
- PESSOA, S. *Ensaio Médico-Sociais*. CEBES/HUCITEC. São Paulo, 1978.
- RATTNER, H. Liderança Para Uma Sociedade Sustentável: globalização versus ação local tecnologia e desenvolvimento para todos? A busca de um modelo alternativo. Nobel, São Paulo, 1999
- RIGOTTO, M.R & ALMEIDA, V.L. "Capacitando profissionais em saúde, trabalho e meio ambiente". In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. vol.3 n.2. 1998. Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
- ROSEN, G. *Da Polícia Médica à Medicina Social: ensaios sobre a história da assistência médica*; tradução de Ângela Loreiro de Souza, Edições Grall, Rio de Janeiro, 1979.
- SAMUEL, P. *Ensaio Médico-Sociais*. 2 ed. CEBES/HUCITEC, São Paulo 1978.
- SANTOS, M. *Crítica do Discurso Geográfico*. HUCITEC. São Paulo, 1996.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e meio técnico-científico informal*. HUCITEC, 2 ed. São Paulo, 1996.
- SANTOS, S.S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Cortez, 1999.
- _____. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Cortez. São Paulo, 2000.
- TEIXEIRA, C.F. & PAIM, J.S. Políticas de Formação de Recursos Humanos em Saúde: conjuntura atual e perspectiva. In : *Revista Divulgação em Saúde para Debate*. n. 12, julho, 1996. CEBES
- TEIXEIRA, S.M.F. As Ciências sociais em Saúde no Brasil. In: *As Ciências sociais em Saúde na América Latina: Tendências e perspectivas*. OPAS. Brasília, 1985.
- _____. *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. Cortez/ABRASCO. São Paulo, 1989.
- UGÁ, M.A.D. Ajuste Estrutural, Governabilidade e Democracia. In: *A Miragem da Pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1997.
- VIANA, A.L.D. *Enfoques Metodológicos em Políticas Públicas: novos referenciais para os estudos sobre políticas sociais*. In: *Ciências Sociais e Saúde*. HUCITEC/ABRSCO. São Paulo 1997.
- _____. *As Políticas Sociais e as políticas de Saúde no Contexto do Processo de Globalização*. In: *A Miragem da Pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1997.

- VIOLA, E. Reflexões Sobre as Dimensões da Globalização, as Novas Forças Sociopolíticas Transnacionais e a Redefinição do \ horizonte da Democracia. In: *A Miragem da Pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1997.
- VÍCTORIA, C.G. & BARROS, F.C. Repensando a Associação entre Indicadores de Saúde e de Qualidade de Vida. In: *Qualidade de Vida: compromisso histórico da epidemiologia*. COOPMED/ABRASCO. Belo Horizonte ,1994.

CIRO GOMES: HÁ ALGO DE NOVO NA MODERNIDADE? - RITOS INAUGURAIS DO “MUDANCISMO” NO CEARÁ -

Glória Diógenes¹

Advertências

A modernidade é hoje um conceito profundamente marcado por ambigüidades. Lefebvre (1972) afirma que a consciência moderna contém uma certeza e uma incerteza igualmente sérias, igualmente frívolas. É nesse campo pantanoso de verdade e incerteza, razão e desrazão, totalidade e fragmentação entre o novo e o velho que se constitui o debate acerca da modernidade.

Nossa investigação tomará por base os corpos discursivos e as relações de comunicação por eles engendrados. Os discursos são, de modo inseparável, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do material simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessa relação. (Bordieu, 1989:11)

Para fins específicos deste “paper”, analisaremos a Campanha de Ciro Gomes à Prefeitura de Fortaleza (1988), onde o conceito de moderno se constrói opondo-se a dois campos:

- a) O “tradicional”, representado pelos “coronéis” da política cearense;
- b) O “popular”, representado, de forma mais visível, pela gestão Maria Luiza na Prefeitura de Fortaleza.

A eleição de Ciro Gomes, para fins de análise dos significantes da modernidade na política é, portanto mais rica de significados que a de Tasso Jereissati em 1986, por se constituir na tentativa de articulação destes dois campos – o tradicional e o popular.

Para melhor situar a conjuntura da campanha de Ciro Gomes à Prefeitura de Fortaleza, faremos uma breve apreciação do “quadro mudancista” que se constitui no Ceará com a eleição de Tasso Jereissati a Governador, em 1986. Nosso interesse é perceber como o surgimento do “mudancismo” no Ceará vai ocorrendo, opondo-se não apenas às tradicionais oligarquias coronelistas, mas também ao significado do popular que se afirma a partir da administração de Maria Luiza na Prefeitura de Fortaleza (1985/1986).

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFC

Devemos analisar como o discurso do popular vai cedendo espaço, na campanha de Ciro Gomes à Prefeitura, ao discurso da modernidade e eficiência administrativa.

A gestão de Maria Luiza ocorre paralelamente, nos seus dois últimos anos, ao Governo de Tasso Jereissati, galvanizando deste último o apoio de parte expressiva do movimento popular de Fortaleza. Além disso, todo o processo de “institucionalização” nos Movimentos Sociais que ocorre mais marcadamente a partir de meados de 1985, assume, no “Governo das Mudanças”, maior nível de eficiência, ampliando, para o seu projeto político a adesão de lideranças dos movimentos de bairros.

Teria ocorrido, nessa conjuntura política do mudancismo, uma “migração” do popular para o projeto da Modernidade? A modernidade teria passado a catalisar o símbolo “do novo”, tão propagado na campanha de Maria Luiza à Prefeitura de Fortaleza?

A hipótese que deveremos desenvolver é a de que o apelo ao popular da Prefeitura Maria Luiza, embora tenha representado de forma mais significativa um rompimento com as forças políticas oligárquicas, é o discurso da competência administrativa, sob o signo da modernidade, que vem realmente condensando a “novidade” na política cearense. Nesse contexto, o “popular” passou a ser traduzido pelos “modernos” como “caos” e, setores expressivos dos movimentos populares, agruparam-se em torno da proposta do “grupo mudancista”.

A partir deste quadro acima delineado, procuraremos compreender o que o “mudancismo” afirma, no seu momento inaugural na cena política, quando se identifica como moderno. Se a modernidade na política cearense é veiculada como a expressão do “novo”, nos perguntamos, como esta novidade aparece nos discursos, nas posturas, “charges”, de campanha? De que forma ela se contrapõe ao “arcaico” e como simboliza essa oposição?

Modernidade: questões conceituais e cenário nacional.

A discussão a respeito da problemática modernidade/ pós-modernidade no âmbito das ciências sociais está intrinsecamente articulada à propalada crise do cientificismo e mais amplamente, dos esquemas explicativos.

Os impasses que se colocam hoje para os cientistas sociais decorrem de ações e discursos articulados sob outras lógicas que escapam aos modelos analíticos recorrentes. O Iluminismo, como era da difusão do pensamento organizado, sistematizado, claro/lógico, elegeu como seus representantes, porta-vozes de seu projeto, aqueles signatários do saber especializado/qualificado. Poderíamos nesta era dividir os indivíduos, grosso modo, em campos distintos: os iluminados, os letrados, os

competentes, de um lado; de outro, os que permanecem nas trevas, no silêncio e, por “não saberem”, são excluídos da esfera pública e condenados ao esquecimento. “A indiferença é feroz. Ela constitui o partido mais ativo, e certamente mais poderoso. Ela permite todas as exceções, os desvios mais funestos, mais sórdidos. Este século é sua trágica testemunha” (Forrester, 1997 :42)

Os movimentos sociais que eclodem no mundo tido a partir dos anos 60 representam, de alguma forma, a “expressão do reprimido” , do silenciado. A noção relativa a uma crise dos paradigmas torna-se mais perceptível a partir da irrupção dos movimentos sociais. As “grandes narrativas”, as explicações globalizantes não conseguiram compor uma síntese estrutural-relacional dos movimentos sociais. Tendo sido estes apontados como “fragmentados”, configurando lutas pontuais e desenvolvendo-se no terreno das micropolíticas. Talvez o aspecto mais complexo destes movimentos tenha sido o caráter de suas carências que alinhavam-se desde às necessidades básicas de vida (morar, comer, locomover-se, gozar de boa saúde, etc.) até àquelas denominadas “carências radicais” (Heller,1979), relativas a direitos e valores ético-políticos.

É interessante assinalar que, na América Latina, a discussão sobre modernidade/pós-modernidade revela seus primeiros sinais no final dos anos 80, década da “abertura” e da revitalização dos movimentos sociais no Brasil. Os movimentos sociais eclodiram no início dos anos 80 e prosseguiram por toda esta década, articulando tanto demandas por reconhecimento/valores/direitos, como outras típicas de uma fase que se pode considerar como pré-moderna: fome, moradia, saneamento, educação, saúde, dentre outras .

Poderíamos afirmar que a natureza diversa, multifacetária, dos movimentos sociais guarda semelhanças com o caráter dual da época modernidade brasileira. Vejamos: Convivem no cenário brasileiro a mediação pela “palavra” e os atos de violência direta (“sangue”)². Esta era acaba provocando uma cisão que projeta, a grosso modo, os indivíduos em dois campos: temos de um lado a produção da miséria, que exclui radicalmente parte expressiva da população dos benefícios da produção de riquezas e ilhas de prosperidade. No jogo de luzes da sociedade do espetáculo, o foco incide sob as proezas da modernização, dos micro-computadores, dos “fax”, dos “walk-man” e deixa sob a penumbra milhares de “sem –teto” que vagueiam sem lugar.

A modernidade, a partir das ambigüidades que atravessam o cenário político, ou aparece como meta a ser atingida, ou como crítica à não

² - “Palavra e Sangue” – Livro de Alain Touraine, sobre política e sociedade na América Latina, 1989. Esta era acaba provocando uma perversa cisão, uma divisão que projeta os indivíduos em dois campos.

realização de seu suposto “projeto”. No primeiro caso, passou-se a associar modernidade a desenvolvimento, ocidentalização, liberalismo. No segundo caso, denunciava-se o fracasso dos processos de modernização, cujo resultado havia sido o aumento da exclusão e das desigualdades sociais (Arrosa,1989: 3). Já alguns, homens de boa vontade, apontam uma terceira perspectiva, a pós-modernidade, ou seja, já estaríamos no futuro.

Como diz Weffort, vivemos um sentimento ambíguo que nos faz indagar ou pela perda do futuro ou nos perguntar se o futuro já chegou. A razão moderna constitui –se sobre dois parâmetros aparentemente opostos: a idéia de progresso e de revolução. A crise da razão é de alguma forma uma das crise das utopias, como também do ideal da ordem e do progresso. A “crise” que se coloca hoje não poupa nem o capitalismo, enquanto modelo da ordem social, nem o socialismo, enquanto perspectiva de uma contra-ordem.

É na era moderna que se desencadeia um amplo processo de globalização, tendo glorificado o trabalho (o labor) como fonte de todos os valores e tendo promovido o “animal laborans” à posição tradicionalmente ocupada pelo “animal rationale”. (Arendt, 1989:96). A crise na razão é substancialmente uma crise de valores, e uma crise que atinge fundamentalmente todos aqueles que foram excluídos, não apenas dos frutos do trabalho, mas da palavra e da ação política.

A forma mais “mecânica”- e daí talvez se justifique o apelo eloqüente à modernidade – seria chagar-se à (modernidade) pela via do desenvolvimento tecnológico, da automação e a robotização; conservando multidões no silêncio e nas sombras. Tem sido esta tônica da modernidade no Brasil. Desde o plano de metas de Juscelino, o Brasil deu sua “arrancada” para o desenvolvimento e “providenciou” seu passaporte para a entrada no primeiro mundo. Durante os anos 70, a construção de grandes obras sinalizou o esforço visível do Brasil de integrar-se no campo das potências desenvolvidas. O impulso econômico do “milagre brasileiro” não foi acompanhado de um alargamento e aprofundamento do campo político. A restrição à participação política e a falta de autonomia sindical permitiram que o “bolo” do desenvolvimento crescesse sem que tivesse havido o acesso da grande maioria da população brasileira às riquezas produzidas.

Poderíamos assinalar os anos 70 no Brasil como o período mais “fáustico” do seu desenvolvimento, sendo marcado por obras como a “Ferrovia do Aço”, a “Ponte Rio-Niterói”, a “Transamazônica”, a construção de Usinas Nucleares, dentre outras.

Os anos 80 seriam pontuados de forma mais expressiva por reformas no campo político, onde a relação “Estado/Sociedade civil” ocorreu sob

tentativas de construir sólidas instituições em bases de normatização e controle. Diríamos que os anos 80, denominados por alguns economistas de “a década perdida”, representaram um certo estrangulamento no processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

No decorrer desta década, as discussões acerca da modernidade são profundamente marcadas pela ambigüidade entre modernização, assinalada com o desenvolvimento econômico/avanço tecnológico, e pela modernidade política, tematizada como democracia, liberdade, cidadania, direitos, etc. Para Weffort(1990), parece claro que, pelo menos nessa passagem dos anos 80 para os anos 90, modernização e democracia não andam no mesmo compasso. Lechner(1990) também aponta a mesma contradição ao afirmar que, no umbral do século XXI, a América Latina enfrenta o dilema de optar pela modernização, aceitando a exclusão de amplos setores da população, ao privilegiar a integração social mesmo com o risco de permanecer à margem do desenvolvimento econômico mundial.

Esta situação que parece inconciliável – desenvolvimento e democracia – não apenas ocorre devido às configurações que vêm assumindo a conjuntura política brasileira, como também, a injunções próprias da definição do que seja modernidade. O conceito de modernidade, como signatário de sua época, se constitui na incerteza, num cenário onde a noção de temporalidade é posta em questão: já estamos no futuro? Num percurso que tanto pode ser percebido como o “tempo perdido”, como pode ser identificado como expressão de um “novo tempo”.

A discussão acerca da noção de modernidade se complexifica mais ainda no Brasil, no tocante a peculiaridades referentes ao seu processo de formação histórica; um país colonizado pouco antes do alvorecer da era moderna. E ainda um país onde o problema de sobrevivência assume a desafiante tarefa de homens e mulheres.

A “década perdida” para a economia é a mesma marcada por uma ampla revitalização na sociedade civil brasileira. Os movimentos sociais significam neste período de “aquecimento” do social, de forma menos visível, um canal de contestação à ética racional-desenvolvimentista que esteve em vigor durante parte dos anos 60 e 70 no Brasil. Os movimentos sociais provocaram uma mudança substancial na feição do estado nacional, pois, frente à “politização no social”, a estrutura estatal complexificou-se, “ampliou-se” e travestiu-se de “social”, realizando uma expressiva socialização no “político”.

Desta forma, o impulso desenvolvimentista foi reconstituindo-se sob novos parâmetros e respondendo a novas demandas. O eixo do desenvolvimento foi deslocando-se das “grandes obras” para as “obras comunitárias”, mais localizadas, mediadas por “políticas participativas”, onde em algumas

situações os contornos entre Estado e Sociedade civil ficam poucos definidos.

Nos anos 90, a chamada “Era Collor”³ anuncia um “novo” padrão de governo e um “novo” eixo desenvolvimentista traduzidos sob o referente da modernidade. No seu discurso de posse Collor de Melo assinala: “A palavra de ordem do meu governo é só uma: O Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial”.⁴

Na sua proposta de modernização, Collor ressalta que não eliminará as conquistas empreendidas nos anos 80: “Esta proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de combinar a liberdade política, reconquistada na transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A corrupção cede lugar à competição”.

A proposta de modernização de Collor representa, de alguma forma, a retomada da égide do econômico que predominou nos 70 no Brasil. Da abertura democrática e da ênfase do político nos anos 80 pouco restará, já que a “operação justiceira” contra os “marajás” não deixa de ser subliminarmente uma tentativa de desgaste à classe política e da arena política de modo geral.

Collor é eleito por um partido “novo” sem nenhuma base partidária de representação mais ampla. O PRN é o partido de Collor de Melo; ele é apenas um meio para que o personagem Collor possa ascender. A idéia difundida é que Collor surge de fora “do político”, empreendendo uma ampla ação moralizante.

A modernidade, além da ênfase na integração competitiva do mercado internacional, da moralização administrativa, estrutura-se sob um amplo aparato, também moderno, do uso dos meios de comunicação de massa. O moderno passa a representar sinônimo de novo. “A arrancada inicial de Collor, aliada a sua pose fálica de vencedor de vocação (arrogância e bom mocismo) gerou em torno do candidato uma espécie de efeito Madonna”, como escreveu uma vez André Forastiere. “Para ser estrela do império da “mídia”, só é preciso ter talento e se comportar como estrela, impressionada a mídia se encarregará do resto” (Maria Rita Khell, Folha de São Paulo, Novembro de 1989).

O “Brasil Novo” é vitrine “colorida”, jogo de aparências, apelo consumista onde, nesta “onda”, ninguém vai querer “ficar atrás”. Talvez possamos afirmar que alguns “anteciparam” o Projeto do “Brasil Novo” . Como

³ Logo que Collor de Melo assume a Presidência da República, a Folha de S. Paulo passa a editar um encarte denominado “Era Collor”.

⁴ Discurso de Posse de Fernando Collor de Melo na Presidência da República, em 16/março/1990.

analisaremos no próximo segmento, a “mudança” no Ceará veio já em meados dos anos 80, no discurso de rompimento com o “passado” e da “derrota” dos “coronéis”.

A Modernidade na Política Cearense

Antes do Brasil ingressar na “nova modernidade”, no Ceará, já em 1986, o “projeto das Mudanças” de Tasso Jereissati antecipa a “nova era”.

Um grupo de “novos empresários” reativam o Centro Industrial Cearense – CIC em 1978, no momento da abertura política, diferenciando-se da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC. O seu primeiro presidente, Beni Veras é ex-integrante do PCB e Amarílio Macedo, seu segundo presidente (1980) foi militante da Ação Popular. Já Tasso Jereissati, o seu terceiro Presidente (1981-1982) é filho de um ex-senador pelo PTB, nos anos 60, no Ceará, Carlos Jereissati.

Estes “novos empresários” constituem-se numa base contraditória. Por um lado, a maior parte deles beneficiou-se da política de incentivos fiscais (anos 70) da SUDENE, que constituiu verdadeiras ilhas de prosperidade no Nordeste e, por outro, coloca como um dos objetivos fundamentais do CIC o “pacto contra a pobreza”.

É este grupo que lança para Governador Tasso Jereissati em 1986, sendo acolhido pela legenda do PMDB. Antes de Tasso Jereissati, o Governador Gonzaga Mota, também do PMDB, já havia iniciado a “transição” do tradicional ao moderno; isto quando nos dois últimos anos do seu Governo apóia a eleição de Tancredo Neves e “rompe com os coronéis”. Também antes de Tasso, Maria Luiza é eleita Prefeita de Fortaleza pelo PT, desmontando o “poder dos coronéis” na capital cearense, ainda em 1985. De forma mais concreta, Maria Luiza realizou a primeira ruptura no campo da política tradicional, tendo sido sua vitória indicada como ascendência do movimento popular ao poder.

O “novo” já é o mote da Campanha de Maria Luiza, em 1985, quando a tônica da participação apenas iniciava-se, “governar o novo com o povo”, talvez fosse novo demais. Através da “Prefeitura de Fortaleza”, os Movimentos Populares ganham espaço no plano institucional, ocupando alguns de seus militantes cargos relativos à “ação social”, como também intensificam-se os atos de contestação, greves e ações diretas ao poder municipal.

No plano estadual, também ainda em 1985, houve mudanças fundamentais, pois Gonzaga Mota, governador do Ceará, nos dois últimos anos de seu governo, articula uma aliança com o PCdoB, tendo alguns dos seus principais quadros ocupado postos importantes neste governo. Podemos afirmar que, durante os anos de 1985 e 1986, tivemos em

Fortaleza uma relativa ascendência do movimento popular com Gonzaga Mota no governo do Estado e Maria Luiza na Prefeitura. Tasso Jereissati é apoiado, além do CIC, por Gonzaga Mota que traz consigo o apoio do PC do B.

Para decretar a “morte” definitiva dos coronéis, Tasso Jereissati contrapõe-se ao “arcaico” apresentando como alternativa o “projeto das mudanças”. Logo após sua vitória, uma charge (O Povo – 17.11.86) retrata a luta do “velho” contra o “novo” e, também, de alguma forma a mesma induz que “o velho” gestou “o anjo” das mudanças.



Apesar do apoio inicial do PCdoB e de expressivos setores dos Movimentos Populares, Tasso Jereissati, no início do segundo ano de seu governo, vai realizar uma série de rompimentos:

- a) Rompe com o ex-Governador Gonzaga Mota,
- b) Cerca e limita os espaços de atuação do PCdoB, levando este partido a romper com o governo,
- c) Declara-se independente da “classe política”, isola-se e, em vários momentos, deprecia este segmento, associando-a à corrupção e o clientelismo,
- d) Rompe com o grupo de intelectuais do “Pró-Mudanças”, que o ajudaram na elaboração das diretrizes iniciais do projeto mudancista,
- e) Finalmente, rompe com setores do seu próprio partido, quando lança em 1988, Ciro Gomes, contra a vontade dos “históricos” (do PMDB), à Prefeitura de Fortaleza.

A “comunicação” do governo e seus espaços de “atuação”, segundo ele próprio, vai concentrar-se nos Movimentos Populares, nas “ações comunitárias”. *“O Governo atuará no sentido de estimular a emergência, o*

fortalecimento e a consolidação de forças políticas novas, afinadas e comprometidas com os princípios e diretrizes que norteiam a ação governamental” (PLANO DE MUDANÇAS, 1987 : 35).

Tasso vai pouco a pouco se desligando das esferas políticas organizadas, tanto partidárias quanto em nível da sociedade civil e articula “forças novas” segundo ele, que sejam incondicionalmente “comprometidas” com suas ações governamentais. A partir de tais critérios, “O Governo das Mudanças” fará uma opção pelo “campo popular” que “responder” aos seus apelos, por um modo de participação do “popular”, segundo critérios previamente estabelecidos a partir do grau “de comprometimento destes ao Governo do Estado”. A relação com os Movimentos Populares é destacada como ação meramente administrativa onde “a política social com o governo adota o principio de que, sem cidadãos efetivamente participantes e instituições civis fortes e atuantes, não serão asseguradas as mudanças necessárias à erradicação da miséria”. (GOVERNO DO CEARÁ, 1987:89).

A burocracia empresarial vai ocupando o lugar da “política” e a modernidade do grupo do CIC constituir-se-á num amálgama entre o desenvolvimentismo “arcaico” e o populismo progressista, numa síntese entre “passado” e “futuro”.

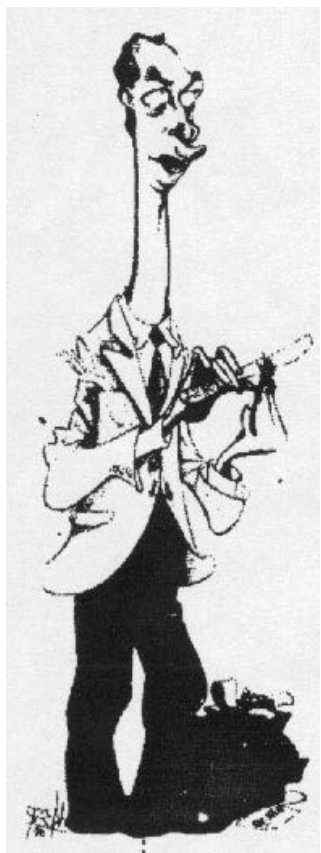
A gestão do “Governo das Mudanças” vai constituindo novas redes de poder, onde a participação e democracia têm um valor meramente instrumental.

De certa forma, mantidas as devidas diferenças, a modernidade do grupo do CIC guarda algumas semelhanças com o projeto original de modernidade de Collor de Melo.

1. Centralização e isolamento da figura do Governo em relação à classe política (partidos e entidades civis organizadas).
2. Visão empresarial de administração, onde a eficiência e a competência gerencial balizam o modo de governar.
3. O uso abusivo da “mídia eletrônica” na construção de imagens políticas “consumíveis” pelo mercado eleitoral.
4. Deslocamento entre a figura do governante e o governo, podendo, em determinadas situações, quando avaliada, a figura do governante, alcançar altos índices de aceitação, ao contrário da avaliação da sua gestão.

Acreditamos que estas comparações são bastantes generalizantes, porém devemos considerá-las apenas como “cenário” para adentrarmos na trama central da investigação.

O Personagem CIRO GOMES



Ciro Gomes é um homem profundamente afinado com o seu tempo. Nasceu em São Paulo (1957) mas é considerado Sobralense.

Seu pai, José Euclides Ferreira Gomes, é um dos mais expressivos representantes da oligarquia “Ferreira Gomes”, que em Sobral, exerce domínio político há quase cem anos.

Sua mãe, Maria José Santos Ferreira Gomes, é paulista, cantora lírica e emprestava a sua voz de soprano às Igrejas de Pindamonhangaba em São Paulo, onde morava até conhecer Euclides.

“Com 15 anos”, e sem conhecer ainda Fortaleza, Giro passou um mês em Portugal com passagens e estadias pagas pelo governo como prêmio para uma monografia sobre a vida, obra de Camões. (O Povo – 03/07/90).

Ciro herdou de seu pai o gosto pela política, de sua mãe a inclinação pela leitura, pela música e pela cultura de uma forma geral (O Povo – 03/07/90).

Enquanto acadêmico na Faculdade de Direito (Universidade Federal do Ceará) Giro Gomes incorporou-se ao movimento estudantil e integrou-se à facção considerada “de direita”,

do movimento. Nas eleições para a UNE, no período de sua reconstrução em 1979, Giro candidata-se a Vice-Presidente na chapa “Maioria” em oposição à chapa eleita “Caminhando” cujo Presidente foi Ruy César.

Ciro Gomes reage às críticas quanto às suas posições “de direita” e justifica-se: “isso de ser chamado, por alguns, por filhote da ditadura: me traz constrangimentos, porque se trata de algo que eu de fato não sou. Prefiro ser f.d.p o que eu sou ? eu sou pós-ditadura, isso é o problema. Não sou herói da resistência, nunca fui, a ditadura para mim é notícia”. (O Povo – 06/01/91).

Mesmo afirmando não ser de direita, quando graduado em 1979, Giro Gomes foi assessor de seu pai, então prefeito pelo PDS em Sobral.

Em 1982 é eleito pelo PDS Deputado Estadual e explica-se da seguinte forma: “acabei Deputado Estadual sem querer, inclusive a força de uma certa violência pessoal, porque meu pai era prefeito, sua sucessão estava em marcha e eu seria obrigado – para não entrar em antagonismo com ele

– a ficar no partido que não era o que eu desejava e era contra tudo que eu vinha militando no movimento estudantil”. (O Povo – 06/01/91).

Em 1986, Ciro Gomes é novamente eleito Deputado, desta vez pelo PMDB, seguindo o ex-governador Gonzaga Mota e integrando o grupo político de Tasso Jereissati, escolhido neste mesmo pleito Governador do Ceará.

Nos dois primeiros anos de seu mandato, Ciro Gomes é indicado líder do Governo na Assembléia e numa entrevista ele declara que defender o “Governo das Mudanças” não tem sido uma tarefa fácil, “mas as finalidades das propostas” de Tasso o fascinam (O Povo – 20/09/87).

Em 1988, Ciro Gomes é lançado em Fortaleza candidato a prefeito pelo PMDB, em circunstâncias adversas, porém seu mapa astrológico publicado em agosto, faz boas previsões.

“Aparentemente Ciro Gomes é uma pessoa tranqüila mas será certamente um adversário forte o que será de grande valia. Tem energia suficiente capaz de superar adversidades. Com certeza, em face de algumas posições planetárias o candidato do PMDB receberá muitos apoios velados(...) Aparentemente é revolucionário mas na realidade é reformista. Meios de comunicação em massa poderão auxiliar na sua trajetória”. (O Diário do Nordeste – 08/08/88).

E a “Profecia” realizou-se com a eleição de Ciro Gomes a Prefeito de Fortaleza em novembro de 1988.

Campanha Ciro Gomes: “É Tempo de Amar Fortaleza”

Como foi mencionado Ciro Gomes, eleito em 1986 Deputado pelo PMDB, é líder do Governo na Assembléia Legislativa, durante o ano de 1987 e 1988. De alguma forma o desgaste de Tasso Jereissati com a “classe política”, com os movimentos populares organizados, servidores públicos e a imprensa é transferido para Ciro Gomes, já que ele próprio se denomina “líder fiel das mudanças” e “recruta do Governador”.

A primeira pesquisa de opinião, realizada em julho de 88, aponta na preferência espontânea, Ciro Gomes no 8º lugar, com 0,9%. Quando a consulta é estimulada, Ciro permanece em 8º lugar, porém com apenas 0,6%. Concorre com Ciro Gomes, o radialista Edson Silva⁵, pela coligação Frente Democrática (PDT e PCdoB), o médico Mário Mamede, pela “Frente Progressista” (PT, PCB, PV), o pastor Gidel Dantas na coligação “Trabalhando com Fortaleza (PFL, PDC) e o General Torres de Melo, pela

⁵ Edson Silva obteve nas eleições de 86 à Assembléia Legislativa o segundo lugar em Fortaleza, com 16.398 votos.

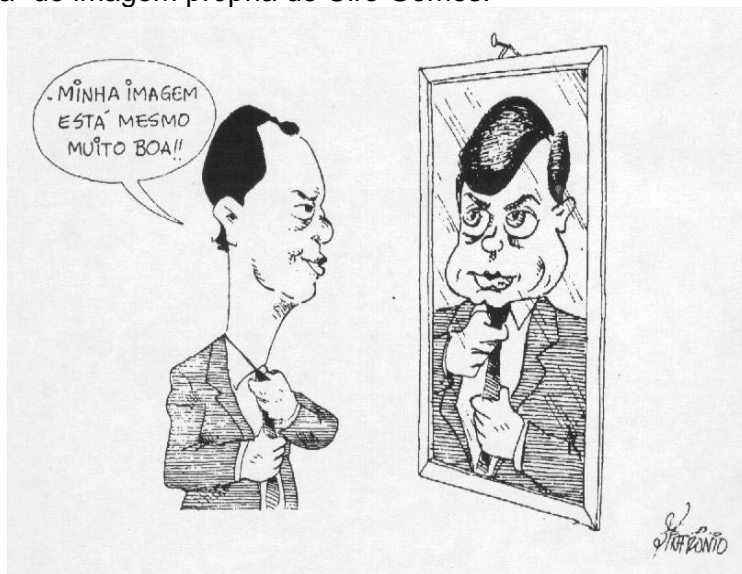
coligação “Aliança para a Dignidade” (PDS, PMN), dentre outros candidatos de menor destaque.

O grande concorrente de Ciro Gomes é Edson Silva que, nesta primeira pesquisa de julho, já se apresentava com um percentual de 10,5%, estando o candidato da coligação Frente Progressista Mário Mamede, em melhor condição que Ciro, com 3,2% (O Povo – 09/07/88).

Podemos atribuir os baixos índices de Ciro Gomes a dois aspectos:

1. Ciro Gomes obteve em 1986, quando se elegeu Deputado Estadual, mais de 50% dos seus votos em Sobral, cidade onde era registrado o seu domicílio eleitoral, obtendo em Fortaleza menos de 25% de sua votação total, com apenas 3.652 votos.
2. O desgaste que sofre Ciro enquanto líder do Governo na Assembléia Legislativa.

A possibilidade de “salvar” e “construir” a imagem Ciro Gomes vai ocorrer num “jogo de espelhos”, onde em toda campanha é veiculado: CIRO É TASSO. O que vemos talvez não seja uma superposição de imagens, pois Ciro não deixa também de representar a fase negativa da imagem de Tasso. Ciro configura na Assembléia Legislativa o “lado político” de Tasso e por isso mesmo, a dificuldade evidente do tratamento político da administração. Ciro não é Ciro em nenhum momento, nem quando corporifica a “negatividade” que Tasso atribui ao político, nem quando é associado à imagem de Tasso como o grande gestor das mudanças no Ceará. Durante a campanha, várias charges vão fazer alusão a esta “ausência” de imagem própria de Ciro Gomes.



Outras dificuldades vão se apresentar à candidatura de **Ciro Gomes**, dentre elas o seu domicílio eleitoral, pois quando decidiu entrar no prélio à Prefeitura de Fortaleza, estava registrado em Sobral.

Ciro requereu transferência do seu título em 12.05.1988, de Sobral para Fortaleza; o despacho ocorreu em 18.05, porém apenas chegou para ser processado (SERPRO) em 1º de junho. **Ciro** enviou fora de prazo seu pedido de transferência, e o fez inclusive sendo acusado de falsidade ideológica, pois forneceu o endereço de uma residência que nunca morou na cidade de Fortaleza. Em 29.08, o TRE aprovou a resolução 47/48 convertendo em diligência os pedidos cujos documentos foram encaminhados para processamento no período de 1º de julho a 06 de agosto de 1988. A legislação eleitoral em vigor, antes da constituição de 1988 (que fixa o prazo de transferência de domicílio eleitoral para apenas quatro meses), estabelecia o prazo mínimo de um ano para a transferência de domicílio. No caso de **Ciro Gomes**, estavam incluídos mais de 100 mil eleitores no Ceará, que por determinação do próprio TSE não tiveram entregues seus títulos. O SERPRO emitiu no dia 29/09 a relação dos eleitores em diligência, em que figurava o nome de **Ciro Gomes**. Ainda em 19.10.1988, o jornal *O Povo* estampava em sua primeira página a seguinte manchete: **JUIZ AFIRMA NÃO TER CONDIÇÕES DE DESBLOQUEAR O TÍTULO DE CIRO GOMES**. “O TSE acata o pedido de registro da candidatura de **Ciro**. O TSE foi informado pelo TRE da existência de tal recurso, mas considerou que o pedido de transferência de **Ciro Gomes** chegou ao Tribunal a 12 de maio e só estavam transformados em diligência aqueles pedidos feitos a partir de 1º de junho” (*O Povo* 17.10.88).

O registro, apesar de concedido, provocou várias reações dentre elas do juiz representante do TRE junto ao SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados).

“Para esta situação ser alterada, teria que haver um entendimento com o corpo técnico do SERPRO para reexaminar o assunto. Ainda assim seria uma alternativa bastante delicada de ser implantada, vez que as listagens dos eleitores cearenses já estão concluídas e distribuídas nas diversas zonas do estado” (*Tribuna do Ceará*, 19.10.88).

O caso da Prefeitura de Fortaleza, onde é eleito um prefeito com domicílio eleitoral “estabelecido” em outro município, assume total visibilidade de prática, nada moderna, do que se pode considerar como corrupção eleitoral.

Surge, durante a campanha de **Ciro** à Prefeitura de Fortaleza, um outro processo de “corrupção eleitoral”. Em 1982, sendo candidato a Deputado Estadual, **Ciro** teria comprado material de construção à firma “**Atualpa Parente**” para “doar” em sua campanha, não efetuando o pagamento.

Ciro Gomes reunia todos os “ingredientes” para uma derrota eleitoral:

- a. Não podia candidatar-se por impedimento legal, depois “contornado”,
- b. Estava sendo processado por corrupção eleitoral,
- c. Não tinha uma boa aceitação do eleitorado, tendo em vista os baixos índices sinalizados nas primeiras pesquisas,
- d. Não era um nome conhecido pelos eleitores de Fortaleza.

A “grande modernidade” que vai ocorrer no Ceará é o uso eficiente dos meios de comunicação, onde um candidato com os limites postos acima, consegue a proeza de eleger-se prefeito de Fortaleza (não deixa de ser desconhecido, nessa análise, as qualidades de comunicador do candidato).

O uso “moderno” da mídia faz com que pesquisas de opinião, quase que diárias, durante a campanha, sinalizem o que e como os discursos devem “dizer”, que forma eles devem tomar, que gestos eles devem “desenhar”.

Para a candidatura de Tasso Jereissati, os programas de televisão, iniciados em 29/09, revelaram-se instrumentos eficazes para a reversão gradual do desfavorecimento ao seu nome. A “Coligação das Mudanças” (PMDB-PTB) teve o seu tempo calculado em 30 minutos e 55 segundos, a coligação “Frente Democrática” (PDT - PCdoB) obteve apenas 6 minutos e 23 segundos.

A empresa de publicidade “Diana”, responsável pela campanha de Tasso Jereissati a Governador, é recontratada na campanha de Tasso Jereissati, o que provoca na Assembléia Legislativa uma onda de denúncias no que se refere aos custos altos desta empresa (informa-se que a referida empresa foi rejeitada por Maluf por considerá-la muito cara)⁶.

Outros “abusos de poder econômico”, relacionados à compra de 300 mil camisetas de uma indústria do Paraná a serem distribuídas na campanha, ou ainda, a contratação temporária de moças e rapazes, a CR\$ 6 mil cruzados por semana, para a distribuição de folhetos, também são denunciadas⁷.

Além da campanha publicitária, o apoio efetivo de Tasso Jereissati foi fundamental na campanha de Tasso Jereissati. O apoio de Tasso à candidatura de Tasso expressa-se em depoimentos nos jornais, em “outdoors”, e na sua presença intensiva em todos os momentos da campanha. Num dos primeiros comícios de campanha, Tasso declarou sobre Tasso Jereissati: “As mudanças levadas ao interior do Estado logo chegarão a

⁶ O Povo, 21.10.88.

⁷ O Povo, 24.10.88 e Tribuna do Ceará, 21.10.88

Fortaleza, daí a escolha de *Ciro Gomes*, um nome que reúne todas as qualidades para ser um grande prefeito”⁸

A campanha de *Ciro Gomes* realiza-se ora polarizando com o candidato *Edson da Silva*, e procurando indicar suas diferenças, ora com a prefeita *Maria Luiza*. Vale ressaltar que tanto *Maria Luiza* como *Edson Silva* tinham em comum o fato de situarem-se, os dois, dentro do campo progressista e serem contracenantes do “Meio Popular”, muito embora existissem, entre os mesmos, diferenças expressivas. Uma das palavras de ordem da campanha de *Edson Silva* era “O POVO NA CABEÇA”. Devido à sua popularidade nos programas de Rádio, sua imagem constituiu-se na identificação com os problemas do povo, onde era correntemente afirmado em seu material de campanha: “Quem conhece os problemas do povo sofrido é quem já os viveu”.

Em um debate realizado pelo Sindicato dos Jornalistas com os candidatos a Prefeito sobre Socialismo, um comentarista político avaliou que “*Ciro Gomes* procurou colocar-se no campo progressista – embora cortejando a esquerda, procurou desideologizar o debate enfatizando o discurso da modernidade e da eficiência”⁹.

A campanha de *Ciro Gomes* à Prefeitura vai se desenvolvendo em oposições sistemáticas:

1. Entre o “Popular”, representado por *Maria Luiza* e *Edson Silva*, e o “Moderno”, configurado no “Governo das Mudanças”.
2. Entre o “Tradicional” desenvolvimentismo dos “Coronéis” e o modelo da gestão eficiente, burocratizada e moralizadora da “coisa pública” de *Tasso Jereissati*.
3. Em nível das representações simbólicas, uma construção do “**amor masculino (“é tempo de amar Fortaleza”)**”, sobre a imagem “feminina” de *Maria Luiza* e da própria cidade de Fortaleza, num contraponto da ordem versus caos, da força versus fragilidade.

O discurso moderno de *Ciro Gomes*, embora construa-se sob tais confrontos, atribui exclusivamente a si próprio a autoria do Projeto Político e fala em nome de todos, mesmo daqueles a quem “exclui”.

Sabemos que a estratégia da modernização não é uma decisão técnica neutra, mas o que é recorrente na retórica da modernização é a falácia do bem-estar material generalizado. Aliada à idéia da competência administrativa e do emprego sistemático de métodos racionais, difunde-se como outro requisito da modernidade, a idéia de novo. O novo significa sobretudo uma ruptura com práticas políticas indicadas como arcaicas,

⁸ Tribuna do Ceará, 29.08.88

⁹ O Povo – 14.08.88.

realizando-se de forma mais intensa no plano da satisfação simbólica, nos mecanismos de representação da imagem, onde dificilmente se diferencia entre o real e o imaginário. Talvez a imagem projetada hoje seja mais fácil de olhar que aquela que transcorre no real, menos dinâmica, menos colorida e mais insólita¹⁰.

O que é mais intrigante é que no nosso modernismo, e esse é o seu caráter original, todas as novidades se dão por igualmente novas(...) mas, são afetadas por um mesmo coeficiente de incertezas e acasos. (Lefebvre, 1972). Os recursos de propaganda tornam-se, nos parâmetros da modernização, um microcosmo de ilusões. As campanhas efetuam-se com um forte apelo emocional: na campanha de Ciro Gomes os palanques mais se assemelhavam a grandes cenários da “Ilha da Fantasia”, onde no final de cada comício todos eram convidados a entoar o Hino Nacional num grande apelo à ordem, civilidade e à idéia de unidade-nação e a rezar sob a penumbra, a oração de São Francisco.

É o espetáculo dos altos palanques onde o candidato “ascende” sob um jogo de claro/escuro como um personagem que a luz vai revelando transcendência, onde a fala é anunciadora de novos tempos. O fundo musical dociliza sua imagem, de tal forma que os espectadores o identificam musicalmente: “guerreiros são pessoas são fortes, são frágeis, guerreiros são meninos no fundo do peito” (música cantada por Fagner nos comícios da “Coligação das Mudanças”).

Quanto à idéia de novo, Maria Luiza, como já foi mencionado, teve como lema de sua campanha à Prefeitura: “Construir o novo com o Povo” que Barreira (1991) identifica como o “popular da política”.

“O novo, neste caso, tem como significado a idéia de que a novidade da Prefeitura Popular é de trazer à cena política ao nível de participação e decisões, o personagem povo. O nosso projeto era colocar a máquina não só em benefício do coletivo, mas também favorecer as lutas populares (citada por Barreira, 1991:22 – Entrevista concedida em 01.08.1991).

O contraponto ao “popular-novo”, que Ciro vai projetar, é a idéia de ordem frente à “desorganização do governo popular”. Em um debate que participou com os outros candidatos (em 13.08.88), Ciro afirma que Fortaleza tem uma dinâmica própria de se organizar, procurando colocar-se no plano progressista e enfatizando o discurso da modernidade e eficiência administrativa.

¹⁰ Em um grande espetáculo transcorrido no aterro do Flamengo, como evento do “Fórum Global 92”, um grande telão foi exibido, reproduzindo um grande show que acontecia no anfiteatro com a presença de um número reduzido de pessoas. Havia uma grande proximidade entre os artistas e o público, mas pude verificar que a grande maioria das pessoas lançava o seu olhar para a grande “tela ao vivo”.

Um dos candidatos a Prefeito de Fortaleza em 88, o General de reserva Torres de Melo – tipo de perfil ideológico bem demarcado, de um discurso com nítido conteúdo de “direita”- declara no jornal: **“o problema de Fortaleza é a falta de alguém sentar e botar ordem na prefeitura”**¹¹. Este candidato de alguma forma expressa o seu desejo de uma lei restauradora da ordem.

Foi Tasso Jereissati quem detonou o mote da campanha declarando (08.88) que **Ciro Gomes**, em 90 dias como prefeito, mudaria a face da cidade deixando-a limpa e bem cuidada. **Ciro**, no debate promovido pela FACIC (09.88), declara que **“pensar Fortaleza é tomar o tempo de atraso”** e que irá **“tapar os buracos de Fortaleza em 90 dias”**.

A imagem de **Ciro Gomes** vai sendo construída em oposição à idéia do novo criada por **Maria Luiza** e também visa subliminarmente demonstrar que nem sempre é o **“homem que devasta e violenta a cidade”**.

É interessante observar que, no interior dos debates veiculados na imprensa, nos programas de rádio, esse imaginário sobre o feminino vai estar presente, tanto no sentido de uma valorização de características emancipatórias, como numa visão que associa essa condição a noções de **“governabilidade”** (Barreira, 1991: 25). Um outro candidato à prefeitura de Fortaleza, **Pedro Gurjão**, diz o que sente em relação a Fortaleza: **“É o reclamo mais urgente para Fortaleza ser salva, a loura desposada do sol, hoje é uma amante triste, abandonada, largada na sarjeta. É preciso que nós tomemos nos braços essa mulher para recuperar sua dignidade”** (O Povo, 28.08.88).

Evoca-se, na representação política local, a figura de um salvador que venha devolver a ordem, restabelecer a moral, tirar Fortaleza da **“vida”** e, ao **“desposá-la”**, restabelecer a **“instituição”**. A imagem moderna de **Ciro Gomes** foi construída sobre três referentes fundamentais: competência, ordem e moral. Há porém, algo mais complexo, pois observa-se semelhanças destes referentes com aqueles relativos ao governo dos **“coronéis”**, onde a competência, a ordem e a moral eram também palavras de **“ordem”**. Havia, nesta perspectiva de constituição da imagem moderna de **Ciro Gomes**, uma dupla tarefa:

a. Diferenciar-se da gestão de **Maria Luiza** no que se refere à **“desordem administrativa”** e à moral da mulher descasada que se fazia acompanhar de seus dois ex-maridos, ferindo os costumes e o conservadorismo da sociedade cearense;

b. Destacar sua diferença do governo dos **“coronéis”**, onde a **“moral conservadora”** permitia práticas clientelistas e uso arbitrário do poder.

¹¹ O Povo, 10.08.88 – Em algumas declarações esse candidato afirmava: **“Fortaleza precisa é de macho”**.

No governo de Maria Luiza, o “popular” é o centro do seu discurso, já no governo dos coronéis o maior apelo é dado à ordem e ao desenvolvimento. A modernidade cearense tentou se constituir como a síntese entre o popular e apelo desenvolvimentista e ainda entre a “força dos coronéis” e a “fragilidade da Prefeita”.

Na campanha de Ciro Gomes à Prefeitura – “É tempo de Amar Fortaleza” – ele anuncia a novidade de sua proposta em relação à anterior – “Fortaleza da Gente”. Embora Maria Luiza tenha tentado simbolizar o “novo” na sua campanha e na sua gestão na Prefeitura de Fortaleza, Ciro Gomes sinaliza que o “desamor” e o “abandono” a que foi relegada Fortaleza expressam que agora sim, “é tempo de amar Fortaleza”. “Fortaleza da gente”¹², tinha como significante, a idéia de um governo participativo e, de certa forma, do cuidado e do usufruto coletivo da cidade, numa perspectiva democrática. Ciro constitui-se imaginariamente não como o “amor coletivo” mas sim como aquele “amor exclusivo”, de um só “amante”, protetor e forte “na sua Fortaleza”.

A forma de relação do “Governo das Mudanças” com os movimentos sociais vem expressar esse caráter personalista, concentrador e “exclusivo” do poder e do “amor” de Ciro Gomes. Um editorial de “O Povo”(13.09.88), colocando Tasso e Ciro como pós-modernos, assinala que o CAMBEBÁ possui uma intimidade com a publicidade e um tipo de marketing político, que, ao invés de complementar e estimular a participação política na sociedade, procura substituí-la. O Plano de Mudanças do Governo Tasso Jereissati já assinalava o seu propósito de “organizar os Movimentos Populares”¹³.

Essa “intimidade” com a publicidade gera, também, na “relação do amor com Fortaleza”, uma grande aproximação do “Governo das Mudanças” com os Movimentos Populares. O controle que esse governo realiza em todos os movimentos com suas associações, lideranças e reivindicações por bairros, onde, a partir daí, ele “seleciona” com que associações estabelecerá esta “íntima relação”; é uma forma de disciplinar impulsos mais “anárquicos” dos movimentos. O “caos” da gestão Maria Luiza, tão propagado pelos seus adversários, foi substituído pela “boa intenção” de transformar Fortaleza em uma “dama recatada” e uma “amante passiva”.

Essa “engenhosa” modernização, com ênfase na democracia e na participação popular constituem o caráter ambíguo da modernidade cearense.

¹² Lema da gestão de Maria Luiza na Prefeitura.

¹³ O Povo, 06.01.1991

A “intimidade” do Governo com os movimentos sociais, onde a escuta direta é estabelecida em parâmetros oficiais, não deixa nada velado, sendo traduzida como democracia e “diálogo direto” com o povo.

A linguagem política da modernidade cearense é entrecortada pelo duplo sentido ou por palavras que não dizem algo novo, mas que “respondem” a determinadas expectativas previamente auscultadas. Esta “linguagem moderna” vai se construir num sistema de sinais-respostas, onde reduzida a troca simbólica, de significantes no discurso, ela sofre um “déficit” de seu potencial dialógico. Ciro Gomes tem essa convicção da importância da palavra: “Eu tenho a clara noção de que a palavra é um instrumento de poder. O poder real se compõe de várias coisas que são mal compreendidas por pessoas mal compreendidas. Informação é um instrumento de mérito”¹⁴.

A linguagem competente é colocada como instrumento “de mérito”, restrito ao campo daqueles que compreendem o valor da informação. A informação é também formadora de opinião e, em assim sendo, ela forma e informa num circuito interminável. Neste sentido, o maior opositor de Ciro Gomes na campanha à prefeitura, Edson Silva, embora tenha disputado nos últimos momentos, voto a voto, a Prefeitura de Fortaleza, não representou a “outra proposta”, a alternativa à “prefeitura” e ao “governo”. Edson Silva era popular não pelos canais de imagem eletrônica, mas pela comunicação “arcaica”, do rádio. Ciro representava o uso moderno da mídia, dos efeitos especiais da linguagem cifrada, do duplo sentido, do mundo idílico dos heróis com poderes inimagináveis; Edson a comunicação direta, “crua”, da cultura do povo cearense, do homem que “conhece os problemas do povo sofrido, porque já os viveu”, alguém que se colocou inteiramente como povo, num espetaculoso apelo popular.

Venceu a identificação com o diferente, o desejo projetado no homem que fala bonito, que diz que vai mudar Fortaleza e que jura amá-la com reverência e respeito. Poderíamos até mesmo afirmar que essa vitória pode ser colocada entre aspas. Ciro Gomes obteve apenas 25,79% dos votos, contra 25,05% dos votos alcançados por Edson Silva.

Houve algumas tentativas de retirada da candidatura da Frente Progressista (articulada pelo movimento “CAMBEBA NÃO”) em favor de Edson Silva, não tendo se viabilizado por resistências internas no Partido dos Trabalhadores.

A Coligação das Mudanças obteve 179.274, a Frente Democrática (Edson Silva) obteve 173.957 votos, enquanto a Frente Progressista obteve 33.768 votos, o que indica que sua desistência poderia assegurar a vitória de Edson Silva.

¹⁴ O Povo, 06.01.1991

Porém, mesmo **Ciro Gomes** eleito, **Ciro** ainda é **Tasso**. Quanto à vitória de **Ciro Gomes** os observadores políticos comentam:

SINFRÔNIO



O Presidente do PT à época afirmou que “**Ciro** governará sabendo que 1/3 da população o apoiou e 2/3 votaram contra ele (...) A vitória de **Ciro** foi a vitória do poder econômico da máquina do governo estadual favorecida pela dispersão das oposições”¹⁵.

“**Tasso** transformou o pleito num julgamento do seu governo”(…), além de ter um prefeito rejeitado pela esmagadora maioria da cidade. **Tasso** perdeu a maioria que seu prefeito tinha na Câmara Municipal (...), Introduziu novos e condenáveis vícios, além dos métodos aliciatórios e os expedientes operatórios que antes condenara com tanta veemência ao coronelismo, mistificação eletrônica e propaganda cripto-facista”¹⁶.

Propagou-se em Fortaleza a idéia de que **Edson Silva** teria feito um acordo com o “**Cambeba**”¹⁷, no sentido de conseguir apoio para sua eleição a deputado federal em 1990; pois a pequena margem de diferença(5.137) votos, levantou suspeitas de fraude eleitoral. Se durante a campanha, o movimento “**Cambeba não**” recebeu ofensivamente do grupo político de **Tasso/Ciro** a resposta “**Cambeba Sim, Cambada Não**”¹⁶, nas eleições de 1990 a coligação PDT – PSDB espalhou por Fortaleza inúmeros cartazes do candidato a Senador – **Beni Veras**, ao lado de **Edson Silva**, que efetivamente se elegeu à Câmara Federal.

¹⁵ JD – 22/11/88

¹⁶ O Povo – 23/11/88

¹⁷ **Cambeba** é a sede do governo. Forma que o governo e seu grupo fazem alusão à sua sede.

Como tudo é “ambíguo” no “ser moderno”, o candidato a prefeito é “domiciliado” em outro município, sua declaração de bens consta apenas um Volkswagem/1986, 140 reses, uma linha telefônica e 600 mil cruzados em caderneta e realiza uma campanha faraônica¹⁸; não é de se estranhar que após sua vitória o mesmo coloque uma visão contrária àquela divulgada sobre a situação de Fortaleza:

“Eu acredito que boa parte desta visão de deterioração da cidade é subjetiva. Acho que estamos frustrados, magoados, machucados, oprimidos, maltratados, angustiados e muita coisa é comum no Brasil inteiro”. O lixo tá na rua, o buraco tá na rua, mas o sol é o mesmo...” (O Povo . Nov.1988)

A tentativa de “tapar” todos os buracos de Fortaleza em 90 dias é para Ciro Gomes uma tarefa política grandiosa, que o revelaria como grande “fomentador” da modernização de Fortaleza. Não haveria modernização com “buracos”. Tasso, ao ser eleito governador, também prometeu cumprir sua promessa de campanha “erradicar a miséria absoluta”. Ciro e Tasso, como Fausto (Goethe), na *Ilíada* da modernidade, pretenderam mover e remover o próprio mundo, gerenciar e administrar até mesmo o que não é governo, substituir o ritmo próprio do acontecer social:

“Tanta energia propositalmente desatrelada: Isso desafia o meu espírito para além de tudo o que já vi. Aqui, sim, eu lutaria para a tudo isso subjugar”. (Fausto 10.218:21, citado por Berman, 1987)

Resta-nos indagar se a modernização que também alcança os movimentos sociais não recriaria uma terra vazia, sem sombras e nem eco de vozes insatisfeitas. Onde a falta dos “incluídos” é emitida pelos personagens da mudança.

Embora a modernidade traduza-se sempre como um projeto concreto, onde a burocracia administrativa é de alguma forma o “lugar de ninguém”, o que raramente seus discursos explicitam é a gradual transformação dos sujeitos políticos em espectadores da era moderna. Talvez a modernidade represente um esforço de contenção do potencial emancipatório das “palavras vivas” e “ações vividas” (Arendt, 1987) experimentadas pelos movimentos sociais na década de 80.

Lefebvre(1972:221) percebe a modernidade imersa numa grande crise de linguagem. A linguagem na era moderna produz verborragia, priva o homem dos seus símbolos, gera descomunicação e solidão individual, juntamente com a reunião de multidões ou massas, nas cidades gigantescas, nas empresas colossais, nos partidos.

¹⁸ O Povo, 31.07.88 – Tentava este movimento galvanizar todas as forças de esquerda progressista no Ceará.

Nos anos 80, o verbo foi ação, contou histórias de lutas, identificou personagens, reconheceu-se coletivamente; talvez a “década perdida” tenha alertado os propulsores de desenvolvimento para a necessidade de “retomar o bonde da história”. A modernidade da democracia instrumental, já que não podia gerar retrocessos, coibir os avanços políticos alcançados na década passada, decidiu então institucionalizá-los. Aprendeu a “linguagem das lutas comunitárias”, “acolheu” as lideranças comunitárias, e passou a movimentar-se com desenvoltura no terreno dos movimentos sociais.

A modernidade é uma forma de falar em nome de todos, unificar territórios (o “Terceiro Mundo” ao “Primeiro Mundo”), tentar decretar o mais profundo e refinado silêncio (refinado por ser um silêncio povoado de vozes). A “nova modernidade” no Ceará vem a significar o esforço de controlar o imprevisível no movimento social, de instituí-los no campo da ação racional desenvolvimentista, de forma que o “político” esteja sempre combinado, e se possível submetido, ao “nobre” esforço dos “novos empresários” em seguir o livre curso, planejado, da ordem e do progresso.

CIRO GOMES: HÁ ALGO DE NOVO. MODERNIDADE?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROSA, Susana. E por falar em pós-modernidade somos modernos?. Encontro anual da ANPOCS, out 1988.
- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense 1987.
- BARREIRA, Irllys. Construir o novo com o povo – conflitos políticos e simbólicos em torno de uma “utopia prática”. Caxambu, XV encontro anual da AMPOCS, out. 1991.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. (A aventura de modernidade) São Paulo, companhia das lutas, 1989.
- BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa. Difel, 1989.
- FREIRE, Aldenor Nunes. Eleições estaduais de 86. Fortaleza-Ceará.
- FREIRE, Aldenor Nunes . Eleições municipais de 88. Fortaleza-Ceará.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro, par, terra, 1972.
- LECHENER, Nobert. “A modernização e a modernidade são compatíveis? (o desafio de democracia na América Latina) in *Lua Nova*. n° 21. São Paulo, out 90.
- WEFFORT Francisco. A América errada. in *Lua Nova* (revista de cultura e política) São Paulo, n° 21, out 1990.

WEFFORT, Francisco. "Certezas de transição, na América Latina" in *Lua Nova*, nº 16, São Paulo, março 80.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. PLANO DE MUDANÇAS. Governo Tasso Jereissati : 1987-1990, Fortaleza, IOCE, 1987.

Outras Fontes

Jornal O Povo – pesquisa diária, dos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro de 1988.

Jornal O Diário do Nordeste - pesquisa diária, dos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro de 1988.

AGROECOLOGIA - RESGATE DA FORÇA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS E A EXPERIÊNCIA DA IGREJA

José Cordeiro de Oliveira¹

Este trabalho é parte de um estudo monográfico defendido no Curso de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (UFC), com enfoque interdisciplinar.² O recorte dado para efeito de elaboração deste capítulo procura ressaltar a relação de movimentos sociais rurais com o início da discussão sobre agricultura ecológica no Estado do Ceará. Os espaços abertos pela Arquidiocese de Fortaleza nas décadas de 70-80 para técnicos e trabalhadores, o cenário das iniciativas de convivência com a seca, a experiência de cidadania construída pelos próprios trabalhadores rurais e o papel das Organizações Não-Governamentais-ONGs no contexto da época, apontam para aspectos importantes a serem considerados, quer na proposição de novos estudos, quer no aprofundamento das discussões atuais acerca da agroecologia e suas relações com o Estado e a sociedade.

1. A agroecologia no Ceará

A formulação da proposta de “agricultura ecológica”, com a denominação de “agricultura alternativa” – por sua vez embutida nas Tecnologias Alternativas -, chega ao Ceará, em maio de 1983. Quem trouxe essa proposta de forma articulada foi o ex-exilado político Jean Marc von der Weid.

Jean Marc von der Weid assumiu papel decisivo na formulação e difusão das Tecnologias Alternativas-TA no Brasil e, de modo particular, no Ceará, promovendo as condições de acesso e articulação de Organizações Não-Governamentais-ONGs e movimentos populares em geral.

Jean Marc von der Weid, carioca, havia sido presidente da União Nacional dos Estudantes-UNE, em 1969. Banido do Brasil pela ditadura militar, foi mandado para o Chile, onde esteve até o momento do golpe militar daquele País. Em seguida, fixa residência na França, regressando ao Brasil em setembro de 1979, com a anistia. Recém-chegado da Europa,

¹ Especialista em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável pela UFC, é sociólogo e mestre em Educação, exercendo atualmente as funções de diretor de educação ambiental do Centro de Aprendizado Agroecológico-CAA e de professor universitário.

² Curso realizado no período de agosto de 1997 a fevereiro de 1999.

uma de suas primeiras viagens pelo interior do Brasil foi ao Ceará. A nova proposta configurava-se no Projeto de Tecnologias Alternativas-PTA.

Em Fortaleza, Jean Marc von der Weid entrou em contato com a Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais-EACR, da Arquidiocese de Fortaleza. A EACR, ex-Movimento de Educação de Base-MEB, recebeu de Jean Marc a proposta de coordenar a implementação do PTA no Estado do Ceará. A proposta trazida por Jean Marc encontrou no Ceará um cenário fértil e o caminho enveredado pela EACR refletiu esse momento. Embora a EACR não tenha aceito a proposta por causa do acúmulo de trabalho decorrente dos convênios que executava em diversos Municípios, as reuniões com Jean Marc possibilitaram abertura de horizontes. Isto é ressaltado pela atual coordenadora do Centro de Aprendizado Agroecológico-CAA, socióloga Maria do Carmo da Costa Oliveira,³ na época, membro da EACR:

A EACR discutiu e não aceitou porque já acompanhava um trabalho em vários Municípios, onde tinha vários convênios. Mas a equipe ficou aberta a colaborar. A partir daí, nós tivemos uma abertura muito grande e começamos a nos interessar pela agricultura alternativa como uma política a ser perseguida, uma vez que nós trabalhávamos diretamente com produtores rurais.

Ainda é oportuno salientar que o Estado do Ceará vivia, em 1983, uma situação sócio-econômica que a cada dia se agravava, o que favorecia a absorção de novas propostas e iniciativas. Chegava-se, naquele ano, ao final de cinco anos de seca (1979-1983). A seca, pelo que consta, era amplamente posta em questão enquanto definida como fenômeno natural.

A seca, caracterizada como falta de chuva, tida como fenômeno físico, era geralmente analisada dentro de uma visão cíclica, ou seja, que não podia ser evitada. Tal concepção era facilmente transferida para o campo sócio-econômico e político, daí decorrerem propostas paliativas no sentido de atacar as conseqüências do problema, em benefício de um pequeno grupo privilegiado. Esta situação de seca, que, sendo ao mesmo tempo angustiante e dolorosa, é também repleta de contradições e ambigüidades. Dadas as implicações histórico-estruturais que a questão comporta, a problemática da seca já não podia mais ser vista a partir da própria definição de seca como 'falta parcial ou total de chuvas'. Isto porque existe, no Ceará, como no Nordeste, uma situação de seca permanente, seja esta 'seca-seca', seja esta 'seca-verde', binômio ambíguo e contraditório mas que representa uma mesma continuidade de um mesmo problema estrutural 'profundo e latente'. Daí é que a seca vem

³ Maria do Carmo da Costa Oliveira, 53, presidiu a Hoje Assessoria em Educação (ONG) que sucedeu à Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais-EACR. Entrevista realizada em 27.3.99.

tão somente trazer à luz, à superfície o que está na raiz de toda a organização social, sem, contudo, desconhecermos as implicações de suas causas geo-físicas : os mecanismos geradores de sérias desigualdades sociais, reforçadas por uma filosofia do 'Ter' em detrimento do 'Ser' e concretizados ao ponto de serem institucionalizadas as injustiças. A concentração da maioria das terras nas mãos de poucos, bem como a utilização de todos os bens da natureza e do próprio homem como recurso apenas produtivo para fins de lucro, espelham a veracidade da constatação (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL-CNBB, 1981: 20).

No período citado, a Arquidiocese de Fortaleza e o Regional NE I da CNBB, sob a orientação do Cardeal Aloísio Lorscheider, bastante atuante e comprometido com as causas dos explorados e oprimidos, mobilizavam seus grupos, mobilizavam principalmente as Comunidades Eclesiais de Base-Cebs e os movimentos populares -, a buscarem alternativas de solução para o problema da seca. Sugeriam a realização de cursos de capacitação de lideranças para a ação comunitária, onde seriam abordados temas voltados para o aproveitamento dos recursos do próprio meio, quer no campo da saúde, quer no campo da agricultura ou dos recursos hídricos. Exortavam, sobretudo, para a conscientização da sociedade. Denunciavam as políticas chamadas governamentais, que se firmavam como medidas de combate aos efeitos das secas, como ações "a posteriori" das ocorrências, inexistindo uma preocupação mais ampla e preventiva. Tais ações se traduziam assistencialistas, de caráter emergencial.

O posicionamento da Igreja e dos movimentos populares, contrário ao tipo de ação paternalista e assistencialista patrocinada pelo Estado, levou diversos atores (universidades, ONGs, agências internacionais de financiamento a projetos populares) a vivenciar novas posturas metodológicas, novas alternativas. Como uma das questões trabalhadas referia-se à água, ao seu armazenamento, "buscou-se, na Universidade Federal do Ceará-UFC, a tecnologia das cisternas de ferrocimento, tecnologia essa que estava, de certa forma, presa na Universidade; estava só no conhecimento dos técnicos. Na época, a EACR tomou conhecimento dessa tecnologia e entrou em contato com o Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC. A EACR apresentou um grupo de agricultores dos Municípios de Pacajus e Aracoiaba (que incluía Ocara, posteriormente Município) para conhecer essa tecnologia.⁴ Nesse contato,

⁴ Antes da tecnologia do ferrocimento, a Comunidade de Borges, no então Município de Aracoiaba (1983), já havia construído várias cisternas comunitárias de alvenaria, motivando a publicação, pela Arquidiocese de Fortaleza, da cartilha "O Povo Mostra seu Saber", no ano de 1983 (OLIVEIRA, 1989: 24).

ficou acertado que os técnicos da Universidade se deslocariam até a Comunidade de Paulicéia, Município de Pacajus, para transferir a um grupo de quatro agricultores os conhecimentos teóricos e práticos que possibilitassem a construção de duas cisternas comunitárias, de vinte mil litros cada. Depois que esse grupo ficou habilitado, repassou os conhecimentos para outro grupo, o de Capivara, Município de Aracoiaba, e este, a outros e outros. Dessa forma, estabeleceu-se uma rede tecnológica que ficou conhecida como “corrente solidária”. “Hoje, no Ceará, existem 58 trabalhadores rurais que são técnicos em construção de cisternas de ferrocimento, formados pelo nosso trabalho”.⁵

Em 1985, foi elaborado com os grupos acompanhados pela EARC e, posteriormente, pela Hoje Assessoria em Educação (ONG), o Projeto Reposição/Enchente. Este projeto, conforme documentação enviada à Hoje Assessoria em Educação e aos grupos comunitários pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais-CERIS, tinha as seguintes preocupações de cunho metodológico e filosófico:

1. Manter orçamento aberto e flexível, com itens abrangentes, tais como:
 - 1.1. – Infra-estrutura para evitar que enchentes futuras estraguem estradas, residências, equipamentos comunitários e que evitem erosões do solo agrícola;
 - 1.2. Insumos e equipamentos agrícolas, como sementes, adubos, enxada, silos etc.;
 - 1.3. Cursos de capacitação, envolvendo desde o preparo para infraestrutura, insumos, equipamentos etc.;
 - 1.4. Acompanhamento com reuniões, encontros, contratação de colaboradores para o trabalho de campo, incluindo o fotográfico e a elaboração de relatos.

Manter a dimensão intercomunitária na discussão e aprovação dos sub-projetos elaborados por cada grupo comunitário.

O Projeto Reposição/Enchente foi concebido como forma de ruptura para com o quadro de dependência paternalista vivido pelos agricultores durante o período de seca. Sua execução deu-se de setembro de 1985 a setembro de 1986. Após o período de seca, os agricultores enfrentaram o seu oposto, ou seja, um forte inverno caracterizado como “enchentes”. As

⁵ Depoimento de Maria do Carmo da Costa Oliveira. Entrevista em 27.3.99.

Vale salientar a significativa contribuição das mulheres, à “corrente solidária”. Por sentirem mais o problema da falta de água para cozinhar, banhar as crianças e lavar roupa, foram elas que primeiro se interessaram pela solução do problema da água, contribuindo, sobretudo, com a organização dos cursos para repasse dos conhecimentos (OLIVEIRA, 1989: 18).

enchentes significaram uma espécie de “golpe de misericórdia” nesses agricultores, pois eles perderam o resto que tinham, das sementes para o plantio aos últimos pequenos animais. Financiado pela VASTENAKTIE (instituição católica holandesa) e Cebemo (instituição ligada ao governo holandês) e monitorado pelo sociólogo Carlos Alberto de Medina, do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais-CERIS, o Projeto de Reposição/Enchente pretendia conseguir que os agricultores beneficiados superassem todas as perdas com a seca e as enchentes, colocando-se num nível econômico e tecnológico superior ao vivido antes, recuperando as condições de trabalho para não mais se submeterem a tais vexames.

Os grupos que participaram do Projeto de Reposição/Enchente visitaram experiências em vários Estados, onde, inclusive, constataram a eficácia da agricultura orgânica. Foi a partir daí que deixaram de chamar agricultura alternativa como parte da tecnologia alternativa⁶ para chamar agricultura orgânica. Os estágios, como eram nomeados, abrangiam tudo o que era concebido como tecnologias alternativas:

Vários grupos de agricultores das regiões do litoral, sertão e serra do Ceará haviam ido ao Paraná e São Paulo conhecer métodos e conviver com determinadas experiências ligadas à agricultura, educação, construção de moradia. Outro grupo foi a Goiás (Abadiânia), Paraíba e Pernambuco (Petrolina). É importante salientar que sempre acompanhou esses estágios uma pessoa da EACR e da Hoje Assessoria em Educação. Posteriormente, os membros da nossa equipe passaram a ser convidados pelas instituições a participar de vários eventos no País, voltados para a agricultura orgânica, dando oportunidade a uma melhor preparação. A equipe passou a se preocupar com toda uma bibliografia relacionada com a agricultura orgânica. Esse interesse levou a equipe a ampliar seus conhecimentos e aumentar o raio de atuação, prestando uma assessoria mais qualificada. Nesse momento, o trabalho não se limitou somente aos grupos do Projeto “Reposição/Enchente”, mas também a diversos outros novos grupos.⁷

O Projeto de Reposição/Enchente juntamente com os estágios de formação deram a condição primeira, da motivação, para que os grupos de agricultores adotassem a prática da agricultura orgânica, ainda não da forma como se entende hoje, integrada, mas como aplicação de um ou de outro procedimento, como a extinção das queimadas, adubação natural etc. Como exemplo desse tipo de prática, são citados alguns grupos:

⁶ Tecnologia Alternativa abrangia diversas atividades, não somente agricultura, desde que fosse uma resposta construída coletivamente e adaptada à realidade do meio.

⁷ Maria do Carmo da Costa Oliveira, ídem.

O grupo de Borges (Aracoiaba) aprendeu a técnica de fabricação do composto orgânico. O grupo dessa comunidade repassava, em seguida, para outras comunidades vizinhas. O mesmo procedimento tinha a comunidade de Capivara, também no Município de Aracoiaba. Capivara aprendeu a fazer o composto e os defensivos naturais, passando a ensinar a outros trabalhadores, de outras comunidades. Já na comunidade de Cedro, Município de Chorozinho, os trabalhadores fizeram uma horta orgânica, que deu bons resultados. Até hoje, a comunidade de Cedro pratica a agricultura orgânica. Não são todos os trabalhadores, mas um bom número deles não queima a terra, não usa agrotóxico, tendo uma convivência com a terra de forma bastante diferenciada. Outro exemplo está no Município de Beberibe: lá, as comunidades de Juazeiro, Correia, Lagoa da Joana, Lagoa de Dentro, Campestre da Penha e Cumbi mantêm até hoje alguma prática de agricultura orgânica.⁸

A participação de outro membro da EACR, Antonio Evilásio Chaves Costa, no conhecido “Encontro de Campinas-SP”, contribuiu para a abertura de horizontes do trabalho local.⁹

Dos anais do Seminário de Campinas¹⁰ consta a experiência da EACR - Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais, enfocada por Antônio Evilásio Chaves Costa. A ênfase dada foi a construção de um saber/poder/instrumento de intervenção pelos próprios trabalhadores. Inicialmente, Evilásio chama a atenção para o fato de a EACR atuar em cinco Municípios do Estado do Ceará, trabalhando com pequenos agricultores, pescadores, labirinteiros e artesãos.

A primeira experiência relatada foi a de “medicina caseira” ou “medicina do mato”. Era uma sistematização das experiências populares da região, publicadas numa cartilha que recebeu o nome de Medicina Comunitária. A cartilha foi elaborada pelos próprios grupos e trazia um apanhado das plantas, para que servissem, receitas, tendo a EACR contribuído com sua confecção.

Houve uma referência ao papel dos meios de comunicação frente ao trabalho popular. Foi citado o programa de rádio que a EACR fazia diariamente, no horário das 18h 40 min às 19 horas, na Rádio Assunção Cearense,¹¹ de propriedade da Arquidiocese de Fortaleza. Um aspecto do

⁸Idem.

⁹ Trata-se do Seminário de Tecnologias Alternativas, realizado em Campinas-SP., de 12 a 15 de dezembro de 1983.

¹⁰ PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS / FASE. Seminário Tecnologias Alternativas – Anais da Comissão (Campinas - SP, 12 a 15 de dezembro de 1983, pp. 88-95).

¹¹ A Rádio Assunção Cearense era dirigida pelo radialista Geraldo Fontenele. O programa da EACR, “Educar para Desenvolver”, que substituiu o anterior

trabalho realizado através do rádio foi saúde popular, com espaço para a coleta de exemplos de cura com remédios do mato, lançados, em seguida, numa segunda cartilha, também de autoria dos grupos comunitários.

A experiência do Ceará, acompanhada pela EACR, e bastante enfatizada, referia-se às **“trocas coletivas”**.

As **“trocas coletivas”** nasceram do Seminário Rural, uma iniciativa que começou no ano de 1972: a Arquidiocese convoca, nesse ano, os agricultores para um encontro, com o objetivo de refletir sobre questões de crédito agrícola. Em 1973, outra convocação, que os agricultores preferiram chamar de “Seminário Rural”, porque conseguiram influir na pauta, acrescentando outras questões do seu interesse, como a questão da terra. Em 1974, Dom Aloísio Lorscheider, novo arcebispo de Fortaleza, apóia a iniciativa, responsabilizando o Movimento de Educação de Base-MEB (posterior EACR – Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais) de dinamizá-lo. A partir daí, o Seminário Rural vai sendo gradativamente assumido pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais. **Com o nome de Seminário Rural, o último realizado foi o da Prainha do Canto Verde (Município de Beberibe), em 1986**, passando em seguida a denominar-se **Encontro Popular**. O último Encontro Popular ocorreu na Comunidade do Correia, também no Município de Beberibe, em 1990.

O que prevalecia nas **trocas coletivas** era a necessidade de alimentos dos agricultores e de suas famílias e se davam entre as regiões de serra, sertão e praia, cada uma participando com os seus produtos específicos: a praia, com o peixe, a farinha, a goma, o coco; o sertão, com o feijão, o milho, e jerimum; a serra, com o arroz, banana e rapadura. Toneladas e mais toneladas eram trocadas. Havia, à disposição das **trocas coletivas**, dois caminhões, um da Arquidiocese e outro da Comunidade de Brenha (Redenção).

Finalmente houve, no Seminário Rural, tão decantado em versos, a colocação da experiência com **cisternas comunitárias**, inicialmente com construções de alvenaria, na Comunidade de Borges, Município de Aracoíaba (hoje, Ocara); depois, de ferrocimento, com a transferência de tecnologia para o pequeno produtor rural, feita por técnicos da Universidade Federal do Ceará e do NUTEC - Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC, já mencionada.

O Seminário Rural

Ó natureza divina,
Ó meu pai Celestial,

programa do Movimento de Educação de Base – MEB, passou a ser produzido e apresentado por Maria do Carmo da Costa Oliveira.

**Inspirai um ser humano
Sem descambo natural,**
Sem falhas, em desalinho,
Pra mim falar um pouquinho
Do Seminário Rural.

No Seminário Rural,
Foi onde aprendi bastante
Que a união faz a força
E a força é quem vai adiante.
Deixei de ser egoísta;
Do Seminário uma pista
Tenho e sou participante.

Do Seminário Rural
Podes crer, meu grato irmão,
Não sou doutor, não sou técnico.
Sou fã em primeira mão,
Do Seminário sou galho
E, com muito gosto, trabalho
Nesta coordenação.

Na Fazenda Santo Antônio,
Município Caridade,
Tinha uma questão tão grande
Que eu não descrevo a metade:
Um proprietário injusto
Ao Seminário fez susto
Mas viu a lei da verdade.

Antônio Raimundo Filho

Comunidade de Juazeiro, Chorozinho: 11.1.84.

O XII Seminário Rural aconteceu no Sítio Olival,¹² Município de Palmácia (Serra), em 1985. Alí, pequenos proprietários rurais, agricultores sem terra, labirinteiras, pescadores passavam uma semana juntos, discutindo questões vitais para a organização dos trabalhadores. O trinômio **terra – água – agricultura** era seriamente trabalhado na tentativa de transferir para os próprios trabalhadores o domínio de tecnologias existentes. Do

¹² De forma excepcional, são realizados, no mesmo ano de 1985, dois Seminários Rurais, no Sítio Olival (Palmácia), de 21 a 26 de janeiro e, na Prainha do Canto Verde (Beberibe), de 10 a 14 de setembro. Jean Marc esteve presente ao Seminário realizado no Sítio Olival.

Relatório Seminário Rural – Uma História de Participação¹³ extraímos o seguinte comentário:

Durante os últimos três anos de seca (1979/83), foi preocupação da Arquidiocese de Fortaleza incentivar várias alternativas de combate¹⁴ à seca (conseqüentemente de lutas de resistência na terra): cisternas, poços artesianos, cacimbas e pequenas barragens comunitárias. Daí podemos destacar que os agricultores pobres demonstraram que organizados contribuem para a transformação da sociedade, pois esses poços, cacimbas, cisternas e pequenas barragens realizados por esses grupos, com o planejamento, as discussões e administração dos recursos assumidos por eles próprios, deram à questão hidro/agrária uma forma diferente, com justiça e fraternidade (EACR, 1985: 15).

O Seminário Rural era precedido de inúmeras reuniões nas comunidades, coordenadas por uma comissão formada pelos trabalhadores rurais. Em todo Seminário, os participantes escolhiam o local e a data do próximo, bem como a comissão coordenadora. Essa atividade, que tinha o apoio do Cardeal Aloísio Lorscheider, talvez tenha sido, no Ceará, a que adquiriu maior significado em termos de articulação e de elaboração do saber popular, nos anos 70 e 80.

“Termino minha história;
Em quatro assuntos, falei:
Professora, agricultor,
Labirinteira e pescador.
E aqui peço os irmãos
Com amor e atenção
Que, junto ao Seminário Rural,
Caminheemos à procura de nossa libertação”

Helena Inácio Monteiro
Lagoa da Joana – Beberibe

O Seminário Rural, no contexto dos anos 70/80 no Ceará, significou um espaço onde as pessoas iam buscar forças e deixar forças. Era algo que não se limitava apenas aos dias de encontro, porque a própria preparação do Seminário acontecia num clima de muita mobilização, discussão, articulação, engajamento. No Seminário Rural, as pessoas treinavam sua capacidade de reflexão, de ação, de elaboração de um saber. Exercitavam

¹³ EACR –Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais. Relatório Seminário Rural – Uma História de Participação. Arquidiocese de Fortaleza. Fortaleza, Ceará, 1985, p. 15.

¹⁴ O termo “combate à seca”, muito usual na época, traduzia a concepção de seca como anomalia da natureza. Nos anos seguintes, houve uma autocrítica do trabalho comunitário, que substituiu aquele termo por “**convivência com a seca**”, compreendendo uma nova relação do homem com a natureza.

formas diferenciadas de vivência democrática. Resgatavam elementos culturais construtores da auto-estima, da cidadania, da participação, da coragem de lutar, de projetar-se para o futuro. Provocavam a criatividade, a criticidade, pondo em questão os mitos, os conservadorismos, os moralismos destruidores. As pessoas se revelavam artistas, poetas, escritores, estrategistas, políticos, cientistas. Mas o Seminário Rural se constituía um problema.

A autonomia dos grupos era crescente com o Seminário Rural. Eles já não aceitavam que os projetos comunitários fossem totalmente elaborados pelas instituições. Queriam ser co-autores. Também não aceitavam ser meros executores; queriam dominar orçamentos, queriam pegar no dinheiro, queriam ir ao banco, conversar com o gerente, abrir conta bancária, legalizar seus grupos informais. Aliás, são muitas as histórias tragicômicas envolvendo agricultores que iam pela primeira vez ao banco abrir uma conta ou trocar um cheque de valor razoável. Imaginemos um grupo de agricultores simples, assustados, mal vestidos, de chinelos, querendo abrir uma conta ou trocar um cheque. A atitude do gerente era a de imediato chamar a polícia, ou afastar-se, ou perguntar o que faziam ali, o que estavam querendo, não acreditando que não fossem marginais, tendo, antes de pagar o cheque, que ligar para a origem e certificar-se de que aquele pagamento estava devidamente autorizado. Mas não era um só grupo, nem dois, e nem somente uma única vez. Eram grupos que aprendiam a administrar dinheiro, recursos, a absorver tecnologias e recriá-las na medida em que os problemas iam sendo encaminhados, como foi o caso das cisternas comunitárias. A dimensão intercomunitária desse trabalho, que, aliás, precisaria ser aprofundada e estudada em trabalhos acadêmicos futuros, criou dinâmicas interessantes, como a chamada **“corrente solidária”**, em que um grupo se beneficiava de determinados recursos, geralmente doados por organismos internacionais ligados à Igreja Católica, e depois transferia esses mesmos recursos, no todo ou em parte, para outros grupos, garantindo assim sua sustentabilidade, embora, na época, não se trabalhasse esse conceito. Essa dinâmica foi generalizada para todo o Brasil pelo CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, através do Fundo de Apoio a Miniprojetos. Esse Fundo, para poder ser justificado frente aos organismos de financiamento internacionais, e adotado para todo o Brasil, primeiro foi experimentado dentro do trabalho comunitário onde se inseria o Seminário Rural, no Ceará, na comunidade de Campestre – Município de Pacajus.

O “intercomunitário”, nascido com o Seminário Rural, depois foi aplicado como sistemática de repasse de tecnologias nas construções **de cisternas comunitárias de ferrocimento**, nas próprias **trocas coletivas e como sustentação do próprio movimento indígena do Ceará**. Vale ressaltar que essa metodologia de caráter interdisciplinar, que rompia com

paradigmas reforçadores da fragmentação do conhecimento e do exercício do poder, repercutiu na Europa, a partir de palestras proferidas em universidades e instituições católicas pelo Cardeal Lorscheider, que, na época, presidia a Caritas Internacional.

Quando antes afirmamos que o Seminário Rural tornou-se problemático, foi por causa desse “intercomunitário”. Nele, os trabalhadores e trabalhadoras iam se descobrindo cidadãos e cidadãs do mundo, não mais como uma simples peça do chão do Município ou da Paróquia. A perda de controle por parte do poder político e religioso fez com que, nos seus bastidores, fossem trabalhadas estratégias para esvaziar o Seminário Rural e destruir a mobilização intercomunitária, tentando quebrar sua rede de articulações. Para sobreviver às investidas, que, em muitos casos, foram cruéis, o Seminário Rural mudou de nome, passando a denominar-se Encontro Popular, o que permitiu chegar ao ano de 1990, como o último a acontecer. A própria EACR - Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais teve que se apoiar na criação da ONG Hoje Assessoria em Educação para garantir e salvaguardar o patrimônio cultural de resistência e de elaboração do saber popular, que havia florescido nessas duas décadas “achadas” e não perdidas.¹⁵

O que se apresentou, em seguida, com possibilidades de rearticulação da metodologia intercomunitária, foi a questão da agricultura orgânica ou ecológica, desta vez no campo específico das ONGs.

2. O Projeto Tecnologias Alternativas do Ceará

Após a realização do Seminário de Campinas-SP. (1983), promovido pelo Projeto Tecnologias Alternativas, ‘albergado’ pela Fase até 1990, o Esplar, tendo aceito a proposta colocada por Jean Marc, assume a articulação desse projeto, em novembro de 1984. Passou a desenvolver o papel de dinamizador da futura rede de intercâmbio de tecnologias alternativas no Estado do Ceará.

Em 1986, nos dias 21 a 23 de fevereiro, aconteceu o **1º Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas do Ceará**,¹⁶ com o objetivo de reunir as diversas experiências existentes na área delimitada pelo Esplar. Além da equipe técnica do Esplar, participaram agricultores e agricultoras de diversas regiões do Estado, todos já inteirados da necessidade de discutir a agricultura orgânica¹⁷ como questão de relevante interesse. De

¹⁵ O termo “achado” contrapõe-se ao termo “perdido”, alusivo à década de 80.

¹⁶ O local de realização do 1º Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas do Ceará foi a Casa das Irmãs Mensageiras de Santa Maria, no bairro de Água Fria, Fortaleza-Ce.

¹⁷ O termo “agricultura orgânica” era tratado como agricultura alternativa ou simplesmente se inseria dentro do conjunto das tecnologias alternativas.

acordo com Pedro Jorge, do Esplar, esse Encontro está para o PTA (Projeto de Tecnologias Alternativas) do Ceará, como o Seminário de Campinas-SP está para a rede PTA do Brasil.

O fato desses encontros valorizarem as experiências locais, mesmo fragmentadas ou isoladas, foi importante porque vinculou uma prática já existente com a grande proposta, reconhecendo os agricultores como seus co-autores. Isto pode explicar as razões dos desdobramentos que teve aquele início e sua relação com o que ocorre hoje em termos de agricultura orgânica. A luz que se acendeu para os pequenos agricultores, além de revelar que a exploração e a submissão às tecnologias dominadoras fazem mal à saúde, criou novas esperanças, não como algo distante, inalcançável, mas a partir da luta dos trabalhadores.

3. Rumo a uma sociedade sustentável: papel das ONGS

O vácuo criado pela omissão do Estado na gestão das políticas social, econômica e ambiental, criou o contexto propício para a emergência de inúmeros grupos de cidadãos voluntários, congregados em ONGs – organizações não-governamentais, que estão se tornando porta-vozes em defesa dos interesses da coletividade, contra a burocracia insustentável e impiedosa do Estado, e as investidas avassaladoras do capital transnacional

RATTNER

Conforme Henrique Rattner, no campo coberto pelo desenvolvimento sustentável, incluem-se múltiplas dimensões de sustentabilidade de difícil articulação científica (natural, social, econômica etc). Do mesmo modo, essas dimensões encontram-se permeadas por diferentes valores ético-sociais de difícil aproximação mútua. Com fins heurísticos, podemos classificar as versões de desenvolvimento sustentável em três categorias: estatista, de mercado e comunitária, interessando a nós, para este trabalho, o último conceito.

O enfoque comunitário, caminho que escolhemos e que se integra à visão de Rattner, considera que as organizações de base da sociedade, grupos comunitários e ONGs¹⁸ devem ter um papel predominante na transição para uma sociedade sustentável. Esse enfoque desconfia do Estado e do

¹⁸ “Face à onda avassaladora da integração imposta de cima, a opção alternativa é pela associação e integração democrática, cujos principais atores serão os membros da sociedade civil, reunidos nas diversas organizações de bairro, comunitárias, profissionais ou religiosas mobilizados e motivados pelos ideais dos Direitos Humanos e Justiça Social, como paradigma dominante da nova ordem mundial” (RATTNER, 1999: 1-4).

mercado como alocadores de recursos, sendo que ambos deveriam preencher um papel subordinado ao poder da sociedade civil. Tal enfoque prioriza claramente o princípio da equidade social em detrimento da eficiência alocativa, o que lhe dá um componente utopista, aproximando-se em algumas dimensões da minoria revolucionária.

Dentro do enfoque comunitário, do espaço local, gostaríamos de nos reportar à fala de Pedro Jorge, da sua experiência enquanto atuação concreta numa ONG, o Esplar:

Na ONG, nós temos a possibilidade de correr mais riscos, de sairmos dos esquemas pré-estabelecidos, de cima para baixo, dos pacotes tecnológicos. Nós temos a possibilidade de acerto e erro, buscando formas de melhor manejar os ecossistemas, usar o agroecossistema. Nós podemos nos dar esse luxo, se é que podemos chamar isso de luxo. Mas podemos correr esse risco juntos, com o agricultor, porque, na maioria das vezes que a gente vai lá, não se tem uma receita, não se pode garantir para ele que aquilo vai dar certo. Nós o convidamos para embarcar nessa canoa e mostrar que estaremos juntos a ele para tentar solucionar as dificuldades que aparecerem. Mas o caminho, no sentido da prática do manejo agroecológico, tentamos demonstrar que é viável. Então, no trabalho da ONG com a agricultura familiar, nós podemos ousar, inovar; podemos arriscar. É o que não acontece, em geral, na legislação técnica do sistema de extensão do Estado que tem programas a serem desenvolvidos com a tecnologia preconizada previamente, estudada em nível estadual ou até regional. A Embrapa gera tecnologia e a Emater a absorve e resolve difundí-la. É um pacote dado. Não digo que os técnicos da Emater sejam inflexíveis, mas é uma coisa dada que deve ser praticada daquela forma, via crédito. O técnico da extensão ainda consegue exercer um controle maior. Muita gente, mesmo o pequeno produtor, trabalha assistido pela extensão rural, com crédito do Pronaf, do FNE ou de outras fontes. Então, obtém o crédito, que é um instrumento poderoso na adoção de tecnologias. Na ONG, nós temos mais flexibilidade para testar, arriscar e buscar, junto com o agricultor, soluções práticas dentro das suas possibilidades. Muitas vezes, em grande parte dos casos, ele não está contando com o crédito. Qual é o papel da ONG nessa relação do Estado com a agricultura familiar? É de tentar gerar experiência ou exemplos-pilotos que possam vir a influenciar o Estado nos seus diversos níveis, seja municipal, estadual ou federal, no sentido de definir, de expandir, na política pública. Nós estamos observando, agora, na Prefeitura de Tauá, num nível muito pequeno, onde foi criado, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, uma série

de programas, abrigados em cujos títulos convivem, paralelamente, a tecnologia de base ecológica e a convencional. Existe, por exemplo, um comitê de recuperação da cotonicultura do Município de Tauá. A Ematerce faz parte dele, além de outras forças da sociedade local. Nessa nossa participação lá, há quase dois anos que esse comitê foi criado. Nós defendemos a proposta agroecológica dos consórcios do algodão. O pessoal da Ematerce defende a proposta deles. Nós respeitamos. Foi adotada pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural a linha do programa do algodão ecológico e do convencional. Os dois estão lá: um tocado pela Ematerce e outro liderado pelo Esplar. Há muitos anos, desde 1987, que nós do Esplar apoiamos e estimulamos a criação do que hoje se chama "casa de sementes comunitárias" (os antigos bancos de sementes comunitários). É uma prática que vem da Igreja, desde o início dos anos 70. Hoje, existe com certos mecanismos de aperfeiçoamento, com prática de gestão um pouco consolidada em muitas casas de sementes, com normas que eles mesmos geram e conseguem administrar bem. Neste ano de 1999, a Prefeitura de Tauá tem, no seu Plano de Desenvolvimento Rural, a criação de dez casas de sementes em nível regional, em nível de distrito ou de áreas um pouco maiores que uma comunidade, e chamou o Esplar para trocar idéias, assessorar e dar as bases para a institucionalização dessas casas. Aí, com recursos públicos, toneladas de sementes vão ser colocadas à disposição dos agricultores. Estão se baseando nas normas e experiências das 'casas de sementes' das vinte e poucas que há no Município – para tentar criar essas dez e usá-las como meta. Pode ser que não se criem nem cinco; pode ser que se criem quinze. Mas é uma política pública que está começando a partir de uma experiência da ONG com o Sindicato de Trabalhadores Rurais e com a associação de pequenos produtores de Tauá.

Apesar das dificuldades financeiras e das limitações de ordem técnica, as ONGs têm a vantagem de melhor e rapidamente se adaptarem ao seu público-alvo, sem estarem amarradas a uma gestão do tipo burocrático. A autonomia organizacional a que fazem jus, coloca as ONGs em contato direto e permanente com os problemas da população, mobilizando e articulando com rapidez os vários atores sociais envolvidos. A credibilidade que gozam, no trato das questões relativas à participação, cidadania e direitos humanos, tem sido uma marca distinguível do seu caráter e da sua natureza, mesmo correndo o risco de substituir e/ou subestimar o papel dos seus públicos-alvo. No entanto, sobre esta relação do global e do

local, há que se enfatizar o valor metodológico das contradições, conforme expôs o professor Rattner.¹⁹ A globalização não somente remete às questões de identidade locais/regionais relativas ao que foi historicamente herdado, mas pode fazer fluir certos antagonismos de natureza questionável. É o caso dos fundamentalismos religiosos e do ressurgimento das paixões étnicas. É neste contexto que surge, também, o resgate da espiritualidade, não de uma espiritualidade prisioneira de interesses escusos, aquela que levaria as pessoas a renunciarem ou a se omitirem do seu agir político. Queremos tratar de uma espiritualidade que seja capaz de abrir o ser a uma comunhão da sociedade como um todo.

Dentro da mesma temática, Santos afirma que é o local que permite a união:

Define-se o lugar como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial; outra é a norma, a organização, os regimes de regulação... É pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora.

O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranqüila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar.(SANTOS, 1993: 19).

4. Pontos a considerar

1. Nos anos 80, os movimentos sociais se articulam com novos atores, inclusive com as organizações não-governamentais – ONGs. Diferentemente de décadas passadas, o trabalho comunitário se expande como espaço de exercício democrático. No Ceará, destaca-se o trabalho da Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais – EACR, da Arquidiocese de Fortaleza. Tendo acumulado tecnologias para programas de convivência com a seca e visando continuar dando assessoramento técnico às comunidades formadas, seus integrantes criam a ONG Hoje Assessoria em Educação.
2. A proposta de “agricultura ecológica” chega ao Ceará em 1983 com a denominação de “agricultura alternativa”. Foi trazida por Jean Marc, ex-exilado político recém-chegado da Europa. Jean procura a EACR para articular a proposta no Ceará. A EACR, não podendo aceitá-la, entra em cena o Esplar, que se reestrutura para encarar a proposta.

¹⁹ Cf. Palestra de Henrique Rattner: “Do Crescimento Econômico à Sociedade Sustentável”. Seminário Aberto promovido pelo Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, realizado na UFC, de 22 de agosto a 10 de setembro de 1997.

3. O cenário cearense era fértil para desenvolver a nova proposta de agricultura. Na área da Igreja, várias experiências de participação e elaboração do saber popular levavam em conta a questão do adubo químico muito mais como uma reação político-ideológica à atuação das empresas multinacionais. O ambiente de seca (1979/83) favorecia a discussão de novas iniciativas e absorção de novas propostas. Repercutiram significativamente as experiências de construção de cisternas comunitárias (“corrente solidária”), os seminários rurais e posteriores encontros populares, as trocas coletivas, o trabalho de medicina caseira, os programas radiofônicos e o projeto “Reposição/Enchente”, concebido para romper com o quadro de dependência paternalista vivido pelos agricultores no período da seca. Sua execução pretendia sugerir que os agricultores superassem as perdas com a seca e, depois, com as enchentes, colocando-se num nível econômico e tecnológico superior ao de antes, recuperando, dessa forma, as condições de trabalho.
4. Em 1983, realiza-se o Seminário de Campinas-SP. Nessa época, o Projeto Tecnologias Alternativas estava albergado na Fase. Em 1986, acontece o 1º Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas do Ceará, coordenado pelo Esplar. Estava, pois, consolidada a rede PTA do Brasil.
5. O fato de os agricultores e técnicos terem suas experiências valorizadas e resgatadas, nesses encontros, numa vinculação da nova proposta de agricultura com as lutas em andamento, torna-os co-autores da idéia, o que garantiu a sustentabilidade social do programa.
6. Os movimentos ecológicos ocupam os novos espaços na defesa da preservação da vida e dos valores éticos. A adesão da sociedade aos movimentos ecológicos dá-se porque encontra neles uma identidade de interesses. A proposta de agricultura ecológica, nesse contexto, é bem aceita pelos agricultores e movimentos sociais em geral porque vem articulada por ONGs que gozavam de credibilidade.
7. No início da agricultura orgânica no Estado do Ceará, ainda não se colocava a questão do mercado regulador. As tecnologias alternativas eram postas a serviço da organização política dos trabalhadores. A motivação maior era política, o que pareceu de fundamental importância. A agricultura orgânica logo se associou à questão da reforma agrária, aos problemas de degradação dos solos. Mas, em termos concretos, de operacionalização, a agricultura orgânica ficou restrita a pequenas práticas. Duas ONGs se destacaram nesse âmbito: o Esplar e a Hoje Assessoria em Educação.
8. O trabalho comunitário, apesar de haver contribuído com a organização dos trabalhadores, elaboração de um certo saber popular vinculado à

criatividade e solução de problemas de contexto, mantendo a coesão grupal e os laços de solidariedade, revelou-se limitado em relação aos problemas de ordem estrutural. Esta premissa nos leva a dizer que, sem políticas públicas construídas democraticamente, a agricultura orgânica, por exemplo, dificilmente ultrapassará as fronteiras das práticas individuais ou de pequenos grupos, para aqueles que não escolhem a via do mercado regulador. A experiência de Tauá, que dá passos em direção a uma expansão mais abrangente, fornece indicadores interessantes para essa questão.

9. O papel das mulheres dos trabalhadores rurais, nas comunidades acompanhadas pela EACR e Hoje Assessoria em Educação, foi decisivo no processo de consolidação das organizações populares, suas articulações teóricas e práticas de apropriação de tecnologias adaptadas ao contexto da seca. Talvez por estarem mais próximas dos problemas de sobrevivência, administrando escassez, sabiam como garantir o sucesso das atividades, indicando, com segurança, como superar sérias dificuldades de percurso.
10. Na tentativa de resolver o dilema da relação homem/natureza, coloca-se o novo paradigma da sociedade sustentável, modelo que devolve à sociedade a sua soberania, onde as pessoas e povos se autodeterminam de fato.
11. No processo de realização dessa sustentabilidade social a partir da agricultura orgânica, talvez tenhamos que considerar alguns pressupostos que garantam os critérios metodológicos necessários:
 - 11.1 - Os atores sociais, comprometidos com a construção de uma qualidade de vida condizente com o bem-estar de cada pessoa e de toda a sociedade, não iriam às parcerias de “mãos abanando”, mas com critérios de gestão participativa aberta e transparente, onde as comunidades locais não somente seriam envolvidas, mas teriam lugar garantido a partir do momento de desenho das propostas. O espaço da agricultura ecológica reúne os mais diversos e diferenciados elementos-potenciais que podem ser trabalhados numa perspectiva estimuladora e revitalizadora da vida como um todo. Além de ser um “ethos” de fortalecimento das relações solidárias, a agricultura ecológica é propositora de um modo de vida diferenciado dos esquemas predadores-consumistas, pois seu cerne está na própria combinação com o equilíbrio dos ecossistemas naturais e sociais.

Por causa do perfil do seu público alvo, ou seja, dos pequenos proprietários rurais, o âmbito local deverá ser entendido como ponto de partida, parte de um todo relacionado, sabendo-se que, se não houver neste “local” um movimento de conteúdo questionador, quem sabe,

poderá tornar-se uma espécie de “hard core” dos processos sociais - foco reacionário, retraído, submisso à autoridade alheia e às pressões externas.

- 11.2 - *As ONGs têm um papel importante na discussão sobre o Estado e o mercado, como parceiros de um projeto de sociedade, que não admite a existência dos mecanismos geradores de exclusão ou de novas dominações pela negação daquilo que, historicamente, funcionou como elo de luta dos trabalhadores rurais: suas próprias organizações como ferramenta de criação e manutenção de direitos sociais e políticos. No entanto, não é pelo fato de ser ONG que estará assegurado o seu papel na construção de alternativas sustentáveis. Nem é, também, pelo fato de se valorizar o espaço local que os valores democráticos se sobreporão às tendências concentradoras de riqueza e poder. A atuação educativa da ONG poderá ser muito bem subordinada aos mecanismos do mercado, bem como o espaço local poderá fazer fluir com bastante força os antagonismos destruidores da solidariedade e da participação.*
- 11.3 - *O fortalecimento da sociedade civil é o contraponto de uma tendência cada vez mais crescente de hegemonia do mercado, mais ainda quando este tenderá a ser mais fortalecido pela globalização da economia criadora de “desraizamentos e desterritorização”. Isto, contudo, deve ser analisado sob o prisma das contradições históricas.*
- 11.4 - *Enfim, a agricultura ecológica é posta como componente da sustentabilidade social, além de ser um caminho viável de resposta ao atual quadro de degradação e de precariedade das condições de vida da maioria. É também um “**espaço estratégico** em que se constroem os embates da postura crítica. Indo além das estratégias de geração de emprego” (DRAIBE, 1996: 18-23). Ao analisar as políticas sociais de nova geração, a **agricultura ecológica** é uma forma de organização produtiva, de captação de tecnologias que pode ser socializada em nível da pequena produção, criando mecanismos preventivos da exclusão social. Um desses mecanismos, sem dúvida, é o trabalho cooperativo aglutinador de energias capazes de fazer frente ao individualismo da categoria, à concorrência global e aos processos de fragmentação do trabalho e do trabalhador.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Boletim Pastoral “Passo a Passo” nº 03/84. Fortaleza, Ceará, 1984, pp. 1-10.

- CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Dados para uma reflexão sobre a Igreja frente aos problemas da seca. Secretariado Regional NE I. Fortaleza. 1981, pp. 2-20.
- CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Correspondências enviadas à Hoje Assessoria em Educação nas seguintes datas: 28.5.85; 15.8.85; 18.9.85; 24.9.85; 10.10.85; 30.10.85; 10.10.86. Rio de Janeiro/Fortaleza, 1985/86.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Proteção social e desenvolvimento humano na América Latina: as políticas sociais de nova geração. UNDP Brazil. Project BRA/95/D1C. Preparatory stage: New York Meeting of 22 April, May 1996, pp. 1-5, Mimeo.
- EACR – Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais. Relatório Seminário Rural – Uma História de Participação. Arquidiocese de Fortaleza. Fortaleza, Ceará, 1985, pp. 1-15.
- ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria. Relatório do 1º Encontro Estadual de Tecnologia Alternativa do Ceará. Textos para Debate. Fortaleza, abril de 1986, pp. 1-10.
- OLIVEIRA, José Cordeiro de. Uma alternativa de convivência com a seca. Texto monográfico apresentado no Curso de Políticas Ambientais promovido pela WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e SUNY (Universidade Estadual de Nova Iorque). Brasília (DF), 1998, pp. 1-18.
- PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS / FASE. Seminário Tecnologias Alternativas – Anais da Comissão (10). Vol. I, pp. 88-95. Campinas (SP), 12 a 15 de dezembro de 1983
- RATTNER, Henrique. Do Crescimento Econômico à Sociedade Sustentável”. Palestra no Seminário Aberto promovido pelo Curso de Especialização em Saúde, Trabalho e Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, realizado na UFC, de 22 de agosto a 10 de setembro de 1997.
- _____. A crise da ordem mundial. Internet. São Paulo, março de 1999, pp. 1-4.
- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: Vários autores. *O novo mapa do mundo - Fim de século e globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 19.

Entrevistas realizadas

- Pedro Jorge Bezerra Ferreira Lima, agrônomo, mestre em fitotecnia. É pesquisador da ONG Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria. Fortaleza-Ce.
Data: 23.2.1999.
- Jean Marc von der Weid, diretor executivo da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa AS-PTA (Rio de Janeiro). Informações obtidas através de entrevista. Data: 22.3.1999.
- Maria do Carmo da Costa Oliveira, socióloga. Coordenadora do CAA – Centro de Aprendizado Agroecológico. Aquiraz/Fortaleza-Ce. Data: 27.3.99.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2001 – 2002

Dep. Wellington Landim
Presidente

Dep. Vasques Landim
1º Vice - Presidente

Dep. José Sarto
2º Vice - Presidente

Dep. Marcos Cals
1º Secretário

Dep. Giovanni Sampaio
2º Secretário

Dep. Eudoro Santana
3º Secretário

Dep. Domingos Filho
4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Alberto Teixeira

Montagem e Impressão: Gráfica do INESP
Av. Pontes Vieira 2391
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: 277-2915
Fax: (0xx85) 277-2914

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

Reitor
Roberto Cláudio Frota Bezerra



www.al.ce.gov.br
epovo@al.ce.gov.br



www.al.ce.gov.br/inesp
inesp@al.ce.gov.br



www.ufc.br
reitor@ufc.br